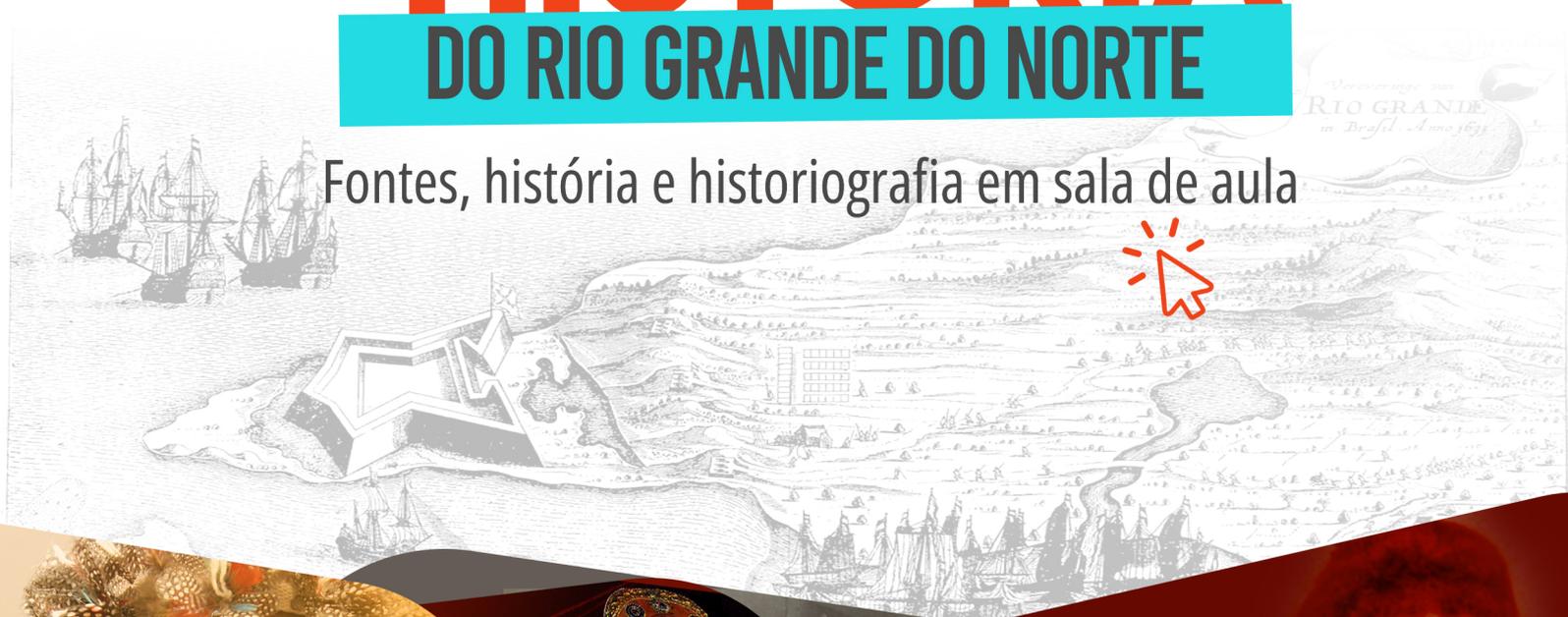


Carmen Alveal • Lívia Barbosa • Bruno Costa



GUIA DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Fontes, história e historiografia em sala de aula



GUIA DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE

**FONTES, HISTÓRIA E
HISTORIOGRAFIA
EM SALA DE AULA**

Carmen Margarida Oliveira Alveal
Bruno Balbino Aires da Costa
Lívia Brenda da Silva Barbosa
ORGANIZADORES

UERN

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitora

Cicília Raquel Maia Leite

Vice-Reitor

Francisco Dantas de Medeiros Neto

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Francisco Fabiano de Freitas Mendes

Conselho Editorial das Edições UERN

José Elesbão de Almeida

Isabela Pinheiro Cavalcanti Lima

Kalidia Felipe de Lima Costa

Regina Célia Pereira Marques

Maria José Costa Fernandes

José Cezinaldo Rocha Bessa

Diagramação

Isabelly Thyanne de Sousa Silva



**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Alveal, Carmen Margarida Oliveira

Guia didático de história do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico]: fontes, história e historiografia em sala de aula. / Carmen Margarida Oliveira Alveal, Bruno Balbino Aires da Costa e Livia Brenda da Silva Barbosa. – Mossoró, RN: Edições UERN, 2022.

203p.

ISBN: 978-85-7621-375-8. (E-book).

1. História - Rio Grande do Norte - Guia. 2. História - Rio Grande do Norte – sala de aula. I. Costa, Bruno Balbino Aires da. II. Barbosa, Livia Brenda da Silva. III. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. IV. Título.

UERN/BC

CDD 981.32

Bibliotecário: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 31

Editora Filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

MEUS AMIGOS E MINHAS AMIGAS

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora

por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, UFERSA e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

**Governadora do
Rio Grande do Norte.**

PARCERIA PELO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto do esforço conjunto das duas instituições, que, em setembro de 2020, assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento de divulgação científica e de popularização da ciência.

Esse convênio também contempla a tradução de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das Instituições de Ensino Superior do Estado para outros idiomas, apoio a periódicos científicos e outras ações para divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

Foram 41 obras submetidas em sete (07) editais, 38 delas serão lançadas. Os editais abrangeram diferentes temáticas assim distribuídas: no Edital 17/2020 - FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande Norte, bem como coletâneas que foram resultados de trabalhos dos grupos de pesquisa nelas sediados.

No Edital nº 18/2021 - FAPERN, realizou-se a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Turismo para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”. No Edital nº 19/2021 - FAPERN, foi inscrita a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Educação para a cidadania e para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. No Edital nº 20/2021 - FAPERN, foi realizada a chamada para a publicação de e-books sobre o tema «Saúde Pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 21/2021 - FAPERN trouxe a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Segurança pública, desenvolvimento social e cidadania no Rio Grande do Norte: relatos de ações exitosas”. O Edital nº 22/2021 - FAPERN apresentou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022): desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”. O Edital nº 23/2021 – FAPERN realizou a chamada para a publicação de e-books sobre o tema “Pesquisas sobre o Centenário da Semana de Arte Moderna (1992-2022) desdobramentos para o desenvolvimento social e/ou econômico do RN”.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguaras, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedicou seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de ampliar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Maria Lúcia Pessoa
Sampaio Maria Leite*

**Diretora-Presidente
da FAPERN**



Cecília Raquel

Presidente da FUERN

SUMÁRIO

1 Apresentação

1

2

Um caso de fracasso e abandono? A capitania do Rio Grande na História das capitanias donatárias (século XVI)

2

10

Guerras, acordos de paz e resistência indígena nos sertões do Rio Grande colonial

3

17

As sesmarias no processo de expansão territorial da América portuguesa

4

23

Economia e fiscalidade no período colonial: arrecadação de tributos na capitania do Rio Grande

5

31

Câmaras municipais: sobre o que legislavam no período colonial?

6

39

Escravidão indígena e africana na sociedade colonial do Rio Grande do Norte

7

49

A aclamação de D. Pedro I na Província do Rio Grande do Norte

8

56

Populações indígenas e o mito do desaparecimento no Rio Grande do Norte

9

64

Escravidão e lutas pela liberdade: como os africanos e seus descendentes resistiram à escravidão e à opressão?

10

73

A seca e a questão sanitária no século XIX

11

80

Eleições e representação política no Império do Brasil

12

87

Quebra-quilos: uma revolta antimétrica no antigo Norte oitocentista (1874-1875)

13

95

A Proclamação da República no Rio Grande do Norte

A gestão da cidade na República: o papel das leis criadas pela Intendência Municipal

104

14

Terra dos salineiros: os trabalhadores da extração de sal no Rio Grande do Norte

111

15

A educação popular na Primeira República: como funcionavam as Escolas de Aprendizagem?

118

16

As mulheres e a escrita: como as mulheres atuaram na imprensa no século XX?

124

17

Política e Sociedade: Mossoró e a resistência ao bando de Lampião

130

18

A eclosão do movimento de 1930 no Rio Grande do Norte nas memórias dos indivíduos

136

19

A Segunda República no Rio Grande do Norte: liberais, "cafeístas", "decaídos" e comunistas em conflito pelo poder (1930-1937)

143

20

Nordeste em guerra: o papel da costa brasileira na Segunda Guerra Mundial

149

21

Ditadura e anticomunismo: espionagem e repressão ao movimento estudantil

156

22

O Brasil é o país do futuro?: a Constituição "Cidadã" em tempos difíceis

163

23

Populações Indígenas no Rio Grande do Norte: questões para história do tempo presente

171

24

Territórios quilombolas de resistência: as comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Norte

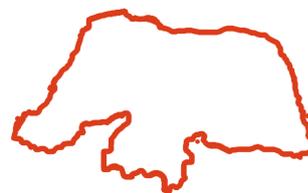
179

25

Sobre os/as autores(as)

191

Apresentação



Este livro é resultado de um grupo de professores e professoras preocupado com a educação e motivado em contribuir com novas possibilidades de abordar a História dentro da sala de aula. Tivemos como objetivo principal valorizar a história do estado do Rio Grande do Norte, seja por ser o âmago das análises, seja por se utilizar de documentos históricos que se remetam ao seu passado. Privilegiou, portanto, temáticas que dizem respeito à História nacional tendo como enfoque o Rio Grande do Norte, embora logicamente, muitas destas são de caráter macro, como o tratamento dado aos povos indígenas na chegada dos europeus, e a escravização dos povos africanos e seus descendentes, e a violência da ditadura militar de 1964-1985, além do estabelecimento de instituições comuns como câmaras, presidentes de províncias, intendências entre outras.

O foco é o Ensino Médio, tanto professores como estudantes, mas o material também pode ser usado no Ensino Fundamental, adaptando-se os textos e as atividades de acordo com a faixa etária envolvida, assim como também pode e deve ser utilizado por professores universitários na formação dos cursos de licenciatura em História. Na primeira parte de cada capítulo apresentamos um material que pode ser administrado de acordo com as escolhas dos professores e professoras, e ao final uma sequência didática voltada especialmente para os/as docentes visualizarem possibilidades de utilização do material.

Cabe salientar que os envolvidos realizam ou realizaram pesquisas nas áreas em que escreveram os capítulos. Justamente também foi uma ideia central propor o diálogo entre a História acadêmica e a História ensinada. Com a criação do Programa de Pós-graduação em História (PPGH), na UFRN, em 2004, ou seja, mais de 15 anos, muitas são as pesquisas, no nível de mestrado, sobre a história do nosso estado que ainda não foram divulgadas. Muitos prosseguiram suas pesquisas, aprofundando-as no doutorado em programas de fora do estado, uma vez que o PPGH passou a ter doutorado apenas em 2019.

É acreditando no potencial do ambiente escolar como lugar de questionamento e produção de consciência histórica que propomos essa interlocução. Por este motivo, o Guia didático foi concebido não apenas por pesquisadores dedicados à pós-graduação, mas ainda por docentes do Ensino Básico que vivenciam ou vivenciaram, no chão da sala de aula, as demandas do Ensino de História no cotidiano escolar. Dessa maneira, alguns dos capítulos aqui apresentados ensinam trazer um pouco dessas novas abordagens. Esperamos que este livro seja bastante útil e também que aguace a curiosidade de professores, professoras e estudantes por nossa história, tão rica em acontecimentos e possibilidades de análises. Sabemos, no entanto, que uma boa educação precisa de investimento contínuo na infraestrutura das escolas, bem como estimular seus profissionais por meio de políticas públicas que valorizem este ofício tão importante para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

Os organizadores



1 Um caso de fracasso e abandono?

A capitania do Rio Grande na História das capitanias donatárias (século XVI)

Elenize Trindade Pereira

Para refletir:

Doada em 1535 a João de Barros, durante mais de meio século a capitania do Rio Grande não foi colonizada. Tentativas de conquista a partir do envio de grandes expedições não foram suficientes para garantir a posse da capitania. Então, o que aconteceu com esta capitania até o momento da conquista no final do século XVI?



Referência: Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, alturas e derrotas que ha na Costa do Brasil desde cabo de Sano Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães (c.1586); versão restaurada. Edição preparada por Max Justo Guedes. Reprodução fac-similar do ms. 51-IV-38 da Biblioteca da Ajuda. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.

Entendendo a fonte: Carta de doação de capitania e Carta de foral

O sistema de capitanias donatárias ou hereditárias foi implantado no vasto território do Brasil a partir de 1530 pelo rei D. João III (1521-1557). Foram distribuídas 15 capitanias donatárias a 12 capitães donatários, e entre eles estava João de Barros, donatário da capitania conhecida à época como "Terra dos Pitiguares", uma referência aos indígenas que ocupavam uma parte do território daquela capitania e eram aliados comerciais dos franceses. Hoje o grupo étnico é conhecido como Potiguar.

Assim como os outros donatários, Barros recebeu do rei D. João III dois documentos: a carta de doação da capitania e a carta de foral. Estes documentos foram utilizados ao longo de mais de 300 anos de história do sistema das capitanias donatárias em algumas partes do Império português como nas ilhas atlânticas da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e de São Tomé. Durante todos esses anos, o sistema passou por várias mudanças de acordo com as particularidades de cada localidade e do período histórico. No entanto, a característica fundamental destes documentos não mudou ao longo do tempo: representavam a fundação de uma capitania donatária.

Na carta de doação, encontramos basicamente um relato de o porquê daquela doação para determinado donatário, a delimitação geográfica da capitania e os direitos e os deveres do donatário, inclusive a transmissão hereditária dos direitos sobre a capitania. Já a carta de foral era o documento que, além de reforçar alguns direitos, descrevia os tributos destinados à Coroa portuguesa e ao donatário, regulava as obrigações mútuas do donatário para com os habitantes de sua capitania e deles para com o rei. De modo geral, as determinações presentes tanto na carta de doação como na carta de foral eram a base da organização do cotidiano civil e criminal da capitania.

Fonte histórica:

Fonte 01: Carta de doação de uma capitania no Brasil a João de Barros

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, navegação, comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que considerando eu quanto os serviços de Deus e meu proveito e bem de meus Reinos e súditos deles a ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada de que até agora foi, assim para nela haver de se celebrar o culto e ofícios divinos e se exaltar a nossa santa fé católica e incentivar os naturais da dita terra infiéis e idólatras, como pelo muito proveito que se seguirá a meus reinos e súditos deles se a dita terra povoar e aproveitar. Houve por bem de mandar repartir e ordenar em capitanias de certas em certas léguas para delas prover aquelas pessoas a meu bem parecer. [...] Pelo qual guardando eu os serviços que tenho recebido do dito João de Barros e o muito tempo que continuamente me serve e a boa conta que sempre de si deu em todas as coisas de meu serviço de que por mim foi encarregado e como é razão de lhe fazer mercê assim pelo que até aqui também me tem servido como pelo que espero que o diante me servirá [...].

Referência: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Carta de doação de uma capitania no Brasil a João de Barros. 8 de março de 1535, Évora. Chancelaria de D. João III, Livro 73, fls. 27-28. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Fonte 02: Foral dado a capitania do Brasil que foi dada a João de Barros

Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista, navegação, comércio de Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que eu fiz ora doação e mercê a João de Barros, fidalgo de minha casa para ele e todos seus filhos, netos, herdeiros e sucessores de juro e herdade para sempre da capitania de cinquenta léguas de terra na minha costa do Brasil segundo é declarado na carta de doação que da dita terra lhe tenho passada por ser muito necessário que ele receba foral dos direitos, tributos e coisas que na dita terra terão de pagar assim do que a mim e a coroa de meus reinos pertencem como do que pertence ao dito capitão por bem da dita sua doação eu havendo respeito a qualidade da dita terra e, a se ora novamente a ir morar, povoar e aproveitar e porque se isto melhor e mais cedo faça sentindo o assim por serviço de Deus e meu e bem do dito capitão e mercê da dita terra e por folgar de lhes fazer mercê houve por bem de mandar ordenar e fazer o dito foral na forma e maneira seguinte: Item primeiro: o capitão da dita capitania e seus sucessores darão e repartirão todas as terras dela de sesmaria a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição desde que sejam cristãos [...].

Referência: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Foral dado a capitania do Brasil que foi dada a João de Barros. 11 de março de 1535, Évora. Chancelaria de D. João III, Livro 10, fl. 85. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Contextualização

Aquela que seria conhecida a partir do final do século XVI como a capitania do Rio Grande foi doada como capitania donatária a uma conhecida personagem da história portuguesa: o escritor e feitor da Casa da Índia, João de Barros. O donatário publicou, na década de 1550, uma das histórias mais importantes sobre a conquista da Ásia pelos portugueses, “Décadas da Ásia”. Por mais de 30 anos, foi feitor da instituição mais importante do comércio ultramarino, e sua função era fiscalizar e registrar todas as mercadorias que entravam e saíam de Lisboa. Além de ser donatário da “Terra dos Potiguara”, Barros recebeu a doação de uma capitania com 25 léguas de terra no Maranhão. Por tudo isto, o donatário estava plenamente inserido e informado sobre as notícias das longínquas conquistas dos portugueses, inclusive de suas capitanias que nunca conheceu.

Mencionada na carta de doação, a concessão de 50 léguas de terra correspondia a uma parte do território do grupo étnico os Potiguara, do tronco linguístico Tupi-Guarani. No século XVI, esta população ocupava a faixa litorânea desde atuais estados da Paraíba até o Ceará. É importante frisar que ainda hoje os Potiguara ocupam algumas áreas destes estados.

No caso específico da “Terra dos Potiguara”, João de Barros não conseguiu colonizar de fato a capitania. A primeira expedição financiada pelo donatário em sociedade com outros donatários como Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro mor do Reino, resultou em uma tragédia. Cunha liderou a grande expedição para tomar posse das capitanias e deixou o porto de Lisboa em novembro de 1535, oito meses após a doação. No entanto,



não conseguiu aportar na primeira capitania de Barros devido à defesa empreendida pelos Potiguara. Assim, seguiu para as outras capitanias e, meses depois, naufragou na costa do Maranhão.

O segundo intento financiado por Barros, ocorreu em 1555, quando enviou seus filhos, Jerônimo e João de Barros, para explorar as ditas capitanias do pai. Os filhos também não conseguiram tomar posse da “Terra dos Potiguara” e seguiram para o Maranhão onde viveram por alguns anos desbravando a costa em busca de metais preciosos sem nada encontrar. Nos casos mencionados, a questão da resistência indígena foi decisiva para o fracasso das expedições de conquista.

Até aqui, pode-se afirmar que o capitão donatário João de Barros amargou prejuízos sem conseguir alcançar seu objetivo, que também era uma obrigação, de acordo com a carta de doação: conquistar e garantir o processo de colonização. No entanto, a documentação da época indica que o donatário estava lucrando durante muitos anos com a venda de licenças para a exploração do pau-brasil e de búzios, esta por ser uma importante moeda de troca, principalmente com os povos da costa ocidental africana. Para vender tais licenças, o donatário mantinha um procurador na capitania vizinha, Itamaracá, uma vez que a Capitania da Paraíba ainda não havia sido criada. Precisamente com o capitão-mor de Itamaracá, Barros enfrentou uma disputa judicial para comprovar que os limites de sua capitania estavam corretos. Conseguiu inclusive um alvará do rei D. Sebastião (1557-1578), que proibia pessoas sem autorização do donatário de passar pelo território da capitania.

Após a morte de João de Barros, em 1570, o filho herdeiro da capitania, Jerônimo de Barros continuou o legado de seu pai, atento aos acontecimentos na capitania que não conseguira conquistar, mas que era mantida como uma importante fonte de renda para a família Barros. Em Lisboa, a família continuou a receber os valores referentes às licenças concedidas para exploração dos recursos da capitania tal como fazia João de Barros.

Estudar a história dos primeiros anos dessa capitania ajuda a problematizar afirmações consagradas como a de que esta capitania havia sido abandonada por seu donatário. As fontes documentais da época indicam justamente o contrário: demonstram que João de Barros constantemente reivindicava seus direitos como capitão donatário da longínqua capitania que nunca conheceu e tinha o apoio do rei D. João III, e depois de D. Sebastião, para tentar garantir de alguma forma os seus poderes.

Porém, apesar das tentativas, a capitania donatária foi transformada em capitania régia, ou seja, pertencente ao rei, após o pagamento da Coroa de uma indenização à família Barros. A data exata é motivo ainda de discussão, mas é sabido que seria antes da conquista e da criação da cidade do Natal por volta de 1597-1598. O fato é que, durante mais de 40 anos, João de Barros e depois seu sucessor conseguiram manter a capitania donatária sob seu poder, do ponto de vista oficial, sem cumprir com a obrigação de conquistar a capitania. Ao comparar este caso com o de outras capitanias do Estado do Brasil, nota-se que as estratégias de Barros para garantir que a capitania fosse mantida como uma donatária, foram exitosas.

Glossário:

Idólatra: pessoa que adora ídolos.

Légua: unidade de comprimento. Uma légua de terra equivale a 6,6 quilômetros.

Sesmaria: uma concessão condicional de terras realizadas em nome do rei. A principal condição era a exigência do cultivo da terra.

Casa da Índia: criada em Lisboa no ano de 1503, a instituição tinha como principal função a administração e fiscalização do comércio ultramarino.

Feitor: cargo mais importante da Casa da Índia.

Material para consulta:

ATLAS Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/In%C3%ADcio> Acesso em 9 de dezembro de 2021.

CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. **Anais do Museu Paulista**. vol.21 n.º.2, dez/2013.

DOCUMENTÁRIO “Na Terra dos Potiguara (Episódios da História do Rio Grande do Norte, n. 2)”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Qz7Zg6ozXSM>. Acesso em 9 de dezembro de 2021.

GALLO, Alberto. A divisão do Brasil em 1534-36: uma nova hipótese. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXVII, N.2, p. 145-192, dezembro de 2002.

CAVIGNAC, Julie A.; ALVEAL, Carmen (coord.). **Guia Cultural Indígena**. Rio Grande do Norte. Natal: Flor do Sal, 2019. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/arquivos/guia-cultural-indigena-do-rio-grande-do-norte>. Acesso em 9 de dezembro de 2021.

MOREIRA, Rafael; THOMAS, William M. Desventuras de João de Barros, primeiro colonizador do Maranhão: o achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536. **Revista Oceanos**: João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento. Nº 27 – julho-setembro, 1996.

PEREIRA, Elenize Trindade. Expansão do poder régio nas capitanias donatárias: o caso do Rio Grande nos anos iniciais da união das coroas ibéricas. In: VII Encontro Internacional de História Colonial, 2018, Natal. **Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial**. Mossoró: EDUERN, 2018. v. 1. p. 1.343-1.369.

PEREIRA, Elenize Trindade. **A “terra dos potiguaras” no horizonte da conquista**: a capitania donatária de João de Barros no século XVI. Rio Grande (do Norte): história e historiografia. 1ed.Mossoró: EDUERN, 2021, p. 18-40.

SALDANHA, António Vasconcelos. **As capitanias do Brasil**: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 68-78.





Atividade

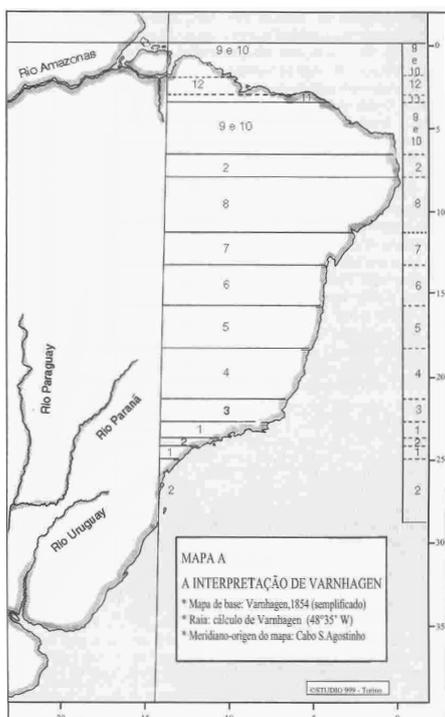
1

Questões para debater em sala de aula a partir da análise das fontes e da contextualização do tema:

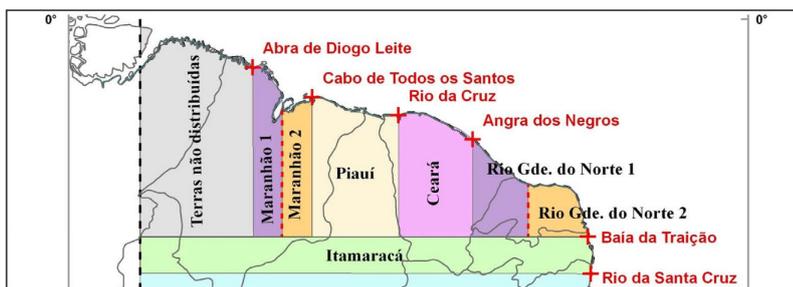
- a- Quais eram os principais objetivos da Coroa portuguesa ao doar as capitanias donatárias no Brasil a partir de 1530?
- b- Por que devemos problematizar a ideia do abandono da Capitania por parte de João de Barros?

2

Abaixo temos o exemplo do resultado de duas pesquisas que chegaram a diferentes representações das capitanias do Norte do Estado do Brasil, entre elas a capitania de João de Barros, futuro território da capitania do Rio Grande. Observe os dois mapas:



Fonte: GALLO, Alberto. A divisão do Brasil em 1534-36: uma nova hipótese. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXVII, N.2, p. 145-192, dezembro de 2002, p. 184.



Fonte: CINTRA, Jorge Pimentel. Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias. *Anais do Museu Paulista*. vol.21 nº.2, dez/2013.

- a- Pesquise com os colegas um mapa com uma representação das capitanias donatárias do século XVI e comente as principais mudanças encontradas.

3

Atividade em dupla para casa:

- a- A turma deverá ser dividida em duplas e cada uma ficará responsável pela busca de informações de uma das capitanias donatárias doadas na década de 1530. A pesquisa deverá ser realizada na página web do Atlas Digital da América Lusa (<http://lhus.unb.br/atlas/In%C3%ADcio>) e deverá responder a seguinte questão: o que aconteceu

com esta capitania até o final do século XVI? O resultado deverá ser apresentado em sala de aula.

Sequência didática:

Tema: A capitania do Rio Grande na História das capitanias donatárias

Objetivo: analisar a situação da capitania do Rio Grande no século XVI, e o próprio sistema das capitanias donatárias, a partir do exame das fontes históricas e do documentário.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: cópias do Guia didático, lousa, piloto, apagador, computador e Datashow para a projeção dos mapas e um documentário.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS101): Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS106): Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema e lançar perguntas introdutórias: o que era uma capitania donatária ou hereditária? Quais eram os objetivos da Coroa portuguesa ao doar as capitanias? O que aconteceu com a capitania doada a João de Barros? As respostas devem ser registradas na lousa no formato de um quadro resumo para que, ao final, sejam comparadas com a resolução das questões da atividade proposta, com a explicação da contextualização do tema. **Desenvolvimento:** fazer a leitura comentada das fontes e explicar a contextualização do tema. Neste momento também será importante anotar na lousa um quadro com os principais pontos da contextualização. Em seguida, organizar um debate com a turma a partir das questões norteadoras da atividade. **Conclusão:** comparar os dois quadros-resumos revisando os pontos centrais do tema.



Segundo dia:

Introdução: revisar os pontos da aula anterior e organizar a apresentação das duplas que deverão expor os resultados da atividade de pesquisa proposta para casa. Na sequência, apresentar um roteiro preparatório de análise do documentário “Na Terra dos Potiguara (Episódios da História do Rio Grande do Norte, n. 2)”. Fazer uma breve apresentação do documentário explicando que se trata de um material áudio visual criado pelo grupo de pesquisa “Espaços na Modernidade” vinculado à Universidade Federal do Grande do Norte.

Desenvolvimento: trazer as seguintes questões no roteiro: quais foram os desafios encontrados pelo capitão donatário para conquistar a capitania? Que estratégia ele adotou para garantir que a capitania continuasse sob seu poder mesmo à distância? E após a conquista realizada pela Coroa, qual foi a principal estratégia adotada para garantir o processo de conquista da capitania? **Conclusão:** orientar, após a projeção, uma discussão coletiva que responda às questões do roteiro preparatório e que compare os casos da capitania do Rio Grande com os demais casos de outras capitanias apresentados pelas duplas no começo da aula.

2 Guerras, acordos de paz e resistência

indígenas nos sertões do Rio Grande colonial

Júlio César Vieira de Alencar

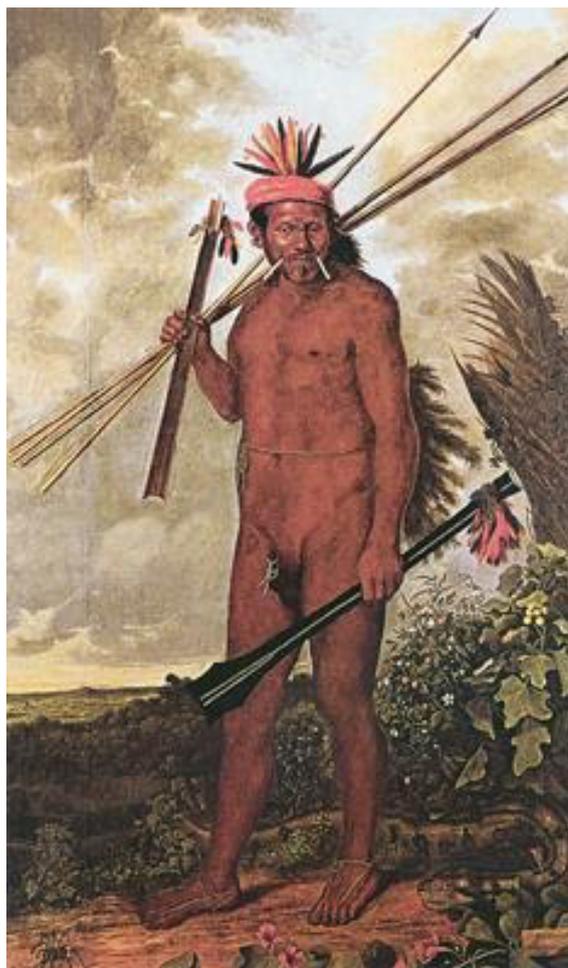
Para refletir:

A conquista dos sertões do Rio Grande, processo que se iniciou na segunda metade do século XVII, encarou uma forte resistência indígena. Quais estratégias, entre a guerra e a paz, foram utilizadas pelos habitantes originários desses espaços na defesa de seus interesses?

Entendendo a fonte: Acordo de paz¹

Após anos de conflitos em defesa de seu território tradicional, localizado nos sertões da capitania do Rio Grande, os indígenas Ariú Pequeno, liderados pelo rei Peca, decidiram fazer as pazes com a Coroa portuguesa em princípios de 1697. O líder indígena – um dos tantos espalhados pelos sertões – dirigiu-se à casa do capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, situada na cidade do Natal, com o objetivo de negociar os termos que definiriam a amizade de seu povo com os moradores luso-brasileiros, estabelecidos com seus rebanhos a partir da sua interiorização. Os Ariú, por meio do acordo de paz, assumiam o compromisso de se portarem como leais vassalos do rei de Portugal.

Bernardo Vieira buscava garantir que o rei indígena e sua gente trilhassem um



Fonte: Albert Eckhout, Homem Tapuia, século XVII.

1 Importante destacar que a pintura do holandês Albert Eckhout reproduz uma série de estereótipos que os europeus possuíam acerca das populações indígenas que habitavam os sertões da América portuguesa. Em oposição aos Tupi, que no século XVII já estabeleciam intensos contatos e trocas culturais com os colonos, os grupos não-Tupi (denominados de forma genérica como "tapuias") eram representados pelos colonizadores como bárbaros, selvagens e inimigos irreconciliáveis, contra os quais a guerra e a escravidão estariam justificadas.

caminho semelhante ao que outras nações dos sertões do Rio Grande – como os Janduí – já haviam seguido, reconhecendo a autoridade da Monarquia lusitana, em troca da garantia de sua liberdade, condicionada a uma série de obrigações. Destaca-se, nesse sentido, o dever de combater os inimigos da Coroa, possibilitando aos Ariú a manutenção de seus hábitos guerreiros e a permanência nas suas terras, localizadas no interior. Tal documento, portanto, não deve ser compreendido simplesmente como uma submissão irrestrita à Coroa portuguesa, mas sim como parte das estratégias – de resistência e de sobrevivência – adotadas por esses indígenas, que percebiam na assinatura de um acordo de paz como uma maneira eficiente de resguardar os seus interesses diante do cenário de avanço da sociedade colonial sobre seus territórios tradicionais.

Os acordos de paz, dessa maneira, seriam uma forma de atuação política dos indígenas diante da situação colonial. Estes documentos possibilitavam que esses grupos obtivessem o reconhecimento de determinados direitos diante do Estado português, como a liberdade e a manutenção de suas terras, o que poderia protegê-los da escravidão e do extermínio indiscriminado, práticas comuns nas guerras de conquista do período colonial.

Fonte histórica:

Cópia do Tratado da paz feita com os Tapuias Ariús Pequenos [1697]

Aos vinte dias do mês de Março deste presente ano nesta Cidade do Natal, Capitania do Rio Grande, nas casas de morada do Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, e em sua presença se achou também o chamado Rei dos Tapuias Ariús Pequenos, por nome Peca, que habitam nos confins desta Capitania no mais íntimo destes sertões; o qual disse que vinha com sua própria pessoa ajustar a paz por estarem todas as nações mais vizinhas, e que residem no distrito desta Capitania unidas na mesma paz e à nossa amizade; o qual disse que em nenhum tempo por si nem por outrem dos seus haveria mais guerra com brancos, e se obrigava a fazê-la a todos aqueles que não quisessem admitir a nossa amizade; e prometia ser fiel vassalo do muito invicto, e poderoso senhor Rei de Portugal nosso Senhor, a quem prometia servir e obedecer [...]; e da sua parte pedia perdão da desobediência e seus erros passados pelos quais prometia não só conceder a que se povoassem os sertões que a seu respeito se despovoaram; senão que com seus soldados ajudaria a fazer currais e casas para se meterem gados nas terras em que habitam, como o haviam feito os do Assu. E com isto o dito capitão-mor lhe deu perdão dos seus erros passados e lhes seguiu a paz que pediam, [...] porém, com as condições contidas nos capítulos seguintes. 1º. Que descendo do sertão às nossas povoações não poderão trazer armas mais que até os sítios que chamam do Taypa ou da Pirituba ou do Jacu e vindo pela praia até a barra do Ceará-Mirim. 2º. Que com os brancos que vão para o sertão do Assu, ou para donde eles habitam, a enviar seus gados, terão toda a conformidade e os ajudarão para os benefícios dos mesmos gados e condução deles pagando-lhes o seu trabalho. 3º. Que se alguma outra nação se rebelar ou desobedecer irão com os brancos a fazer-lhes guerra até os reduzirem à nossa obediência. 4º. Que não consentirão em sua companhia os escravos fugitivos dos moradores, antes os prenderão e trarão abaixo e se lhes pagará a sua diligência. 5º. Que por quanto entre nós vive alguma gente da sua nação, machos e fêmeas, já domésticos, catequizados e batizados, que não pretenderão levá-los consigo para o sertão por não ser justo que sendo batizados, e filhos da igreja, tornem ao barbarismo de que saíram maiormente, porque estão todos voluntariamente contentes, e satisfeitos na companhia dos brancos [...].

Referência: CARTA do Capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, ao rei [D. Pedro II] sobre decisão dos oficiais da Câmara e moradores de Natal de se fazer um presídio no sertão do Açu, que seria sustentado por seis meses pelas farinhas dadas pelos moradores. AHU-RN, Cx. 1, D. 42. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Contextualização:

A segunda metade do século XVII e o início do século XVIII foi um período marcado por intensos conflitos entre os moradores luso-brasileiros e as populações indígenas que habitavam os sertões das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. Esses conflitos foram ocasionados, sobretudo, pelo avanço da atividade pecuária em direção ao oeste, onde se situavam os territórios de diversas nações indígenas, identificadas genericamente pelos moradores da América lusa como “tapuias”.

Nesse contexto, a capitania do Rio Grande – especialmente a região em torno do rio Açu – foi palco de inúmeros embates pela posse das terras próximas aos grandes rios do sertão. Essas áreas eram extremamente importantes para a sobrevivência dos indígenas, que praticavam a caça, a coleta, a pesca e a agricultura nas várzeas dos cursos d’água; assim como possibilitavam aos moradores luso-brasileiros e seus rebanhos que se fixassem nos espaços interioranos da capitania.

Apesar de os primeiros contatos terem sido amistosos, com relatos sobre a troca de presentes e intercâmbio cultural entre os indígenas e os novos moradores do sertão, a década de 1680 marcou o início das tensões entre esses grupos. Resistindo à tomada de seus territórios tradicionais e às outras violências praticadas pelos luso-brasileiros, os indígenas promoveram uma série de ataques às fazendas de gado, o que levou o Governo Geral da colônia a enviar soldados para atuar na capitania: primeiramente, foram mobilizadas tropas de Pernambuco, da Paraíba e do próprio Rio Grande; e, em um segundo momento, os paulistas foram designados para a tarefa.

Porém, nos anos que se seguiram, os conflitos mostraram-se bastante desfavoráveis às forças coloniais. As constantes migrações dos indígenas, o conhecimento que possuíam do território, além do uso de elementos da cultura bélica europeia, como o cavalo e as armas de fogo, deram-lhes uma vantagem nos conflitos. Eram comuns, nesse contexto, relatos sobre incursões e ataques dos “tapuias” até mesmo às povoações localizadas na faixa litorânea e nas proximidades da cidade do Natal, o que mostra o alcance das suas ações de resistência.

A partir de 1692, entretanto, algumas nações indígenas dos sertões – como os temidos Janduí, antigos aliados dos holandeses – passaram a firmar acordos de paz com as autoridades da colônia. Esses documentos, em linhas gerais, possuíam conteúdos bastante semelhantes, com uma série de condições para a manutenção da paz, como o compromisso por parte dos indígenas de aceitar a catequese e a presença de moradores luso-brasileiros nos sertões. Em contrapartida, recebiam a garantia de sua liberdade, sendo reconhecidos como

vassalos da Coroa, possuindo também obrigações militares.

Os tratados rearticulavam as alianças desses indígenas e lhes proporcionavam a inserção na sociedade colonial como homens livres – algo bem mais favorável do que a condição de cativos aprisionados em guerra. É nesse sentido que se deve entender o acordo de paz firmado entre os Ariú Pequeno, representados por seu rei, e o capitão-mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, no ano de 1697. Os indígenas, sob a condição de permitir o estabelecimento dos conquistadores em suas terras e de oferecer-lhes trabalho em troca de pagamento, poderiam permanecer no sertão. Diante das contingências que se apresentavam aos indígenas, com o avanço da presença dos moradores luso-brasileiros no interior e o recrudescimento da repressão às etnias consideradas rebeldes pelas autoridades coloniais, esses acordos poderiam garantir relativa liberdade de ação em seu território.

Cabe salientar que essas alianças não eram estáticas e poderiam variar de acordo com as circunstâncias que se apresentavam para os povos originários. Novos conflitos, decorrentes do interesse dos moradores na exploração de sua mão de obra ou no controle sobre suas terras, poderiam significar o rompimento de tratados firmados anteriormente, o que levava esses grupos indígenas a se rebelarem outras vezes, buscando vias alternativas para resguardar seus interesses individuais e/ou coletivos.

Glossário:

Tapuias: termo genérico utilizado pelos povos indígenas Tupi (habitantes do litoral) e pelos portugueses para se referir às populações que habitavam os sertões. Pertenciam a diversos grupos – ou “nações” –, como os Janduí, os Pega, os Canindé, os Paiacu, os Ariú, os Panati, entre outros.

Nação: expressão utilizada no documento para se referir aos diferentes grupos/etnias indígenas que estavam envolvidos nos conflitos.

Material para consulta:

ALENCAR, Júlio César V. de. **A guerra dos bárbaros e o medo:** fragilidade e ameaça de despovoamento na capitania do Rio Grande durante a segunda metade do século XIX. COSTA, Bruno Balbino Aires da; FERNANDES, Saul Estevam. Capítulos de História do Rio Grande do Norte. Natal: IFRN, 2019. p. 86-119.

BOLOGNESI, Luiz. **Guerras do Brasil.Doc.** YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/VeMlSgnVDZ4>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

LOPES, Fátima Martins. Colonização e resistência. In: _____. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 125-158.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Do litoral ao País dos Tapuias: experiências holandesas. In: _____. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens.** Natal: EDUFRN, 2011. p. 63-108.

POMPA, Cristina. Os “Tapuia”. In: _____. **Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial.** Bauru/SP: EDUSC, 2003. p. 221-291.

PUNTONI, Pedro. Tupi ou não tupi? Uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas no Brasil colônia. **Ethnos – Revista Brasileira de Etnohistória.** Ano II, n. 2, Recife: janeiro-junho de 1998. p. 5-19.



Atividade:



1 Escute e/ou leia atentamente a música a seguir:

Trabandá (Felipe Nunes)

Filho do mato, pegu no casco e no dente...

Eu sou daqui, urucum, pele vermelha

Não são arames e cerca que irão nos derrubar

Desde o início, nos tempos da colônia, matam nosso povo ou tentam nos roubar

Eu sou filho do raio e do vento,

Da mata fechada, das entranhas do sertão

Eu sou Pega, Canindé, Paiacu, Jenipapo, Panatis, Carcará

Bárbaro, amedronto os invasores

Levantei o Muro do Demônio, resisti

Sou a raposa caminhando pela noite

A razão dos pesadelos, dos dias sem dormir

Aprendi a devolver o golpe, correndo a galope pra me defender

Eu sou caboclo de flecha ligeira, gibão e peixeira

Não vou me render

Sou a raiz, a fumaça do mato dos mestres encantados a me proteger

Se por um tempo me escondi

Agora é a hora de aparecer

Se por um tempo me escondi

Não foi por escolha, nem por querer

Eu sempre estive aqui apontando minhas flechas pra ter que sobreviver

rei Caracará e o rei Janduí... rei Caracará e o rei Janduí...

Aldeia Trabandá está aqui...

Fonte: NUNES, Felipe. **Trabandá.** Natal: Rizomarte, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/8c08GzEWNKU>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

A partir das fontes apresentadas, o Acordo de paz e a música, e do que foi discutido em sala, respondam às seguintes questões:

- a- Conjecture sobre as razões que levaram o rei Peca e sua gente a firmar pazes com a



Coroa portuguesa em 1697. Quais seriam os possíveis ganhos para esses indígenas?

- b- Comente sobre as condições estabelecidas pela Coroa portuguesa para firmar as pazes com esse grupo. Quais eram as obrigações assumidas pelos indígenas?
- c- O que mais o acordo de paz revela sobre as relações estabelecidas entre os luso-brasileiros e as populações indígenas na capitania do Rio Grande?



Pesquise sobre a obra do artista potiguar Felipe Nunes e responda:

- a- Quais são as características de suas canções, especialmente no disco Entropykos?
- b- Como a história dos povos indígenas no Rio Grande do Norte é tratada na letra da canção “Trabandá”, de autoria de Felipe Nunes? De que forma o autor aborda as ações desses sujeitos históricos no passado e no presente?
- c- Pesquise sobre as populações indígenas do Brasil e do Rio Grande do Norte atualmente. Quais são as principais dificuldades enfrentadas por essas comunidades?

Sequência didática

Tema: Colonização e resistência indígena na capitania do Rio Grande

Objetivo da sequência: analisar as estratégias e ações de resistência das populações indígenas da capitania do Rio Grande diante do processo de expansão colonial.

Tempo de execução: 4 a 6 h/a

Materiais necessários: lousa, apagador, piloto, cópia do Guia Didático, internet e datashow para música.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

Aplicação da sequência didática:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática, enfatizando a importância de se estudar os conflitos ligados ao processo de conquista e expansão colonial, realizando também a exibição do documentário “Guerras do Brasil”, disponível no Youtube. **Desenvolvimento:** contextualizar o processo de conquista e colonização na capitania do Rio Grande, focando na expansão da atividade da pecuária em direção ao sertão no final do século XVII e a resistência dos povos indígenas que habitavam esses espaços. **Conclusão:** realizar a leitura do texto “Entendendo a fonte”.

Introdução: retomar os principais pontos da aula anterior e introduzir a fonte que será analisada. **Desenvolvimento:** fazer a leitura conjunta do Tratado de paz de 1697, dando ênfase às condições estabelecidas pelo documento e às obrigações assumidas pelas partes envolvidas, além de realizar a escuta da canção “Trabandá”, de Felipe Nunes, discutindo com os alunos sobre as relações entre a letra música e o conteúdo abordado. **Conclusão:** apresentar a atividade, explicando as questões a serem respondidas pelos alunos.

Introdução: dialogar com os estudantes sobre as respostas à atividade e sobre as principais dificuldades encontradas na resolução das questões. **Desenvolvimento:** realizar um debate sobre as respostas da atividade encaminhadas na aula anterior. **Conclusão:** finalizar o debate, retomando os principais pontos trabalhados na sequência didática.

3

As sesmarias no processo de expansão territorial da América portuguesa

Patrícia de Oliveira Dias

Sarah Karolina Sucar Ferreira

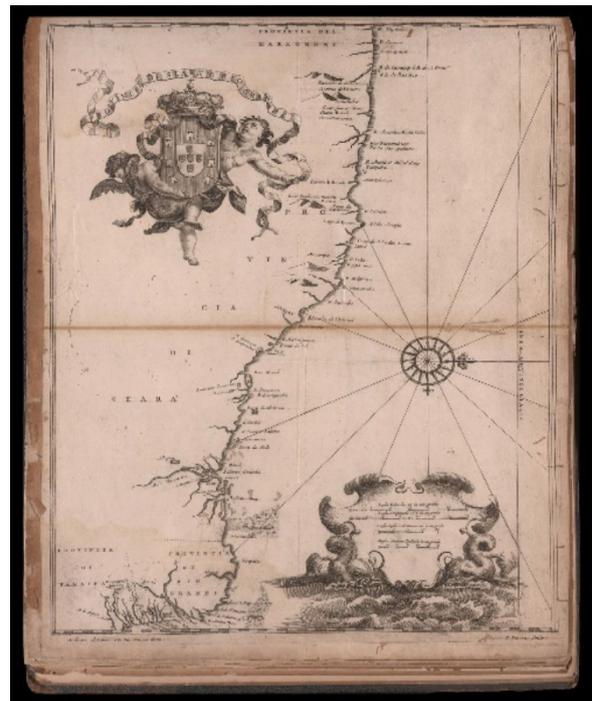
Para refletir:

No Império português, as sesmarias eram lotes de terras doadas pelo rei a sesmeiros, que as solicitavam por petição a um oficial régio responsável pela concessão. Quando doadas, os requerentes recebiam a carta de sesmaria, documento que reunia a concessão da terra e os deveres dos sesmeiros. Será que o sistema sesmarial funcionava conforme a legislação?

Entendendo a fonte: Carta de sesmaria

A carta de sesmaria apresentava todos os trâmites da política oficial de doação de terras da Coroa portuguesa. Sua estrutura variava de acordo com as demandas locais, mas algumas características mantinham-se. Primeiramente, os interessados em solicitar uma sesmaria enviavam uma petição à autoridade responsável pela doação de terras (em geral era o capitão-mor, governador ou outra autoridade responsável).

Nesta petição, deveria conter o nome dos solicitantes (também chamados de suplicantes nos documentos), local de moradia dos requerentes, a área de interesse e sua extensão (medida por léguas, unidade de medida equivalente a 6,6 quilômetros) e quais motivos levaram-nos a pedir essa terra. A autoridade competente enviava as informações da petição para o escrivão, que fazia uma conferência e assinalava para a autoridade se a terra solicitada já havia sido doada a outra pessoa ou não. Se o terreno estivesse livre, o capitão-mor, governador ou outro oficial realizava o despacho, no qual havia a autorização do pedido e eram apresentados os deveres do sesmeiro e as exigências que este deveria cumprir.



Referência: ORAZI, Andrea Antonio. Provincie di Seará e Rio Grande. Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado.

No final do documento, estava registrada a data de doação e as assinaturas da autoridade que efetivou o pedido e das testemunhas daquele trâmite. Uma outra etapa desse processo era a demarcação, na qual o provedor, oficial responsável, averiguaria o tamanho da sesmaria, para se certificar de que condizia com o assinalado na carta, analisando se as condições exigidas estavam sendo cumpridas total ou parcialmente. Após esse processo, o documento era enviado para receber a confirmação real da doação da terra. A carta de sesmaria era enviada à Bahia, para o governador-geral, e de lá passaria para o reino, onde o documento seria confirmado pela autoridade régia e depois voltaria para as mãos do sesmeiro, que passaria a portar o documento oficial de concessão de terras, a carta de confirmação de sesmaria.

Fonte histórica: Carta de sesmaria

Sesmaria doada a Dona Roza Maria e Dona Maria Nogueira, no rio Cururu, em 5 de fevereiro de 1710.

André Nogueira da Costa, capitão-mor do Rio Grande, faço saber aos que virem esta minha carta de doação de sesmaria, que D. Roza Maria e D. Maria Nogueira, moradoras nesta capitania, me enviaram uma petição por escrito afirmando que têm criações, mas não têm terras para criá-las e pedem seis léguas de comprimento e meia légua de largura em cada margem do rio Cururu, a partir da barra que desagua no rio Ceará-Mirim, onde há terras devolutas e desaproveitadas, incluindo terras doadas e não povoadas que foram devolutas pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão. Peço que o provedor da Fazenda Real informe sobre o pedido das suplicantes. Cidade, 3/2/1710, capitão-mor André Nogueira da Costa. Peço que o escrivão da Fazenda Real, com as ordens que há de Sua Majestade, que Deus Guarde, informe sobre o pedido das suplicantes. Rio Grande, 3/2/1710, José Barboza Leal. Senhor provedor, Sua Majestade, que Deus guarde, manda em suas reais ordens se deem as terras devolutas a quem as povoe. Rio Grande, 9/2/1710, José da Silva Vieira.

Senhor capitão-mor, com o reporte do escrivão da Fazenda Real informo a vossa mercê. Rio Grande, 9/2/1710, José Barboza Leal. Faço mercê, em nome de Sua Majestade, às suplicantes da terra e passo carta de data e sesmaria. Por bem do qual meu despacho se passou e mandei passar a presente carta de doação de sesmaria, em nome de Sua Majestade, que Deus guarde, às suplicantes com as seguintes condições: dentro de um ano povoar; medir; demarcar; dar caminhos livres ao conselho para fontes, pontes e pedreiras; pagar o dízimo a Deus dos frutos que delas houver; pedir confirmação de Sua Majestade, em Consulta de seu Conselho Ultramarino. Ordeno ao provedor da Fazenda Real, aos oficiais e aos ministros darem posse debaixo das cláusulas referidas e das Ordenações, Livro 4, Título 43, § 4, sob pena de as terras serem devolutas e se darem a quem as pedir. Para firmeza de tudo, mandei passar a presente carta de doação de sesmaria, por mim assinada e selada com o meu sinete, a qual se registrará nos livros da secretaria deste governo e nas mais que tocar. Sem estas precisas circunstâncias, esta carta não valerá nem terá vigor algum. Dada e passada nessa cidade de Natal, capitania do Rio Grande, em 9/2/1710. André Nogueira da Costa. E eu, José da Silva Vieira, escrivão das sesmarias e das demarcações da Fazenda Real a escrevi.

Referência: Adaptação do documento "Carta de sesmaria doada a D. Rosa Maria e D. Maria Nogueira, no rio Cururu, no dia 5/2/1710. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 2, n. 87, fls. 51, 51v, 52." Este documento também está disponível na Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro sob o código RN 0085. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Contextualização:

No reino português, mediante uma crise de abastecimento, o rei D. Fernando criou a Lei de Sesmarias em 1375. O principal objetivo era promover uma redivisão das terras, na intenção de incentivar a volta e/ou a permanência de súditos da Coroa no meio rural e, consequentemente, o aumento da produção de alimentos.

Durante a conquista e a ocupação da América portuguesa, o sistema sesmarial passou a ser adotado como política oficial de doações de terras. O principal objetivo, na colônia, era ocupar e aproveitar um lote de terra, garantindo a presença portuguesa nas suas possessões.

As etapas existentes nesse sistema de doação de terras consistiam em uma petição de concessão, realizado por pessoas interessadas em aproveitar uma determinada área; após o despacho favorável, a carta de sesmaria era entregue aos sesmeiros, que deveriam cumprir as exigências da lei em um tempo determinado (entre 1 e 5 anos a depender do período em que que foi solicitada). Uma das exigências era a demarcação, um processo que averiguava se os sesmeiros ou sesmeiras haviam povoado e aproveitado a sesmaria recebida. Após o parecer da demarcação, o trâmite seguia para a confirmação da doação, que era dada pela Coroa.

Ao contrário do que ocorreu em Portugal, no Brasil, a Lei de Sesmaria permitiu o surgimento de grandes porções de terras concentradas nas mãos de poucas pessoas. Essas distinções na forma de aplicação e de exercício da lei no Brasil levou a necessidade de elaboração de ordens régias, portarias, resoluções e outros documentos que regulamentavam as doações das sesmarias, de acordo com os acontecimentos específicos de cada local.

Nas décadas finais do século XVII, sobretudo na década de 1690, o rei de Portugal D. Pedro II emitiu diversas ordens régias na tentativa de regulamentar as doações de sesmarias feitas na América portuguesa. Desde a implementação do sistema sesmarial até os anos de governo desse monarca, muitas foram as irregularidades cometidas. Pode ser citado como exemplo de irregularidade o não aproveitamento das terras pelos sesmeiros, em determinados períodos pré-estabelecidos pela Coroa. Outra preocupação de D. Pedro II de Portugal eram as grandes extensões doadas para poucas pessoas, sobretudo àquelas que não tinham cabedal suficiente para povoá-las, o que causava um transtorno para a administração, pois as capitanias continuavam sem súditos. Assim, foi definido na Lei de 27 de dezembro de 1697 que o tamanho máximo de uma sesmaria fosse de três léguas de comprimento por uma légua de largura. Porém, não era sempre que esta regra era seguida.

A lei de sesmaria foi utilizada como política oficial de doação de terras na América portuguesa até 1822. Além dos sesmeiros que se dedicaram a ocupar as terras no Brasil existiam os posseiros, aqueles que ocupavam as terras, as aproveitavam, mas não possuíam a carta de sesmaria. Muitos litígios entre sesmeiros e posseiros foram travados ao longo dos séculos. Fosse para o cultivo ou para manter suas criações, os posseiros foram peças importantes para o processo de ocupação das terras na América portuguesa, pois suas atividades, mesmo que não regulamentadas pela lei de sesmarias, garantia a presença lusitana na América.

Glossário:

Terra devoluta: há duas acepções para este termo. Na América portuguesa eram as terras consideradas não ocupadas ou não aproveitadas por sesmeiros. Mas também eram terras doadas a um sesmeiro e não aproveitadas no tempo determinado e, por isso, devolvidas ao rei para serem doadas a outros interessados.

Suplicantes: denominação para referenciar os solicitantes de uma sesmaria.

Mercê: graça ou benefício dado a alguém.

Provedor: oficial régio responsável por gerenciar a Provedoria da Fazenda Real, instituição que administrava as receitas e despesas de uma capitania.

Material para consulta:

ALVEAL, Carmen. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, 2015.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena História territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, Rafael Ricarte da. **"Sesmarias"**. In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias>. Data de acesso: 29 de novembro de 2021.



Atividade:



Após a leitura da fonte histórica, faça o que se pede:

- a- Quem eram os ou as suplicantes na respectiva fonte?
- b- Quais eram os objetivos dos ou das suplicantes ao solicitar esta sesmaria?
- c- É possível identificar a localização da sesmaria requerida?
- d- Tais terras foram apontadas como devolutas. Explique quais motivos levaram as suplicantes a destacar essa condição.



Leia o texto a seguir e responda o que se pede:

“Não há como negar, ao não partilharmos o território, a nação brasileira do novo milênio tem como herança uma concentração fundiária desumana. Um país de dimensões continentais capaz de construir uma sociedade onde apenas 1% dos proprietários rurais detém 44% das terras, enquanto 67% deles detém apenas 6% das terras. É difícil pensar na recriação da nação brasileira, sem levar em conta tão tristes números. [...] fazendeiros, lavradores e posseiros disputam uma parcela de terra, num jogo de força que nos revela interpretações conflitantes sobre o direito à terra. Ao ocuparem terrenos devolutos nas fronteiras das fazendas, pequenos posseiros desafiaram o poder dos grandes fazendeiros. Mesmo derrotados em suas lutas, eles procuraram defender o que então acreditavam ser justo, ou seja, a legitimidade de sua ocupação em contraponto à ilegalidade da apropriação territorial dos fazendeiros. [...] os fazendeiros procuravam expulsar os chamados “invasores”, ao alegarem que eram senhores e possuidores da área em litígio. Em contraponto, pequenos posseiros e arrendatários, procuravam mostrar a legitimidade de sua ocupação, procurando defender-se ao afirmarem que eram eles, e não os fazendeiros, os primeiros a ocupar a terra em disputa. [...]”

Adaptado de MOTTA, Márcia & PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. Voluntariado e universo rural. Rio de Janeiro, Vício de leitura, 2001.

- a- Com base nas leituras do documento e do texto responda: qual a relação entre a implementação e os desdobramentos do sistema sesmarial na América portuguesa com o contexto de concentração fundiária existente atualmente no nosso país?

Sequência didática:

Tema: O papel das sesmarias na conquista e ocupação da América portuguesa

Objetivo da sequência: Analisar uma carta de sesmaria e seu contexto de produção.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: cópias do Guia didático, lousa, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais;

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: iniciar a aula estimulando os alunos por meio de questionamentos sobre a ocupação das terras da América pelos portugueses: Como as pessoas ocuparam essas terras? Quais eram suas atividades nesses terrenos? Quais continuidades na forma de ocupação das terras podem ser detectadas na atualidade? **Desenvolvimento:** fazer exposição dialogada sobre o processo de ocupação territorial portuguesa na América, destacando as estratégias de conquista e ocupação do território e dos objetivos que esperavam alcançar ao longo desse processo. **Conclusão:** encaminhar a leitura da carta de sesmaria e a resolução da atividade, que poderá ser feita individualmente ou em grupo.

Segundo dia:

Introdução: solicitar que um estudante ou que um grupo se organize para realizar a leitura da carta de sesmaria para toda a turma. **Desenvolvimento:** solicitar aos alunos, após a leitura da carta, que destaquem, grifando o material, os pontos que acharam mais relevantes no documento e estimulá-los a fazer conexões com a exposição dialogada realizada na aula anterior. Importante destacar que esse documento representa a política oficial de doação de terras, mas que existiam muitas pessoas na condição de posseiros. **Conclusão:** pedir que os estudantes apresentem as respostas da atividade e debater a partir da leitura da carta, da atividade e da aula expositiva, com mediação do professor.

4

Economia e fiscalidade no período colonial:

arrecadação de tributos na capitania do Rio Grande

Lívia Barbosa

Para refletir:

Os autos de arrematação eram o método de arrecadação de impostos estabelecido pela Coroa portuguesa em suas conquistas no Ultramar. O auto era uma espécie de leilão público que poderia durar dias. Entender essas fontes é relevante por oferecer informações de como funcionava a economia de algumas regiões da América Portuguesa. Como funcionava a arrecadação de impostos no período colonial?



Fonte: Jean-Baptiste Debret, Cobreadores de Impostos, séc. XIX.

Entendendo a fonte: Auto de arrematação

Alguns dias antes do auto de arrematação, editais eram colocados na porta da igreja matriz, que ficava na praça da Cidade do Natal, para que os interessados ficassem informados do pregão. No dia do auto, os oficiais da Provedoria da Fazenda Real (provedor, almoxarife, escrivão e porteiro) aguardavam os lances dos candidatos a arrematantes. Isso ocorria logo no início do dia, e os oficiais régios ficavam em uma mesa posta no meio da praça da cidade.

Na cidade do Natal, quando um novo lance era dado, o porteiro corria pelos arredores da praça anunciando e gritando o valor que o lançador tinha oferecido, esperando um outro candidato com uma oferta maior. Assim, aquele que fizesse o lance mais alto, até determinado prazo estabelecido pelo provedor, arrematava o contrato; ou seja, o direito de arrecadar o imposto determinado nas cláusulas da negociação. Alguns desses autos eram bastante acirrados, e houve casos em que o porteiro percorreu a cidade até a madrugada anunciando novos lances. A Provedoria do Rio Grande arrecadava principalmente os impostos dos dízimos reais, 10% da produção que incidia sobre o gado, açúcar, pescarias, lavouras e animais de pequeno porte. O arrematador do contrato, chamado também de rendeiro ou contratador, ficava obrigado a pagar o valor ao almoxarife dentro do tempo acordado, fosse em 3 ou 4 parcelas anuais. A arrematação final do contrato era feita com o ato simbólico de passar à

mão do arrematante um ramo verde. Além de servir aos interesses da Coroa e dos cofres do tesouro régio, o contratador lucrava com a arrecadação que ele mesmo administraria, cobrando dos produtores locais. Seu lucro poderia ser alto ou não. A atenção com as condições de produtividade e de economia da região poderia definir seus ganhos, pois períodos de baixa produção afetavam as cobranças. Assim, secas, chuvas, guerras e outras intempéries poderiam incidir na produção e, conseqüentemente, na arrecadação. Por outro lado, a Coroa não precisava lidar com esses riscos, visto que receberia o valor pago pelo contratador definido no auto, muito embora existissem casos de inadimplência do pagamento dos contratos.

Fonte histórica:

Auto de arrematação da capitania do Rio Grande e Siará Grande, 1702

Ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de 1674, aos 23 dias do mês de abril do dito ano, desta cidade do Natal e capitania do Rio Grande e praça dela, donde, em presença do provedor e mais oficiais dela, apareceu o capitão Jorge de França. E por ele foi dito e requerido que ele lançara no contrato dos dízimos sobre o lance de Domingos Dias Moreira, oito mil réis e o que se fazia soma e quantia de quatrocentos e sessenta mil réis, que nisto não haver quem mais lançasse lhe quisesse arrematar o dito contrato no que lance de quatrocentos e sessenta mil réis. A que nisto pelo dito provedor mandou ao porteiro trouxesse em pregão o dito lance de quatrocentos e sessenta mil réis a ver se havia quem por elas mais desse e que o dito porteiro logo fez andando pela praça e um ramo verde na mão dizendo, em alta e inteligível voz: quatrocentos e sessenta mil réis me dão pelos dízimos desta capitania em dinheiro de contado fazer para a Fazenda Real pagos em quatro quartéis e 1% para obra pia pelos dízimos desta capitania dos açúcares, gados, tabacos, pescarias, sais e mais miunças que na dita capitania houver. Há quem mais dê venha-se a mim receber-lhe-ei os seus lances. E assim andou passando pela dita praça até anoitecer, repetindo o dito lance uma e muitas vezes. [...] Nisto, não apareceu quem mais desse por bem de que o dito porteiro tornou a passear pela praça dizendo em alta e inteligível voz e uma e muitas vezes: quatrocentos e sessenta mil réis me dão em dinheiro de contado pagos em quatro quartéis forros para a Fazenda Real, 5% de obra pia pelo contrato dos dízimos desta capitania e a quem mais dê venha-se a mim receberei o seu lance, que já se quer arrematar afronta faço que não se acha mais achara mais, tomara, dou-lhe uma, dou-lhe duas e dou-lhe mais uma pequenina em cima, há que mais dê venha-se a mim que já se arrematar, e andando assim, repetindo até haver o dito lance. E por não haver quem sobre ele mais desse, mandou o dito provedor ao porteiro lhe meter o ramo na mão, que logo fez dizendo: bom proveito lhe faça. E o dito provedor houve por arrematado o dito contrato ao dito Jorge de França no seu lance de quatrocentos e sessenta mil réis o que se obrigou por sua pessoa e bens a pagar em dinheiro de contado aos quartéis na forma do dito contrato, de que tudo fiz este auto de arrematação em que assinou o dito arrematador e o provedor e almoxarife e porteiro, e eu, Domingos Vaz Velho, escrivão da Fazenda Real e Almoxarifado escrevi. Jorge de França / Diogo Mendes Vandernesse / Francisco de Oliveira Banhos

Referência: AUTO da arrematação dos dízimos das capitanias do Rio Grande e do Siará Grande (1702). Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Dízimo - arrematação 1702-1705. Nº caixa ant. (documento sem registro no catálogo). Fls. 81v.- 88. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Contextualização:

Desde 1548, um sistema fazendário começou a se organizar no Estado do Brasil. Como órgão central estava a Provedoria-mor, localizada na Bahia, e nas capitanias, ficavam as Provedorias. A capitania do Rio Grande teve o estabelecimento de uma Provedoria muito cedo. Ainda no início da colonização, por volta de 1612, a instituição foi instalada. A Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande era responsável por administrar os dízimos reais da capitania do Rio Grande e de sua vizinha, o Ceará Grande, que até 1723 não possuía uma Provedoria própria. Na segunda metade do século XVII, observa-se a organização dos primeiros autos de arrematação conhecidos do Rio Grande. Instituídos nos regimentos de Provedores – norma que organizava as competências de uma instituição ou oficial régio – os autos eram um pregão público com a finalidade de definir os responsáveis pela arrecadação de determinado tributo.

A cobrança de impostos era feita geralmente por meio dos contratos, nos quais os arrematadores, por valor ofertado e pago à Coroa, detinham o privilégio de cobrar os tributos em nome do rei. Os arrematantes – também denominados de rendeiros e contratadores – tinham a responsabilidade de arrecadar por sua conta determinado imposto. Uma vez pago o valor do contrato ao almoxarife, acertado no auto de arrematação, o que era arrecadado pelo contratador era de sua posse. O ganho estava na diferença entre o que era pago pelo contrato e o que era de fato arrecadado pelo contratador frente aos moradores da capitania. Os autos de arrematação eram os processos pelos quais os interessados em arrematar contratos faziam os seus lances. Como em uma espécie de leilão, os lançadores apostavam valores para pagamento do contrato, e aquele que desse o maior lance o arrematava.

O regimento dos Provedores definia que os contratos não poderiam ter valor final de arrematação menor que o auto anterior, o que era um mecanismo de proteção da Coroa para que os contratos não tivessem queda em seus valores. Além disso, o provedor deveria mandar colocar os autos em pregão até o mês de novembro de cada ano, para que fossem arrematados em janeiro do ano seguinte. Apesar das regras, a prática poderia ser um pouco diferente. Houve casos de o pregão ser realizado em datas distintas da determinada na norma, como no próprio exemplo apresentado na fonte. Ademais, não era toda vez que os valores dos autos de arrematação aumentavam. Não obstante, observa-se o esforço dos oficiais para que isso ocorresse.

Os autos de arrematação ajudam a entender uma faceta do cotidiano colonial, que era a articulação de homens de negócios e oficiais régios em torno da economia local e da dinâmica de produção. Por essa razão, esses contratadores precisavam estar bem informados da situação da economia local para que obtivessem lucros.

Muito embora, a capitania do Rio Grande não tivesse uma economia voltada para exportação do açúcar, como a capitania de Pernambuco, podemos destacar a produção voltada para a pecuária. O gado era direcionado para o consumo interno e de capitanias vizinhas, e

ainda no aproveitamento do couro e da carne salgada. Um dos casos é a capitania do Ceará, que possuía casas de curtição do couro, salga de carne, caminhos de gado e comércio, cujas mercadorias cruzavam a capitania do Rio Grande em direção a Olinda e a Recife. Além disso, havia a produção de sal, de grande interesse para a Coroa, na Costa Branca, onde hoje localiza-se os municípios de Macau, Areia Branca e Mossoró. As dinâmicas de produção e mercado circulavam em torno do comércio de farinha, peixe, mel, cachaça, frutas, porcos e vários animais de pequeno porte. Alguns destes produtos tinham seu comércio na capitania do Rio Grande regulado ainda pela Câmara da Cidade do Natal, que fiscalizava a venda e o corte de carne fresca, a pesagem e os preços de frutas e de outros produtos para consumo dos moradores locais.

Glossário:

Dinheiro de contado: valor em espécie na moeda corrente. Em alguns casos os contratos poderiam ser arrecadados ou pagos in natura, com a própria produção.

Oficial régio/oficiais: indivíduo que detinha algum cargo ou função atribuída pela Coroa, como Provedor, Escrivão, Governador.

Provedoria da Fazenda Real: instituição colonial responsável por administrar as receitas e despesas das capitanias do Estado do Brasil.

Material para consulta:

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva; ALVEAL, Carmen. **Autos de arrematação:** fiscalidade e contratos dos dízimos reais na documentação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1673-1723). Natal: Flor do Sal, 2018.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. Com os ramos nas mãos, para o lucro dos homens e da Coroa: os autos de arrematação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1673-1723). **Temporalidades - Revista de História**, ISSN 1984-6150, Edição 21, V. 8, N. 2 (maio/agosto). p. 392-408.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. **Cerco aos Magnatas:** a tentativa de arrendar a cobrança sobre o gado no sertão do Rio Grande do Norte colonial provoca uma reação em cadeia que a justiça local não seria capaz de resolver, 2018. Site: Impressões Rebeldes.

BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento:** a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723) [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Natal: EDUFRN, 2021.

DIAS, Thiago Alves. O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio: mecanismo de vigilância e regulamentação comercial na capitania do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de História**. v. 34, n. 68, p. 215 – 236.

MORAIS, Ana Lunara S. Quanto peixe se compra com um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. **Revista Ultramares**, v. 1, p. 196-221, 2014.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001. p. 107-138

ROLIM, Leonardo Cândido. “Tempo das carnes” no Siará Grande: o mercado das carnes secas na vila do Aracati (1710-193). **Saeculum (UFPB)**, v. 2, p. 13- 28, 2013.



Atividade:



De acordo com a historiadora:

A delegação da competência fiscal a particulares (um negociante ou uma sociedade deles) oferecia vantagens à Coroa, como a execução e fiscalização da cobrança de impostos por territórios geograficamente vastos e dispersos. A Coroa desonerava-se, assim, dos custos da montagem de um aparelho burocrático mais amplo. Outra vantagem era poder contar, por antecipação, com uma renda certa. Isto possibilitava um mínimo de projeção e planificação do “orçamento” do reino. (OSÓRIO, 2001, p. 110).

- a- Retome a leitura do tópico “Entendendo a fonte” e junto com o trecho acima reflita e responda: quais as possíveis vantagens para a Coroa na implementação dos contratos como meio de arrecadação?
- b- No auto de arrematação de 1702, é possível observar a insistência do porteiro em anunciar o contrato do pregão público. Por que isso ocorre? De que maneira isso poderia beneficiar à Coroa?



Leia atentamente o trecho a seguir:

O momento da arrematação do contrato era imbuído de uma série de compromissos. Além das “cláusulas” já mencionadas, o auto de arrematação da Provedoria do Rio Grande seguia uma etapa em que simbolicamente ficava estabelecido um vínculo de compromisso do contratador para com a Fazenda Real: os ramos verdes em mãos. Em alguns casos essa etapa é feita durante os lances, antes da arrematação final. [...] Quando o provedor recebia o lance e determinava-o como o arremate final, era colocado nas mãos do arrematante ramos verdes; os ramos verdes em mãos compunham, em um sentido simbólico, o estabelecimento de um compromisso, sendo parte do procedimento do auto de arrematação. Em alguns autos, os ramos são passados apenas ao final da arrematação, somente ao contratador que assumiu o contrato. O porteiro, sob ordem do provedor, colocava nas mãos do contratador os ramos verdes dizendo-lhe “bom prol lhe faça”, em seguida tudo era registrado com a assinatura dos oficiais e do contratador. (BARBOSA, 2021, p. 173, 174)

- a- Retorne ao documento analisado em sala de aula e compare com a citação acima. De acordo com a autora, qual o sentido da imposição dos “ramos verdes” em mãos? Como esse procedimento ocorria? Em que o documento difere ou se aproxima do que a autora apresentou?
- b- É possível identificar alguma semelhança entre o auto de arrematação e as hastas públicas, leilões e licitações atualmente? Com o auxílio do professor e da internet, realize uma pesquisa sobre o assunto.



3 Observe a tabela abaixo:

Quadro 1 - Arrecadação dos dízimos da Fazenda Real do Rio Grande (1600-1723)

Período	Produção sobre a qual recaía a cobrança
1665	Engenhos de açúcar
1673-1700	Gado, açúcar, tabaco, pescados, sal e miunças
1700-1723	Gado, açúcar, lavouras e pescados

Referência: BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1601-1723) [recurso eletrônico] / Lívia Brenda da Silva Barbosa. – 1. ed. – Natal: EDUFRRN, 2021. p. 150.

- a- De acordo com os dados apresentados pela autora, a cobrança dos dízimos reais (10% sobre a produção da capitania) incidia sobre quais produtos? Quais situações poderiam influenciar nesta arrecadação? Argumente.
- b- Faça uma pesquisa e complete a tabela abaixo no intuito de entender como ocorre o processo de arrecadação de impostos, taxas e tributos, atualmente no Brasil. Escolha pelo menos dois impostos/tributos para cada categoria Federal, Estadual e Municipal:

Tributos no Brasil	Tipo de Imposto/Tributo	Sobre o que é cobrado
Federais		
Estaduais		
Municipais		

Vídeos recomendados:

Tributação e desigualdade. Canal Reflexões e Justiça. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=cz1wmq9nZVw>

Impostos no Brasil: como funciona? Canal Politize. Disponível no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=utoclDckB64>

Sequência didática:

Tema: Economia, fiscalidade e sociedade colonial no Rio Grande do Norte

Objetivo da sequência didática: analisar uma fonte de auto de arrematação e seus elementos históricos.

Tempo de execução: 2 a 6 h/a

Materiais necessários: cópias do material didático, lousa, piloto, apagador, celular ou computador com internet.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e lançar perguntas estimuladoras: Como era a arrecadação de impostos no período colonial? Como funciona um leilão?

Desenvolvimento: discutir o que era uma Provedoria da Fazenda real e seu funcionamento.

Contextualizar as características econômicas e fiscais da capitania do Rio Grande. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta do texto “Entendendo a fonte: Auto de arrematação”. Enfatizar o mecanismo utilizado pela Coroa de atribuição da responsabilidade de arrecadar a particulares

e suas implicações: interesses locais, ganhos de negociantes com a arrematação, os riscos da baixa arrecadação com secas e guerras.

Segundo dia:

Introdução: retomar os principais pontos do texto e questionar a turma sobre o que compreenderam. **Desenvolvimento:** apresentar a fonte histórica à turma. Solicitar que identifiquem: onde, quando e quem aparece na fonte. Perguntar aos alunos aspectos que acharam curiosos no processo e destacar alguns elementos como: a semelhança com um leilão, a insistência do porteiro para que o valor do contrato recebesse lances cada vez mais altos e o final do auto com o ritual dos ramos verdes. **Conclusão:** finalizar com a explicação dos principais procedimentos ligados ao Auto de arrematação e seus desafios. Encaminhar a resolução das questões 1 e 2 da atividade.

Terceiro dia:

Introdução: retomar a resolução das questões 1 e 2 da atividade. Explicar aos alunos o que era a cobrança dos Dízimos reais no período colonial. **Desenvolvimento:** encaminhar a resolução da questão 3. Dividir a turma em grupos para que cada um pesquise tipos de impostos no Brasil atual dividindo nas categorias: Federal, Estadual e Municipal. Debater com os alunos a finalidade de cada um desses impostos e preencher conjuntamente a tabela da questão 3-b. **Conclusão:** perguntar se a turma conhece quais eram os impostos pagos pela população brasileira, encaminhar perguntas relacionadas à desigualdade social e tributária e à isenção de impostos dos mais ricos no Brasil. É possível utilizar alguma reportagem ou vídeo que trate sobre o tema como estimulador do debate.

5 Câmaras municipais:

sobre o que legislavam no período colonial?

Kleyson Bruno Chaves Barbosa

Para refletir:

As Câmaras Municipais no período colonial regulavam uma série de atividades do cotidiano das vilas e cidades do Estado do Brasil, por meio de documentos intitulados de posturas municipais. Por meio do exemplo da Câmara da cidade do Natal, será estudada a legislação municipal do século XVIII. Como era o cotidiano das câmaras coloniais?



Referência: Foto de Bruno Bourgard (1908), Acervo do IHGRN.

Entendendo a fonte: Posturas municipais

As Câmaras Municipais coloniais eram instituições que possuíam uma série de competências, condizentes com a sua principal função, que era o gerenciamento municipal. Para isso, regulava e fiscalizava diversas atividades do cotidiano colonial, por meio das chamadas posturas municipais. Nelas, também imputavam multas, penas e até prisões em caso de descumprimento das medidas legislativas por elas arbitradas. Deve-se ter em mente que as Câmaras, de fato, eram ocupadas pelas principais famílias de uma localidade, pelos homens bons, indivíduos que se destacavam por possuírem terras, escravos e gado e serem entendidos como distintos, marcas de uma sociedade hierarquizada.

Anualmente, os oficiais camarários da cidade do Natal eram eleitos e a cada início de gestão eram emitidas as posturas municipais, que refletiam políticas econômicas, espaciais e urbanas que interferiam, não apenas na própria cidade do Natal, mas também na capitania do Rio Grande onde houvesse povoações. Geralmente, as posturas municipais, sob o termo de “editais”, eram divulgadas entre os meses de janeiro e abril, sendo afixadas em papel nos “lugares públicos e costumados”, como o pelourinho, igrejas e demais prédios públicos. Tinha-se por objetivo que esta legislação viesse ao conhecimento mais amplo possível da população “de qualquer qualidade e condição”, bem como elas eram lidas em alta voz por um

funcionário da Câmara, tendo em vista que essa população era em sua maioria analfabeta.

As posturas representavam um dispositivo de regulação que gerava, em contrapartida, a fiscalização por parte de funcionários camarários e a penalização por faltas cometidas. Na estrutura desses documentos, observa-se que havia um padrão, repetido nos anos seguintes. A cada nova gestão camarária que ia assumindo poderia ocorrer a mudança das posturas para os poucos tipos de penalidades ou valores, de acordo com novas conjunturas e necessidades.

Fonte histórica:

Registro do edital dos oficiais da Câmara deste ano de 1710.

Os oficiais da Câmara que este presente ano servimos nesta cidade do Natal, capitania do Rio Grande, por Sua Majestade que Deus guarde etc. Mandamos a todas as pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam que venderem fazendas secas e molhadas, farinha e tudo o mais afilarão suas medidas quaisquer que sejam até o último dia de abril, em o qual tempo será obrigado a ter corrido o afilador toda a capitania, com pena de seis mil réis, e na primeira vereação de maio apresentar o rol de todos aqueles que afilaram e do gênero das medidas que afilou. E todos aqueles que tiverem que vender, ainda que seja lavrador, o não fizer por medidas e pesos afilados, pagará seis mil réis. E o afilador não afilará pesos nem medidas dos proibidos que são cuias e pedras. De que passará escritos o afilador nesta cidade, e dentro dela pelo escrivão da Câmara, pelo qual não levará mais que oitenta réis, e o escrivão da Câmara quarenta réis, e fora da cidade levará cento e sessenta réis pelo escrito, ainda que em cada casa a [ilegível] muitas medidas.

E nenhuma pessoa poderá vender nenhum gênero de medida, digo, de farinha, sem licença deste Senado como é uso, com pena de seis mil réis. Nenhuma pessoa irá com gados fora desta Capitania sem registro em Goianinha com a pessoa que aí nomearmos, pena de quatro mil réis. E o registrador será obrigado, sob a mesma pena, vir dar conta a este Senado a cada seis meses, e ter currais suficientes para recolher os gados, e levará de registro por cada cem cabeças trezentos e vinte réis, e daí para baixo a esse respeito. E o que quiser passar sem registrar, o dito registrador lhe tomará uma ou duas reses que bastam para pagamento de quatro mil réis de condenação. E os oficiais que houverem de usar de seus ofícios quaisquer que sejam serão obrigados a tirar licença deste Senado no tempo de dois meses, e fará as obras debaixo da taxa dos nossos antepassados.

E os que usarem de pescarias nas lagoas Papari e Guaraíras e mais lagoas serão obrigados a tirar licença e o molde da malha da rede dentro dos ditos dois meses, tudo com pena de quatro mil réis. E debaixo da mesma pena serão obrigados a vender ao Povo todo o peixe que quiserem comprar, preferindo sempre os moradores desta Capitania, o que venderão pela postura dos nossos antepassados.

E, outrossim, se não poderá cortar carne nem erguer balança fora do açougue costumado sem licença do contratador ou deste Senado, com pena de quatro mil réis. Debaixo da mesma pena, se não poderá vender carne por mais de um cruzado a arroba.

E todos os moradores desta Capitania que tiverem escravos de serviço serão obrigados a plantar com cada um duas mil covas de mandioca no decurso do ano, sob pena de juízo mil réis de condenação, e serão obrigados a plantar carrapateiros, mamoeiros, algodoeiros e bananeiras, com pena de três mil réis.

Os mestres de barcos serão obrigados a dar entrada a este Senado, em qualquer porto que entrar, a qualquer oficial dela, que lhe dará disso conhecimento para a sua descarga, sob pena de seis mil réis.

E os lavradores de roças não venderão farinha por exorbitantes preços, com pena de se lhe der em culpa nas correções deste Senado e se condenarem conforme suas culpas.

E nenhuma pessoa poderá levar farinha para fora desta capitania para negociar, com pena de seis mil réis.

E este nosso edital se cumprirá tão pontual e inteiramente como nele se contém, o qual se achará em lugares públicos para vir a notícia a todos.

Escrito em Câmara pelo escrivão dela, aos vinte dias do mês de fevereiro de mil e setecentos e dez anos// Domingos da Rocha de Araújo// Manuel da Gama de Araújo// Antônio da Silva de Carvalho// João Malheiros; e não se continha mais o dito edital que aqui registrei, aos vinte e um de janeiro de mil e setecentos e dez anos.

O escrivão da Câmara. Domingos Dias de Barros.

Referência: REGISTRO de um edital da Câmara a respeito de vários assuntos, de 1710. Fundo documental do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Caixa 01 de cartas e provisões do Senado da Câmara do Natal. Livro 5 (1708- 1713). fl. 67v. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão].

Contextualização:

O Senado da Câmara era uma instituição típica do império marítimo português, um dos pilares da sociedade portuguesa, sendo ocupada por membros que compunham os grupos dirigentes coloniais no reino como também nas áreas coloniais. No caso da capitania do Rio Grande, a cidade do Natal foi fundada, em 1599, no projeto de colonização portuguesa. Por volta de 1611, provavelmente, foi formado o primeiro corpo de oficiais camarários dessa povoação. Entre 1633 e 1654, a capitania foi invadida pelos holandeses. Dessa forma, apenas em 1662 foram retomados os trabalhos da câmara que representava a Coroa portuguesa. Se, anteriormente à conquista holandesa, os luso-brasileiros concentraram-se no litoral da capitania, após esse período, a colonização adentrou até regiões do rio Mossoró, ocasionando os conflitos violentos com os indígenas considerados inimigos na “chamada” Guerra dos Bárbaros (1680-1720).

É nesta conjuntura que se forja o grupo camarário da cidade do Natal, que emitiu a postura municipal de 1710. A Câmara do Natal tinha seus cargos principais escolhidos pelo sistema de pelouros. Os homens bons da localidade elegeriam a cada três anos seis eleitores que, por sua vez, escolheriam os representantes para servirem nos principais cargos municipais, distribuídos em três listas que seriam abertas no ano anterior do exercício do mandato dos oficiais.

Os camarários, representantes das principais famílias da capitania, tinham em suas mãos uma variada gama de responsabilidades, refletindo na interferência do cotidiano colonial em matérias fiscais, econômicas, judiciais, entre outras. Dessa forma, tem-se em vista o leque de possibilidades que esses indivíduos tinham de obter benefícios, ao deliberarem sobre diversas responsabilidades que competiam à gestão municipal de uma localidade. À Câmara competia legislar e fiscalizar questões relativas ao cumprimento das ordens emitidas pelo rei, por meio da criação e emissão de posturas, acórdãos, multas e penas executadas e criadas pelos camarários.

Desse modo, câmaras como a de Salvador, Rio de Janeiro, Recife e Natal, eram ocupadas por representantes do poder local que, por sua vez, legislavam sobre aspectos condizentes à urbanização da cidade, realização de ofícios/trabalhos nesse espaço, provisionando abastecimento alimentar para os seus moradores, cuidando da higiene e saúde pública e, inclusive, em questões religiosas, como as procissões. Tudo isso ocorria em nome de um bem comum, revelando o caráter ordenador, fiscalizador e punitivo da instituição camarária. Em contrapartida, não se pode deixar de frisar que ao mesmo tempo tais políticas revelavam que existiam condutas da população que desviavam do padrão estabelecido pela Câmara, sendo os descaminhos e práticas consideradas ilícitas mais frequentes do que se possa conjecturar ao se ler um documento formal como o das posturas.

Sobre estas últimas, aos camarários de Natal cabia emitir as licenças para que vendedores pudessem abrir suas lojas, assim como também as licenças para o exercício dos ofícios mecânicos; determinavam que os moradores deveriam limpar a frente das suas casas, bem como que porcos e cabras não pudessem circular soltos no espaço da cidade do Natal; fixavam locais de registro do gado na Capitania; emitiam licenças para o funcionamento da atividade pesqueira, e determinavam a quantidade de peixes que os pescadores eram obrigados a colocar em determinados lugares da capitania. Ademais, estipulavam os meses nos quais o aferidor de pesos e medidas deveria percorrer a Capitania; os meses proibidos para se pescar; o tempo estipulado para a emissão de licenças dos variados assuntos, depois de fixados os editais na Cidade do Natal e nas ribeiras para conhecimento de todos os moradores; entre outros temas.

Glossário:

Afilador: responsável por afilar (ou aferir) os materiais utilizados para se realizar a venda de mantimentos comestíveis e de bebidas, que eram pesados e quantificados.

Bem comum: A ideia de que os indivíduos que vivem na República (noção de comunidade da época moderna) deveriam contribuir junto às instituições oficiais para o todo, o coletivo da sociedade. Suas ações deveriam basear-se naquilo que privilegiasse a harmonia do “corpo” da sociedade.

Descaminhos: práticas consideradas ilícitas, que iam contra o que a Coroa portuguesa havia determinado em sua legislação como o correto a ser seguido, como o não pagamento de impostos, o desvio de rotas para pagamento desses impostos, entre outros.

Fazendas secas e molhadas: produtos alimentícios, fossem sólidos ou líquidos, respectivamente.

Ofícios: chamados ofícios mecânicos, como pedreiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, etc.

Obras: sentido de execução do trabalho dos ofícios mecânicos.

Registrador: responsável por registrar o gado que passava em boiadas nos caminhos da capitania do Rio Grande para comercializar com outras capitanias, como Paraíba e Pernambuco.

Réis, contado, cruzado: moedas em dinheiro da época.

Reses: animal novo, gado.

Ribeiras: circunscrição que obedecia a uma lógica de divisão do espaço seguindo a arrecadação de dízimos pela Fazenda Real. Também poderia representar divisões de acordo com a lógica administrativa de uma Câmara. Em ambas noções, a proximidade aos rios parece influenciar tais recortes espaciais.

Material para consulta:

ALENCAR, Júlio César. Das insolências que cometem mesmo debaixo de paz: a Câmara de Natal, os tratados de paz com os indígenas e as novas ameaças na capitania do Rio Grande (1692-1729). **Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial, 2018, Natal.** Mossoró: EDUERN, 2018. p. 1248-1264.

ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder; SANTOS, Rosenilson (Orgs.). **Capitania do Rio Grande.** Histórias e colonização na América portuguesa. João Pessoa, Natal: Ideia Editora, EDUFRN, 2013.

ALVEAL, Carmen; BARBOSA, Kleyson. **Posturas e correições:** ações legislativas, fiscalizatórias e punitivas

do poder camarário da cidade do Natal (1705-1760). Natal: Editora Flor do Sal, 2018.

BARBOSA, Kleyson. "No Senado desta cidade, ocupando os melhores lugares dele": um olhar sobre a formação de grupos locais por meio da instituição camarária do Natal (1720-1759). **Revista de História da UEG**, v. 5, p. 130-151, 2016.

BARBOSA, Kleyson. Uma cidade entre porcos, maganos, becos, rios e casas de taipa: administração e políticas urbanas camarárias na cidade do Natal (primeira metade do século XVIII). **Mnemosine Revista**, v. 10, p. 153-194, 2019.



Atividade:



Baseando-se na fonte, nos debates realizados em sala de aula e nas leituras do material didático, responda às seguintes questões:

- a- Qual era a alimentação consumida pela população de Natal que pode ser observada por meio da legislação municipal?
- b- As posturas municipais voltavam-se apenas para a área urbana da cidade do Natal ou é possível observar também sua interferência sobre o mundo rural? Justifique sua resposta por meio de exemplos da fonte histórica de 1710.
- c- Elabore um quadro com as principais obrigações e proibições expedidas pelos camarários de Natal na postura municipal de 1710, seguida das multas/penalidades pelo seu descumprimento.



As Câmaras municipais eram ocupadas pelos chamados homens bons do período colonial. Por meio da leitura da fonte de 1710 e sobre o que você aprendeu nas últimas aulas, responda:

- a- A legislação da postura municipal de 1710 beneficiava a população de algum modo? Estas regras serviam apenas aos interesses dos homens bons ou as duas alternativas eram possíveis? Justifique por meio de exemplos.
- b- Realize uma pesquisa no intuito de descobrir quais os principais assuntos que os vereadores da sua cidade discutiram esse ano na Câmara Municipal e depois responda: as temáticas discutidas são do interesse do seu bairro ou você proporia outras discussões? Quais seriam?

Sequência didática:

Tema: Política e sociedade colonial na capitania do Rio Grande

Objetivo da sequência: Analisar uma fonte de postura municipal e seus elementos históricos, comparando-a com a atualidade.

Tempo de execução: 2 a 6 h/a

Materiais necessários: cópias do Guia didático, lousa, piloto, apagador e papel.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e lançar perguntas estimuladoras: Quais assuntos vocês acham que eram tratados entre os vereadores no período colonial? Quais seriam as pessoas eleitas para ocupar cargos em uma Câmara? **Desenvolvimento:** discutir o que era uma Câmara, bem como quem eram os *homens bons* que a compunham. Contextualizar as características da sociedade colonial, com ênfase na capitania do Rio Grande. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta do texto “Entendendo uma postura municipal”.

Segundo dia:

Introdução: retomar os principais pontos do texto e perguntar a turma sobre o que compreenderam. **Desenvolvimento:** apresentar e ler a fonte histórica junto à turma. Solicitar que anotem pontos que despertam atenção. Elaborar um quadro com os principais pontos dos editais, construindo coletivamente com os alunos a letra “c” da atividade. **Conclusão:** realizar uma revisão dos pontos abordados na aula e solicitar que os alunos pesquisem na internet ou com amigos/parentes/vizinhos sobre as principais matérias discutidas pelos vereadores da sua cidade no momento. Esse exercício pode ser feito em outra aula no laboratório, caso esteja disponível na escola.

Terceiro dia:

Introdução: perguntar à turma sobre os resultados da pesquisa solicitada na aula anterior.

Desenvolvimento: fazer um debate coletivo em torno das perguntas da atividade proposta no material tendo por base a fonte histórica (alimentação consumida no período colonial; interesses do bem comum e interesses particulares), bem como a pesquisa realizada anteriormente (proposituras atuais nas Câmaras Municipais e participação popular).

Conclusão: finalizar os principais procedimentos ligados à postura municipal do período colonial, demarcando sua temporalidade histórica, diferenciando-a das atribuições das Câmaras contemporâneas. Por fim, encaminhar a resolução da atividade proposta no material.

6

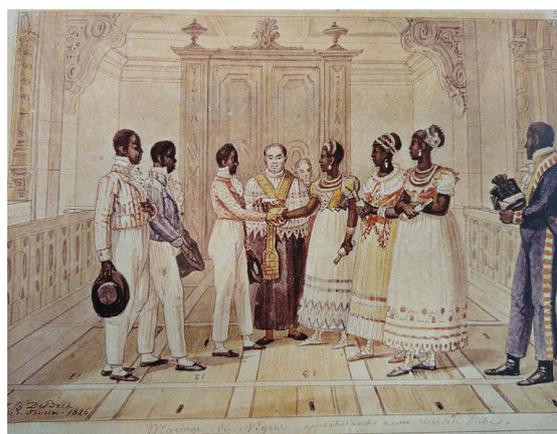
Escravização indígena e africana

na sociedade colonial do Rio Grande do Norte

Danielle Bruna Alves Neves

Para refletir:

Os registros paroquiais de casamento eram documentos produzidos pela Igreja para atestar uniões sacramentadas pelo Catolicismo, oficializando também o matrimônio de cativos durante o período escravagista. Mas qual a importância deste sacramento católico para os cativos na América portuguesa? Como, por meio destes registros, é possível perceber as estratégias de vida e de sobrevivência destes escravizados?



Referência: Casamento entre escravos de família rica, de Jean-Baptiste Debret. Fonte: ARAÚJO, M., MARCICANO, J. P., HELD, M. S. (2019). A obra de Jean-Baptiste Debret como fonte histórica para os estudos dos trajes usados no Brasil no início do século XIX. Revista Do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n.74, set./dec. 2019.

Entendendo a fonte: Registro paroquial de casamento

Os registros de casamento são documentos da Igreja católica, escritos no livro de casamentos pelo vigário responsável pela paróquia onde a cerimônia foi realizada, tendo como base as informações registradas pelo padre que a celebrou em uma certidão levada até a igreja matriz, sede deste espaço jurisdicional. A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, paróquia localizada no litoral leste da capitania do Rio Grande, onde hoje é a região metropolitana da cidade do Natal, possuía capelas e igrejas distribuídas nas áreas próximas aos rios Potengi, Ceará-mirim, Jundiaí, Cajupiranga e Mipibú, com o objetivo de dar assistência religiosa e espiritual aos moradores destes locais, tendo como sede a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, na cidade do Natal.

O padrão seguido pelos clérigos na elaboração destes documentos seguia o modelo exigido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (conjunto de determinações elaboradas pela Igreja católica especificamente para a realidade da colônia portuguesa no Novo Mundo). Apesar disso, muito do olhar de cada vigário pode ser observado nestes documentos, além de cada um destes ter seu modo próprio de elaborar os registros. Devido

à instituição do Padroado, os registros paroquiais de casamento e de batismo possuíam também o valor de um registro civil, e eram inclusive, assim como as escrituras de compra e venda e os testamentos, os poucos registros que poderiam garantir juridicamente a propriedade sobre o escravizado.

No caso dos registros de casamento dos escravizados da capitania do Rio Grande, os documentos apresentavam as informações básicas como o nome dos noivos, a igreja, a identificação do padre e das testemunhas presentes na cerimônia; a condição jurídica dos noivos (o fato de serem escravizados), a qualidade dos noivos (cabra, mulato, crioulo, tapuia, índio, mina, benguela, arda) e o nome dos senhores destes cativos. Os noivos escravizados de origem africana geralmente eram qualificados como “Gentio da Guiné”, “Gentio de Angola”, “Gentio de Arda”, “Mina” ou “Benguela”. Muitas destas expressões estavam relacionadas aos portos onde estes indivíduos embarcaram ou às feiras onde foram vendidos ou adquiridos do que propriamente as suas regiões ou povos de origem. A expressão comumente utilizada para ex-escravizados vindos da África era o termo “preto”. Seus descendentes eram classificados como “crioulos” e os filhos destes com os brancos eram qualificados como “mulatos”.

Essas distinções modificavam-se dependendo da região, do período e do indivíduo que produziu o documento e sua visão de mundo. No caso dos escravizados de origem indígena, as classificações eram, muitas vezes, “índio de nação” ou “tapuia de nação”. “Tapuia”, palavra de origem tupi e apropriada posteriormente pelos colonizadores europeus, era utilizada pelos povos localizados no litoral para se referirem aos indígenas não falantes do tupi e provavelmente usada pelos vigários para se referirem aos escravizados capturados durante os conflitos resultantes do processo de colonização dos sertões e levados para o litoral. As qualidades “mamelucos”, “cabras”, “caboclos” atestam a mestiçagem entre os europeus, os indígenas e os africanos.

Fonte histórica:

Fonte 01: Assento paroquial de matrimônio de 1728

Aos 2 de fevereiro de 1728 anos em capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá deste Rio Grande do Norte, feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino nesta Matriz de Nossa Senhora da Apresentação da cidade do Rio Grande do Norte, onde o contraente é natural, e ambos fregueses desta dita capela do Jundiá, onde ambos são assistentes, e sem se descobrir impedimento, em presença do padre Antônio de Araújo e Souza, de licença minha, e presentes por testemunhas Luís da Costa, mulato, e Manuel da Costa, e Maria Fula, e Felícia crioula, escravos do alferes Roque da Costa Gomes, pessoas conhecidas, se casaram em face de Igreja, solenemente, por palavras Manuel, tapuio de nação Potengi, e Luzia tapuia de nação Caboré, escravos do alferes Roque da Costa Gomes, morador no Coité, lugar desta dita Freguesia do Rio Grande. E logo lhes deu as bençãos conforme aos ritos e cerimoniais da Santa Madre Igreja. E pelo assento que me veio do dito padre, fiz este, em que por verdade assinei.

Manuel Correa Gomes

Vigário

margem: Manuel tapuio e Luzia tapuia escravos

Referência: Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal, Assentos dos casamentos dos pretos e pardos escravos desta Matriz do Rio Grande do ano de 1727 em diante. Caixa Única. Livro 1727-1760.

Fonte 02: Assento paroquial de matrimônio de 1758

Aos 9 de julho de 1758, na capela de São Miguel da Missão da Aldeia de Guajirú desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande, dispensados os banhos pelo Muitíssimo Reverendíssimo Senhor Bispo Dom Francisco Xavier Aranha, como de uma carta sua consta que está em poder do reverendo vigário o Doutor Manuel Correa Gomes, de licença deste em presença do reverendo padre superior da sobredita missão Antônio Álvares da Companhia de Jesus e das testemunhas o capitão-mor Rafael de Moura e o alferes Domingos Caetano, se casaram solenemente em face de Igreja por palavras de presente Miguel cabra, escravo de Dona Francisca Bezerra da Silva, filho legítimo de Paulo Tapuia e de sua mulher Ignácia, preta da costa, escrava da sobredita, natural desta freguesia, com Maria José cabra, escrava que foi do capitão Teodósio Freire de Amorim, natural da vila do Achiras, filha de Francisco Arda e de Domingas Tapuia, escravos do capitão-mor João de Barros Braga, logo receberam as bênçãos conforme o ritual romano de que mandou o reverendo doutor vicevigário fazer este assento em que assinou.

João Freire de Amorim

Vicevigário

Referência: Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal, Assentos dos casamentos dos pretos e pardos escravos desta Matriz do Rio Grande do ano de 1727 em diante. Caixa Única. Livro 1727-1760.

Fonte 03: Assento paroquial de matrimônio de 1766

Aos 7 de janeiro do ano de 1766 às 9 horas da manhã corridos os banhos *juxta tridentinum* sem se descobrir impedimento algum até a hora de seu recebimentos nesta matriz em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas o sacristão Francisco Álvares de Melo, solteiro, e Ponciano da Silva, todos moradores nesta cidade, se casaram com palavras de presente os nubentes João e Rosa do Gentio de Angola, escravos de Dona Antônia Maria Soares e logo receberam as bênçãos na forma do ritual romano de que mandei lançar este assento em que me assinei.

Pantaleão da Costa de Araújo

Vigário do Rio Grande

Francisco Álvares de Melo

Ponciano da Silva

margem: João com Rosa escravos

Referência: Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal, Assentos dos casamentos dos pretos e pardos escravos desta Matriz do Rio Grande do ano de 1727 em diante. Caixa Única. Livro 1760-1769.

Contextualização:

Durante aproximadamente 400 anos, o território do atual Brasil vivenciou uma das instituições mais violentas e marcantes da sua História, cujas consequências podem ser observadas até os dias de hoje: a escravidão. Milhões de indivíduos de origem africana foram transportados à força em navios negreiros para a América, enquanto indígenas eram capturados nos territórios que, paulatinamente, foram invadidos e transformados em espaços coloniais. Neste processo, a Igreja católica teve um papel de destaque, seja no apoio à escravização (como no caso dos escravizados de origem africana) ou no confronto a essa prática (como ocorreu com a escravidão dos povos nativos, em que inúmeros casos de confrontação entre missionários e senhores de escravos foram verificados em diferentes regiões da colônia). A Igreja católica possuía uma importante função ideológica no processo de colonização dos territórios do Novo Mundo. A justificativa de expansão da fé cristã podia ser materializada com a construção de igrejas, capelas e oratórios nos espaços colonizados e na assistência religiosa aos moradores da colônia, com o acompanhamento da Igreja a cada fase da vida destes indivíduos, desde o nascimento (com a prática do batismo) até a união (com o sacramento do casamento) e a morte. No caso dos cativos, este acompanhamento era ainda mais importante, pois estas pessoas eram vistas como bárbaros, necessitados da palavra de Deus e cabia aos membros da Igreja e aos senhores de escravos cristianizar e civilizá-los, mesmo que para isso tenham de manter sua condição de escravizado. Os registros paroquiais de casamento deste período apresentam não apenas o olhar da Igreja católica e a reprodução destas hierarquias sociais, mas também as estratégias de vida e de escolha dos cônjuges destes indivíduos escravizados, assim como os aspectos que caracterizavam essa instituição em cada região da colônia, como no caso do litoral leste da capitania do Rio Grande do Norte, marcada pela escravidão de indígenas, de africanos e de mestiços, frutos da união entre os diferentes.

Por meio das qualidades inseridas pelo vigário da paróquia durante a produção destes registros, é possível perceber não apenas o uso do vocabulário para a reprodução destas diferenciações e hierarquias da sociedade colonial, como também as mestiçagens ocorridas na América portuguesa. As qualidades, termos utilizados para classificar e hierarquizar os indivíduos nesse período, que podem ser verificadas nestas certidões de casamento eram variadas, como, por exemplo: mulatos, crioulos, minas, Gentio de Angola, Gentio da Guiné, ardas e cabras, entre outros. Em muitos casos, estas qualidades estavam ligadas à origem destes indivíduos. Por meio delas, é possível observar se a pessoa era indígena, africana ou resultado do encontro entre eles. Na paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, no litoral leste da capitania do Rio Grande do Norte, os escravizados traficados do outro lado do Atlântico, vindos possivelmente do porto de Recife, e seus descendentes, chamados de crioulos, dividiam espaços com os indígenas capturados durante a chamada Guerra dos Bárbaros – série de conflitos entre os colonizadores e os povos nativos do sertões (conhecidos genericamente como tapuias) motivados pelo processo de conquista no interior

das capitanias do Norte, como Pernambuco, Paraíba, Ceará e o Rio Grande. Estes ameríndios capturados eram escravizados e muitos deles foram levados para o litoral, para trabalhar nas lavouras, nos serviços domésticos, no comércio e nas obras públicas. Com o estudo dos registros de casamento, podemos perceber a frequência em que estes indivíduos se uniram em uma cerimônia legitimada pela Igreja católica. Estas uniões possibilitaram a formação de uma população mestiça nesta região. Além disso, nestes documentos, o casamento de pessoas de diferente condição jurídica – livres ou alforriados casando e construindo novas famílias com os cativos – também puderam ser encontradas. A coexistência da escravidão negra e indígena e a convivência com pessoas livres ou forras nos espaços de trabalho, como as lavouras de cana de açúcar, as roças e currais das pequenas e médias propriedades, nos serviços domésticos e nos espaços urbanos; e de sociabilidade, como a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, poderia ter possibilitado a construção destes laços familiares.

A constituição de famílias composta de cativos, possivelmente uma prática que beneficiou estes indivíduos, era uma forma de transmitir sua cultura de origem na medida do possível, e de auxiliar no enfrentamento das angústias cotidianas do cativo, além de uma estratégia de ascensão social ou de conquistar a liberdade. Compreender estes indivíduos como sujeitos da História e, não como cativos passivos a sua dominação, contribui para a construção de uma História menos eurocêntrica e focada no protagonismo dos brancos, algo necessário em uma sociedade historicamente marcada pelo racismo e pelo estabelecimento de estereótipos discriminatórios.

Glossário:

Banhos: proclamação feita pelos sacerdotes católicos anunciando o matrimônio com o objetivo de descobrir algum impedimento à realização do casamento.

Freguesia: sinônimo de paróquia, espaço jurisdicional da Igreja Católica.

Dispensa: processo que antecede a cerimônia de casamento para que o casal obtenha a permissão para casar.

Concílio Tridentino: conselho realizado pelos membros da Igreja Católica entre os anos de 1546 até 1563, com o objetivo de reformar a instituição, garantir a disciplina eclesiástica e reagir diante do avanço do protestantismo.

Companhia de Jesus: ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola, cujos membros são conhecidos como jesuítas.

Nubentes: indivíduos que irão se unir em matrimônio, noivos.

Fula: povo mulçumano dedicado ao pastoreio, que vivia na região entre os atuais países africanos Senegal e Gâmbia, mais especificamente no centro da bacia do rio Senegal, na chamada África Ocidental.

Tapuia: termo genérico utilizado para se referir aos povos indígenas não-tupi.

Preto da costa: provavelmente se refere aos indivíduos escravizados vindos da Costa da Mina.

Material para consulta:

DIAS, Dayane; ALVEAL, Carmen. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura**, Campinas, v. 25, p. 57-80, 2017.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte:** história e mestiçagens. Natal: EDUFRN, 2011.

MONTEIRO, Denise M. **Introdução à História do Rio Grande do Norte.** Natal: EDUFRN, 2007.

PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo:** uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações da família escrava-Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SLENES, Robert W. Robert Slenes fala sobre o desenvolvimento da historiografia africanista. Youtube, 2 de maio de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/Fce9Skqd36w>> . Visto em 12 de dezembro de 2021.

LOPES, Fátima. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.



Atividade:



Analise os registros paroquiais de casamento e responda:

a- Preencha a seguinte tabela com as informações que você retirou dos registros de casamento.

Dados	Primeiro registro	Segundo Registro	Terceiro Registro
Noiva			
Condição Jurídica da Noiva			
Qualidade da Noiva			
Naturalidade da noiva			
Noivo			
Condição Jurídica do Noivo			
Qualidade do Noivo			
Naturalidade do noivo			
Igreja ou capela onde foi realizada a cerimônia			
Padre			
Vigário que escreveu o registro			
Testemunhas e suas qualidades			
Condição jurídica das testemunhas			
Pais do noivo			
Pais da noiva			
Qualidade dos pais do noivo			
Qualidade dos pais da noiva			
Condição jurídica dos pais do noivo			
Condição jurídica dos pais da noiva			
Impedimento e dispensas			

- b- O registro de casamento é um documento da Igreja católica que atestava a ocorrência da união entre duas pessoas perante o mundo cristão - “em face da Igreja”, como destaca o próprio documento. Escrito pelo vigário responsável pela paróquia no livro de casamentos da matriz a partir de uma certidão enviada pelo padre que celebrou a cerimônia, o documento apresenta o olhar do vigário sobre essa sociedade e seus valores sociais e religiosos. Leia atentamente os registros de casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação e disserte como o olhar do vigário pode ser observado nestes documentos.
- c- Leia o texto abaixo e responda:

Qualidade, segundo o historiador Eduardo França Paiva (2015), é um conceito típico do período moderno, frequentemente utilizado também no contexto da colonização lusitana e hispânica no Novo Mundo, e que se trata de uma série de termos que classificam e hierarquizam os indivíduos nessas sociedades. Havia, portanto, uma desigualdade baseada na qualidade dos indivíduos. Entre os que eram considerados de alta qualidade ou de baixa qualidade, aqueles que estavam mais próximos ao mundo da escravidão, eram os mais rebaixados. Geralmente estas expressões estavam ligadas à origem, às características físicas (formato do nariz, da boca, do rosto ou cor do cabelo e dos olhos, estatura), à religiosidade, e dentre outros, à cor, e se diferenciam da condição jurídica (livre, escravo ou liberto), outra forma de diferenciação dos indivíduos neste período. Palavras como negro, preto, crioulo, cabra, mulato, Gentio de Angola, benguela, tapuia, índio, eram comumente utilizadas no cotidiano colonial para “qualificar” as pessoas que faziam parte desta sociedade. Este processo de classificação dos indivíduos era subjetivo, dinâmico e ligado à hierarquização da sociedade e não necessariamente às questões do racismo científico e biologizante desenvolvidos por volta do século XIX. Em alguns casos, um indivíduo poderia nos documentos coloniais aparecer com qualidades diferentes no decorrer do tempo ou a qualidade desaparecer durante um processo de ascensão social. [Texto da autora]

A partir do texto, levante algumas hipóteses de como a qualidade e a condição jurídica poderia facilitar ou dificultar a inserção dos noivos Manuel e Luzia, Miguel e Maria José e João e Rosa nesta sociedade hierarquizada; a importância dos casamentos neste processo de inserção social destes indivíduos, assim como o porquê de o mundo da escravidão ter sido um ponto de referência para determinar a posição social e o status destas pessoas na hierarquia social. Elabore um texto de uma página com estas hipóteses.

- d- Leia o seguinte trecho da obra do historiador Robert Slenes:

Não concordo, portanto, que a família escrava deva ser considerada um fator estrutural na manutenção e reprodução do escravismo [...]. Segundo Florentino

e Góes, as “relações parentais” introduziram a “paz” na senzala, isto é, criaram uma nova sociabilidade entre pessoas de procedências diversas, retirando-as de um estado de guerra “hobbesiano”, de “todos contra todos”, e dando-lhes certo interesse em “tocar” adiante sua vida, sem arriscar confrontos com a casa-grande. De fato, ao formarem tais laços, os escravos aumentaram ainda mais sua vulnerabilidade, transformando-se em “reféns”, tanto de seus proprietários quanto de seus próprios anseios e projetos de vida familiar. Isto não quer dizer, no entanto, que foram necessariamente impedidos de criar uma comunidade de interesses e sentimentos e virar um perigo para os senhores. Ao contrário, o refém normalmente tem motivos para identificar-se com outros na sua situação; e não faltam casos, na história, de outros grupos subalternos — também, em certa medida, “reféns” dos poderosos — que encontraram o caminho da solidariedade (SLENES, 2000, p. 59-60).

Com base na leitura do texto supracitado, discuta com seus colegas e o professor sobre a importância da formação de uma família para os casais Manuel e Luzia, Miguel e Maria José e João e Rosa neste contexto. Escreva um texto dissertativo de uma página no qual você desenvolva um argumento de como essas famílias poderiam encontrar estratégias de resistência frente à escravização e de agência na construção de relações de sociabilidade no contexto colonial.

Sequência didática

Tema: Formação de famílias e escravidão no Rio Grande do Norte

Objetivo da Sequência: Analisar e discutir sobre o casamento e as famílias de escravizados por meio de registros paroquiais de casamento datadas do século XVIII

Tempo de execução: 4 a 6 h/a

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento, etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias

e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: iniciar a discussão sobre a escravidão durante o período colonial, uso da mão-de-obra indígena e africana e como esta instituição tornou-se a base da economia, lançando para a turma questões como: qual a imagem que vem à cabeça quando se fala sobre escravidão no Brasil? Como eram esses indivíduos submetidos à escravidão? De onde eles vieram? Eles formavam família? Eles casavam? Essas uniões eram importantes para eles? **Desenvolvimento:** fazer a leitura do texto “Entendendo a fonte: registro paroquial de casamento”, destacando as principais características da escravidão na capitania do Rio Grande e contextualizando a sociedade, a religiosidade (marcadamente católica), a cultura e os valores desta localidade no período colonial. **Conclusão:** discutir com os alunos sobre o que eles entenderam sobre a escravidão, a religiosidade e o papel da Igreja, e as hierarquias sociais, que poderiam ser verificadas inclusive no vocabulário utilizado no cotidiano na colônia portuguesa na América.

Segundo dia:

Introdução: retomar a discussão iniciada na aula anterior. **Desenvolvimento:** Separar a turma em grupos e apresentar a fonte para os alunos. Solicitar que eles, juntos, preencham a tabela disponível na própria atividade. **Conclusão:** relacionar as informações encontradas nestas fontes com o que foi discutido anteriormente, sobre o papel da Igreja católica nesta sociedade, a escravidão e as distinções sociais, assim como ressaltar a importância destes matrimônios para construção de laços familiares que ajudassem esses cativos na preservação de aspectos de sua cultura e a construção de estratégias de vida.

Terceiro dia:

Introdução: retomar a discussão das aulas anteriores. Solicitar que os alunos apresentem as informações que eles conseguiram identificar na atividade passada. **Desenvolvimento:** solicitar que os alunos, em grupo, respondam as outras questões da atividade proposta. Depois de finalizadas, as respostas dos grupos devem ser discutidas coletivamente com toda a turma. **Conclusão:** finalizar a discussão retomando as ideias principais, os conceitos debatidos e os resultados obtidos com as atividades realizadas com a turma.

7

A aclamação de D. Pedro I

na Província do Rio Grande do Norte

Bruno Balbino Aires da Costa

Carmen Alveal

Para Refletir:

Em janeiro de 1823, autoridades políticas, eclesiásticas e militares do Rio Grande do Norte reuniram-se na Matriz e na Praça da cidade do Natal para festejar a Aclamação e a Coroação do Imperador do Brasil. Qual o significado desta comemoração?



Referência: Aclamação de D. Pedro. Jean-Baptiste Debret.
Óleo sobre tela 70,00 cm x 48,00 cm

Entendendo a fonte:

Termo de Aplauso, Aclamação, Coroação de Sua Majestade Imperial

No dia 22 de janeiro de 1823, a Junta Governativa, a Câmara de Natal e representantes da sociedade civil, militar e eclesiástica por meio do Termo de Aplauso, Aclamação, Coroação fizeram questão de expressar e oficializar um juramento de obediência e fidelidade ao Imperador do Brasil, por ocasião de sua aclamação e coroação, ocorridas no Rio de Janeiro em outubro e dezembro de 1822, respectivamente. Esse documento foi remetido à Corte do Rio de Janeiro, expressando a postura adesista da Província do Rio Grande do Norte a D. Pedro.

Juntas Governativas e Câmaras Municipais de vilas e cidades de outras províncias, redigiram, ao seu modo, documentos oficiais, semelhantes ao Termo de Aplauso, Aclamação e Coroação, e enviaram à Corte com o claro intuito de enaltecer a Independência do Brasil e assinalar a adesão das autoridades locais ao novo soberano. O ato de aclamação chancelou a adesão da província ao Imperador daí a importância de enviá-lo à Corte, documentando sua aceitação.

Em linhas gerais, o Termo de Aplauso, Aclamação e Coroação remetido ao Rio de Janeiro, explicitava as seguintes informações: a) citação da data em que os órgãos oficiais da Província, no caso a Junta Governativa e as Câmaras Municipais, reuniram-se em Assembleia; b) menção aos grupos políticos e às representações da sociedade que participaram dos festejos da aclamação; c) apresentação de como ocorreu a aclamação; d) demonstração

de obediência e fidelidade ao novo soberano; e e) lista dos nomes dos signatários que subscreveram o termo e suas respectivas ocupações na esfera da administração pública da Província ou em cargo eclesiástico.

O Termo de Aplauso, Aclamação e Coroação foi assinado, majoritariamente, por grupos que detinham o controle político e burocrático da Província do Rio Grande do Norte, atuando tanto nas Câmaras Municipais, como nas instâncias militares, como por exemplo, as tropas de linha. Na listagem dos nomes não há qualquer menção à posição social e/ou econômica dos signatários do termo, bastando apenas a explicitação ocupada na esfera da administração pública. De maneira geral, o documento foi redigido por indivíduos que advinham, em sua maioria, da chamada fina flor da sociedade, contando com a anuência de outros segmentos sociais.

Ao fazer uma leitura mais atenta do documento, constata-se a presença do termo “povo”. É preciso assinalar que a noção de “povo” no século XIX tinha um significado abrangente, podendo denotar uma classe, uma parte significativa da nação, quanto a própria ideia de nação. Isso significa dizer que, embora esteja presente no documento, o referido termo não remete, necessariamente, às pessoas pobres ou excluídas da sociedade. É possível que o sentido do conceito de “povo” expresse os indivíduos que moravam nas vilas ou cidades da Província. Eram moradores que não possuíam cargos políticos ou administrativos nas instituições políticas locais, nem detinham grandes poderes aquisitivos, mas que, possivelmente, estavam inseridos, de alguma forma, no espaço público e no mundo do trabalho sem, no entanto, serem escravos.

A menção aos grupos políticos e sociais no Termo de Aplauso, Aclamação e Coroação evidencia a clara intenção de demonstrar ao Imperador a ampla adesão da Província a sua aclamação e coroação. Todavia, antes de assinarem o termo, os membros das Câmaras Municipais e lideranças religiosas em alguns lugares do Brasil realizaram festas e missas alusivas à aclamação de D. Pedro. No Rio Grande do Norte, os membros do alto escalão da administração pública e política da Província, em ação conjunta com o clero da capital, organizaram uma missa solene e Te-Deum na Matriz em ação de graças à aclamação ao Imperador, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1822. Por que essa cerimônia era tão importante para as lideranças políticas?

Logo após o episódio do “Grito do Ipiranga”, celebrado como o Sete de Setembro, era urgente, para os grupos políticos que orquestraram a Independência do país, dotar o novo governante do Brasil de atributos e atribuições reais. As investidas da aclamação e de coroação, tão comuns aos ritos da encenação do poder das realezas europeias, foram prontamente mobilizadas para conferir a D. Pedro uma legitimidade como o chefe soberano da nação independente. Fazia-se necessário articular a imagem de D. Pedro à condição de cabeça do novo corpo político que estava sendo construído. Em outras palavras, era preciso estabelecer o elo entre o Imperador e o seu Império, D. Pedro e o Brasil. As festas de aclamação e coroação foram fundamentais para dar visibilidade e legitimidade ao novo contrato social erigido no país, na ocasião de sua independência. Não é por acaso que nos primeiros anos

da década de 1820, as celebrações das datas de 12 de outubro, dia da aclamação de D. Pedro, e de 2 de dezembro, dia da sua coroação, foram mais importantes que a comemoração do 7 de setembro. Por todo país, ocorreram atos de aclamação e coroação centrados na figura de D. Pedro. No Rio Grande do Norte não foi diferente.

Fonte histórica:

Termo de aplauso

Aos vinte dois dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e vinte e três nesta Cidade do Natal, Província e Comarca do Rio Grande do Norte, na Casa da Câmara dela, onde se achavam presentes o Presidente do Governo e Secretariado do mesmo, o Juiz Presidente e mais Membros do Senado da Câmara, Oficialidade da primeira e segunda linha, Clero, Nobreza e Povo desta Cidade e termo e de parte desta Província para assistirem ao público festejo feito na Matriz e Praça desta mesma Cidade em louvor a Aclamação e Coroação de Sua Majestade Imperial Defensor Perpétuo do Reino do Brasil o Augusto Senhor Dom Pedro d'Alcantara, a quem rendem toda obediência e fidelidade, de que com muito prazer e alegria davam continuados vivas ao mesmo Augusto Senhor, e para constar mandarão fazer este termo em que aqui assinaram.

Presidente, Manoel Pinto de Castro; Secretário, Manoel Antônio Moreira; Joaquim José Gomes, Juiz Ordinário; Vereador Lourenço José de Moraes Navarro; Vereador José Lino Rangel; Procurador, Miguel Avelino do Rego Barros; Ouvidor pela lei, José do Rego Bezerra; Feliciano José Dornelas, Vigário da Cidade; Antônio Germano Cavalcante, Sargento-mor, Comandante do Batalhão de linha, José Gabriel Roiz Pinheiro, Juiz Interino d'Alfândega; Pedro Barbosa Cordeiro; José Barbosa de Góis; Antônio Marquez do Vale; José Domingues Bezerra de Sá, Tenente da Cavalaria; Lázaro Lopes Galvão; Antônio José de Souza Caldas, Quartel Mestre de Milícia; Dionísio da Costa Soares, Capitão da Milícia; Simão Judas Tadeu, Vigário em São José; Gabriel Arcanjo Lira; Roberto da Costa Gomes, Capitão de Milícias; [...] José Alexandre Gomes de Melo, Cap. De Ordenança; Antônio José de Seabra e Vasconcelos, Tesoureiro da Alfândega; Joaquim Lino Rangel, Tenente de Milícia; Francisco Antônio de Souza Praça, Cap. da Fortaleza; Manoel André de Paiva, Administrador de São Gonçalo; [...] o Pe. Antônio Xavier Garcia de Almeida e Castro; Luiz José de Medeiros, Cap. de Ordenança; Manoel Barbalho Bezerra, Tenente de Milícia;/Leonardo Bezerra Cavalcante, Cap. de Ordenança; Bento José Fernandes Barros, Cap. de Ordenança; [...] Francisco Xavier Garcia, Prof. Régio de Latinidade; Francisco Machado do Rego Barros, Capitão; José Nicolau da Costa Freire, Escrivão Deputado da Junta da Fazenda Pública; Clemente Pio de Andrade, Escrivão dos Feitos da Fazenda Pública; Manoel Gomes da Silva, Juiz de Órfãos, [...].

Referência: Livro de Vereações do Senado da Câmara, 1815 a 1823 (adaptado). In: LYRA, Augusto Tavares de. A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte (Algumas notas sobre a História Política do Rio Grande do Norte). Rio de Janeiro: Pongetti, 1972. p. 172

Contextualização:

Em abril de 1821, D. João VI, pressionado pelas Cortes lusitanas, retornou a Portugal deixando seu filho Pedro como príncipe-regente do Brasil. Fortalecidas politicamente graças à

Revolução Liberal do Porto, as Cortes portuguesas desejavam o restabelecimento do exclusivo colonial, o que implicaria na recolonização do Brasil, restaurando antigos monopólios. Além disso, havia o receio de reinserção dos privilégios lusos e anular a autonomia administrativa constituída por ocasião da criação de vários órgãos instituídos por D. João VI, quando de sua vinda ao Rio de Janeiro, em 1808, e pela regência do seu filho. Ordens provenientes de Portugal possibilitaram o deslocamento de várias repartições governamentais e solicitaram o regresso imediato de D. Pedro para a antiga metrópole. Grupos políticos e econômicos, especialmente de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, não viam com bons olhos essas medidas por parte das Cortes portuguesas, já que representariam a recolonização do Brasil, isto é, o retorno à sua condição anterior a 1808.

No decorrer de 1822, panfletos e jornais circulavam no Brasil, discutindo de que maneira a ruptura com Portugal seria estabelecida. Para os grupos políticos do eixo Minas-Rio de Janeiro-São Paulo, fazia-se necessário elaborar um projeto de país que alinhasse os vários interesses das localidades mais distantes do Brasil com aquela região, que se colocava como um lugar central e hegemônico. Para assentar as bases desse projeto, José Bonifácio aconselhou D. Pedro a formar um Conselho de Procuradores, com representantes advindos de todas as províncias, com o intuito de se reunirem no Rio de Janeiro para deliberar sobre os destinos da nação. O príncipe-regente acatou o conselho de José Bonifácio, afinal era necessário evitar o perigo da fragmentação territorial do Brasil, tal como ocorrera no processo de emancipação das ex-colônias da América espanhola, transformadas em Repúblicas. Diante da pressão vinda de Lisboa para recolonizar o Brasil, e o receio do esfacelamento territorial, era muito importante para os grupos políticos do eixo Minas-Rio de Janeiro-São Paulo construir um novo país a partir dos laços com D. Pedro. E por que a opção por um monarca? Estes grupos perceberam que D. Pedro era a melhor opção para ocupar o espaço público e representar a soberania do país. Em outras palavras, optou-se por um país independente, mas assentado em uma monarquia constitucional, corporificada por D. Pedro.

Ao longo de 1822-1823, várias Câmaras Municipais espalhadas pelas províncias do Brasil foram aderindo a D. Pedro e a um projeto de Constituição brasileira, desligando-se, aos poucos, de Portugal. A adesão das Câmaras não ocorreu no mesmo ritmo nem da mesma maneira. Em algumas províncias como: Bahia, Ceará, Maranhão e Pará, a adesão ocorreu com o emprego da violência militar, diferente do que acontecera com as Câmaras Municipais das províncias da região de Minas-Rio de Janeiro-São Paulo que se alinharam mais rápida e francamente ao príncipe-regente.

Logo após o 7 de setembro, D. Pedro foi aclamado em 12 de outubro e coroado em 2 de dezembro no Rio de Janeiro. As festas de aclamação e coroação do Imperador trataram de entronizá-lo e estabelecer o vínculo entre o povo e o seu soberano. Essas festas percorreram o recém-país independente. A Câmara da Corte enviou ao Senado da Câmara de Natal a notícia da aclamação de D. Pedro que fora lida na sessão do dia 11 de dezembro de 1822. Nesse mesmo dia, os camarários de Natal trataram de convidar as Câmaras vizinhas da

capital para celebrarem, no dia 22 de janeiro de 1823, a aclamação e coroação do Imperador do reino do Brasil, o que demonstra a total adesão da Província a D. Pedro e à monarquia constitucional, sem apresentar qualquer movimento de contestação.

Glossário:

Batalhão ou tropa de linha: tropas pagas compostas por oficiais que integravam a estrutura militar do reino português.

Casa da Câmara: termo equivalente às Câmaras Municipais, órgãos encarregados da administração pública no âmbito local (vilas, cidades)

Comarca: território correspondente à divisão judiciária do Brasil.

Fina flor da sociedade: termo que denota a aristocracia de uma dada sociedade.

Te-deum: hino sacro que expressa ações de graças.

Material para consulta:

DIAS, Elaine Cristina. **A representação da realeza no Brasil:** uma análise dos retratos de D. João VI e D. Pedro I, de Jean-Baptiste Debret. Anais do Museu Paulista (Impresso), São Paulo, v. 14, n.1, p. 243-261, 2006.

LYRA, Augusto Tavares de. **A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1972.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sagração de D. Pedro I (1822). **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 133-159, 2009.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. A adesão das Câmaras e a figura do Imperador. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.18, n.36, p. 367-394, 1998.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada:** o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999



Atividade:



Levando-se em consideração a fonte, os debates realizados em sala de aula e as leituras do material didático, responda às seguintes questões:

- a- Do ponto de vista político, qual a importância da festa de aclamação e coroação para D. Pedro?
- b- Quais grupos sociais da Província do Rio Grande do Norte participaram do festejo?
- c- Qual o significado político da festa de aclamação e coroação de D. Pedro para estes grupos sociais do Rio Grande do Norte?



Com o auxílio do professor e da internet, realize uma pesquisa sobre as festas de aclamação e coroação de D. Pedro, ocorridas em outras províncias do Brasil. Em seguida, responda às seguintes questões: onde e quando ocorreram? Quais grupos sociais participaram dos festejos?

Sequência didática:

Tema: Aclamação e Coroação de D. Pedro.

Objetivo: Analisar a fonte sobre aclamação e coroação de D. Pedro na província do Rio Grande do Norte.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: cópias do guia, lousa, internet, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

EM13CHS101-Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e lançar algumas perguntas: O que é uma aclamação e uma coroação? Quais os significados desses rituais políticos? **Desenvolvimento:** contextualizar o processo de Independência do Brasil e, em seguida, problematizar o significado da aclamação e da coroação de D. Pedro na província do Rio Grande do Norte para os grupos políticos dominantes. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta da fonte presente no guia e do texto “Entendendo os termos de Aclamação e Coroação”.

Segundo dia:

Introdução: retomar os principais pontos da fonte e do texto “Entendendo os termos de Aclamação e Coroação”, avaliando a compreensão da turma acerca do tema. **Desenvolvimento:** fazer um debate coletivo em torno das respostas da atividade proposta no material. **Conclusão:** realizar a resolução da atividade proposta no Guia didático.

8

Populações indígenas

e o mito do desaparecimento no Rio Grande do Norte

Thiago Alves Dias

Para refletir:

Durante o século XIX, diversos Presidentes de Província, quando elaboravam seus relatórios anuais, propagandeavam que as populações indígenas haviam desaparecido. Essa invenção, presente nos documentos oficiais, seguia para a capital do Império do Brasil no Rio de Janeiro e era partilhada por setores diversos da sociedade local. Quais as motivações que levaram a classe política local a inventar que as populações indígenas no Rio Grande do Norte tinham desaparecido durante o século XIX?



Referência: Praça das Índias com monumento em homenagem a Cantofa e Jandy na cidade de Portalegre-RN.
FONTE: Acervo de Thiago Alves Dias.

Entendendo a fonte:

Relatório de Presidente de Província e os discursos de memória.

Durante o moroso processo de consolidação da Independência e da formação do Império do Brasil, entre muitas transformações políticas, econômicas e sociais, foram abolidas as formas de governo provisório existentes nas diversas províncias. A formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815, a transformação das antigas Capitanias em Províncias a partir de 1821 com a criação do cargo de Presidente de Província e a própria promulgação da Constituição do Império do Brasil de 1824, bem como outras normativas que foram sendo promulgadas ao longo dos anos, foram modelando as novas formas de representação política dos locais junto à Corte. Coube ao Presidente de Província, junto com outros funcionários administrativos, a função executiva e ao Conselho Provincial formado pelos Deputados da Assembleia Provincial, a função legislativa.

O cargo de Presidente de Província era nomeado pelo Imperador e dentre suas funções constava administrar: os órgãos e serviços provinciais, as obras públicas, a instrução pública, a tesouraria provincial e a secretaria de governo; sancionar, vetar e fazer executar as leis provinciais etc. Os Presidentes escolhidos pelo Imperador necessitavam fazer prova de seus

atos frente às províncias que gerenciavam, e deveriam redigir relatórios anuais que eram lidos perante a Assembleia Provincial. Por isso, esses relatórios anuais eram chamados também de 'falas' ou relatórios dos Presidentes de Província.

No relatório do Presidente do Rio Grande do Norte, Manoel de Assis Mascarenhas, lido em setembro de 1839 para os Deputados da Província, além dos habituais temas tratados, fez questão de apresentar estimativas demográficas sobre as populações indígenas e sua percepção sobre as condições de vida deles no Rio Grande do Norte. Nota-se um tom de satisfação em uma possível diminuição dessa população e a questão central que motiva essa argumentação seria o acesso e a posse de terra por parte dos indígenas. Além de declarar que ocupavam pouca terra, os indígenas seriam indolentes e preguiçosos e, portanto, não haveria motivos para os Deputados e as políticas provinciais preocuparem-se com esses indivíduos que, além de estarem diminuindo, tinham poucas terras e eram 'naturalmente' preguiçosos.

Fonte histórica:

Relatório do Presidente de Província do Rio Grande do Norte, 1839.

[Parágrafo de abertura, p. 3]

Senhores Deputados da Assembleia Legislativa Provincial

Cheio de satisfação me apresento hoje ante vós para cumprir com o preceito que a Lei me impõe, de dar vos conta do estado dos negócios públicos e comemorar aquelas providencias que, no meu conceito, são mais consentâneas para promover os melhoramentos e consolidar a prosperidade desta interessante Província. Não vós sois desconhecidos os embaraços que se encontram na feitura de um Relatório perfeito e, como se este motivo não bastasse, os meus apoucados talentos e tirocínio na carreira administrativa não permitem que eu desempenhe a minha tarefa como desejava. Relevai, pois, Senhores, os erros e faltas com que possais deparar neste trabalho: em vossa sabedoria e no conhecimento prático que tendes do país, achareis os meios de corrigi-los e preenchê-los.

[Sessão "Índios", p. 13]

O número destes indolentes habitantes do Brasil vai progressivamente diminuindo nesta Província e hoje apenas existem nos municípios de Extremoz, São José, Vila Flor e Goianinha. Das informações dos respectivos Juizes de Órfãos, exigidas pela Portaria circular de 2 de maio último [1839], consta que em Extremoz o número dos Índios chegará a 700; possuem uma légua de terras no lugar conhecido – Cidade dos Veados; entregam-se pouco a agricultura, posto que o terreno seja muito fértil; vivem da pesca e de trabalhar a jornal. Os de São José não excedem de 500; possuem uma data de terras medidas e demarcadas, são em geral dados a ociosidade e por isso vivem em grande penúria. Em Vila Flor existem 140 fogos de Índios, os quais ocupam duas léguas de terras, medidas e demarcadas; dão-se a cultura de mandioca, mas com pouco fruto pela má qualidade do terreno; as sobras das terras são arrendadas pelos Juizes de Órfãos que aplicam os rendimentos delas para suprirem as necessidades dos mesmos Índios. Os números dos de Goianinha não excede de 400; cultivam mandioca e carrapateiro, mas a sua posição não é mais feliz do que a dos outros.

Fora minha opinião que se tirasse aos Juizes de Órfãos e se transferisse para as Câmaras Municipais a administração dos bens dos Índios, ficando estas sujeitas às obrigações que estavam a cargo das antigas conservatórias. Semelhante medida, sobre ser mais profícua aos bens dos mesmos Índios, concorreria para aumentar os rendimentos das Câmaras Municipais, que os têm tão diminuídos.

Referência: MASCARENHAS, D. Manoel de Assis. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Norte na abertura da última sessão ordinária da Legislatura Provincial no dia 07 de setembro de 1839. Recife: Typ. Santos & Companhia, 1840. Acervo digital do Center for Research Libraries e disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=4&s=0&cv=12&r=0&xywh=-855%2C235%2C3216%2C2269>. Acesso em 18 jan. 2022.

Contextualização:

Em 1839, o então Presidente da Província do Rio Grande do Norte, uma espécie de governador da época, declarou à classe política local e aos dirigentes, bem como ao Imperador do Brasil, que os indígenas do Rio Grande do Norte vinham 'progressivamente diminuindo'. Com muito entusiasmo por esse fato, o Presidente da Província, Manoel de Assis Mascarenhas, afirmou ainda que esses 'indolentes habitantes do Brasil' eram dados à ociosidade, reforçando nos documentos oficiais do Império um dos principais argumentos depreciadores usado pelos europeus para desqualificar estes povos. Não satisfeito por suas ponderações, indicou ainda que os indígenas viviam em terras incultas, ou seja, expulsos de seus locais de origem, restando-lhes terras pedregosas e pouco aráveis e, mesmo nessas condições, sugeria que o próximo Presidente de Província que assumisse o governo do Rio Grande do Norte aumentasse a tributação sobre suas terras e atividades agrícolas. Esse relato expressa, em grande medida, as práticas de combate e perseguição aos indígenas que ainda residiam nas vilas do Rio Grande do Norte.

Caso emblemático aconteceu na Vila de Portalegre, em 1825, quando foram assassinadas aproximadamente 70 famílias de indígenas do sertão, cerca de 280 pessoas, entre Paiacú, Cariri e Caboré. Esses indígenas eram descendentes dos que haviam compulsoriamente sido transferidos da Lagoa do Apodi, em 1761, para formar a vila de Portalegre e ali residiam por determinações da Coroa portuguesa à época. Ao serem transferidos por escolta armada para formar a nova localidade, o Juiz de Fora responsável pela transferência e fundação da vila, juntamente com os novos moradores, reservaram aos indígenas somente grutas, cercanias da serra, lugares pedregosos e improdutivos, provocando descontentamentos e insubmissões dos indígenas. Ocorre que, no contexto revolucionário contra a monarquia em 1817, essa situação de rivalidade e descontentamento por parte dos indígenas foi utilizada pela classe dirigente local: uma parte deste grupo que aderiu ao movimento "revolucionário" recrutou indígenas a força para compor exércitos, e outra parcela aproveitou o fim do movimento revolucionário para acusar os indígenas de serem insubmissos e contra a monarquia.

Essas falácias encobriam as verdadeiras intenções dos posseiros e proprietários de terras da vila de Portalegre: eliminar a presença dos indígenas e suas reivindicações por melhores terras e condições propícias de sobrevivência. As disputas entre os dirigentes locais e os indígenas foram recrudesco, ao ponto de estes terem suas habitações e palhoças nas matas arrasadas, bem como revidarem com assaltos e arruaças pela vila. Em 1825, durante um dos ataques deflagrados pelos indígenas à vila, muitos foram presos, sendo que os militares e representantes da Câmara decidiram escoltá-los até Natal. Este fato, entretanto, nunca ocorreu, pois assassinaram parte desses indígenas no pé da serra, nas cercanias da atual cidade vizinha de Portalegre, Viçosa, em 03 de novembro de 1825. A carnificina provocada por importantes membros das famílias locais de Portalegre surtiu o efeito desejado: os indígenas sobreviventes passaram a temer a violência das autoridades municipais, e foram destituídos de suas terras na vila.

A memória local e registros históricos do século XX apontam que, em meio às sublevações e amotinamentos, destacaram-se os nomes dos indígenas João do Pêga e Luiza Cantofa como líderes dos movimentos de sublevação. João do Pêga teria conseguido escapar da morte e da prisão e teria, junto com negros escravizados fugidos da região, fundado o mais antigo quilombo da serra de Portalegre: o quilombo dos Pêga. Já Luiza Cantofa, taxada de velha bruxa nas narrativas atuais, teria amotinado os indígenas e, portanto, virou personagem de uma antiga lenda transformada em poesia por um jurista de Apodi.

Contam as lendas partilhadas pela sociedade local na atual cidade de Portalegre e nos próprios versos da poesia “Cantofa e Jandy” de Antonio Soares, publicada em 1927 na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, (IHGRN) que Luiza Cantofa teria refugiado-se nas matas da serra com sua neta, Jandy, aguardando os ânimos se acalmarem, para que fossem em busca de seus parentes. Viviam nas matas no entorno da bica, local hoje turístico da cidade de Portalegre, sobrevivendo de pequenas caças e frutos locais. A lenda narra, com detalhes, os momentos finais da velha indígena emboscada nas matas e assassinada brutalmente na frente da sua neta Jandy que teria desaparecido e se encantado nas matas. Nas nascentes do olho d’Água da Bica tem uma mata composta de gameleiras e cajueiros. Foi nesse lugar onde foi assassinada Cantofa. Conta-se que nas horas mortas da noite, pela madrugada, ouve-se uma zoada que parece o som de uma cascata, ou a voz de quem chora ou canta. Há opiniões diversas, uns dizem que o som é das águas que correm por debaixo da terra; outros, os supersticiosos, julgam ser a voz da velha Cantofa e o choro de sua neta Jandy.

Durante todo o século XIX, os registros oficiais do Império sobre a existência, o modo de vida e a cultura das populações indígenas foram paulatinamente ocupando menos espaço para corroborar com esse projeto político dos dirigentes imperiais velado e silencioso: fazer os indígenas desaparecerem. Ao tempo que nas vilas e localidades do Rio Grande do Norte as autoridades implementavam suas práticas de perseguição e assassinato aos povos originários, o governo imperial foi legitimando o discurso do desaparecimento indígena por meio, sobretudo, do ocultamento dessas populações nos registros demográficos e informações censitárias.

Em 1844, os registros demográficos apontavam a existência de pouco mais de 145 mil habitantes na Província. Foram registrados por Juízes de Paz e Delegados presente nas localidades e assentados nesse mapa populacional, 6.785 índios, ou seja, pouco mais de 4% da população total. De acordo com o Recenseamento Geral do Império de 1872, ou seja, 28 anos depois da contagem populacional de 1844, a população da Província havia crescido quase 65%, chegando à marca dos 238.979 habitantes, entre homens e mulheres, de condição livre ou cativa. No entanto, a categoria 'índios' deixou de figurar em todos os dados censitários do Império nesse mapa de 1872.

Esse recenseamento de 1872 foi produzido por um órgão chamado Diretoria Geral da Estatística a mando do Imperador para divulgar, entre outras funções, os dados populacionais do Império do Brasil para a Exposição Universal de 1876 na cidade de Filadélfia, Estados Unidos. Nesse documento, os índios desapareceram como parte da população brasileira e figura apenas a referência a 'selvagens' que corresponderiam a 8% de toda a população do Brasil no período. Ainda nesse documento, as informações apresentadas pelo Império do Brasil na Exposição ocorrida nos Estados Unidos era que os indígenas não passavam de selvagens que vagueavam pelos sertões ou matas virgens do centro do Império e, embora apontasse que na Província do Rio Grande do Norte havia missionários capuchinhos, não há qualquer referência sobre assentamentos e aldeias.

O mito do desaparecimento indígena foi um recurso das classes dirigentes, senhores de terras e posseiros do Rio Grande do Norte a fim de deslegitimar a luta dos povos tradicionais pelo uso, permanência e posse da terra. Contribuiu para esse discurso falacioso as lendas e mitos propagados na cultura local e na própria produção literária, como na poesia de 'Cantofa e Jandy', em que a indígena mais velha morre e a indígena mais nova se encanta, como se quisesse demonstrar que a continuidade geracional dos povos indígenas estava interrompida pela morte e pelo encantamento das últimas mulheres indígenas do sertão do Rio Grande do Norte.

Glossário:

Consentâneas: conforme a razão ou ocasião.

Tirocínio: primeiro ensino; aprendizado.

Cidade dos Veados: espaço nativo indígena localizado a duas léguas de Natal nas proximidades da antiga missão de Guajiru no atual município de Extremoz.

Juíz de Órfãos: aquele que administra justiça e cuida dos bens de crianças que perderam seus pais, foram abandonados ou sem paternidade definida.

Trabalhar a jornal: por jornada; diária.

Fogos: habitações; moradas; casas.



Material para consulta:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

BITTENCOURT, C. F. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, A. A.; MONTEIRO, A. M. (Org.). **Ensino de História e cultura afro-brasileiras e indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. São Paulo: Editora Peirópolis, 1998.

LEITE, Ristephany Kelly da Silva. Entre o Ceará Grande e o Rio Grande do Norte: elevação da Vila de Portalegre e agências indígenas (1761-1768). **Revista História em Reflexão** - Revista Eletrônica, v. 13, p. 19-34, 2019.

WITTMANN, L. T. (Org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.



Atividade

- 1** Qual a principal finalidade de um Relatório de Presidente de Província?
- 2** Quais eram as intenções do Presidente de Província ao anunciar que os indígenas estavam desaparecendo?
- 3** De acordo com o documento, quais eram as condições de vida das populações indígenas do Rio Grande do Norte no início do século XIX?
- 4** Realize uma pesquisa na internet sobre os atuais povos indígenas do Rio Grande do Norte e onde estão localizados.
- 5** Leia atentamente os trechos do poema ‘Cantofa e Jandy: lenda da serra de Portalegre’ de autoria de Antônio Soares publicada em 1927:

“Cantofa, livre filha dos sertões,
amava a sua taba e a sua gente;
Nascida ao sol daquelas regiões,
Tinha a cor bronzeada e o gênio ardente.
Era feliz, tranquila,
Na doce paz das selvas,
Sorvendo o mel que o colmeal destila
E a ter por leito a maciez das relvas.

[...]

A viuvez, mais tarde, lhe chegará,
Amenizada pelo amor dos netos;
E Jandy, a mais nova, conquistará
O primeiro lugar nos seus afetos.

[...]

Quando, um dia, inimigos poderosos,
Mais desumanos que civilizados,
Invadiram os sertões e, belicosos,
Destruíram cabanas e cercados,
Cantofa ergueu a voz: ‘Filhos queridos,
Descendentes dos bravos potiguares,
Voz de guerra chegou-nos aos ouvidos,
Defendamos com brio os nossos lares!
Aqui é a nossa Pátria, aqui repousam
As relíquias dos nossos ancestrais;
Repilamos os bárbaros que ousam
Profanar deste solo a santa paz;
Não temamos a guerra mais renhida.
A liberdade vale mais que a vida!’.

E só porque Cantofa erguera a voz

Contra a horda invasora,
Esta voltou-lhe um ódio mais feroz,
E chamou-a de ‘bruxa’ e de ‘traidora’!
[...]
Jandy, banhada em lágrimas, rogava
Aos da turba cruel, enfurecida,
Perdão para a velhinha, que se achava
A poucos passos do final da vida

Ninguém ouvia as vozes suplicantes,
Os rogos de Jandy, aflita e rouca!
Do meio dos iníquos assaltantes
Um bandido avançou, com fúria louca,
E quando a velha índia recitava
O ‘Deus vos salve’ do piedoso Ofício,
O bandido cruel a apunhalava,
sem mostrar piedade um só resquício!

E Cantofa estendeu-se sobre o solo,
Numa onda de sangue mergulhada
Caindo-lhe de braços sobre o colo,
O corpo da netinha desmaiada.

Satisfeitos assim irás ferrenhas,
Os ímpios, sem remorso nem pavor,
Regressava, deixando lá nas brenhas,
Jandy, entregue a sua própria dor.

[...]

Ninguém soube notícias de Jandy.

Fonte: SOARES, Antonio. Cantofa e Jandy: lenda da Serra de Portalegre. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Vols. XXIII-XXIV, 1926-1927, Natal: Typ. “A República”, 1927, p. 139-142.

A partir dos excertos do poema e das discussões realizadas sobre a temática, faça o que pede:

- a- Descreva como era a vida de Cantofa e Jandy nas matas da serra de Portalegre.
- b- O que significa a frase ‘Voz de guerra chegou-nos aos ouvidos’ proferida por Cantofa?
- c- Qual o motivo para Cantofa ter sido assassinada?
- d- O que aconteceu com Jandy?
- e- Como podemos contrapor este poema, que tenta recuperar uma memória de uma agência indígena, com o Relatório de Presidente de Província e o discurso de uma suposta extinção dos indígenas do Rio Grande do Norte?

Sequência didática:

Tema: Populações indígenas e o mito do desaparecimento

Objetivo: analisar um documento histórico do século XIX e compreender as intenções e propósitos das classes dirigentes em afirmar que as populações indígenas estavam desaparecendo no Rio Grande do Norte.

Tempo de execução: 4 h/a

Materiais necessários: cópias do Guia Didático, lousa, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

Aplicação da sequência:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e lançar perguntas estimuladoras: os indígenas desapareceram? Onde eles viviam? **Desenvolvimento:** realizar a leitura conjunta da fonte histórica. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta do texto “entendendo a fonte: Relatório de Presidente de Província”.

Segundo dia:

Introdução: retomar os principais pontos do texto e da fonte, e questionar a turma sobre o que compreenderam. **Desenvolvimento:** discutir sobre as personagens indígenas João do Pêga, Cantofa e Jandy e como as histórias que foram contadas sobre elas sugerem que as populações indígenas desapareceram do Rio Grande do Norte. **Conclusão:** desenvolver a atividade proposta.

como os africanos e seus descendentes resistiram à escravidão e à opressão?

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

Aldinizia de Medeiros Souza

Para refletir:

O escravismo foi um modelo econômico e social que vigorou no Brasil do período colonial até o final do século XIX. Esse modelo marcou a sociedade e a mentalidade brasileira até os dias atuais. Que heranças da escravidão você identifica na sociedade brasileira na contemporaneidade?



Referência: François Auguste Biard, 1859. Fuga de escravos, óleo sobre tela. Fonte: Disponível em: <https://www.pictorem.com/88779/Fuga%20de%20escravos.html>

Entendendo a fonte:

Anúncios de fugas de escravos

Os africanos e seus descendentes, vivendo sob o estatuto jurídico de escravos, libertos e livres, desempenharam papéis decisivos na formação econômica, social e cultural do Brasil. Todavia, estas populações não esqueceram a violência do sistema escravista e resistiram à opressão, constituíram famílias e empreenderam lutas por cidadania, direitos e liberdade. No Rio Grande do Norte, e nas demais províncias do Império, as formas de resistência à escravidão foram diversas. Algumas delas ocorreram no campo da Justiça, a exemplo das ações de liberdade, processos judiciais impetrados por escravizados que pleiteavam a alforria. Outras ocorreram fora dos limites estritos da lei: é o caso das negociações cotidianas entre proprietários e escravizados, da preservação e recriação de práticas culturais de origem africana, a exemplo das irmandades religiosas, do candomblé e da capoeira. Houve ainda as formas de resistência que representaram um enfrentamento direto ao escravismo: é o caso das rebeliões, da formação dos quilombos, e das fugas.

Para os senhores, a fuga significava prejuízo, tanto pelo valor monetário da perda do escravizado, quanto pela força produtiva que ele representava. Assim, os proprietários contratavam

capitães do mato, homens livres, para capturarem os escravizados em fuga. Para facilitar a captura desses indivíduos, os senhores também pagavam para que fossem publicados anúncios nos jornais descrevendo detalhes sobre mulheres e homens em fuga. Esses anúncios destacavam as suas características físicas: altura, cor da pele, condição de saúde, aparência do cabelo e dos dentes, cicatrizes corporais, dentre outras. Destacavam também as suas características comportamentais: se costumavam beber, se eram inteligentes e persuasivos, se gostavam de cantar e dançar dentre outras. Não esqueciam também de enumerar suas habilidades: se eram sapateiros, se sabiam cozinhar ou engomar, etc.

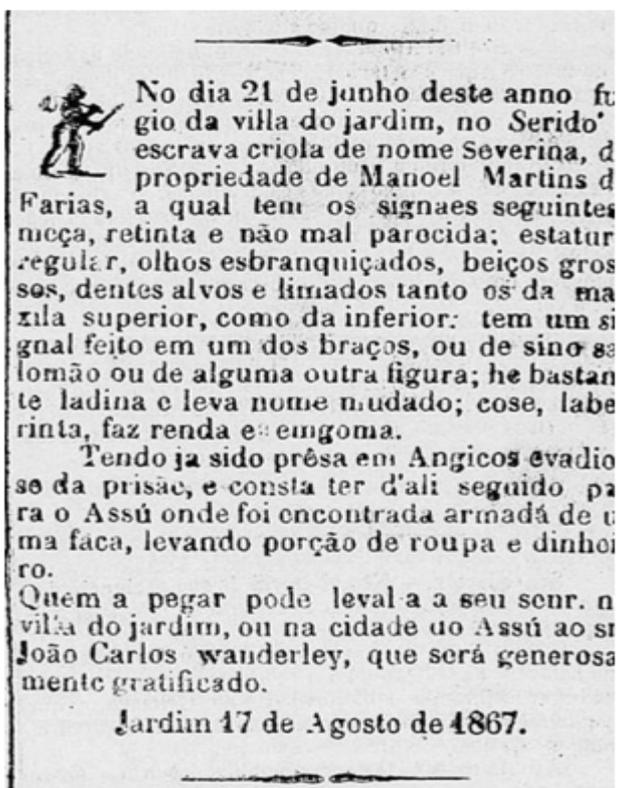
Geralmente, esses anúncios informavam também se a fuga tinha ocorrido de forma individual ou coletiva e descreviam as roupas usadas pelos indivíduos no momento da fuga e objetos levados com eles. Os senhores também costumavam oferecer recompensa para quem capturasse o escravizado ou informasse o paradeiro deste. Uma fuga fracassada podia significar um momento de muita tensão para o cativo que tivesse sido capturado. A fúria do proprietário poderia render cenas de muita violência contra o fugitivo com o objetivo de que o castigo exemplar evitasse a ocorrência de novas fugas na propriedade. Frequentemente, a imprensa brasileira também divulgava a prisão de africanos ou de seus descendentes, sob a suspeição de que eles eram escravizados.

Muitas matérias de jornais do século XIX tratavam direta ou indiretamente do tema da escravidão. Essas publicações consistiam em anúncios de compra e venda de escravo, anúncios de fuga, notícias sobre disputas judiciais, a exemplo de ações de liberdade, denúncias envolvendo o crime de redução de pessoas livres (africanos ou descendentes destes) à escravidão, notas informando sobre alforrias conquistadas por escravos, embora geralmente esses escritos dessem ênfase aos proprietários que haviam alforriado.

Nos últimos anos, os historiadores, principalmente aqueles dedicados à história social da escravidão e da liberdade, têm debruçado-se sobre esses documentos históricos, os jornais do século XIX, enfatizando a atuação dos africanos e de seus descendentes nas lutas contra a escravidão e a opressão no Brasil.

Fonte histórica:

Fonte 01: Anúncios de fuga de escrava



No dia de 21 de junho deste anno fugio da villa do jardim, no Seridó a escrava crioula de nome Severina, de propriedade de Manoel Martins de Farias, a qual tem os signaes seguintes: moça, retinta e não mal parecida; estatura regular, olhos esbranquiçados, beiços grossos, dentes alvos e limados tanto os da maxila superior, como da inferior; tem um signal feito em um dos braços, ou de sino salomão ou de alguma outra figura; he bastante ladina e leva nome mudado; cose, laberinta, faz renda e emgoma. Tendo ja sido prêsa em Angicos evadio-se da prisão, e consta ter d'ali seguido para o Assú onde foi encontrada armada de uma faca, levando porção de roupa e dinheiro. Quem a pegar pode leval-a a seu senr. na vila do jardim, ou na cidade do Assú ao sr João Carlos Wanderley, que será generosamente gratificado.

Jardim 17 de Agosto de 1867.

O Assuense, Edição: 00025, secção: ANNUNCIOS, Nº 25, Anno: 1. Data: 14 de setembro de 1867, Página 4. Coluna 3.

Fonte 02: Anúncio de prisão de indivíduo suspeito de ser escravo

O abaixo assinado, Chefe de Policia d'está Comarca, faz publico, que se acha recluzo na cadêa do crime d'esta Cidade, hum escravo mulato, que representa ter idade 54 annos pouco mais ou menos, com marcas de bexigas na cara, que diz, ora chamarse Pedro, escravo de Antonio Cardozo da Silveira morador na Villa da Alhandra da Provincia da Paraiba, e ora Jozé, escravo de Manoel Florentino da Cunha; Sr. do Engenho Abiá, daquela Provincia: queira, por tanto quem quer que seja seu Snr munido de documentos autênticos, vir resgatal-o da prizão. Natal 17 de julho de 1840

Bazilio Quaresma Torreão Junior.

O Publicador Natalense, Edição 020. ANNUNCIOS, Nº 20, Data: 28 de Julho de 1840. Página 4. Coluna 2.

Contextualização:

A diáspora africana foi o maior deslocamento forçado de pessoas, a longa distância, ocorrido na História. Entre 1560 e 1850, o Brasil foi um dos principais destinos de pessoas escravizadas trazidas da África. Homens, mulheres e crianças foram transformados em mão de obra para abastecer o sistema escravista. O processo histórico de emancipação, que teve seu marco político no ano de 1822, colocou, para os grupos dirigentes, o desafio de estruturar um Estado Nacional. Diferentemente do que ocorria em lugares da América de língua espanhola, onde os processos de independência foram acompanhados da instalação

do regime republicano e da abolição da escravidão, no Brasil, os grupos dirigentes construíram um pacto em torno do regime monárquico e da manutenção de um sistema econômico fundamentado no trabalho escravo. Assim, em território nacional, com a Independência, ao contrário de ser eliminada, a instituição da escravidão foi fortalecida.

Os africanos adquiridos no tráfico transatlântico e seus descendentes nascidos e escravizados no Brasil foram utilizados em muitas ocupações. A diversidade de habilidades e as funções desempenhadas pelos escravizados aparecem no Censo de 1872. Esse documento indica que, em 1872, a população geral de livres e escravos da província do Rio Grande do Norte era de 233.979 habitantes. Deste total, 13.020 indivíduos eram definidos pelo estatuto jurídico de escravos. Estes indivíduos foram enviados para laborarem na fabricação de açúcar, na pecuária e na produção de seus derivados e nas atividades domésticas e manuais. Naquele ano de 1872, dentre os escravizados em solo potiguar, que estavam em idade produtiva, sabemos que pelo menos 02 homens trabalhavam em ofícios marítimos, 29 homens laboravam como pescadores e que 520 mulheres atuavam como costureiras. Nas profissões manuais ou mecânicas, 25 escravos trabalhavam com metais, 53 com madeira; 75 escravas e 09 escravos labutavam com tecidos; 61 cativos em edificações; 25 escravos em calçados; 1816 escravos e 537 escravas trabalhavam na agricultura; 96 escravos e 513 escravas atuavam como criados ou jornaleiros; 683 cativos e 1783 cativas trabalhavam no serviço doméstico e 2918 escravos e 2991 escravas não tinham profissões, esses trabalhavam em ofícios diversos.

Na sociedade brasileira do século XIX, vigoravam inúmeros critérios de distinção hierárquica. Entre os escravizados, o domínio de um ofício funcionava como um desses critérios. Assim, ter uma profissão valorizava o preço do escravo e assegurava a seus proprietários maior margem de lucro. Severina, como vimos no anúncio de fuga acima, tinha vários ofícios: ela cozinhava, engomava e fazia renda de labirinto. Isso poderia resultar em alguma vantagem para o indivíduo que, mesmo no cativo, tinha a possibilidade de, ao longo dos anos, acumular pecúlio, e, no caso de esse pecúlio não lhe ser tomado, empregá-lo para comprar sua alforria ou para comprar a alforria de um ente querido, que podia ser um filho ou a esposa, ou seja, a compra da alforria, por meio da acumulação de pecúlio, também foi uma forma dos escravizados agenciarem lutas por liberdade.

O modo que Severina encontrou para lutar pela liberdade, como vimos no anúncio acima, foi a fuga do cativo. Ela lutou com persistência para obter seu objetivo, porque aquela não era sua primeira evasão do cativo, e as fugas implicavam riscos, como a retaliação do proprietário no caso de o escravo ser capturado. Severina poderia ter sido uma das pessoas em fuga representadas na pintura de François Auguste Biard, de 1859, exibida na abertura deste capítulo. Não sabemos se ela recebeu auxílio de outras pessoas na sua empreitada em busca da liberdade. Mas indivíduos que, com este intuito, se evadiam do cativo de maneira individual ou coletiva, e que seguiam na direção de quilombos ou de outras províncias, por vezes conquistavam o apoio de pessoas que lhes davam guarita provisória ou lhes indicavam um esconderijo.

Recorrentemente, os africanos e seus descendentes livres e libertos também precisavam do auxílio de outras pessoas. Para conseguirem comprovar sua condição jurídica de pessoa livre, uma vez que eram tratados com desconfiança pelas autoridades e sociedade, sendo às vezes presos sob suspeita de serem escravos fugidos, outras vezes chegavam mesmo a serem leiloados como escravos quando não conseguiam comprovar sua condição de pessoa livre ou liberta.

Glossário

Agência: capacidade do indivíduo de atuar no mundo.

Bexiga: varíola.

Crioula: descendentes de africanos, nascidos no Brasil.

Dentes limados: dentes que apresentam um desgaste ou polimento intencional, relacionado à prática cultural realizada com intenções iniciatórias, estéticas e religiosas.

Laberinta: labirinto, tipo de bordado feito sobre tecido.

Ladina: termo utilizado para se referir aos africanos que sabiam falar português e que dominavam códigos culturais do Brasil; em um sentido pejorativo: pessoa esperta.

Não mal parecida: não feia; que não pode ser considerada feia.

Pecúlio: quantia ou soma de dinheiro que um escravo poderia conseguir acumular durante a vida.

Retinta: pele negra escura.

Sino salomão: sinal de salomão, refere-se à estrela de seis pontas.

Material para consulta:

Anúncios de fugas de escravos e anúncios de prisão de pessoas suspeitas de serem escravas no Rio Grande do Norte do século XIX. HEMEROTECA DIGITAL - BIBLIOTECA NACIONAL (BNDigital). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 nov. 2021. Tutorial para pesquisa na Hemeroteca Digital da BN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kr185v5p_Kc&t=0s. Acesso em: 10 nov. 2021.

CENSO DO BRASIL EM 1872. Província do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v11_rn.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

MAMIGONIAN, Beatriz. G.; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, p. 1-21, 2021. DOI: 10.5007/1984-9222.2021.e79922. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/79922>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Tramas do Direito e da Justiça local: a luta de Hypolita pela sua liberdade e de seus filhos em (Crato) e em (Pernambuco) no século XIX. In. **Afroasia**, v.2. p.137-176, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21883/14127>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PEREIRA, Ariane de Medeiros. A busca pela liberdade de negros escravizados do Seridó. In: BRITO, João Fernando; SOUZA, Juliana Teixeira (Org.). **História do Rio Grande do Norte Oitocentista**. Ananindeua: Cabana, 2021. p. 127-149. Disponível em <https://www.editoracabana.com/> Acesso em: 30 nov. 2021.

SOUZA, A. M.; PEDROZA, A. M. N. ; FAGUNDES. Escravidão e luta dos negros pela liberdade e por direitos na imprensa do Rio Grande do Norte no século XIX. In: **V Seminário Internacional de História e historiografia: a História na encruzilhada dos tempos**. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 823-831. Disponível em: https://hsthistoriografia2020.ufc.br/wp-content/uploads/2020/10/ANAIS-ELETRONICOS_-V-SIHH_FINAL_Corrigido.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOUZA, Aldinízia de Medeiros. As estratégias dos escravizados na luta pelas alforrias em Arez. In: BRITO, João Fernando; SOUZA, Juliana Teixeira (Org.). **História do Rio Grande do Norte Oitocentista**. Ananindeua: Cabana, 2021. P. 106-126. Disponível em <https://www.editoracabana.com/> Acesso em: 30 nov. 2021.

SOUZA, Juliana Teixeira; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Escravidão no Rio Grande do Norte**. (Série Produtos didáticos para o ensino da história). Natal: EDUFRN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45029>



Atividade:



1 Severina, mencionada no anúncio do jornal O Assuense, escravizada na cidade de Jardim do Seridó, fugiu mais de uma vez, buscando liberdade. Mesmo correndo riscos, ela atuou em prol da sua liberdade, como fizeram muitos outros escravizados. Para tanto, foi necessário usar algumas estratégias. Quais seriam estas?



Os historiadores lidam com os anúncios de fugas de escravos de um modo particular. Um dos métodos adotados por estes estudiosos consiste em examinar o documento, extrair os dados e tabular esses dados. Exercite esse procedimento preenchendo o quadro abaixo, a partir das informações disponíveis no anúncio de fuga de Severina.

Nome do escravo (a)			
Idade		Sexo	
Local de onde fugiu		Data da fuga	
Nascida no Brasil ou na África?		Habilidades	

Características da personalidade		Características físicas	
Objetos conduzidos no momento da fuga		Trajeto percorrido na fuga	
Trata-se da primeira fuga?		Nome do proprietário	

Agora que você organizou as informações no quadro acima, responda à seguinte questão:

Quais diferenças você identifica entre a finalidade com que os historiadores utilizam os anúncios de fuga de escravos e a finalidade com que os proprietários elaboravam esses anúncios?



3 Leia com atenção a letra da música abaixo e em seguida responda à atividade:

"Tudo começou quando a gente conversava
 Naquela esquina alí
 De frente àquela praça
 Veio os homens
 E nos pararam
 Documento por favor
 Então a gente apresentou
 Mas eles não paravam
 Qual é negão? qual é negão?
 O que que tá pegando?
 Qual é negão? qual é negão?
 É mole de ver

Que em qualquer dura
 O tempo passa mais lento pro negão
 Quem segurava com força a chibata
 Agora usa farda
 Engatilha a macaca
 Escolhe sempre o primeiro
 Negro pra passar na revista
 Pra passar na revista
 Todo camburão tem um pouco de navio negreiro
 (...)"

(O RAPPÁ. **Todo camburão tem um pouco de navio negreiro.** Rio de Janeiro: Polysom, 1994. Disco sonoro.)

Essa música aborda o tema do racismo existente na sociedade brasileira contemporânea. Ela narra um acontecimento vivenciado por pessoas negras. Redija um pequeno texto demonstrando a relação entre essa cena e a Fonte 02, que trata da prisão de Pedro, suspeito de ser escravo no Rio Grande do Norte do século XIX.

Sequência didática:

Tema: Escravidão e lutas pela liberdade na província do Rio Grande do Norte

Objetivo: identificar a atuação de escravizados que lutavam por liberdade, a partir da análise de anúncio de fuga e de anúncio de prisão publicados em jornais do Rio Grande do Norte.



Tempo de execução: 4 h/a

Materiais necessários: cópias do material didático; aparelho de som para reproduzir uma música; internet (se possível) para apresentar aos alunos o site da Biblioteca Nacional.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: contextualizar o tema e levantar questionamentos sobre as estratégias de resistência à escravidão utilizadas no passado e sobre as lutas efetuadas nos dias de hoje contra o racismo. **Desenvolvimento:** discutir as formas de resistência à escravidão, principalmente as fugas, levando em conta suas implicações na vida de escravizados. Realizar a leitura e análise das fontes históricas apresentadas aos alunos. Sugestão: apresentar aos alunos as possibilidades de pesquisa nos anúncios de fugas de escravos e anúncios de prisão de pessoas suspeitas de serem escravas diretamente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde os jornais estão disponíveis para consulta digital. Na lista de materiais para consulta consta o endereço eletrônico de um tutorial detalhado sobre como realizar pesquisas neste acervo. **Conclusão:** destacar a atuação de escravizados agenciando a liberdade.

Segundo dia:

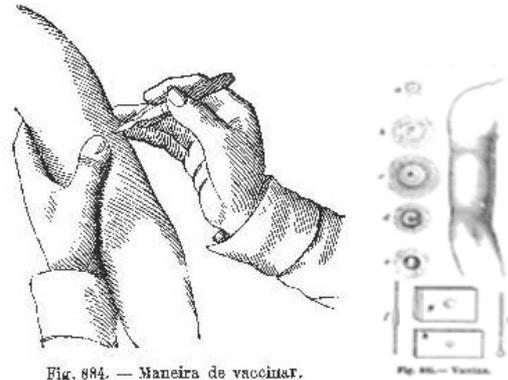
Introdução: introduzir o assunto da aula reproduzindo a música (O RAPPÁ. Todo camburão tem um pouco de navio negreiro. Rio de Janeiro: Polysom, 1994. Disco sonoro.). Pedir para que os alunos escutem a música, pensem sobre ela e anotem suas impressões. Esta música estará presente em uma das questões que os alunos irão responder na atividade.

Desenvolvimento: organizar os estudantes em grupos para que retomem as fontes históricas e respondam a atividade proposta. Depois de responderem a atividade, em roda de conversa, retomar as análises realizadas, com ênfase em questionamentos e comentários feitos pelos estudantes sobre o assunto. Reproduzir novamente a música e lançar perguntas aos alunos sobre o racismo no Brasil atual. Estabelecer relações existentes entre, de um lado, no período imperial, as suspeitas de que pessoas negras eram escravas, mesmo quando, de fato, se tratava de pessoas livres, e, de outro lado, as atitudes que revelam o racismo institucionalizado na sociedade brasileira contemporânea. **Conclusão:** evidenciar a agência empreendida pelos africanos e seus descendentes nas lutas contra a escravidão e contra a opressão.

Avohanne Isabelle Costa de Araújo

Para refletir:

Uma das ações empreendidas pelos chamados socorros públicos era a aplicação da vacina antivariólica e a distribuição de medicamentos à população doente em períodos de seca no século XIX. É sobre estas e outras questões que vamos tratar neste capítulo. Como as autoridades provinciais lidaram com os problemas de saúde no século XIX?



Referência: Método de vacinação antivariólica no século XIX. Fonte: CHERNOVIZ, Pedro. L. Napoleão. Vaccina. In: Dicionário de Medicina Popular. 6ª ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz. 1890. Vol. 2. p. 1173.

Entendendo a fonte:

Relatórios de Presidente de Província

No ano de 1877, as autoridades provinciais do Rio Grande do Norte decretaram as dificuldades financeiras e a calamidade que assolava a população, referindo-se à seca que durou três anos, acarretando em muitos problemas como mortandade do gado, prejuízos na agricultura, falta de água, fome e doenças. Durante todo este período, houve surtos epidêmicos de varíola, febres nas suas mais diversas manifestações e doenças relacionadas a problemas alimentares como beribéri e escorbuto. Todas estas informações foram registradas nos Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Norte. Esta fonte é importante por apresentar, sob a ótica governamental, uma síntese das principais medidas e ações desenvolvidas. Eram relatórios e discursos elaborados pelos presidentes de província para serem lidos e apresentados à Assembleia Legislativa.

O objetivo era dar conta das informações que envolviam a administração pública, cujo gênero textual era estruturado por assuntos sobre instrução pública, tranquilidade pública, eleições, culto público e saúde pública. Esta última sessão trazia dados sobre obras públicas como hospitais e cemitérios, limpeza urbana, assistência médica, vacinação, epidemias, doenças que apareciam em períodos de seca, os serviços que eram oferecidos pela Comissão de Socorros Públicos, os gastos com a saúde e relatórios médicos que atuaram nas comissões, conforme veremos a seguir.

Fonte histórica:

Relatório Provincial de 1877-1878

COMISSÕES DE SOCORROS	<i>Barricas de botachas</i>	<i>Saccos com farinha</i>	<i>Saccos com arroz</i>	<i>Saccos com milho</i>	<i>Saccos com feijão</i>	<i>Fardos com carne</i>	<i>Quantos volumes a cada uma comissão</i>
-----------------------	---------------------------------	-------------------------------	-----------------------------	-----------------------------	------------------------------	-----------------------------	--

Referência: Quadro dos gêneros alimentícios que eram distribuídos pela comissão de socorros públicos. Este quadro foi retirado dos anexos que constam nas Falas com que o Exm. Sr. Doutor José Nicolau Tolentino de Carvalho abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877. p. 51. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>.

De Mossoró, por exemplo, o seguinte: que, sendo hoje aquela cidade o receptáculo maior das diversas torrentes de miseráveis, que vem do centro, conte uma população nunca inferior à 80 mil almas. Entre estas pode-se afirmar, sem medo de errar, que 20 mil pelo menos são velhos, crianças e inválidos de todas as idades, que habitam, por assim dizer, no campo nus e famintos, quais múmias que tivessem vindo ao mundo só para atestar que os músculos são disponíveis a vida, toda a vez que não faltem ao homem pele, nervos e ossos. Além disso, existem diversos estabelecimentos de caridade, tais como hospitais e casas de órfãos que (calcula-se conterem para mais de 4 a 5 mil doentes e órfãos na maior parte maltrapilhos e famintos), fora o resto da população que, estando robusta, não poderia deixar de ser socorrida por algum tempo, desde que não tem meios de atravessar os sertões, para procurar o agreste, onde mais recurso se encontra, quer esses meios se refiram ao alimento, quer ao transporte.

Referência: RELATORIO com que installou a Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878 o 1º Vice-Presidente, o Exm. Sr. Dr. Manoel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco, Typ. do Jornal do Recife, 1879. p. 11. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte. [O português foi atualizado para melhor compreensão.]

Contextualização:

A Constituição de 1824 previa como garantia à população nos períodos em que alguma calamidade atingia as províncias os chamados socorros públicos, que eram recursos financeiros com medidas de caráter mais emergencial e paliativo. O recurso era concedido por meio do envio de correspondência dos Presidentes de Província ao Governo Monárquico, solicitando verbas em momentos nos quais havia dificuldades econômicas, contextos de secas e epidemias. As condições para que este auxílio fosse distribuído à população não estão explicitadas na referida carta constitucional, mas pelo cotidiano administrativo das províncias é possível perceber que esta garantia fazia distinção entre indivíduos que eram

capazes ou não de trabalhar, como órfãos, doentes, viúvas e presos.

Quando o auxílio chegou à Província do Rio Grande do Norte, as autoridades trataram de montar a chamada comissão de socorros públicos, composta por pessoas de prestígio social, dentre elas médicos, comissários vacinadores, vigários, juizes de direito, que tinham a função de fazer a distribuição de alimentos e medicamentos. No caso dos gêneros alimentícios, os presidentes relatavam o que era transportado nas embarcações marítimas vindas do Rio de Janeiro até os portos da cidade do Natal, de Mossoró e de Macau. Depois de aportados, os alimentos eram enviados ao interior da província no lombo de animais. As comissões elegiam grupos prioritários para os quais a distribuição de alimentos e medicamentos deveria ser feita. Os primeiros beneficiários foram os doentes e os trabalhadores de obras públicas. Mas essa distribuição não ocorreu de forma pacífica. Em meio à miséria e à fome a que estava submetida, a população saqueava os armazéns e o comércio. A dieta base era composta de produtos de fácil transporte e que não ficassem sujeitos à deterioração como bolachas e farinha. A ausência de legumes e frutas era explicada por causa dos prejuízos na agricultura no contexto das secas.

Em relação à presença de doentes, além da alimentação, as comissões levavam medicamentos. No caso de surtos de varíola, realizavam as vacinações, pois, como mencionado anteriormente, existiam médicos, farmacêuticos e comissários vacinadores que trabalhavam nestas comissões e eram encarregados de cuidar da saúde dos enfermos e flagelados pela seca. Alguns eram socorridos no hospital de caridade e, se estivessem com varíola, eram isolados no Lazareto da Piedade, local construído especificamente para doenças que, na época, eram consideradas pelos médicos da província como contagiosas. Os dois locais ficavam na cidade do Natal.

Sobre a realização da vacina contra a varíola, os presidentes relatavam que os médicos das comissões tiveram dificuldades em vacinar a população em geral, pois esta não acreditava nos benefícios desse imunizante. Em virtude do contexto em tela, os presidentes de província chegaram a propor que a vacinação fosse considerada obrigatória. Ao se dirigirem aos fazendeiros dos sertões, as autoridades provinciais recomendavam que estes permitissem que os comissários vacinassem as pessoas das famílias e os agregados (provavelmente os lavradores que trabalhavam em suas terras), assim como os escravizados.

É importante destacar que algumas comissões cometiam irregularidades e, muitas vezes, desviavam os recursos que serviriam para comprar alimentos e medicamentos destinados à população atingida pelos efeitos da seca. Portanto, entender os socorros públicos nos leva a pensar como o Estado e suas políticas públicas agem no intuito de combater as doenças e cuidar da população, ao mesmo tempo em que nos permite perceber também a existência dos interesses políticos, econômicos e a dinâmica da estrutura social.

Glossário:

Presidente de Província: autoridade que governava a província, nomeado pelo imperador.

Comissário vacinador: pessoa responsável por aplicar a vacina na população.

Material para consulta:

ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de Araújo. Doenças carenciais no período da seca de 1877-1879 nos sertões do Rio Grande do Norte. In: **VIII Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**, 2018. Anais do VIII Colóquio Nacional História Cultural e sensibilidades – sertões: fronteiras, identidades, diversidades. Caicó: 2018. p. 348-363.

_____. Flagelados, desvalidos e doentes: doenças no período da seca de 1877-1879 na Província do Rio Grande do Norte. In: **16º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia**, 2018. Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Campina Grande, 2018, v. 16, p. 1-16.

_____; MACEDO, Muirakytan Kennedy de. O sertão febril: impacto microbiano e escravidão nos espaços (in)salubres da Província do Rio Grande do Norte, Ribeira do Seridó (1856-1888). **Mneme (Caicó Online)**, v. 12, 2011, p. 343-352.

CORRÊA, Carlos Humberto P. A presidência de província no Império. In: **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003, p. 1-8.

FERNANDES, Tania Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. **Revista História, Ciências e Saúde Manguinhos**. Vol. 10 (supl. 2), 2003, p. 461-474.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Beribéri: doença misteriosa no Brasil Oitocentista. **História Unisinos**. Vol. 18, nº 1 – jan/abr 2014, p. 158-168.

MONTEIRO, Denise Mattos. Vinhos e fome: a expansão agroexportadora e a crise econômica e social (1850 a 1880). In: **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 3.ed. Natal: EDUFRN, 2007. p. 97-118.



Atividade:



A partir da análise das fontes, da leitura do material didático e das discussões feitas em sala de aula, reflitam e respondam as questões a seguir:

- a- Quais medidas eram realizadas depois que os recursos advindos do Governo Monárquico eram enviados às províncias durante períodos de secas e epidemias?
- b- Como funcionava a dinâmica dos socorros públicos?

- c- Ao analisar o quadro sobre os alimentos que eram distribuídos à população e o trecho retirado do relatório provincial, quais conclusões podem ser inferidas a respeito das doenças que acometiam os retirantes da seca de 1877?



Pesquise, em grupo, em jornais ou na Internet e disserte sobre a seguinte questão: em meio ao cenário de calamidade pública como o governo brasileiro tem agido nos dias atuais frente a situações de epidemias e secas?

Sugestões de temas para enriquecer a pesquisa e o debate:

- Auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal, em 2020/2021, às pessoas nos estados e municípios;
- Serviços de saúde, tais como: vacinação, assistência hospitalar, realização de testes e exames, a importância do Sistema Único de Saúde - SUS;
- Problemas sociais em meio à calamidade pública: pobreza, insegurança hídrica, insegurança alimentar, atrasos na distribuição do auxílio e nos serviços de vacinação, falta de saneamento básico, entre outros;

Sugestões de sites e textos:

CARRANÇA, Thais. Em meio a exportação recorde de alimentos, seca e pandemia agravam fome no campo. In: **BBC News Brasil**. 2 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57296843>>.

COMO se produz uma vacina? In: **Fundação Oswaldo Cruz**. 09 out. 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/video/como-se-produz-uma-vacina>>.

MOTA, Camilla Veras. Novo auxílio não é suficiente para cobrir linha de pobreza em nenhum Estado do país, aponta estudo. In: **BBC News Brasil**. 29 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56570693>>.

PAIVA, Carlos Henrique A; TEIXEIRA, Luiz Antônio da Silva; PIRES-ALVES, Fernando A. Especial Covid-19: o Sistema Único de Saúde e o desafio da Covid-19. In: **Casa de Oswaldo Cruz**. 05 jun. 2021. Disponível em: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1803-o-sistema-unico-de-saude-e-o-desafio-da-covid-19.html>>.

Sequência didática:

Tema: Doenças, secas e socorros públicos no Rio Grande do Norte

Objetivo da sequência: analisar as soluções e/ou políticas adotadas no combate às doenças em períodos de seca por meio dos socorros públicos.

Tempo de execução: 2 a 6 h/a

Materiais necessários: cópias do guia didático, lousa, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais de matrizes conceituais, avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o conteúdo da sequência didática fazendo, inicialmente, a relação passado e presente com os alunos, no intuito de promover a reflexão em torno de como o governo brasileiro age frente às epidemias e calamidades públicas na atualidade e como isso ocorria no século XIX. **Desenvolvimento:** contextualizar a turma a respeito do cenário que se apresentava no Brasil e, mais especificamente, no Rio Grande do Norte, em 1877. **Conclusão:** explicar o que é um relatório de presidente de província, que assuntos são abordados nesta documentação e qual a importância desta fonte para compreendermos a atuação estatal em meio à calamidade pública envolvendo secas e doenças.

Segundo dia:

Introdução: fazer uma breve revisão da aula passada e perguntar aos alunos se eles tiveram alguma dúvida em relação ao texto lido. **Desenvolvimento:** apresentar e trabalhar as fontes históricas com a turma, direcionando-a a analisar o conteúdo que cada fonte escolhida aborda. **Conclusão:** solicitar aos alunos, ao analisar as fontes, que respondam às questões propostas na atividade e pesquisem na internet informações a respeito da atuação do Estado contemporaneamente frente à situação de calamidade pública e epidemias, no intuito de debater sobre como o governo age frente a esta questão em contextos históricos diferentes.

Terceiro dia:

Introdução: perguntar aos alunos o que eles anotaram a partir das questões propostas pela atividade e as pesquisas feitas sobre o tema proposto na aula 2. **Desenvolvimento:** promover uma roda de debate sobre vacinação, serviços de saúde e auxílios emergenciais enviados pelo Governo Federal para estados e municípios em casos de secas e epidemias, e perguntar se os alunos receberam alguma ajuda do governo em alguns destes casos, ou se conhecem familiares, vizinhos, amigos ou pessoas que receberam. **Conclusão:** instigar os alunos a pensar de forma ampla sobre as políticas públicas que são criadas pelo Estado e para quem são destinadas.

11 Eleições e representação política no

Império do Brasil

Rosenilson da Silva Santos

Para refletir:

No Brasil de hoje, somos acostumados a votar em nossos representantes políticos de quatro em quatro anos. E no período oitocentista, quando o Brasil era um Império, de que maneira era organizado o processo eleitoral, quais cargos eram eletivos e quais não?

Entendendo a fonte:

Ofício camarário e sessão de legislatura

A partir de 1834, as províncias do Império do Brasil passaram a contar com Assembleias Legislativas Provinciais, ou seja, elas obtiveram o direito de eleger deputados provinciais, que cumpriram funções semelhantes às dos atuais deputados estaduais. O número de representantes eleitos para essas Assembleias não era o mesmo em todo o Império. Dependia do tamanho da população. Por isso, províncias como Pernambuco e Minas Gerais elegiam 36 deputados; já Pará, Paraíba e Rio Grande do Sul, um pouco menos, um total de 28, e o Rio Grande do Norte, apenas 20, que era, de acordo com a legislação da época, o menor número de assentos.

Os cidadãos do sexo masculino, livres, com uma renda anual mínima de 200 mil réis, maiores de 25 anos, que votavam para a composição dessas assembleias locais, também votavam nas eleições para deputado geral e para senador vitalício do Império. Esses homens eram eleitos para o poder Legislativo, responsável pela criação das leis que deveriam organizar a sociedade. Aqui, então, fica a pergunta: e quanto ao poder Executivo, que hoje é ocupado pelo Governador do Estado, como funcionava? Não havia eleições para esse cargo, uma vez que o Presidente de Província era nomeado pelo próprio Imperador ou por seus Regentes. Já as eleições para senadores vitalícios do Império guardavam uma particularidade que as diferenciava dos pleitos para deputado provincial ou geral, mas daqui a pouco tratamos delas.



Referência: "Francisco de Brito Guerra". Autora: Anna Oliveira. (2013). Exposição no Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. Natal/RN.

As primeiras eleições para deputado provincial do Rio Grande do Norte ocorreram em 10 de dezembro de 1834. Os eleitores votaram na capital da Província, a Cidade do Natal, mas também no interior, em Portalegre e Assú. Uma das fontes históricas que apresentamos a seguir é resultado desse primeiro processo eleitoral legislativo e foi escrita por Francisco de Brito Guerra, eleito pelos chamados colégios eleitorais do Sertão, com 26 votos provenientes das vilas do Príncipe (atual Caicó) e da Princesa (atual Assú). O deputado mais bem votado foi Joaquim Aires de Almeida Freitas, que recebeu 48 votos, já os menos votados receberam apenas 4 votos.

O Ofício citado foi enviado em 10 de dezembro de 1834 à Câmara Municipal de Natal e, nele, Francisco de Brito Guerra se disse honrado em ter sido eleito Deputado Provincial pelo Rio Grande do Norte. O representante recém-eleito também prometia enviar os documentos que confirmavam a apuração dos votos, necessária para que ele fosse empossado e diplomado ao cargo.

Diferentemente do Ofício em questão, os Anais do Senado são fruto do registro dos debates que ocorriam no Rio de Janeiro, no Senado Vitalício do Império, ou seja, no contexto após o processo eleitoral e quando os eleitos já haviam assumido os cargos. O fragmento aqui presente data de 10 de setembro de 1830 e retrata a abertura das discussões do dia, quando era informado o número de senadores presentes e apresentadas as justificativas dos ausentes, caso do Senador do Rio Grande do Norte, Affonso de Albuquerque Maranhão, que retornou a Pernambuco para tratar da saúde na ocasião.

Fonte:

Fonte 01: Ofício enviado da Vila do Príncipe à Câmara Municipal da Cidade do Natal.

Ill.mo Snr. O

(?) (?) de Oficio com p^a V.S^a em data do (?) do corrente honrão felicitando-me com a minha eleição de Deputado Provincial e remetendo me (?) copia a Acta d apuração dos votos p^a me servir de Diploma. Fico (?) (?) e prometto comparecer em tempo ... á esta provincia os meus sinceros votos e respeitosos protestos de adesão á essa tão illustre Corporação e agradecendo a consideração que por suas (?) (?) dignificar me. Deos guarde a V. (?) (?) Villa do Principe 10 de Dezbrº de 1834.

Illmo. Snr.or Presidente e Membro
Da Câmara Municipal da Ci
dade do Natal

Francisco de Brito Guerra.

Referência: VILA DO PRÍNCIPE, Rio Grande do Norte. Ofício à Câmara Municipal de Natal em agradecimento pela eleição de Francisco de Brito Guerra à Assembleia Legislativa Provincial. 10 de dezembro de 1834. Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Fonte histórica 02: Sessão da Primeira Legislatura - 10 de setembro de 1830.

O Sr. 1º Secretario fez presente á Camara um officio do Sr. Senador Affonso de Albuquerque Maranhão, no qual pedia licença para se retirar para sua casa, na Provincia de Pernambuco, afim de tratar de sua saúde, que se acha affectada, o que prova com uma attestação annexa ao mesmo officio.

Referência: Anais do Senado do Império do Brasil. Segunda sessão da Primeira Legislatura, 4 de setembro a 30 de novembro de 1830. Sessão Extraordinária. Tomo Terceiro, 1830. Rio de Janeiro, 1914. p. 8.

Fonte 03: Jornal do Comércio anuncia na Corte a eleição que ocorreu no Rio Grande do Norte.

“Rio Grande do Norte. Eleição de hum Senador: Francisco de Brito Guerra 69 votos, André de Albuquerque Maranhão Júnior 56, Thomaz Xavier Garcia de Almeida 37”.

Referência: Jornal do Commercio. Ano 1837. Edição 00054 (1). Rio de Janeiro, quarta-feira, 08 de março de 1837. p. 2. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

RIO GRANDE DO NORTE.	
ELEIÇÃO DE HUM SENADOR.	
Os Srs. :	Votos.
Francisco de Brito Guerra	69
André de Albuquerque Maranhão Júnior	56
Thomaz Xavier Garcia de Almeida.	37
ELEIÇÃO DE HUM DEPUTADO.	
Os Srs. :	Votos.
Bazilio Quaresma Torreão	106
Joaquim Ayres de Freitas.	69
José Geminiano Moraes de Navarro.	22

Contextualização:

No Rio Grande do Norte, foram eleitos 20 deputados provinciais no final do ano de 1834, mas nas eleições para deputado geral, como também na que elegia os senadores vitalícios do Império do Brasil, os números eram outros. Por causa da pequena população da Província que, como já apontamos, era contabilizada de modo bastante precário no século XIX, eram eleitos como representantes provinciais ao poder Legislativo geral apenas um deputado geral e um senador.

Enquanto os assentos na Assembleia Legislativa Geral eram temporários, sendo ocupados por apenas 4 anos, no Senado eram vitalícios. Da eleição para a Assembleia Geral no Rio Grande do Norte resultava apenas um nome, aquele mais votado, que assumiria o cargo de deputado geral. Já na eleição para a vaga do Senado, em todas as províncias do Império, deveria ser enviada ao Imperador uma lista com, no mínimo, o triplo do número de vagas que a Província detinha. No caso do Rio Grande do Norte, por ter apenas uma vaga, a lista tinha que ser, no mínimo, composta por três nomes. Um detalhe importante: o Imperador não era obrigado a nomear o mais votado da lista tríplice.

As primeiras eleições para o Senado foram realizadas em 1824, mas somente dois anos depois, em 1826, os eleitos foram nomeados. A primeira lista tríplice enviada pelo Rio Grande do Norte para nomeação real foi composta por Agostinho Leitão de Almeida, por José Ignácio Borges e por Afonso de Albuquerque Maranhão, todos eles provenientes, por nascimento, da província de Pernambuco, sendo esse último o menos votado, mas, ainda assim, nomeado, tornando-se o primeiro senador representante da Província.

As fontes históricas, como no fragmento dos Anais do Senado transcrito (Fonte histórica 02), revelam que a saúde do primeiro senador representante do Rio Grande do Norte não era muito boa e, entre 1826 e 1836, ela só piorou, o que o fez cada dia mais ausente no Senado. Suas contínuas faltas acarretavam em um problema para a representação da Província, que tinha somente ele como representante, e ficava sem voz e sem voto em importantes decisões. Esse primeiro senador faleceu em 10 de julho de 1836 e, após eleições, uma nova lista tríplice foi composta. Dois dos três nomes ali presentes eram nascidos na própria Província, sendo um deles, Francisco de Brito Guerra, o mais votado e, na sequência, nomeado. A notícia desta segunda eleição para senador do Rio Grande do Norte foi publicada em vários periódicos, como no “Jornal do Comércio” (Fonte histórica 03).

Outras eleições ocorreram, mas Francisco de Brito Guerra foi o único homem, nascido no Rio Grande do Norte, eleito senador como seu representante durante o período imperial. A história desses pleitos é muito importante para observarmos, não somente como as eleições de fato ocorriam, mas também quais grupos e sujeitos tinham acesso ao direito de votar e ser votado e, em consequência, quais ficavam de fora do processo eleitoral.

Um aspecto que podemos também destacar sobre esse tema era como o critério censitário para a definição do número de representantes na Assembleia e no Senado era complicado, devido ao fato de que na primeira metade do século XIX as informações estatísticas sobre a população eram muito escassas. Por esse motivo, somente durante o período republicano, o Rio Grande do Norte teria um número maior de representantes eleitos.

Glossário:

Colégio Eleitoral: eram as sedes dos distritos eleitorais, por isso também chamados de “ca-beças dos distritos”. Eram situados em vilas ou cidades importantes, para onde os eleitores seguiam nos dias das eleições.

Pleito: o mesmo que eleição.

Subnotificada: contabilizada em menor proporção do que deveria.

Vitalício: que dura por toda a vida.

Material para consulta:

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Brasileiro**. São Paulo, nº10, p. 5-22, nov. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11719/13492> Acesso em 08 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. A composição do Senado no Império do Brasil: eleições, nomeações e nobilitações (1826 - 1831). **Histórica**. Revista On line do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Nº 63, ano 11, abril de 2015. p. 10 - 16. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica63.pdf> Acesso 23 de dezembro de 2019.

SANTOS, Rosenilson da Silva. Francisco de Brito Guerra, os Sertões e o Império do Brasil (Primeira metade do século XIX). In: **II Seminário Nacional de História Social dos Sertões** - Caicó-RN, 2021. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/sehis2021/trabalho/187984>. Acesso em: 17/01/2022 às 17:56



Atividade:



Sabemos que nem sempre houve eleições na história do Brasil e conhecemos cada dia mais sobre como elas ocorriam no período do Império. Tomando por base a aula, os materiais que serviram à sua estruturação e os debates gerados, responda:

- a- Quais critérios eram levados em conta para que alguém fosse eleitor no período em questão?
- b- Havia uma diferença no modo como se elegiam deputados gerais e senadores. Qual era essa diferença?



Vimos que, a partir de 1834, passaram a ocorrer eleições para as assembleias provinciais e que, no Rio Grande do Norte, o número de deputados provinciais eleitos era de apenas 20. Pesquise sobre qual é esse número atualmente e disserte sobre como são as eleições para deputado estadual em seu estado.



O Rio Grande do Norte era uma província com uma população pequena no século XIX, por isso elegia apenas um deputado geral e um senador. Mas havia um problema nesse



critério, graças ao fato de que a contagem populacional era precariamente realizada. Consulte os dados do último Censo realizado pelo IBGE e discuta com a turma sobre como, atualmente, se decide a quantidade de representantes para o legislativo federal.

Sequência didática:

Tema: Política e processo eleitoral no Rio Grande do Norte no período Imperial

Objetivo: Problematizar os direitos políticos e os processos eleitorais por meio de documentos do século XIX.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: cópia ou projeção das transcrições das fontes, lousa e guia.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: organizar a turma em dois blocos e lançar para ambos, duas questões: como ocorrem as eleições legislativas estaduais e federais contemporâneas e, como ocorriam no período do Império? **Desenvolvimento:** fazer a leitura coletiva da Fonte histórica 01 para vislumbrar o contexto dessas eleições no Rio Grande do Norte. **Conclusão:** orientar aos alunos que deverão responder às perguntas propostas e, em seguida, apresentá-las.

Segundo dia:

Introdução: dividir a turma em três grupos, e cada equipe deverá simular como ocorria a eleição de cada cargo no período imperial: deputado provincial, deputado geral e senador.

Desenvolvimento: identificar as principais diferenças entre as eleições para deputado provincial, deputado geral e senador. **Conclusão:** provocar o debate sobre como a lista tríplice era uma forma de o Imperador intervir no pleito, nomeando aqueles que tivessem em sintonia com os interesses da Coroa.

João Fernando Barreto de Brito

Para refletir:

Você sabia que nem sempre utilizamos o litro, quilo ou metro para medir e pesar? O Sistema Métrico Decimal (SMD) não foi aceito pacificamente pelos brasileiros no último quartel do século XIX. Antes do SMD, usava-se as unidades *antropométricas/antigas*, comparadas às partes do corpo (pé, braça, palmo) ou a instrumentos de trabalho (vara, corda), que variavam de tamanho/forma conforme os costumes locais. Sabendo disso, será estudado neste capítulo a revolta antimétrica chamada Quebra-quilos.



Referência: Aos Quebra Quilos. Autor: Litografia Rua Nova nº 39. Notas: fabricante/proprietário Lourenço J. de Freitas. Rótulo de cigarro, coleção Brito Alves. Recife, Pernambuco. Litogravura, p&b, 6 x 10cm. Fundaj.

Entendendo a fonte: Processo-crime

Os processos-crimes são importantes fontes documentais ao estudo de revoltas e questões socioculturais. Sua natureza pode permitir ao historiador o acesso aos mais variados depoimentos de réus e testemunhas – que não são a expressão da verdade – sobre um mesmo fato. Carregadas de impressões e significados, tais fontes são essenciais à investigação do cotidiano, dos conflitos, dos enfrentamentos, das negociações e das resistências, uma vez que trazem à tona as tensões sociais existentes entre aqueles que compõem o mundo do trabalho e do governo, por exemplo. Contudo, devemos estar atentos aos filtros (como as mãos e penas dos juízes e escrivães) inerentes a esse tipo de documento, pois fazem parte da cultura letrada dominante e não estão isentos de parcialidade.

Com base no processo-crime instaurado na vila do Príncipe (atual Caicó), aprendemos acerca da variedade dos sujeitos envolvidos no Quebra-quilos (comerciantes, criadores, lavradores, feirantes etc...), e da importância dos boatos (os mexericos e fofocas no boteco do senhor Manoel Sabino) que contavam sobre os distúrbios antimétricos nas vilas

e povoações vizinhas, ou seja, das vitórias das ações dos sediciosos. Tal boataria, segundo depoimentos das testemunhas nos autos, espalhava-se rapidamente e fez com que pessoas nesta vila se organizassem para resistir nas feiras e casas comerciais contra a cobrança dos impostos municipais e ao uso dos instrumentos decimais (pesos e balanças).

O processo-crime sobre os Quebra-quilos na vila do Príncipe também “convida” o historiador a conhecer o funcionamento das leis do Império. É preciso estar atento ao Código Criminal de 1830, bem como ao papel dos delegados, promotores públicos, advogados, juízes, testemunhas e, é claro, dos réus. Tal documentação demonstra como atuava a justiça no Brasil império: do promotor que requisitava ao delegado de polícia a elaboração da formação de culpa (lista dos envolvidos e suas supostas ações), à convocação dos acusados e testemunhas pela promotoria, que deveriam comparecer diante do juiz municipal para interrogatórios e esclarecimentos. Confrontavam-se ainda os depoimentos e, ao cabo, o juiz emitia a sentença a partir dos conclusos. Neste, verificar-se-ia a construção da narrativa (a qual se sobressaia sobre os diferentes pontos de vistas e outras narrativas) sobre os acontecimentos pelo crivo do juiz, que destacava as motivações, o grau de envolvimento dos acusados nos movimentos, entre outros elementos que ajudavam a justificar as sentenças e punições (ou não) atribuídas aos réus.

Fonte histórica:

Fonte 01: Processo-crime – Promotoria Pública da Vila do Príncipe

No dia sábado 5 de dezembro [de 1874] do ano p.p. [próximo passado] na ocasião em que se fazia a feira de legumes e mais gêneros, apresentando-se um grupo na Casa do Comércio desta cidade [do Príncipe, atual Caicó] e d'entre eles alguns com armas ocultas tomaram, quebraram e amassaram medidas de litros, metros e quilos não só na dita casa, como em alguns particulares onde se dirigirão já depois. Sendo cabeça dessa sedição João Lopes, morador d'entro d'esta mesma cidade. E posto que estivesse somente quebrando e tomando pesos e medidas um número menor de 20 pessoas, como foi patente nesta cidade, todavia estavam muitos e em número maior de 20 pessoas, todas de mãos dadas e conluídas para tomarem parte se alguma oposição aparecesse por parte da autoridade. Isto mesmo prova o receio que tem a autoridade policial de apresentar-se para sufocar aquele movimento sedicioso, apesar de ter a sua disposição nesta cidade 8 praças armados e destacados.

Encorajados por esse princípio de desordem e pelos boatos que aqueles e outros espalharam de que o governo não podia se opor e ficaria de lama a cara, na feira seguinte, de sábado 12 do mesmo mês, apareceram outros muitos em número talvez de 60 pessoas, quase todas com armas de cacetes, facas, punhais, rifles e pistolas e com elas dirigindo-se a Casa do Comércio tomaram, quebraram e amassaram todas as últimas medidas e pesos do novo sistema métrico que encontraram, escamuçando e afrontando as autoridades desta localidade; e dali se dirigiram a casa e escritório da coletoria para queimarem e rasgarem todos os papéis e leis tendentes a escravos e impostos e falando em o mesmo fazerem no cartório do escrivão e tabelião público, o que não efetuaram pela resistência que encontraram naquela sobredita casa e escritório, e muitos pedidos de pessoas importantes da localidade que previam um grande barulho e derramamento de sangue; e por isto desistindo daquela pretensão ainda seguiram à casas de particulares, tomaram e quebraram pesos e medidas daquele mesmo sistema.

Fonte 02: Código Criminal do Império do Brasil (1830)

TITULO IV: DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA INTERNA DO IMPÉRIO, E PÚBLICA TRANQUILIDADE

CAPITULO I - CONSPIRAÇÃO

Art. 107. Concertarem-se vinte pessoas ou mais, para praticar qualquer dos crimes mencionados nos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91, e 92, não se tendo começado a reduzir a ato.

Penas - de desterro para fora do império por quatro a doze anos [...].

CAPITULO II - REBELLÃO

Art. 110. Julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se uma, ou mais povoações, que compreendam todas mais de vinte mil pessoas, para se perpetrar algum, ou alguns dos crimes mencionados nos artigos 68, 69, 85, 86, 87, 88, 89, 91, e 92.

Penas - Aos cabeças - de prisão perpétua com trabalho no grau máximo; de prisão com trabalho por vinte anos no médio; e por dez no mínimo.

CAPITULO III - SEDIÇÃO

Art. 111. Julgar-se-á cometido este crime, ajuntando-se mais de vinte pessoas, armadas todas, ou parte delas, para o fim de obstar a posse do empregado público, [...] ou para obstar á execução, e cumprimento de qualquer ato, ou ordem legal de legitima autoridade.

Penas - Aos cabeças - de prisão com trabalho por três a doze anos.

Art. 112. Não se julgará sedição o ajuntamento do povo desarmado, em ordem, para o fim de representar as injustiças, e vexações, e o mau procedimento dos empregados públicos.

CAPITULO IV - INSURREIÇÃO

Art. 113. Julgar-se-á cometido este crime, retinindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força.

Penas - Aos cabeças - de morte no grau máximo; de galés perpetuas no médio; e por quinze anos no mínimo; - aos mais - açoites.

Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas, no artigo antecedente, aos cabeças, quando são escravos.

Referência: SENADO, Brasil. Código criminal do Império do Brazil. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm >. Acessado em 28 de junho de 2016

Contextualização:

Na segunda metade do século XIX, o Império do Brasil promoveu uma série de mudanças visando melhor controlar seus súditos - o que implicava também em conhecê-los bem. A

instituição do primeiro Censo Geral e Estatístico (1872), leis de coerção ao trabalho e combate à vadiagem (disciplina dos braços livres), recrutamento militar por sorteio, regulamentação das terras devolutas (1850-1854), assim como a unificação do sistema de pesos e medidas decimais (1874) deveriam servir de instrumentos mais precisos à administração pública. As referidas políticas foram implantadas em um contexto de desmoronamento do sistema escravista e de busca pelo controle do Estado sobre os trabalhadores pobres livres.

Todos esses elementos, acrescidos ao aumento e à criação de tributos municipais (motivo da carestia no Norte), contribuíram decisivamente para o surgimento de muitos protestos contra o governo. Ante o descumprimento de obrigações protetivas do Estado (entendido como pai protetor pela população pobre), os sertanejos recorreriam às ações pautadas na legitimidade e na moralidade. Quebrava-se ali a lógica paternalista. Imbuídos de uma economia moral sertaneja, os sertanejos rejeitaram os impostos, tabelas e pesos do SMD em nome das práticas costumeiras. Ignorou-se a ação dos arrematadores, das autoridades públicas e policiais. As feiras eram os espaços das agências – e da desordem – dos chamados Quebra-quilos. Homens, mulheres, feirantes, lavradores, escravizados, libertos, indígenas e até gente de cabedal (de posses), insubordinaram-se contra a adoção do SMD, inutilizando balanças, pesos e instrumentos de medição, invadindo casas comerciais, ameaçando funcionários da municipalidade, negando-se ao pagamento dos impostos municipais responsáveis pelo encarecimento do preço dos alimentos, outro elemento aglutinador das massas.

Iniciada na vila de Fagundes, a poucos quilômetros de Campina Grande, a revolta espalhou-se rapidamente (a notícia corria as páginas de periódicos, era fofoca nas feiras e botecos) pelo interior e chegou aos municípios limítrofes de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Sua repercussão foi motivo de preocupação para D. Pedro II, objeto da Fala do Trono de 1875. Diante disso, as autoridades provinciais e policiais lançaram mão de medidas de repressão exageradas e violentas. Não se desejava apenas contornar a sedição, mas sufocá-la e apagá-la da história. Para tanto, o governo dispôs de uma verdadeira estrutura de guerra para lidar com os sediciosos, em especial os paraibanos e pernambucanos, províncias em que as ações dos revoltosos mostraram-se mais eficazes e numerosas.

Diferentes estratégias foram traçadas para extinguir o movimento Quebra-quilos, desde a formação de colunas militares volantes (móveis) e fixas, bem como a distribuição de tropas de linha nos pontos onde a conflagração dos sediciosos mostrou-se mais intensa. A repressão foi tão violenta que a população, com medo de ser presa, recrutada, violentada e encoletada, fugia das tropas e escondia-se nas matas. Canhões, navios de guerra e cavalarias foram utilizados para esmagar as revoltas que, sem chances de defesa para os sediciosos, logo foram sufocadas.

Glossário:

Agência: ação ou ato praticado por um sujeito ou agente.

Arrematadores: a arrecadação dos impostos era realizada por particulares que conseguissem concessão junto à administração municipal.

Carestia: escassez de algo e/ou encarecimento do custo de vida.

Encoletada: pessoa prisioneira sob a qual se vestia um colete de couro molhado que, ao secar provocava asfixia, pressionando-se os ossos e órgãos internos. Essa tortura foi praticada nos sertões paraibanos pelo capitão Longuinho contra os sediciosos do Quebra-quilos.

Escamuçando: ato de zombar ou brincar com uma dada situação.

Fala do Trono: discurso anual do Imperador ao parlamento, no qual eram compartilhadas aspirações, agendas e questões importantes do Império. Essa prática era comum em outras monarquias e no Brasil vigorou entre 1823 e 1889.

Galés: punição dada aos condenados ao trabalho forçado.

Tropas de linha: constituíam as tropas profissionais, pagas e regulares. Dedicavam-se, exclusivamente, às atividades militares.

Material para consulta:

BRITO, J. F. B. **Quanto pesa o quilo?** A adoção do Sistema Métrico Decimal francês no Brasil e os Quebra-Quilos do Norte agrário (1862-1875). 2020. 349 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós Graduação em História Social, 2020, 349f.

BRITO, J. F. B. Não ao peso, não ao recrutamento: os Quebra-quilos e as autoridades públicas no Rio Grande do Norte (1874-1875). **Revista Galo**, n. 3, p. 53-73, 17 jul. 2021.

_____. Os Quebra-quilos no sertão do Seridó: reconstruindo a sedição antimétrica na Vila do Príncipe através das páginas de um processo-crime (1874-1875). *In: II Seminário Nacional de História Social dos Sertões* - Caicó-RN, 2021. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/sehis2021/trabalho/186338>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

LIMA, Viviane de Oliveira. **Revoltas do Quebra-quilos:** levantes populares contra o sistema métrico decimal. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2012.

SENADO, Brasil. **Código criminal do Império do Brasil.** Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

SECRETO, María Verónica. Definindo a revolta: perdas e danos. *In: (Des)medidos - A revolta dos Quebra-quilos (1874-1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011, p. 17-52.



Atividade:



Atente aos aspectos que trabalhamos em sala, na leitura das fontes e no material didático, e responda:

Os feirantes reagiram em decorrência da ação das forças policiais que ‘a lambadas de facção’ queriam dispersar os agitadores. Irineu Jofilly nos diz que os últimos ‘procuraram abrigo por trás dos garajaus de rapadura; e foi aí que o negro João Carga d’Água [...] jogou o primeiro tijolo de rapadura contra os da polícia, quando em meio à confusão “um rebolo de rapadura acertou em cheio a cabeça do delegado que ficou desacordado por muito tempo, enquanto soldados eram envolvidos e surrados pelas mulheres’. Jofilly denunciou em seu livro que as publicações oficiais do governo e os jornais da época, como os citados acima, omitiram a participação de mulheres nos atos contra a força policial, sobretudo o fato de que uma “rapadurada” derrubou e quase levou à óbito o delegado local. É de se imaginar que a divulgação destas informações pudesse ridicularizar – ainda mais – a imagem dos representantes do poder imperial (BRITO, 2020, p. 144).

- a- Em sua opinião, por que a Revolta do Quebra-quilos (1874-1875) teve grande adesão de sujeitos e que elementos podem ter contribuído para isso? Como a revolta se espalhou de forma tão rápida?
- b- Quem foram as pessoas acusadas no processo-crime da vila do Príncipe? A quais grupos sociais elas pertenciam?
- c- A partir da consulta do Código Criminal do Império (1830), que definição poderia ter assumido o movimento Quebra-quilos? Sedição, conspiração, rebelião ou insurreição? Justifique sua opção.
- d- A partir da leitura da fonte, quem eram os “cabeças de sedição” e qual foi o resultado do julgamento na vila do Príncipe? Justifique sua opção.



Com a ajuda do professor, faça uma rápida pesquisa sobre a repressão ao citado movimento e como a memória sobre o tema é tratada. Dica: pesquisar sobre nomes de espaços e ruas, manifestações artísticas (música, teatro e multimídia etc...).



Sequência didática:

Tema: Metrificação, revolta e Código Criminal do Império (1830)

Objetivo da sequência: problematizar o processo-crime da vila do Príncipe; identificar seus agentes e procedimentos legais das autoridades judiciais

Tempo de execução: 6 h/a

Materiais necessários: cópias do guia didático, projeção do processo-criminal, lousa, piloto e apagador

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema e as perguntas norteadoras: o que as pessoas usavam para pesar e medir os produtos antes do SMD? O SMD foi uma demanda da população?

Desenvolvimento: fazer a contextualização da 2ª metade do XIX quanto à “modernização” do Estado Imperial. **Conclusão:** realizar a leitura da “Contextualização” e mediar o debate sobre o tema.

Segundo dia:

Introdução: indagar sobre quais elementos contribuíram para a oposição ao governo imperial que possibilitaram o início da revolta. **Desenvolvimento:** apresentar as fontes primárias (e disponibilizá-la), explicar a natureza de um processo-criminal e os procedimentos utilizados à época pela justiça (formação de culpa, depoimentos, sentenças etc.). **Conclusão:** solicitar a identificação dos argumentos da promotoria e defesa e promover debate em sala.

Terceiro dia:

Introdução: realizar a apresentação e a discussão da atividade em sala. **Desenvolvimento:** aplicar a realização da atividade em sala. **Conclusão:** fazer a correção da atividade em sala.

no Rio Grande do Norte

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira

Para refletir:

A Proclamação da República trouxe mudanças políticas para todo o país, instituindo a possibilidade de escolha para os cargos executivos, como presidente da República e governadores dos estados. Mas, como o movimento em prol da República se organizou no Rio Grande do Norte? Refletiu os acontecimentos em nível nacional ou houve disputas locais?

Entendendo a fonte:

Manifesto do Partido Republicano, Fotografia e Memória histórica



Referência: Busto de Pedro Velho, primeiro governador do Rio Grande do Norte e chefe do Partido Republicano. Fonte: Flickr [Autor: Sandro Fortunato]

Nos anos finais do Império no Brasil, republicanos de todo o país, que defendiam uma mudança na forma de governo com o fim da Monarquia, engajaram-se em uma propaganda política para conquistar a simpatia da população. Essa propaganda associava a monarquia ao velho e arcaico, à corrupção e ao clientelismo político. A República, para esse grupo, seria sinônimo do novo e do progresso, simbolizados pela liberdade individual de cada cidadão e pela possibilidade de eles escolherem seus representantes. No Rio Grande do Norte, houve algumas iniciativas isoladas em defesa da República, mas a propaganda começou a ganhar mais força após a fundação do Partido Republicano no estado em janeiro de 1889, tendo como chefe Pedro Velho, líder da oligarquia Albuquerque Maranhão. Pedro Velho acreditava que a República triunfaria apenas se conseguisse conquistar a opinião pública. Por isso, fundou um jornal com o objetivo de divulgar os ideais do partido, "A Republica". Foi nesse jornal que, originalmente, Pedro Velho publicou o Manifesto do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, conclamando a população do estado a aderir à causa republicana. Quando partidos políticos são criados, seus líderes publicam manifestos, que funcionam como uma carta de intenções, uma forma de comunicar os valores do partido a potenciais eleitores. Podemos usar manifestos para estudar as ideias de um determinado grupo político e entender suas estratégias de comunicação e aproximação com os eleitores.

Os Albuquerque Maranhão promoveram reformas urbanas que buscaram consolidar Natal como o principal centro político e econômico do estado, deixando seus nomes em lugares importantes do espaço público, como o porto, praças, ruas e o teatro municipal, transformado em cartão postal da cidade. Eles usaram essas obras como propaganda política, divulgando a ideia de que Natal fora abandonada durante a monarquia, mas que, com a chegada do novo regime, os republicanos passaram a dar a devida atenção aos problemas locais, instaurando um período de progresso que se refletia nas transformações materiais realizadas em todo o estado, mas, principalmente, na cidade capital, que deveria funcionar como a “vitrine” da República. Um exemplo dessa iniciativa propagandística dos Albuquerque Maranhão foi o livro “O Rio Grande do Norte em 1911”, escrito por Tavares de Lyra e que funcionava como um compilado de informações sobre o estado, celebrando os feitos realizados por sua oligarquia até aquele momento.

Fonte histórica:

Fonte 01: Manifesto do Partido Republicano do Rio Grande do Norte (1889)

Convencidos de que uma reforma radical, dando à política uma orientação mais séria e democrática, nos pode tirar do abatimento e desânimo em que vemos arrastar-se o país; pedimos aos nossos comprovincianos que [...] observem o muito que nos falta para a nossa felicidade e procurem conhecer as causas do mal. [...]

A missão que nos impomos é derramar pelo povo a propaganda democrática, procurando conquistar adeptos convictos e leais.

No terreno das ideias, com a mais perfeita independência de pensar, [...] sem violências nem excessos [...] nos esforçamos por convencer o eleitorado da incapacidade provada do atual governo para levar-nos com segurança e bom rumo, ao porto da felicidade e do progresso que aspiramos.

Os pretensos monarquistas podem ser classificados em 7 categorias: -indiferentes, tímidos, oportunistas, iludidos, dependentes, especuladores, amigos pessoais do rei. Mas o povo, o verdadeiro povo brasileiro, não pode estar em nenhuma destas condições, todas incompatíveis com a consciência cívica e a soberania nacional.

Quando a democracia brasileira abrir os olhos e compreender a lepra que tem derramado sobre o corpo da pátria o vírus monárquico, há de procurar um bálsamo que lhe cure as chagas, e este achá-lo-á seguro e pronto na proclamação da república.

Referência: ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. Partido Republicano do Rio Grande do Norte. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). Antologia de Pedro Velho. Natal: EDUFRN, 2019. p. 7-8 [adaptado]

Fonte 02: Fotografia do Teatro Carlos Gomes c. 1910 (atual Alberto Maranhão)



Referência: Acervo de cartões-postais do Laboratório de Imagens (LABIM/UFRN). Disponível em: <<http://www.repositoriola-bim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/1>>. Acesso em: 18 nov. 2021

Fonte 03: O Rio Grande do Norte em 1911

Natal, que tem mais de três séculos, era, não há mais de vinte anos, uma pequena cidade atrasada, sem higiene, sem conforto, sem movimento, sem vida, apesar de sua excepcional posição topográfica. [...] Afora alguns edifícios já velhos e mal-conservados, poucos eram os traços que atestavam a solicitude dos poderes públicos.

A transformação da Capital começou com o novo regime. Tem sido obra de todos os Governadores do Estado. Os primeiros melhoraram todos os edifícios públicos, reconstruíram alguns, edificaram outros, como o Teatro Carlos Gomes [atual Teatro Alberto Maranhão] [...] Coube ao autor deste trabalho dar maior impulso ao movimento que se vinha operando. O alargamento de algumas ruas, a regularização de praças, a construção do jardim da “Praça Augusto Severo” e o contrato e início da “Praça André de Albuquerque”, o calçamento e arborização de várias ruas e avenidas. [...].

Referência: LYRA, Augusto Tavares de. O Rio Grande do Norte em 1911. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1912. p. 417

Contextualização:

A monarquia brasileira chegou ao fim em 15 de novembro de 1889 com a deposição do imperador D. Pedro II por um movimento político que unia militares, cafeicultores paulistas e camadas médias da sociedade. Às vésperas da Proclamação da República, o estado do

Rio Grande do Norte não tinha um movimento republicano unificado. As ideias republicanas circulavam entre diferentes grupos que apoiavam a causa, mas divergiam sobre como implantar a República. Por um lado, havia aqueles que acreditavam em uma via gradualista, por outro lado, os que defendiam uma ruptura total e radical com a monarquia. No Seridó, Janúncio da Nóbrega chamou atenção quando, em 1886, com apenas 17 anos, criou o Centro Republicano Seridoense e promoveu algumas ações isoladas na região.

Duas vertentes tiveram maior destaque: o “radicalismo liberal democrático”, de um grupo apoiado por José Bernardo de Medeiros, poderoso coronel do Seridó, e que articulava as “novas ideias” e o “tradicionalismo”; e o “republicanismo oficial”, que se confundia com a figura de Pedro Velho, chefe da oligarquia Albuquerque Maranhão, que defendia uma via gradual e pacifista, na qual a república triunfaria por meio da opinião pública.

Mas, a iniciativa de fundar um partido republicano no Rio Grande do Norte veio de fora. Partiu de uma geração anterior de norte-rio-grandenses que moravam no Rio de Janeiro e tinham tido contato com as ideias republicanas após terem emigrado da Província ainda jovens para completar seus estudos. Esse grupo tinha proximidade com os republicanos da geração de 1870, que escreveu o “Manifesto Republicano”. Os principais nomes dessa articulação foram José Leão e Tobias Monteiro. Esse grupo percebeu a necessidade de preparar a população do Rio Grande do Norte para a República por meio da propaganda e, com esse objetivo, fundaram, em 1888, o Centro Republicano Potiguaranense.

Foi Tobias Monteiro que incentivou Pedro Velho a fundar e chefiar o Partido Republicano do Rio Grande do Norte e unificar os centros republicanos existentes no estado. De início, Pedro Velho hesitou, pois o futuro da causa republicana ainda era incerto e ele temia as consequências de firmar um compromisso prematuro com o movimento. No final de 1888, aceitou o pedido e aderiu à causa. A reunião de fundação do Partido Republicano aconteceu em 27 de janeiro de 1889. A partir de então, os republicanos engajaram-se na propaganda por meio do jornal “A Republica” e tentaram concorrer às eleições para deputado federal naquele ano, mas sem sucesso.

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o clima no Rio Grande do Norte era ainda de incerteza. Conta-se que, no Rio de Janeiro, o padre João Manoel, outro republicano histórico norte-rio-grandense, reivindicou o direito de governar o estado ao Ministro do Interior, general Aristides Lobo. No entanto, José Leão usou de sua influência com o mesmo ministro para que Pedro Velho prevalecesse, e um telegrama daquela autoridade, determinando que Pedro Velho proclamasse a República e assumisse o governo, foi enviado entre os dias 16 e 17 de novembro. No entanto, o governo de Pedro Velho durou poucos dias, uma vez que o governo provisório nomeou outro governador no dia 30 daquele mesmo mês: o paulista Adolfo da Silva Gordo, que era próximo a Aristides Lobo, mas que não tinha ligações com a política local.

Os primeiros anos do novo regime foram instáveis, com o estado chegando a ter, entre 1889 e 1892, sete governadores e uma junta governativa. A prática do Governo Provisório de escolher “estrangeiros” para governar o estado era vista como sinal de desprestígio e gerava

desconfiança nos grupos locais, pois se configurava contrária ao princípio da autonomia local, que unia os interesses políticos e econômicos dos diferentes grupos do estado. Porém, durante esse período, Pedro Velho usou sua influência política para conseguir a nomeação de governadores com os quais tinha mais afinidade, contra aqueles que se mostraram mais simpáticos à oposição. Fez isso em duas ocasiões: na primeira indicou Joaquim Xavier da Silveira Jr. para o lugar do paulista Adolfo Gordo; na segunda, conseguiu que seu antigo chefe de polícia, Manoel do Nascimento Castro e Silva substituísse João Gomes Ribeiro. Dessa forma, Pedro Velho conquistou mais espaço dentro da administração, beneficiando parentes próximos em contratos de serviço e em postos chave do governo.

Para os opositores, estava cada vez mais claro que Pedro Velho usava o Partido Republicano para beneficiar a si próprio e seus familiares. Assim, os republicanos históricos (incluindo aqueles que pouco tempo antes pediram para que ele fundasse o partido) movimentaram-se para fazer oposição ao chamado “pedro-velhismo”. Aliaram-se temporariamente a antigos liberais e conservadores monarquistas com o objetivo de formar uma chapa que se opusesse a Pedro Velho – uma união que logo se desfez por causa das divergências internas.

Mesmo com essas articulações e com uma vitória eleitoral na eleição para a Câmara Federal, Pedro Velho passou um ano no ostracismo por ter apoiado Prudente de Moraes na eleição indireta para a presidência da República, manobra na qual José Bernardo o acompanhou, e ambos saíram derrotados contra Deodoro da Fonseca. Isso abriu espaço para seus opositores, que assumiram o governo e saíram vitoriosos na eleição para a Assembleia Constituinte estadual. Entretanto, a presidência de Deodoro foi instável e a oposição a ele cresceu ao longo do ano de 1891 acusando-o de ser um ditador que contrariava a divisão de poderes da República. Em novembro daquele ano, Deodoro renunciou e seus partidários em cada estado foram derrubados. Prudente de Moraes assumiu a presidência, e tanto Pedro Velho quanto José Bernardo foram recompensados. Foi feita uma nova eleição para a Constituinte estadual, onde a chapa de Pedro Velho e José Bernardo consagrou-se vitoriosa.

Em 1892, Pedro Velho assumiu o controle do estado, após ser eleito indiretamente pelo Congresso Estadual. No entanto, continuou sofrendo oposição de republicanos históricos no Seridó, preteridos em duas ocasiões nas eleições para deputado federal em favor de Augusto Severo, irmão de Pedro Velho, o que fez com que ele perdesse o apoio de seu antigo aliado José Bernardo. Essa prática de favorecimento de parentes continuou ao longo de toda a sua administração e de seu sucessor, Ferreira Chaves, culminando em uma manobra para diminuir a idade mínima para que um cidadão fosse eleito governador, de 35 para 25 anos. Com isso, Alberto Maranhão, irmão mais novo de Pedro Velho, foi eleito governador com apenas 26 anos. Por meio de suas articulações políticas, Pedro Velho conseguiu eleger sucessores para o governo até 1913, com destaque para Alberto Maranhão e Tavares de Lyra, seu genro.

A eleição de Pedro Velho representou o fim da instabilidade política dos anos anteriores, mas não significou o fim da oposição no Rio Grande do Norte. O primeiro exemplo foi a já mencionada articulação de José Bernardo, que acusava Pedro Velho de ter sido ingrato e

desleal com seus correligionários do Seridó, que teriam prestado um apoio indispensável à sua eleição. Pedro Velho teve uma relação tensa com o presidente Floriano Peixoto, enquanto José Bernardo manteve-se como um fiel florianista e usou disso para conseguir a indicação de aliados em cargos administrativos, e manter Pedro Velho sob ameaça de intervenção federal. Para tanto, José Bernardo contava também com um valioso aliado, o senador Amaro Cavalcanti.

Outro forte opositor dos Albuquerque Maranhão foi Elias Souto, antigo monarquista que criticava o federalismo republicano do governo de Floriano Peixoto, afirmando que os estados estavam perdendo sua autonomia, e que a prova disso eram as deposições de governadores e as dissoluções dos congressos estaduais. Havia também uma outra dissidência, mais ideológica, mas também menos expressiva politicamente, veio de antigos conservadores da cidade de Assú, ligados ao Partido Católico, que, em 1890, defendiam que as medidas do governo provisório eram incompatíveis com os ideais republicanos.

Todos esses grupos tinham Pedro Velho como adversário em comum, porém, suas divergências em relação ao governo federal fizeram com que eles raramente se articulassem para combatê-lo. Pedro Velho, por sua vez, aproximou-se de Francisco Gurgel, chefe político da região de Mossoró, como uma forma de compensar a perda das outras alianças.

A administração de Pedro Velho foi marcada pela regulamentação de diversos serviços do estado, como comércio, finanças, segurança, serviço sanitário e educação. Seus sucessores notabilizaram-se por obras materiais responsáveis por transformar Natal, a capital estadual, em uma cidade “moderna”, de acordo com os padrões da época. Obras como a construção de estradas e ferrovias que ligavam a capital e o interior do estado, o serviço de reequipamento do Porto de Natal, para permitir a entrada de navios maiores e facilitar o escoamento da produção, a construção de uma usina para geração de energia elétrica, a implantação de uma linha de bondes na cidade, a construção do Teatro Carlos Gomes, as praças Augusto Severo e Pedro Velho, e a inauguração de um novo bairro, a Cidade Nova, atuais Tirol e Petrópolis, construído para servir como lugar de habitação das figuras mais influentes da cidade.

Os Albuquerque Maranhão aproveitaram isso para fazer com que o espaço público ficasse marcado com nomes ligados ao novo regime republicano e à sua oligarquia. Podemos ver isso nas praças com os nomes de Pedro Velho e Augusto Severo, na avenida e no cais Tavares de Lyra, na rua Alberto Maranhão (o teatro receberia seu nome muitos anos depois, em 1957) e nas avenidas da Cidade Nova, que ostentam nomes de presidentes da república. Dessa forma, caminhar pela cidade do Natal seria uma experiência comparável à leitura de um livro que contava a história da república brasileira e dos homens que teriam esforçado-se para implantá-la, mas deixando de lado aqueles que, no caminho, fizeram oposição às ambições oligárquicas de Pedro Velho e também o grosso da população, a multidão de trabalhadores que laboraram nas obras remodelando a cidade.

Material para consulta:

ARRAIS, Raimundo. Terra urbana, chão da memória das classes dirigentes. In: ARRAIS, Raimundo (org.). **A terra, os homens, os sonhos: A cidade de Natal no início do século XX**. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 13-43.

BUENO, Almir. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)**. Natal: EDUFRRN, 2016. Capítulos 2, 3 e 4.2 (“Nós, os regeneradores da pátria”; Da Proclamação da República à eleição de Pedro Velho (1889-1892); A relação União/Estados no pensamento político potiguar). p. 65-116; 117-155; 174-183.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930**. Natal: EDUFRRN, 2008. Parte 3 “A Política”, Capítulos 1 e 3; Parte 4 “A Administração dos Governos Estaduais”, Capítulos 11-16. p. 153-155; 159-181; 309-331.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 4 ed. Natal: Ed. UFRN, 2010. Capítulo XXXVII, “Abolição e República”. p. 459-467.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRRN, 2008.



Atividade:



1 Leia atentamente a Fonte 01 “Manifesto do Partido Republicano do Rio Grande do Norte”. Faça uma pesquisa sobre seu autor e responda às seguintes perguntas:

- a- Como o autor retrata as diferenças entre a República e a Monarquia?
- b- Podemos perceber os interesses do autor na forma como ele aborda as diferenças entre os governos?



2 Leia atentamente a Fonte 03, observe as imagens presentes neste capítulo e responda:

- a- Quem é o autor do texto? É possível estabelecer uma relação entre ele e as imagens do capítulo?
- b- Observe os nomes dos lugares mencionados na fonte 3. Faça uma breve pesquisa sobre eles e reflita: por que receberam esses nomes?
- c- Quais os locais retratados nas imagens e qual a importância delas no contexto dos primeiros governos republicanos no Rio Grande do Norte?

Sequência didática:

Tema: A Proclamação da República e a política republicana no Rio Grande do Norte

Objetivo da sequência: compreender as disputas entre grupos políticos e as marcas deixadas pelo processo da Proclamação da República no estado.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: cópias do Guia Didático, computador com acesso à internet e projetor (opcionais).

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e fazer perguntas norteadoras aos alunos: O que mudou na política brasileira com a Proclamação da República? Será que o processo foi o mesmo em todos os estados? **Desenvolvimento:** discutir o processo político que resultou na Proclamação da República no Rio Grande do Norte, abordando pontos como a desorganização inicial do movimento, a propaganda republicana, as diferentes vertentes do republicanismo potiguar, a instabilidade dos anos iniciais e a consolidação do poder nas mãos dos Albuquerque Maranhão. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta da fonte 1 seguindo a atividade proposta e pedir para que os alunos identifiquem as principais ideias presentes naquele discurso e a forma como os diferentes regimes, monarquia e república, são representados.

Segundo dia:

Introdução: indagar os alunos se eles conseguem lembrar o nome de ruas, avenidas, praças e outros pontos do espaço público que remetem a figuras políticas, mantendo um foco na Primeira República. **Desenvolvimento:** aprofundar a explanação sobre o processo da Proclamação

da República no contexto estadual, destacando o uso da influência política dos Albuquerque Maranhão para favorecimento familiar e de seus aliados, e o uso de obras para promover a imagem dos governantes; solicitar a leitura e análise das fontes 2 e 3 seguindo a atividade proposta. Sugestão: usar o Google Maps para identificar os locais mencionados e retratados nas fontes. **Conclusão:** construir, a partir do exemplo de Natal, uma reflexão sobre o porquê do espaço público das cidades estarem marcados com a memória de grupos políticos, demonstrando como a cidade pode ser usada como o espaço para a construção desse tipo de narrativa política. Neste capítulo, partimos do exemplo de Natal no regime republicano, mas a reflexão pode ser aplicada a outras cidades em outros períodos.

Renato Marinho

Para refletir:

Com a República, as antigas Câmaras Municipais foram substituídas pelas Intendências, órgãos que exerciam o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Os intendentess não recebiam salário, mas ganhavam prestígio político e poder para transformar a cidade. Qual o papel das leis criadas pela Intendência Municipal?



Referência: Sede da Intendência (atual prefeitura), no centro de Natal. Fonte: Miranda, 1981, p. 56

Entendendo a fonte: Resoluções da Intendência Municipal

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a organização política e administrativa do país foi alterada. Por exemplo, as províncias tornaram-se estados e passaram a ter, ao menos pela lei, maior autonomia. Nos municípios, as Câmaras deram lugar às Intendências Municipais. Estes órgãos tinham poder Legislativo, Judiciário e também Executivo, os quais eram encabeçados pelo Presidente da Intendência, eleito pelos seus pares. Cabia às Intendências fixar a receita e a despesa do município, arrecadar os impostos locais, planejar e executar obras, criar leis, chamadas de resoluções municipais, e julgar eventuais contravenções dessas leis.

Em Natal, nos primeiros anos da República, essas atividades eram desenvolvidas por cinco intendentess; depois, no início do século XX, o número de intendentess passou para sete. Esses homens (a primeira mulher a fazer parte da instituição, Júlia Barbosa, ingressou em 1928) tinham muitas posses, incluindo vastos terrenos, casas e até ações do Banco de Natal. Boa parte deles ostentava títulos de capitão, major ou coronel, os quais remetiam ainda à Guarda Nacional criada no Império, ou mesmo às tropas de ordenanças do período colonial. Com a República, veio o desejo de transformar a capital, que ainda guardava traços coloniais. Essa transformação ocorreria por meio de obras como o calçamento de ruas,

abertura de avenidas, criação de praças ajardinadas, entre outros melhoramentos. Mas, para os intendentess, essas ações não seriam suficientes. Eles julgavam que a população mais humilde não tinha um comportamento adequado para viver nessa cidade que se modernizava.

Esse pensamento não levava em conta que essas pessoas tinham sua própria maneira de vivenciar a cidade. Para os intendentess, as resoluções municipais podiam ajudar a estabelecer novos padrões de comportamentos da população. Essas leis tratavam de vários temas, entre os quais economia, planejamento urbano, saúde e higiene. Mas queremos destacar as que se destinavam à tentativa de reformar costumes dessa população mais humilde. Questionamentos sobre o não cumprimento dessas resoluções também eram comuns em jornais locais, em especial nas notas escritas por leitores desses periódicos.

Fonte histórica:

Fonte 01: Resolução municipal n. 4

Art. 1º - É expressamente proibido animais soltos nas ruas e praças públicas desta cidade.

§ 1º Quanto aos vacuns, cavalares e muares o fiscal do respectivo distrito determinará a sua apreensão a todo tempo que forem encontrados, sujeitando os donos à multa de 2 mil reis por cada um deles e de mil reis por cada vez que reincidir (...).

§ 2º Quanto ao ovelhum e caprino se observará a disposição do § 1º com a multa de mil reis na primeira apreensão e de 500 reis em cada uma das reincidências.

§ 3º Quanto ao suíno, o Fiscal mandará incontinentemente exterminar o que encontrar, podendo comissionar pessoas que se encarreguem desse serviço mediante a gratificação de 500 reis, devendo entregar os porcos exterminados a seus donos, se aparecerem para aproveitá-los (...).

Art. 2º - É igualmente proibida a vagueação de cães soltos pelas ruas.

§ Único. Apenas sejam encontrados o Fiscal os fará exterminar por meio de bolas preparadas nas farmácias, e somente por ele aplicadas, e depois de morto os cães os mandará enterrar.

Art. 3º - É expressamente proibida a criação de porcos em chiqueiros dentro dos muros ou quintais das casas desta cidade: multa de 5 mil reis pela infracção e o duplo na reincidência. [...]

Art. 4º - Os almocreves ou recoveiros não poderão montar em animais carregados ou descarregados dentro das ruas desta cidade: tão somente lhes é permitido puxarem pelo cabresto ou tangerem a passo o animal de carga, muito aproximados dele: pela infracção multa de 2 mil reis, que será convertida em dois dias de prisão na falta de pagamento (...).

Art. 5º - É vedado o trânsito de animais carregados por becos, cuja largura for inferior a 4 metros: penas de 2 mil reis de multa, que se converterá em prisão por dois dias e o duplo na reincidência.

[...]

Sala das Sessões do Conselho da Intendência Municipal do Natal, 2 de janeiro de 1893.

Referência: Jornal A Republica, Natal, 07 jan. 1893. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

A Intendencia Municipal do Natal, resolve :
RESOLUÇÃO N. 4

Art. 1.º E' expressamente prohibido animaes soltos nas ruas e praças publicas desta cidade.

§ 1 Quanto aos vaccuas, cavallares e muares o fiscal do respectivo districto determinará a sua apreheção a todo tempo que forem encontrados. suje tando os donos a multa de 2:000 reis por cada um delles e de 1:000 reis por cada vez que reincidir na falta de observancia desta postura.

§ 2 Quanto ao ovelhum e caprino se observará a disposiçã do § 1.º com a multa de... 1:000 na primeira apreheção e de 500 reis em cada uma das reincidencias

§ 3 Quanto ao suino, o Fiscal mandará incontinente exterminar o que encontrar, podendo commissionar pessoas que se encarregue desse serviço mediante a gratificaçã de 500 reis, devendo entregar os porcos exterminados a seus donos, se apparecerem para aproveitar-os, ou mandando enterral-os no caso de não apparecer quem reclama.

Art. 2.º E' igualmente prohibida a vagueaçã de cães soltos pelas ruas.

§ Unico. Apenas seião encontrados o Fiscal os fará exterminar por meio de bolas preparadas nas pharmacias, e somente por elle applicadas, e depois de mortos os cães os mandará enterrar.

Art. 3.º E' expressamente prohibida a creaçã de porcos em chiqueiros dentro dos muros ou quintaes das casas emravadas nas ruas desta cidade : multa de 5:000 reis pela infracçã e o duplo na reincidencia.

§ Unico Os proprietarios franquearã, aos Fiscaes a revista de seus muros ou quintaes no caso de denuncia contra a infracçã do presente artigo.

Art. 4.º Os almocreves ou recoveiros não poderão montar em animaes carregados ou descarregados dentro das ruas desta cidade : tão somente lhes é permitido puxarem pelo cabresto ou tanjerem a passo o animal de carga, muito aproximados d'elle : pela infracçã multa de 2:000 reis que sera convertida em dois dias de prisã na falta de pagamento e o duplo nas reincidencias.

Escrevem-nos :

"Ha tempos, o governo municipal, entendendo -e muito bem- que as ruas desta capital devem ser destinadas exclusivamente ao transito e commodidade do publico, ordenou a retirada dos gados que as estavam convertendo num campo de criaçã.

Parece, entretanto, que estão desrespeitando tão util e previdente medida do governo municipal, porque, pelo menos em algumas ruas da Ribeira e da Cidade Nova, as vaccas, cavallos, burros, cabras e ovelhas pastam livremente, danificando as propriedades e estragando as plantaçõs que a pobreza começou a fazer nos quintaes das suas habitaçõs.

Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criaçã."

Fonte 02: Jornal A Republica

Nota de leitor

Há tempos, o governo municipal, entendendo que as ruas desta capital devem ser destinadas exclusivamente ao trânsito e comodidade do público, ordenou a retirada dos gados que as estavam convertendo num campo de criação.

Parece, entretanto, que estão desrespeitando tão útil e previdente medida do governo municipal, porque, pelo menos em algumas ruas da Ribeira e Cidade Nova, as vacas, cavalos, burros, cabras e ovelhas pastam livremente, danificando as propriedades e estragando as plantações que a pobreza começou a fazer nos quintais das suas habitações.

Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criação.

Referência: A REPUBLICA, Natal, 28 abr. 1904. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Contextualização

A instauração da República, em 1889, levou a alterações na organização política e administrativa do país. O incipiente regime queria ser novo em tudo. Por outro lado, as instituições do Império passaram a representar, nesse discurso republicano, o velho, atrasado e decrépito. O decreto federal nº 50-a, de 1889, que dissolveu a Câmara do Rio de Janeiro, afirmava que essa instituição encontrava-se em “estado de decadência” e que possuía “deficiente organização”. Esses mesmos argumentos foram utilizados para o decreto estadual nº 8/1889, que dissolveu a Câmara da cidade do Natal. Foi assim, envoltas nesse discurso do novo, que surgiram as Intendências. A organização dessas instituições variou com o tempo. Mas as principais funções, citadas na primeira página deste capítulo, mantiveram-se ao longo dos anos, até 1930.

Entre as mudanças que podem ser mencionadas na composição da Intendência de Natal, destaca-se a eleição de um representante da classe operária, em 1913. Esse representante foi José Pinto, tipógrafo e gerente do Jornal A República, órgão comandado naquela época pelos Albuquerque Maranhão, família que governava o Rio Grande do Norte. Isso sugere que as mudanças na composição da Intendência tinham seus limites. No geral, essa instituição, que tinha papel importante na organização das eleições, era ocupada por homens poderosos, de posses e patentes militares altas. Ao longo da Primeira República, em virtude do chamado voto de cabresto – mecanismo de manipulação dos votos por poder econômico e/ou coerção física – e das eleições a bico de pena, expressão usada para se referir às fraudes eleitorais típicas desse período, não havia espaço para a oposição.

Isso não significa que mudanças não fossem possíveis. Na década de 1920, as chamadas vagas para as minorias foram institucionalizadas. Além do representante da classe operária, foram criadas vagas para a classe desportiva e para os contribuintes da décima urbana, equivalente ao IPTU de hoje. É nessa década de 1920 também que a Intendência de Natal passou por uma reforma administrativa, com a criação de departamentos que funcionavam de modo parecido às nossas secretarias municipais de hoje.

No período aqui analisado (1889-1930), a década de 1920 parece ter sido o período de maiores mudanças. Em 1926, foi estabelecida a Prefeitura. A partir de então, a Intendência passou a ter função mais legislativa, ao passo que o poder Executivo começou a ser exercido pelo prefeito. O 1º prefeito de Natal foi Omar O’Grady, justamente o último a ocupar a Presidência da Intendência.

O’Grady era engenheiro civil, formado nos Estados Unidos, e trazia em seus discursos as ideias do progresso, do novo e do moderno. No seu período de gestão, de 1924 a 1930 (até 1926 como Presidente da Intendência e depois como prefeito), Natal passou por muitas obras, com destaque para as de calçamento, estradas de rodagem e a Avenida Atlântica (atual Getúlio Vargas), que ia até a famosa praia de Areia Preta.

Contudo, as transformações materiais precisavam ser acompanhadas, pensavam os intendentess, por mudanças no comportamento da população. Em crônica publicada em 1907, no jornal “A Republica”, Henrique Castriciano, político e escritor, referia-se ao ar matuto do povo natalense. Matérias de jornal criticavam o comportamento dos mais humildes que, na visão daquela classe dirigente do Rio Grande do Norte, não sabiam usar de maneira adequada os espaços públicos e os equipamentos urbanos inaugurados com a República, como as praças ajardinadas, o bonde, as avenidas e ruas do chique bairro de Cidade Nova (atual Tirol e Petrópolis).

As resoluções municipais foram criadas, entre outros pontos, para tentar reformar costumes e hábitos desses populares. Os espaços e equipamentos inaugurados na República não eram pensados para eles; a cidade do Natal vivia um processo de modernização excludente e aos poucos esses populares foram forçados a ir para longe do centro. Mas eles resistiram de diferentes maneiras: andavam de pés descalços nas praças ajardinadas, faziam batucadas que incomodavam os moradores do bairro de Cidade Nova, descumpriam normas estabelecidas pelas resoluções municipais. A não obediência a essas leis acontecia, em boa medida, porque os populares tinham sua própria maneira de ver e praticar a cidade.

Glossário:

Vacum: designação dada a vacas, bois, novilhos, garrotes e bezerros.

Cavalar: referente a cavalos.

Muare: referente a burros.

Ovelhum: referente a ovelhas, carneiros e cordeiros.

Almocreve/recoveiro: indivíduo que tem por ofício conduzir bestas de carga.

Bola: bola de carne ou bocado de comida envenenado usado para matar cães.

Material para consulta:

BAKOS, Margareth Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendentess**. 2. ed. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. A gestão da cidade: o papel da Intendência Municipal na construção de uma Natal Moderna (1890-1930). **Revista Espacialidades**, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/espacialidades/v2n1/renato.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. Entre Bockharam e Babel: a gestão do espaço urbano natalense na Primeira República. **Revista Espacialidades**, v. 6, n. 05, p. 52-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17599>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade!**: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal: EDUFRN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25757>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. Cidade Nova ou cidade das lágrimas?: a construção do terceiro bairro oficial de Natal no início do século XX. **Oficina do Historiador**, v. 7, n. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/14281>. Acesso em: 23 nov. 2021.



Atividade:



Com base nas fontes apresentadas, nos debates realizados em sala de aula e nas leituras do material didático, faça o que se pede:

- a- Quais eram os principais objetivos da Resolução municipal nº 4/1893?
- b- Com base na interpretação das fontes, aponte duas razões que podem ter contribuído para a não concretização dos objetivos citados na letra “a”.
- c- “Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criação”.
Com base na leitura das fontes, bem como em seu conhecimento sobre o período retratado, interprete a frase acima, apontando possíveis razões que levaram o autor da nota a ser taxativo, ou seja, demonstrar claro incômodo em relação ao tema tratado.



Partindo de suas vivências, você poderia indicar alguma(s) lei (s) em vigor na sua cidade atualmente que sofra resistências em sua aplicação? Se necessário, busque o auxílio de seu (sua) professor(a) para responder à questão. O diálogo com pais ou responsáveis também poderá ser válido para desenvolvimento de sua resposta.

Sequência didática

Tema: Poder, política e administração na Primeira República no Rio Grande do Norte

Objetivo da sequência: compreender, pela análise de fontes históricas, o funcionamento da Intendência Municipal e o papel de suas leis.

Tempo de execução: 3 a 6 h/a

Materiais necessários: cópias do Guia didático, lousa, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: debater as fontes históricas, organizando os alunos em grupos. Perguntar aos discentes quais informações podem ser retiradas das fontes. **Desenvolvimento:** discorrer sobre o contexto em que foram criadas as Intendências, suas funções, em especial seu papel legislativo. **Conclusão:** apresentar as questões da atividade, tirar dúvidas e encaminhar a resolução para casa.

Segundo dia:

Introdução: dividir a turma em grupos e fazer a correção da atividade, solicitando a cada grupo que apresente a resposta de pelo menos um item. **Desenvolvimento:** com base no debate gerado pela correção, discorrer sobre a dicotomia entre lei, que representa um ideal, e realidade, com práticas que subvertem essa projeção. **Conclusão:** perguntar os alunos se identificam em seu dia a dia esse embate entre a lei e a prática.

Terceiro dia:

Introdução: apresentar, partindo do contexto local, o cenário em que foi instaurada a República. **Desenvolvimento:** explicar como a Intendência de Natal e seus membros se associam a essa República que apresenta um discurso marcado pela ideia de progresso, mas que exclui boa parte da população. **Conclusão:** perguntar os alunos se conhecem como funciona hoje a gestão dos municípios em que residem e se se sentem incluídos por ela.

15 Terra dos salineiros: os trabalhadores

da extração de sal no Rio Grande do Norte

Aledson Manoel Silva Dantas

Para refletir:

Os sindicatos de salineiros do Rio Grande do Norte eram uma força política ativa no estado no século XX. Em Macau, a sua origem está ligada às condições de trabalho nas salinas. Buscando melhorias, os trabalhadores organizaram-se em associações. Mas como elas funcionavam?



Referência: Trabalhadores nas Salinas, Macau, meados do século XX. Disponível em > <http://www.obaudemacau.com/>

Entendendo a fonte: imprensa e o movimento sindical

A interpretação de uma fonte histórica envolve o entendimento de vários filtros: a intenção comunicativa, a natureza do documento, a visão política, influências externas etc. Nesse exercício intelectual, algumas questões que não estavam aparentes podem surgir, inclusive aquelas que poderiam ter sido silenciadas, apagadas, ou simplesmente não ditas. Isso é comum em jornais, cujas redações obedecem a uma linha editorial própria de seus financiadores e proprietários. Em diversas situações, realizamos uma leitura a contrapelo, contornamos os discursos e achamos respostas às quais o documento não respondia.

Ao lermos o discurso da posse da diretoria do sindicato dos salineiros de 1951, publicado no jornal Diário de Natal, de 1951, a primeira impressão é de que havia uma aparente harmonia entre as classes sociais: os oradores, do órgão representativo, o delegado do trabalho e as “altas autoridades”. Essa organização social representava os ideais do Trabalhismo, os quais defendiam que cada grupo tinha um papel a seguir: 1) aos trabalhadores era reservado o papel de colaborar com o progresso nacional, de forma ordeira; 2) ao governante cabia reconhecer e distribuir “dádivas” sob a forma de direitos sociais e manter o controle social. Essa relação é geralmente classificada como “populismo”, e parece estar representada no texto do jornal Diário de Natal. Podemos, todavia, pensar de outra forma e rejeitarmos, em princípio, a tese de que as massas são simplesmente manipuladas por um líder pretensamente popular e

carismático. Entretanto, podemos entender que as classes trabalhadoras anteriormente a essas supostas concessões, já lutavam por direitos sociais e políticos, demonstrando que não eram massa de manobra dos governantes, ou seja, os trabalhadores conquistaram os seus próprios direitos de se organizar e de se sindicalizar. Nessa perspectiva, novas interpretações são possíveis.

Fonte histórica:

Jornal Diário de Natal

Empossada, ontem, a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Sal

A solenidade realizada em Macau — Presentes o Delegado do Trabalho e altas autoridades — Os oradores

Como ponto inicial de minhas despreziosas palavras, quero vos fazer conhecedores, aliás não será isto para atrair nenhuma fama sobre mim, de que aos 26 de agosto de 1938, tomava eu a resolução firme e decidida, sob um rancho da grande e magestosa salina Conde desde Município, onde trabalhava há vários anos, de convidar, conclamar a todo custo e com o máximo de meu entusiasmo e energias, a grandiosa, sofredora e obreira classe de trabalhadores em salinas de Macau, para for-

tividade, fundar nesta cidade de Macau, um órgão de defesa, e reivindicatório dos sagrados, porém ás mais das vezes, aquele temp, esquecidos e espezinha-dos direitos do operariado ordeiro e laboriosa desta Região salifera, o que a 26 do mesmo mês de agosto, tive a grata satisfação de ver congregados a meu lado, 703 (setecentos e três) trabalhadores, e, com estes, fundei na tarde daquele dia, para mim tão histórica, um agrupamento ordeiro deste operariado; e a 5 (cinco) de Janeiro de 1943 registrei-o em Associação Profissional, funcionando esta até 30 (trinta) de agosto de 1948, quando fora a mesma reconhecida em Sindicato pelo ato inenxorável do Sr. Honório Monteiro, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no Governo do General Dutra.

A 11 (onze) de novembro de 1949, firmei o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho com as Firms Industriais salineiras deste Município, e o segundo ora em vigor até 11 de outubro de 1951, em 11 de Outubro de 1950.

Operários livres e ordeiros, d'âmicos e sinceros, hoje, mais do que nunca, podeis confiar que já tendes a vossa vanguarda, o incansável o invencível amigo, que jamais deixou nem deixará de pugnar a todo e qualquer momento pelos vossos direitos e reivindicações de salários, embora para isso, seja imprescindível o vosso concurso, pois, só com a vossa união inquebrantável em torno de vosso Sindicato livre e vosso Presidente em chefe, é que poderei ser mais forte e inabalável na defesa dos vossos mais legítimos interesses. Espero pois, trabalhadores em salinas, operários honestos, sinceros e progressistas, que não me negareis a vossa grande e leal cooperação nesta jornada que não é minha, mas que é nossa, porque será eu por VÓS e vós por MIM, para que assim irmanados, sejamos um todo convergente para um só e grandioso objetivo, que é trabalharmos pela felicidade pessoal de cada UM, e o progresso e ordem do vosso órgão de defesa dos vossos direitos, e o progresso e o bem do Município, do Estado e da Nação brasileira.

Empossada, ontem a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Sal. A solenidade realizada em Macau – Presentes o Delegado do Trabalho e altas autoridades – Os oradores

Como ponto inicial das minhas despreziosas palavras quero vos fazer conhecedores, aliás, não será isto para atrair nenhuma fama sobre mim, de que aos 26 de agosto de 1938, tomava eu a resolução firme e decidida sob um rancho da grande e magestosa (sic) salina Conde desde município, onde trabalhava há vários anos de convidar, conclamar a todo custo e com o máximo de meu entusiasmo e energias, a grandiosa, sofredora e obreira classe de trabalhadores em salinas de Macau [...] fundar nesta cidade do Macau, um órgão de defesa, e

reivindicatório dos sagrados, porém as mais das vezes, aquele tempo, esquecidos e espezinhadados direitos do operariado ordeiro e laborioso desta Região salífera, o que a 28 do mesmo mês de agosto, tive a grata satisfação de ver congregados a meu lado, 703 (setecentos e três) trabalhadores, e, com estes, fundei na tarde daquele dia, para mim tão histórica, um agrupamento ordeiro deste operariado; e a 5 (cinco) de janeiro de 1943 registrei-o em Associação Profissional, funcionando esta até 30 (trinta) de agosto de 1948, quando fora a mesma reconhecida em Sindicato pelo ato inexorável do Snr. Honório Monteiro, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no Governo do General Dutra. A 11 (onze) de novembro de 1949, formei o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho com as Firms industriais salineiras deste município, e o segundo ora em vigor até 11 de outubro de 1951, em 11 de Outubro de 1950. Operários livres e ordeiros, dinâmicos e sinceros, hoje, mais do que nunca, podeis confiar que já tender a vossa vanguarda, o incansável, o invencível amigo, que jamais deixou nem deixará de pugnar a todo e qualquer momento pelos vossos direitos e reivindicações de salários, embora para isso, seja imprescindível o vosso concurso, pois, só com a vossa união inquebrantável em torno de vosso Sindicato livre e vosso Presidente em chefe, é que poderei ser mais forte e inabalável na defesa dos vossos mais legítimos interesses. Espero pois, trabalhadores em salinas, operários honestos, sinceros e progressistas, que não me negareis a vossa grande e leal cooperação nesta jornada que não é minha, mais é nossa, porque será eu por VÓS e vós por MIM

Referência: *Diário de Natal*, ed. 2653, 31 de agosto de 1951.

Contextualização:

Há notícias de greves de salineiros de Macau desde 1892, quando os trabalhadores impediram o embarque do sal no porto. A repressão foi efetuada pela autoridade policial em conjunto com a milícia armada de um fazendeiro rico da região. A sindicalização oficial, conforme indicado no documento apresentado, somente ocorreu 50 anos mais tarde, na década de 1940. Isto torna-se uma questão no debate político no avançar da industrialização brasileira, já na década de 1920, e que se intensificou com o governo Vargas nos anos seguintes. Macau é uma cidade conhecida pelas suas salinas naturais. Quem visita a cidade, logo se depara com o vento que carrega a espuma de sal que sai dos decantadores, cortados pela estrada que permite o acesso ao núcleo urbano do município. Atualmente, observa-se poucos trabalhadores nas salinas naturais. A monotonia é quebrada apenas pela presença de alguns equipamentos e por seus operadores. Num passado nem tão distante, havia muita gente trabalhando nas salinas, que absorviam parte considerável da mão-de-obra da região, tanto de Macau quanto dos municípios vizinhos. Até a década de 1960, toda a produção era feita da forma “tradicional”.

Em um sistema de trabalho que não se modernizou ao longo dos séculos, os salineiros tinham que “afogar” o sal com um instrumento de ferro chamado “alavancão”, que foi posteriormente substituído pela chibanca. Há relatos, ainda, da utilização das mãos para retirar o sal dos lajedos que decantam durante todo o ano. Uma vez extraído, o sal era transportado em balaios para ser descarregado em navios, na forma bruta, ou para ser empilhado nos tanques. Além do trabalho ser desgastante em si, havia algumas condições

que deterioravam a saúde do trabalhador: o contato direto com a água saturada de sal provocava o aparecimento de inflamações graves entre os dedos dos pés e das mãos, conhecidas como “maxixe”, ou “lepra de sal”; outra situação era o reflexo do sol na superfície branca que gerava efeitos nocivos para a visão.

Os trabalhadores salineiros já tinham, porém, desde o século XIX, uma organização própria. O reconhecimento que ocorreu, motivado pela ideologia governamental, o Trabalhismo, de formação de uma “indústria nacional”, de ter o trabalhador disciplinado dentro da sua ordem social, foi feito com a própria participação do operariado. Logo, a crítica que se faz ao conceito de Populismo respalda-se na condição de sujeitos históricos dos trabalhadores. A noção de pacto social, na qual o líder teria o poder de “outorga”, como aquele que “entrega” os direitos aos indivíduos, pressupõe que existe um grupo que “merece” ser considerado. Nesse contexto contraditório, que mesclava controle social e jurídico e a conquista de direitos sociais, as organizações sindicais conheciam bem os caminhos que poderiam percorrer. Um destes era, justamente, seguir a “ordem”, reiterar uma posição de cooperação com “corpo social”, pensamento propagado pelos intelectuais varguistas e o governo como um todo.

Glossário:

Contrato Coletivo de Trabalho: ato jurídico celebrado entre uma empresa e o representante legal de um conjunto de trabalhadores (Sindicato, Associação), no qual se estabelecia alguma regulamentação na relação trabalhista entre as partes.

Populismo: conceito que remete a uma relação entre governantes e governados, na qual ocorre, ao menos no discurso, uma simbiose de interesses entre o “povo” e um líder carismático. Como fenômeno histórico, é delimitado temporalmente entre as décadas de 1940 e 1960, na América Latina.

Trabalhismo: ideologia gestada no Varguismo, representa uma linha política de caráter reformista e que buscava responder às demandas sociais e econômicas da época, sobretudo as relativas ao mundo do trabalho.

Pacto social: no período do Varguismo, significava a construção de uma harmonia entre as classes sociais, na qual todos entendiam o seu papel para desenvolvimento nacional, mantendo a ordem social e política.

Alavancão: pesado instrumento de ferro fundido em formato de “barra”. Funcionava como uma espécie de talhadeira no processo de afofamento do sal.

Chibanca: instrumento semelhante a uma picareta, que possui uma lâmina em uma das pontas.

Material para consulta:

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Vídeo do canal Jubiabá - direito e trabalho na história: “Episódio 1 - Trabalhismo e tese da outorga, com Ângela de Castro Gomes”. <https://www.youtube.com/watch?v=46FCuTiXBGI>

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: O populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua História**: debate e crítica. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LARA, Sílvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, (16), fev. 1998.

NEGRO, Antonio L. **Linhas de Montagem**: O industrialismo nacional desenvolvimentismo e a sindicalização dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.

SOUZA, Francisco Carlos Oliveira de. **Das Salinas ao Sindicato**: a trajetória da utopia salineira. Natal; Editora do CEFET-RN, 2002.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte**. Natal: Editora da UFRN, 2008.

VASCONCELLOS, José Mauro de. **Barro Branco**. 3ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968.



Atividade:

1

Pesquise o termo Populismo na internet e responda, baseado nos resultados encontrados e nos seus conhecimentos sobre o tema:

- a- Quais características são apresentadas como típicas de um governo populista?
- b- Quais são os políticos apresentados como exemplo de populistas?

Dica: caso utilize a plataforma *google*, veja também a aba “imagens” e “notícias” na ferramenta de pesquisa.

2

Com base na leitura dos recortes de jornal, disserte sobre:

- a- A relação que há entre governo e sindicato no texto.
- b- O porquê de o orador enfatizar o caráter “ordeiro” e “obreiro” dos operários salineiros.



Na sua cidade, existe alguma unidade sindical? Converse com pessoas que se filiaram a algum sindicato. Faça um pequeno relatório das informações que coletou e apresente à turma.

Sequência didática:

Tema: Trabalhadores salineiros do Rio Grande do Norte no século XX.

Objetivo da sequência: explorar e debater as várias possibilidades de se analisar as relações entre Estado e trabalhadores, os conceitos de Populismo e de pacto social e suas relações com a história do trabalho no Brasil. Essa sequência pode ser inserida dentro do conteúdo de História do Trabalho, Revolução Industrial do século XVIII, ou Governo Vargas.

Tempo de execução: 2 a 6 h/a

Materiais necessários: Cópias do guia didático, lousa, piloto e apagador. Se possível, realizar a aula em um laboratório de informática com projeção. A ideia é ter a experiência de pesquisa em conjunto com os alunos.

Habilidades da BNCC serem desenvolvidos:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema do universo do trabalho no Brasil por meio de perguntas geradoras. Exemplo: como os trabalhadores se organizavam no início do século XX?

Desenvolvimento: discutir o mundo do trabalho do Brasil ressaltando as continuidades e rupturas com o modelo escravista, uma vez que não há nem a completa desarticulação da escravidão nem sua “substituição” pelo trabalho assalariado. **Conclusão:** contextualizar as condições de trabalho nas salinas.



Segundo dia:

Introdução: realizar a pesquisa e leitura em conjunto de um ou mais artigos em jornal, ou revista, que utilizem os conceitos de Populismo e de pacto social. **Desenvolvimento:** promover uma leitura crítica desses conceitos, tendo em vista o contexto histórico e social no qual é empregado. É importante destacar o quanto o conceito é utilizado para descrever políticos de espectros ideológicos distintos. **Conclusão:** entender o Populismo como fenômeno histórico e compreender a distinção entre esses diferentes “populismos”.

Terceiro dia:

Introdução: revisar os conceitos trabalhados. **Desenvolvimento:** realizar um estudo do caso com a experiência dos operários salineiros. Sugere-se a utilização dos artigos dos jornais contidos nesta sequência. Identificar e analisar nos recortes dos jornais as ideias discutidas nas aulas. Encaminhar a atividade proposta. **Conclusão:** debater com a turma as respostas da atividade.

como funcionavam as Escolas de Aprendizizes?

Renato Marinho

Para refletir:

Em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizizes Artífices, formando uma rede de ensino profissional no país. Essas instituições eram destinadas aos pobres, chamados à época de desfavorecidos de fortuna. Por que a República preocupava-se em educar essa classe?



Referência: Fachada da Escola, localizada no centro da cidade, no início da década de 1910. Fonte: acervo do pesquisador Willian Pereira Galvão.

Entendendo a fonte: Fotografia

Fotografias não podem ser entendidas como um quadro fiel da realidade. Assim como acontece com outras fontes históricas, como cartas, matérias de jornal, leis, obras de arte, entre outras, as fotografias também devem ser lidas e interpretadas. O olhar do fotógrafo seleciona o que será visto, por meio da definição do ângulo, do recorte, do enfoque em relação ao que se quer mostrar. Você já observou, por exemplo, que nas fotografias e retratos mais antigos, as pessoas ficavam em posições mais rígidas, estavam normalmente bem vestidas e adotavam determinados gestos que pareciam ensaiados? Pois nada disso era por acaso. Fotógrafos e sujeitos retratados preocupavam-se muito com a maneira como seriam representados.

No caso da Escola de Aprendizizes Artífices, não era diferente. Essa escola, criada em 1909 e inaugurada em 1910 nas capitais dos estados, organizava e participava de desfiles e festividades ao longo do ano, e esses momentos costumavam ser retratados por meio das fotografias. Se observarmos com atenção essas fotografias e procurarmos observá-las e interpretá-las como documentos históricos, é possível percebermos algumas ideias e valores ligados a esta instituição, que se destinava aos pobres, oferecendo a eles o ensino primário aliado à formação profissional. Para além dessa formação, buscava-se disciplinar os aprendizes, moldar seus corpos e torná-los cidadãos úteis à nação, ou seja, prontos a

servir à pátria e a respeitarem a ordem social vigente, marcada por profundas desigualdades.

Assim, a formação profissional em alfaiataria, sapataria, marcenaria, serralheria ou funilaria – oficinas existentes na Escola de Aprendizes de Natal – representavam mais um meio para disciplinar os jovens desafortunados do que um fim em si mesmo. Matérias de jornal também destacavam a importância do disciplinamento desses jovens que tenderiam, de acordo com os argumentos presentes no decreto de criação das Escolas, ao mundo dos vícios e da vadiagem.

Fonte histórica:

Fonte 01: Fotografia do desfile do encerramento do ano letivo de 1913



Créditos: Manoel Dantas. Fonte: arquivo do IFRN, pasta "fachadas da Escola".

Fonte 02: Crônica Coisas da terra

Ontem, nesta cidade, foi um dia cheio, quase todo consagrado a festas escolares, nas quais, por uma coincidência notável, predominou o elemento popular. [...]

[A Escola de Aprendizes Artífices foi] às ruas arrancar o desprotegido da sorte das garras do vício e da ignorância. (...) Sebastião Fernandes [Diretor da Escola] transformou seu grande espírito de sonhador no sacerdócio que se impôs ao dirigir a Escola, que é obra sua nos resultados que vai colhendo.

Vi ontem, admirei com orgulho de brasileiro e fé de patriota, nos desenhos que cobriam as paredes, no torneado dos móveis em que a mão inteligente do pequeno operário transformou a madeira bruta, nos labores do ferro obedecendo como um pedaço de cera a perícia dos forjadores, nas evoluções militares mostrando a força e a disciplina desses futuros defensores da Pátria, no vigor físico que é o hino da natureza à saúde do corpo, na elevação moral transparecendo na desenvoltura com que o humilde comparece para receber o prêmio conquistado, vi em tudo isto a formação de uma alma nova, a eclosão dessa grande força nacional, desse Brasil unido e forte.

Referência: DANTAS, Manoel. *Coisas da terra*. A República, Natal, 02 dez. 1913 (adaptado).

Contextualização:

A transição do século XIX para o XX trouxe muitas mudanças para o Brasil. Nas principais cidades, com destaque para as capitais, várias obras foram alterando o cenário urbano, entre as quais a criação dos grupos escolares e das Escolas de Aprendizes. Os grupos escolares eram agrupamentos de instituições formativas geralmente bem pequenas que, antes da República, existiam de maneira isolada. Em essência, eles são o início da escola como conhecemos hoje, com sua arquitetura típica, dividida em salas de aula e séries ou anos. Já as Escolas de Aprendizes, como vimos, eram dedicadas à formação profissional, aliada ao ensino das primeiras letras. Essas Escolas, além de serem voltadas aos mais pobres, eram destinadas exclusivamente ao público masculino, pois, naquela sociedade do início do século XX, de características patriarcais, entendia-se que a formação profissional fazia parte do universo masculino, ao passo que à mulher caberia cuidar do lar.

Mas como esse novo cenário educacional relaciona-se com as mudanças pelas quais o Brasil passou entre fins do século XIX e início do XX? Especialmente com o processo de abolição da escravização no Brasil, as classes dirigentes, formadas por grandes proprietários, passaram a temer estes homens e mulheres que, então, foram considerados livres. Na visão desse grupo mais abastado, sem o jugo da escravização seria difícil controlar essa classe, que passou a ser considerada perigosa aos seus olhos. Com isso, aqueles que estavam no alto da sociedade construíram um discurso que passou a definir os mais pobres, incluindo a população de cor recém liberta, como pessoas inclinadas “naturalmente” ao mundo dos vícios, dos crimes e da vadiagem, ou seja, de acordo com esse discurso, os chamados “desfavorecidos de fortuna” já nasceriam predispostos para os citados males.

Discursos são construídos com base em interesses de determinados grupos e indivíduos. Neste caso, não foi diferente. Com o fim da escravização, aqueles que estavam no topo da sociedade precisavam garantir a manutenção dos antigos privilégios. Para isso, criaram por exemplo, a Lei de terras (1850), ainda no início do processo de abolição, pela qual as terras públicas, chamadas devolutas, teriam de ser compradas, o que impedia o acesso à terra pelos mais pobres, com destaque para os libertos.

Outra estratégia adotada foi investir na educação das classes populares. Na Câmara e no Senado, a educação dessas classes era tema discutido com mais ênfase desde os primeiros anos do século XX. Os parlamentares defendiam que a melhor maneira de controlar as ditas “classes perigosas” era pelas escolas, por meio das quais poderia ser ensinado o valor do trabalho, o amor à pátria, o respeito à hierarquia e à ordem social, em disciplinas como Instrução Moral e Cívica, e História pátria, bem como pelo trabalho nas oficinas, no caso das Escolas de Aprendizes. Assim, construindo escolas, diziam alguns parlamentares, seria possível evitar a edificação de presídios.

As Escolas de Aprendizes funcionaram com muita dificuldade nos primeiros anos. Muitos alunos abandonaram o ensino; outros foram expulsos “à bem da ordem”, da “decência” ou da “disciplina”, para nos referirmos a expressões usadas nos livros de matrícula. Isso não significa que os aprendizes expulsos fossem indecentes ou indisciplinados, mas sim que eles não se enquadraram no padrão moral e de ordem almejado por aqueles grupos dirigentes que desejavam permanecer no alto da hierarquia.

Glossário:

Desprotegido da sorte: o mesmo que desfavorecido de fortuna, desafortunado, pobre.

Lavor: trabalho, ocupação manual.

Forjador: aquele que forja, cria, inventa, normalmente com habilidades manuais.

Material para consulta:

AFONSO, José António Martin Moreno; SANTOS, Renato Marinho Brandão. ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DAS CLASSES PERIGOSAS: O ENSINO PROFISSIONAL DO IMPÉRIO À REPÚBLICA. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, p. 183-207, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40501>. Acesso em: 30 nov. 2021.

GURGEL, Rita Diana de Freitas. As práticas de modelação dos corpos e mentes do cotidiano da Escola de Aprendizes Artífices de Natal (1909-1942) In: **VII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2010, PORTO. CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÕES E CIDADANIA**. Porto - Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010. v. I. p. 1-14

MEDEIROS NETA, O. M.; NASCIMENTO, José M.; RODRIGUES, Andrea G.F. Uma escola para aprendizes artífices e o ensino profissional primário gratuito. **HOLOS**, v. 2, p. 96-104, 2012. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/919/534>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SANTOS, Renato. **Entre a ordem e o progresso:** a Escola de aprendizes artífices de Natal e a formação de cidadãos úteis (1909-1937). Natal: EDIFRN, 2020. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1779/Entre%20a%20ordem%20e%20o%20progresso.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 dez. 2021.



Atividade:



Com base nas fontes apresentadas, nos debates realizados em sala de aula e nas leituras do material didático, faça o que se pede:

- a- Elabore uma descrição da fotografia apresentada, indicando quem são as personagens retratadas, a postura que adotam, o cenário em que se encontram e que objetos podem ser identificados.
- b- Tomando como ponto de partida a interpretação das fontes, que formação a Escola de Aprendizes procurava oferecer a seus alunos no estado do Rio Grande do Norte? Que conhecimentos e ensinamentos eram mobilizados nesse processo de formação?
- c- Em sua crônica, Manoel Dantas refere-se à “formação de uma alma nova”. Em diálogo com as duas fontes, defina com suas palavras o que seria essa “alma nova” e qual o papel da educação em sua formação.

Sequência didática:

Tema: Educação popular na Primeira República

Objetivo da sequência: compreender os objetivos que nortearam a educação das classes populares no início do século XX.

Tempo de execução: 3 a 6h/a

Materiais necessários: Guia didático, lousa, data-show, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS104) Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: debater as fontes históricas, organizando os alunos em grupos. Perguntar aos discentes que informações podem ser retiradas das fontes. **Desenvolvimento:** tratar das Escolas de Aprendizes e Artífices, suas funções e seu público alvo, em comparação com as escolas atuais. **Conclusão:** apresentar as questões da atividade, tirar dúvidas e encaminhar a resolução para casa.

Segundo dia:

Introdução: dividir a turma em grupos e fazer a correção da atividade, solicitando a cada grupo que apresente a resposta de ao menos um item. **Desenvolvimento:** com base no debate gerado pela correção, discorrer sobre os objetivos das Escolas de Aprendizes e estratégias adotadas para sua consecução. **Conclusão:** perguntar aos alunos sobre como enxergam e vivenciam a escola em que estudam, e que semelhanças e diferenças veem entre a Escola de hoje e aquela do início do século XX.

Terceiro dia:

Introdução: apresentar o contexto em que foram criadas as Escolas de Aprendizes. **Desenvolvimento:** explicar como essas escolas associavam-se a um ideal de ordem social desenvolvido pelas classes dirigentes. **Conclusão:** perguntar aos alunos que escola desejam para si (sugestão: a depender do planejamento, propor redação sobre o tema).

Maiara Juliana Gonçalves da Silva

Para refletir

Ainda que os movimentos pelos direitos das mulheres no Brasil tenham surgido com a campanha sufragista de 1920, podemos mapear algumas insatisfações denunciadas por mulheres na imprensa perante os papéis tradicionais por elas desempenhados.

Entendendo a fonte: a imprensa e a participação das mulheres

Muito embora o movimento de mulheres em defesa do sufrágio feminino no Brasil tenha desenvolvido-se apenas a partir da década de 1920, desde o final do século XIX e início do século XX, a atuação das mulheres na imprensa foi o meio em que estas passaram a defender, de modo público, algumas pautas de conquistas relacionadas ao direito à educação, à profissionalização feminina e ao voto feminino. A defesa de conquistas para e realizada por mulheres nos âmbitos sociais e políticos foi chamada de emancipação feminina, um conceito que teve seu significado definido já no século XIX e foi usado no decorrer do século seguinte. Para as defensoras e os defensores da sua emancipação, a conquista desses três direitos legais pelas mulheres seria capaz de elevar o seu status econômico, social e político.

O surgimento de algumas iniciativas empreendidas por mulheres, em defesa do que elas enunciaram como emancipação feminina, reflete diretamente as mudanças ocorridas na sociedade. Acredita-se que, acompanhando as mudanças estabelecidas no Brasil no final do século XIX e o desenvolvimento urbano do início do século XX, o Rio Grande do Norte não se mostrou indiferente às ideias que circulavam no mundo. As lutas feministas sobre a emancipação feminina que ocorriam em países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América no final do século XIX, por exemplo, refletiram-se no Brasil e encontraram na imprensa uma visibilidade.



Referência: Capa da revista Via Láctea. REVISTA VIA LÁCTEA. NATAL/RN, MARÇO DE 1915. Nº 6. ANO II

Nesse sentido, a urgência da emancipação das mulheres foi recorrentemente atrelada aos pensamentos de mudança, de progresso e de civilização. A imprensa potiguar, por sua vez, acompanhou o movimento da emergência de periódicos destinados a e dirigidos por mulheres que surgiram nas cidades brasileiras. Desse modo, a atuação dessas mulheres nesse meio, predominantemente masculinizado, contribuiu para a produção de um espaço de fala possível para elas. Nesses periódicos, elas romperam com os silêncios de seus confinamentos escrevendo prosas, poemas, críticas literárias, ensaios, na maioria das vezes assinados de forma anônima, que difundiam as lutas pela educação, pela profissionalização e pelo sufrágio das mulheres.

Fonte histórica:

Mulheres na Revista Via Láctea

Nem todas as mulheres nasceram com as mesmas tendências; elas variam como tudo o mais no mundo. Nem todas se resignam a agir somente no círculo que a sociedade lhes impôs. Tentam dilatá-lo. Muitas existem, incapazes por natureza, de dirigir bem uma casa, de confeccionar qualquer trabalho manual próprio do seu sexo, que olham com desprezo um figuro, a quem não interessam as criações da moda, julgando trivialidades o que para outras constituem um mundo de atrativos.

Nas investigações e descobertas das ciências, nas artes, na política, na literatura, encontram, porém, tudo o que lhes satisfaça as aspirações. Desejam seguir uma carreira, trabalham com afã para a realização deste desejo, mas têm forçosamente que paralisar em meio do caminho porque à mulher são vedados todos os direitos políticos. Não podem abraçar a advocacia por ser impróprio de seu sexo, por não ter capacidade de ocupar uma tribuna para defender ou acusar um réu; entretanto, tem direito quanto o homem de ocupar uma cadeira de ré (...). Habitaram-se ver na mulher, um ente dotado de um coração sensível, afetuoso e bom, mas com o cérebro cheio de ideias pequeninas e frívolas, fantasias loucas, incapaz e uma concepção grandiosa e útil: daí o não lhe confiarem se não a direção da casa e a criação dos filhos. E a culpa deste conceito que em geral dela se forma, é unicamente a educação superficialíssima que recebem. Incutem-lhe desde pequena, o gosto pela vaidade, pelos bailes, romances, estreitando-lhe a imaginação, tornando-a hábil para um estudo sério e proveitoso. Se ela nada entende de política, se é inapta para desempenhar qualquer cargo público é porque acharam supérfluo ensinar-lhe a organização de seu país, sua forma de governo, sua evolução social, tudo isto pelo único fato de ser mulher. Dessem-lhe todos os direitos iguais aos do homem, educassem-na na forma a torná-la apta a exercer um cargo, para que a chamasse a sua tendência e a forma de governo dos países, conseguiria chegar a sua sonhada perfeição. (...) É em vão que tentam dar a mulher o título de "rainha do lar". É baldado pregar-lhe que a sua emancipação política será uma desordem na família e no país. Convencer-se-ão afinal, de que todas as leis são ultrapassadas, em todos os casos gerais há sempre uma exceção, e que a mulher apesar de tudo, pugnará sempre pelos seus direitos, enquanto para isto reclamarem suas inclinações.

Referência: DOLORES, Martha. Pelo feminismo (adaptado). In: Via Láctea (Natal, 1914- 1915) – edição fac similar. Natal, RN: Editora NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003. P.91-92.

Contextualização

Os movimentos de mulheres no Ocidente, no século XIX e no século XX, buscavam a transformação da condição da mulher na sociedade, designando importantes mudanças estruturais, para mencionar algumas: trabalho, direito à instrução e autonomia do indivíduo. Nos escritos da imprensa elaborados por mulheres, a emancipação delas é recorrentemente atrelada ao pensamento de progresso e de civilização. Desse modo, para as mulheres, a manutenção da condição exclusiva de “mãe, esposas e boas donas de casas” passou a significar atraso, prejuízo, enquanto a transformação do seu status articulava-se às experiências e ideias de progresso e de avanço.

As primeiras insatisfações ou reivindicações podem ser identificadas no conjunto de periódicos produzidos e dirigidos por mulheres que circularam durante a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do século XX no Brasil. Devido ao caráter público da imprensa, foram possíveis a visibilidade e a disseminação de conteúdos em defesa da emancipação feminina. Logo, no momento em que essas mulheres ocuparam a imprensa, elas operaram ações de transformações dos espaços, uma vez que foram capazes de promover vozes femininas anteriormente reclusas. Entre essa imprensa, identificamos alguns periódicos norte-rio-grandenses destinados às mulheres e escritos por elas: A Esperança (Ceará-mirim, 1909 - 1912); Folha Nova (Macau, 1913); Via Láctea (Natal, 1914- 1915); O Alfabeto (Açu, 1917-1919); A Salinésia (Macau, 1926); Jornal das Moças (Caicó, 1926); e O Lar (Natal, 1928-1932).

No que se refere à importância da educação para um progresso intelectual feminino, ainda que as oportunidades educacionais para moças permanecessem limitadas a um pequeno grupo de mulheres privilegiadas e a fundação de poucas escolas, alguns progressos ocorreram já na segunda metade do século XIX: a legislação relativa à educação feminina em 1827; a criação de escolas; a abertura de cadeiras no magistério para professores de escolas femininas e mistas; e a criação de escolas normais formativas das profissionais atuantes nas escolas primárias. Mesmo enfrentando alguns percalços nessas conquistas, foi da crescente minoria de mulheres instruídas no país que surgiu o grupo das primeiras defensoras da causa da emancipação feminina.

Já quanto à profissionalização, mesmo depois que o governo brasileiro regulamentou o ingresso de mulheres nas instituições de ensino superior a partir de 1879, alguns entraves também se colocaram a essa conquista ao ingresso em profissões. Apenas um pequeno número de mulheres pôde seguir esse caminho para empregos de prestígio. Além de superar a desaprovação social, as jovens tinham que assegurar os estudos secundários frequentemente dispendiosos. A procura por empregos fora do espaço doméstico proporcionava uma mudança no status social e econômico dessa mulher. Entretanto, nem todas as mulheres pretendiam alcançar as instâncias das faculdades brasileiras de medicina ou de direito. Os lugares de trabalho mais procurado pelas mulheres corresponderam ao magistério, às repartições públicas e ao comércio.

Quanto à defesa do direito ao voto feminino, este é um tema mais recorrente na memória histórica, uma vez que o estado reivindica para a sua história o pioneirismo da lei estadual nº 660 de Juvenal Lamartine, que autorizou a extensão do sufrágio às mulheres potiguares em 1928. A campanha sufragista, organizada por um grupo de mulheres categorizadas como feministas pertencentes a um estrato médio da sociedade e em pleno diálogo com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), promoveu uma mudança judicial, a fim de garantir o voto daquelas mulheres que haviam alcançado a mesma qualificação dos homens, em nível nacional em 1934. Por fim, a prerrogativa à participação da cidadania social e política por meio, principalmente, dos escritos na imprensa significou reivindicar a participação política e o gozo dos direitos inerentes a ela.

Glossário:

Baldado: que não tem êxito; fracassado.

Com afã: colocar empenho na execução de alguma coisa; diligência, zelo.

Frívolas: que não tem importância, que é sem valor.

Sufrágio: processo de escolha por votação; eleição.

Tribuna: lugar de onde os advogados se dirigem aos tribunais na defesa de seus clientes; lugar próprio para se falar em público.

Urbe: cidade

Material para consulta

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Revisitando a trajetória da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. **Faces de Eva** – estudos sobre a mulher. Universidade Nova de Lisboa, nº25, 2011.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **O corpo e a alma da cidade:** Natal entre 1900 e 1930. Natal/RN: EDUFRN, 2008.

BEZERRA, Maria do Nascimento. **Emancipação política da mulher potiguar.** Natal/RN: SAAP, 2019.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil – século XIX** (Dicionário ilustrado). Belo Horizonte: autentica, 2017.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves et. All. **Um discurso feminino possível:** pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas:** 1850 – 1937. São Paulo: editora Brasiliense, 1980.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino:** a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940). Florianópolis: editora Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

PERRON, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru/SP: EDUSC, 1998.

SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

VIA LÁCTEA (Natal, 1914- 1915) – edição fac similar. Natal, RN: Editora NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.



Atividade:



Com base na fonte, nos debates realizados em sala de aula e nas leituras do material didático, responda às seguintes questões:

- a- Quais são as conquistas que os movimentos por uma emancipação feminina reivindicavam no final do século XIX e início do século XX?
- b- Com o auxílio do professor e da internet, realize uma breve pesquisa sobre os primeiros periódicos impressos dirigidos e publicados por mulheres no Brasil. Não se esqueça de ressaltar qual era o objetivo da publicação do jornal/revista.



Proposta de atividade interdisciplinar:

Agora é sua vez! Crie, em grupo com os colegas de sala, um jornal/uma revista cujo objetivo é reivindicar algum direito na sociedade brasileira atual. A atividade deve ser orientada pelo docente da disciplina, no entanto, também sugerimos que a atividade possa ser realizada com a colaboração de um docente de língua portuguesa.

O periódico deve conter **obrigatoriamente**:

- 1) um título e um subtítulo;
- 2) os nomes dos redatores e colaboradores;
- 3) um editorial que apresente a causa/reivindicação do jornal;
- 4) uma charge, a charge pode ser criada por vocês ou pode ser pesquisada em domínio público
- 5) um artigo sobre o assunto a sua escolha;
- 6) uma notícia.

Sequência didática:

Tema: Mulheres na república no estado do Rio Grande do Norte.

Objetivo: analisar a luta por direitos das mulheres por meio de sua atuação na imprensa



Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: Guia, lousa, internet, piloto e apagador.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

EM13CHS101-Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e lançar perguntas: Quais os direitos das mulheres no início do governo republicano? Como elas atuaram na imprensa? Que tipo de reivindicações elas fizeram? **Desenvolvimento:** discutir a condição das mulheres no fim do século XIX. Contextualizar as mudanças políticas, sociais e econômicas. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta do texto “ Entendendo as iniciativas por uma emancipação feminina”.

Segundo dia:

Introdução: retomar os principais pontos do texto, questionando a compreensão da turma sobre a luta por direitos das mulheres por meio de sua atuação na imprensa. **Desenvolvimento:** discutir as mudanças na condição das mulheres no século XX e a sua atuação na imprensa a partir do texto “Contextualizando”. Apresentar a fonte histórica e solicitar que identifiquem as principais ideias relacionadas ao tema. **Conclusão:** solicitar que os alunos pesquisem em casa sobre a atual condição da mulher na sociedade do século XXI.

Terceiro dia:

Introdução: solicitar à turma os resultados da pesquisa pedida na aula anterior. **Desenvolvimento:** fazer um debate coletivo em torno das perguntas da atividade proposta no material. **Conclusão:** realizar a resolução da atividade proposta no material.

18 Política e Sociedade:

Mossoró e a resistência ao bando de Lampião

Marcílio Lima Falcão

Para Refletir

Do final do século XIX até o início da década de 1940, o cangaço foi tema recorrente na imprensa. Em Mossoró, as narrativas jornalísticas pautaram-se, sobretudo, no ataque dos cangaceiros à cidade. Como essas narrativas expressam o contexto político e social do banditismo e da violência rural no nordeste brasileiro durante a Primeira República?



Referência: Bando de Lampião em Limoeiro do Norte. Museu Municipal Lauro da Escóssia. Caixa 2.

Entendendo a fonte: a imprensa e o ataque de Lampião a Mossoró

Quando Lampião decidiu atacar Mossoró, em 13 de junho de 1927, sua fama de bandido violento, frio e cruel já estava consolidada nas páginas dos jornais por meio de discursos que remetiam às questões raciais, especialmente às relacionadas à degenerescência da mestiçagem, produzidas ou adaptadas entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Tema constante no noticiário dos jornais impressos até o início da década de 1940, o cangaceirismo foi sendo narrado como um tipo de banditismo amplamente ancorado em práticas políticas coronelísticas marcadas por uma rede de proteção (coiteiros), cuja sociabilidade era constantemente denunciada por esse meio de comunicação.

Essa narrativa jornalística, que utilizava de recursos como fotografias e poesias, é uma importante fonte para a construção do conhecimento histórico, pois apresenta os vínculos dos grupos sociais envolvidos na produção e veiculação de representações sobre a sociedade, bem como expõe interesses que vão das visões de mundo dos proprietários e articulistas ao universo do leitor. Sua capacidade em propagar representações indica as articulações que possuem com outras instituições de saber e revelam, por sua historicidade, peculiaridades contextuais, como é o caso do cangaceirismo da década de 1920.

No caso dos jornais *O Mossoroense*, *O Nordeste* e *Correio do Povo*, as imagens

produzidas e veiculadas nas reportagens apresentam os olhares que a sociedade mossoroense elaborou de si e do bando de cangaceiros que invadiram a cidade. A descrição jornalística apontou para uma imagem de Mossoró como cidade moderna, com práticas políticas distintas do coronelismo e lugar de ordem e justiça. Porém, junto à publicação das formas de violência física presentes nos crimes cometidos pelos cangaceiros, também aparecem posicionamentos que remetem às formas de justificação que se contrapõe ao próprio discurso dos jornais sobre a modernidade e explicitam, em certa medida, o fazer e o sentido dado à violência rural no final da década de 1920.

Fonte histórica:

Fonte 01: Correio do Povo

A nossa ordeira, pacata, laboriosa e nobre cidade foi atacada e assediada pelo maior número de bandidos do Nordeste, sob a chefia de Lampião, Sabino, Massilon e Jararaca, chefes de cangaceiros que se coligaram para levar a efeito a empreitada terrível e sinistra de saquear Mossoró, a mais opulenta e rica cidade do Rio Grande do Norte. A imensa fama de riqueza aqui acumulada e o seu amor ao trabalho, à paz e a ordem despertaram, no espírito de feras daqueles bandidos, apetites vorazes de saque e de sangue. Os seus planos miseráveis, porém, foram frustrados. A população civil em cooperação com a Polícia mostrou e afirmou a pujança de um Mossoró também aguerrido e marcializado, indômito e formidável de armas na mão, nas trincheiras e nas ruas. (...) Triunfou o direito sobre o crime, o dever sobre a violência, a ordem sobre a desordem e o heroísmo sobre a covardia! A honra da pacata e obreira colmeia riograndense foi salva pelo heroísmo sobre a covardia! Ave, Mossoró!

Referência: Ave, Mossoró, *Correio do Povo*, Ano III, n. 52, p. 1, Mossoró, 19 jun. 1927. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Fonte 02: O Nordeste

O fogo cessou depois de uma hora e em breves minutos já o povo fervilhava nas ruas, curiosos, enquanto, arrastando para a Praça da Matriz traziam o bandido “Colchete”, morto na trincheira do cel. Rodolfo Fernandes, onde saíra baleado mortalmente o terrível “Jararaca” que faleceu dias depois. É pena que este monstro não tivesse sido morto quando capturado, no dia seguinte, também suplicado como fez a muitos inocentes, arrancando unhas, furando olhos, esquartejando cadáveres, arrancando miolos! Não pagaria, por si e pelos seus cadáveres, arrancando miolos! Não pagaria, por si e pelos seus comparsas do crime, os desvirginamentos, os estupros e as sevícias praticadas na terrível devassa aos lares indefesos! Ter compaixão de “Jararaca” é esquecer o instinto de conservação, é negar o direito de vingança natural contra os monstros da humanidade!

O bandido Lampião e seu grupo. *O Nordeste*, p. 1, Mossoró, 22 jul. 1927. [O português e a pontuação do documento foram atualizados para melhor compreensão.]

Intemerada gleba, unida e forte
Na batalha quebrasse a vil magia
De Lampião, cujo estandarte e guia
É a pilhagem, o sangue, o luto, a morte.

Heroica Mossoró – honra do Norte
Venceste, com denodo e galhardia
O fero bando de rapina
Que só te desejava infausta sorte.

Ensarihaste armas de combate,
Tocas para o abismo heroico de rebate
Marchaste para a luta e para a glória!
Na punga conquistaste áureos tesouros
Doiram-te a frente inacessíveis loiros,
Heraldicos emblemas da vitória!

ROCHA, Francisco Cavalcanti. Ave, Mossoró!, **O Mossoroense**,
p. 2, Mossoró, 3 jul. 1927,

Contextualização:

Os jornais que narraram o ataque de Lampião a Mossoró, em 13 de junho de 1927, também participaram da preparação da defesa da cidade. Praticamente um mês antes dos cangaceiros chegarem à cidade, informavam às autoridades e à população sobre as ações do bando no Rio Grande do Norte. Esse mapeamento foi imprescindível à organização das trincheiras para enfrentar o iminente perigo. Diferente das pequenas cidades e povoados que Lampião estava acostumado a invadir, Mossoró era importante centro comercial e político do estado, com uma ampla malha de circulação de pessoas, mercadorias e informações no oeste do Rio Grande do Norte. Tal perfil, como aparecem nos depoimentos dos cangaceiros que foram presos após o ataque, deixou Lampião com receio em atacar a cidade, fato expresso, em certa medida, nos bilhetes que circularam entre Lampião e o prefeito Rodolfo Fernandes antes de atacar Mossoró.

Bem organizados e localizados em pontos estratégicos no centro da cidade, os mossoroenses esperavam silenciosamente a entrada dos cangaceiros e, com vantagem numérica e tática, conseguiram conter o avanço do bando entre a Capela de São Vicente e a residência do prefeito Rodolfo Fernandes. O resultado da empreitada foi um morto (cangaceiro Colchete) e um ferido (cangaceiro Jararaca), preso no outro dia e morto pela força policial sem nenhum julgamento legal no dia 19 de junho. Nos jornais, a vitória apareceu como um feito glorioso e nomeou seu herói, o prefeito Rodolfo Fernandes.

Atento, portanto, ao interesse da população pelo desdobramento do episódio, o jornal *O Mossoroense* passou a publicar reportagens sobre a vida pessoal dos bandidos, suas intrigas familiares e seus hábitos, as quais se inseriram no cotidiano da cidade. Em suas páginas, o relato sobre o ataque foi sendo construído, também, por meio dos depoimentos dos cangaceiros Mormaço (Francisco Ramos de Almeida) e Bronzeado (Manoel Ferreira) que revelavam a organização do ataque a Apodi e a retirada de Lampião para Limoeiro do Norte (Ceará), depois da resistência mossoroense. Desse modo, foi aberto espaço na imprensa para a construção de uma memória sobre a resistência dos mossoroenses, representando a cidade como moderna, voltada ao progresso, e que não compactuava com a política ancorada no coronelismo, paternalismo e clientelismo.

Outro ponto relevante que a narrativa jornalística permite é a percepção sobre a adjetivação dos cangaceiros, o que remete às formas de circulação de leituras e posicionamentos produzidos em outros lugares, como as faculdades de medicina, direito e as academias literárias. Nesse sentido, como espaços de produção e circulação de saberes, os jornais explicitam, em certa medida, um olhar dicotômico entre o que acreditam ser a modernidade e a barbárie e ajudam na construção da imagem do Rio Grande do Norte, especialmente a partir da cidade de Mossoró, como um espaço político em que se exercita o rompimento com o coronelismo e o clientelismo. Esses mesmos jornais evidenciam que, ao cavalgarem do Ceará em direção a Mossoró, os cangaceiros liderados por Lampião estavam entre dois coronéis – Isaías Arruda (Aurora/Ceará) e Rodolfo Fernandes (Mossoró/Rio Grande do Norte) – e que, em meio à batalha de palavras que retratavam o ataque de Lampião, a imagem de Mossoró como cidade pacata e de povo ordeiro também revelava o lado obscuro do vencedor, aspecto tão sutil que macula a beleza do heroísmo impresso em papel de jornal.

Assim, um dos caminhos ao entendimento da importância dos jornais como fonte histórica reside na forma de como se entende o próprio jornal como um produto que expressa, desde os interesses dos proprietários ao público destinado, a historicidade das relações sociopolítica e culturais presentes na constituição e circulação de saberes, como é o caso da violência rural durante a Primeira República no nordeste brasileiro. Dessa leitura, reside a percepção para o sentido que os jornais dão aos sujeitos, tempos e espaços envolvidos, bem como seu uso político na fabricação de discursos e imagens, muitas vezes unilaterais, sobre o cotidiano da violência rural. A leitura crítica da fonte histórica, permitida pela comparação, propicia um descortinar da delicada ação dos jornais diante da cotidianidade da violência declarada em palavras impressas.

Glossário:

Canga: no cangaço refere-se aos objetos que ficam agregados ao corpo do cangaceiro, como a cartucheira e demais apetrechos.

Coiteiros: eram pessoas que protegiam os cangaceiros por meio de informações sobre a localização das tropas volantes ou vendendo munições e suprimentos.

Volante: grupos de soldados responsáveis por perseguir e prender os cangaceiros

Material para consulta:

CLEMENTE, Marcos Edílson de Araújo. O cangaço e a representação mística de Lampião (1920-1938). **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.12, n. 22, jan.-jun, 2018.

DIAS, Pedro Lotti Carvalho. O intelectual brasileiro e o argumento do cangaço na década de 1930. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**, Brasil, n. 73, ago. 2019.

DOMINGUES, Petrônio. O Corisco Preto: cangaço, raça e banditismo no nordeste brasileiro. **Revista História (São Paulo)**, n. 176, a06716, 2017.

FALCÃO, Marcílio Lima. Batismo de Fogo: imprensa e monumentalização da narrativa sobre o ataque de Lampião a Mossoró (1927-1931). **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.12, n. 22, jan.-jun, 2018.

SANTOS, Francisco Wilton Moreira dos. O problema do cangaço: explicações e soluções na imprensa cearense (1920-1930). **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, v. 7, jan./jul, 2020.

TAVARES, Edgley Freire. O discurso da resistência mossoroense ao ataque de Lampião: trajetória da memória e do sentido. **Imburana** – Revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses/UFRN, n. 14, jul./dez. 2016.



Atividade:



Tomando como referência as narrativas sobre o ataque de Lampião a Mossoró que circularam nos jornais, responda às seguintes questões:

- a- Qual a imagem que os jornais constroem sobre a cidade de Mossoró a partir da resistência ao bando de Lampião?
- b- Como os cangaceiros são apresentados nessas narrativas jornalísticas?
- c- Realize uma pesquisa sobre violência rural no Brasil atual. Que diferenças e semelhanças podemos apontar entre a violência rural no tempo do cangaçorismo e a atual?

Sequência didática:

Tema: Política, sociedade e violência rural no Rio Grande do Norte na Primeira República

Objetivo: Analisar, com base em matérias de jornais, aspectos da violência rural expressos nas narrativas sobre o ataque de Lampião a Mossoró em 13 de junho de 1927.

Tempo de execução: 4 a 6 h/a

Materiais necessários: Cópia do Guia Didático, Datashow, lousa, piloto e apagador.

Habilidade da BNCC a ser desenvolvida:

(EM13CHS102) Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar a temática da sequência didática com base nos conhecimentos prévios dos alunos sobre o conceito de violência. **Desenvolvimento:** analisar as singularidades da violência rural durante a Primeira República, tendo como foco a presença do cangaceirismo no Rio Grande do Norte. **Conclusão:** encaminhar a leitura conjunta do texto “Entendendo a fonte”.

Segundo dia:

Introdução: retomar as discussões ensejadas pela leitura do texto e explorar a compreensão dos alunos sobre o tema. **Desenvolvimento:** apresentar a fonte histórica à turma, buscando compreender suas particularidades (Quem escreve? O que escreve? Para quem escreve?) através da identificação de sujeitos, temporalidades e espacialidades. **Conclusão:** pedir aos alunos que identifiquem como os jornais retrataram a cidade de Mossoró e os cangaceiros.

Terceiro dia:

Introdução: socializar as impressões dos alunos sobre a leitura da fonte. **Desenvolvimento:** fazer uma discussão em torno das perguntas da atividade proposta no material. **Conclusão:** finalizar os principais procedimentos ligados à fonte jornalística, seus desafios e encaminhar a resolução da atividade proposta no material.

19 A eclosão do movimento de 1930

no Rio Grande do Norte nas memórias dos indivíduos

Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha

Para refletir:

Como homens e mulheres percebem suas próprias trajetórias na história? Para responder a essa indagação, estudaremos o Movimento de 1930 no Rio Grande do Norte por meio das memórias de um dos seus articuladores, o político Café Filho.

Entendendo a fonte:

Memórias de um político

“Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas” chegou às livrarias brasileiras no final do ano de 1966. Eram as memórias do então ex-presidente João Café Filho, um sujeito que, ao longo de sua trajetória, esteve presente nos principais acontecimentos da primeira metade do século XX. Nascido em Natal

em 1899, envolveu-se em política logo cedo. Na década de 1920, foi um importante organizador do movimento operário, trabalhando também como jornalista de oposição e advogado dos trabalhadores pobres da cidade. Era uma das vozes críticas ao sistema político da Primeira República, denunciando o personalismo dos políticos, a corrupção eleitoral e a violência das oligarquias. Participou ativamente do movimento de 1930, e era, em um primeiro momento, um entusiasta do governo Vargas. No entanto, durante sua atuação na Câmara Federal (1935-1937), tornou-se crítico ao recrudescimento do autoritarismo do governo. Foi, por isso, perseguido e precisou fugir para a Argentina. Com o fim do Estado Novo, após o governo Dutra, ironicamente, concorreu à vice-presidência da República em uma chapa encabeçada pelo próprio Vargas. Assumiu o comando do país em 1954, após o suicídio de seu companheiro de chapa. Seu governo foi bem atribulado. Uma movimentação do seu ministro da Guerra



Referência: O jornalista Café Filho, preso no esquadrão de cavalaria em Natal, condenado por conclamar jovens das forças armadas a não lutarem contra a Coluna Prestes. (Fotografia de 1926. FONTE: CAFÉ FILHO, João. Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.)

Marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott o impediu de continuar na presidência. Temia-se que ele não desse posse ao próximo presidente, no caso Juscelino Kubitschek.

Portanto, essas memórias seriam sua versão dos acontecimentos. O trecho aqui apresentado, versa sobre sua participação no movimento de 1930, mas temos um aparente problema para enfrentar: o relato que segue foi escrito por um senhor de 66 anos de idade, lembrando acontecimentos de sua juventude. Dessa forma, ao analisá-lo precisamos considerar que a memória é uma criação social. O sujeito que narra seu passado, escolhe, conscientemente ou não, o que pretende ser lembrado ou esquecido. Assim, os fatos apresentados nesta memória representam uma versão específica dos acontecimentos de 1930.

Fonte histórica:

“Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas”

Precedendo as forças revolucionárias, e para aguardá-las em território do meu Estado, entrei no Rio Grande do Norte em 2 de Outubro de 1930. Viajamos em um velho Ford, aos solavancos da estrada, conduzindo uma carga de dinamite, Omar Lopes Cardoso, eu e os irmãos Dantas de Guarabira. Oculti-me nas imediações do campo de aviação em Natal, a fim de observar o movimento ali e saber se algum aparelho levantaria vôo.

As forças revolucionárias demoraram a chegar. O contingente que deveria vir da Paraíba, foi deslocado, à última hora, para o Recife, a fim de ajudar a posição de luta dos companheiros pernambucanos, que sofriam a resistência das tropas legalistas.

Uma das cargas de dinamites foi mandada para Natal pelo farmacêutico Pedro Dias Guimarães, que se encontrara comigo em meu refúgio nas imediações do campo de aviação. Poucos dias depois, vitorioso o movimento revolucionário, Pedro Dias Guimaraes era nomeado Prefeito de Natal.

A explosão à noite, de uma das bombas, apressou a fuga do governador Juvenal Lamartine.

Puderam, assim, as forças do Exército, que vinham do interior da Paraíba, chegar a Natal sem resistência. Não havia mais govêrno no Rio Grande do Norte. Ocuparam pacificamente a Capital, juntando-se ao contingente civil de quarenta e quatro homens, que eu comandava.

No mesmo dia, rompi com as forças da Revolução, que queriam formar um govêrno à minha revelia. Ameaçaram até fuzilar-me, mas a manifestação dos soldados e sargentos, em todos os quartéis, dissuadiu os oficiais.

A oficialidade estava articulada para empossar no Govêrno o Desembargador Silvino Bezerra Neto, irmão de José Augusto. Reagi e subi o povo ao interior do Palácio para apresentar, frente à frente, aos revolucionários, o nosso veto à escolha assentada.

Propuseram-me, então, uma fórmula, que foi aceita, formando-se um governo provisório – a Junta Governativa Militar – que esperaria pela chegada a Natal de Juarez Távora.

O tumulto, porém, não cessou. Para acalmar a soldadesca e o povo, deram-me o cargo de Chefe de Polícia e o meu primeiro ato foi libertar todos os presos políticos.

Nesse meio tempo, até a chegada de Juarez, articulei, junto às massas populares que me seguiam, a candidatura de Irineu Joffily ao cargo de governador revolucionário. Irineu, natural da Paraíba, e desconhecido no Rio Grande do Norte, possuía com o meu Estado uma relação de família: era casado com uma norte-rio-grandense. Sua sogra residia em Natal.

Referência: CAFÉ FILHO, João. Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. p. 63-64.

Contextualização:

A década de 1920 foi um período de grande efervescência no Rio Grande do Norte e no Brasil. Profundas crises desgastaram a organização política da Primeira República e desembocaram no movimento de 1930. Podemos apontar como fatores desse desgaste a emergência dos setores médios urbanos, o crescimento do operariado, a insatisfação de algumas oligarquias dissidentes com a concentração de poder no eixo São Paulo/Minas Gerais, e o tenentismo.

No estado do Rio Grande do Norte, houve a ascensão ao poder dos políticos do Seridó, capitaneados por José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria. Por meio de alianças internas e conexões com políticos nacionais, os dois conseguiram ascender à direção do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte.

Para se manter no poder, durante esse momento, uma liderança política precisaria garantir um complexo equilíbrio de forças entre as lideranças municipais e o poder federal. A cada nova eleição, era necessário refazer os laços de aliança. Embora fossem frequentes os rachas intra-oligárquicos, esses geralmente eram resolvidos com conciliações e acomodações. Mas, se a oposição partia de outros setores, havia o uso de toda a máquina repressiva contra as vozes discordantes.

Apesar disso, uma oposição combativa foi organizada. O farmacêutico Dias Guimarães, o jornalista Sandoval Wanderley, o promotor Kerginaldo Cavalcanti, em diferentes momentos, em graus diversos de comprometimento, engajaram-se nesse movimento, que passou a ser liderado pelo advogado e jornalista Café Filho.

Esse grupo articulou-se com as oposições em outros estados, em uma tentativa de criar uma rede de sociabilidades com viés político, reverberando suas demandas e projetos. Ao longo da década, a oposição organizou os operários em sindicatos, liderou greves e concorreu a eleições. O situacionismo, para frear a influência desse grupo, utilizou de todas as armas disponíveis. Fechou periódicos, espancou trabalhadores e correligionários da oposição, fechou sindicatos e fraudou eleições. No governo Lamartine, a violência se intensificou, Café Filho e outras lideranças foram expulsas do estado.

Mesmo desarticulada, com suas principais lideranças no exílio e sob coação do governo, a oposição articulou a campanha da Aliança Liberal no estado. Esse movimento nacionalmente lançou a candidatura oposicionista de Vargas à presidência, concorrendo com Júlio Prestes, nome apoiado pelo então presidente Washington Luís. Porém, a força do situacionismo era grande. Aqui no estado, o candidato do governo venceu as eleições com folga de 23.864 votos, enquanto Vargas teve apenas 472.

Alguns setores da Aliança Liberal não aceitaram a derrota. Passaram a tramar a tomada do poder por meio da violência. Café Filho, na Paraíba, participou ativamente dessas articulações. Com a morte de João Pessoa, candidato a vice na chapa da Aliança, a situação

degenerou-se. Em 3 de outubro, eclodiu o movimento no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Antecipando-se na organização do movimento, Café Filho partiu para o Rio Grande do Norte e liderou uma coluna que apressou a fuga de Lamartine. Quando os militares chegaram ao estado, encontraram-no sem governo.

Dessa maneira terminava a Primeira República no Rio Grande do Norte. No entanto, processou-se um impasse. Quem governaria? A Aliança Liberal era uma frente composta por diversas tendências. Comportava ao mesmo tempo, no estado, o grupo de Café Filho, partidários de ideias próximas ao tenentismo, e o do coronel Dinarte Mariz, dissidente da oligarquia dominante e importante liderança da região do Seridó.

A corrente mais conservadora propôs o nome do desembargador potiguar Silvino Bezerra para assumir o poder, ideia rechaçada por Café Filho e seus correligionários. O desacordo foi contornado quando se decidiu entregar o poder a uma Junta Governativa Militar até a chegada de Juarez Távora, comandante militar do movimento no Norte. Esses acontecimentos levaram ao fim de um período político e início de outro, ainda cheio de incertezas e disputado por diversas tendências.

Glossário:

Aparelho: avião

Campo de aviação: atual base aérea de Parnamirim

Soldadesca: conjunto de militares

Material para consulta:

CUNHA, Paulo Rikardo P. F.. Do revolucionário de 1930 ao exilado de 1937: a trajetória de João Café Filho durante os primeiros anos de Vargas. In: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Os anos 1930 no Rio Grande do Norte**. Natal: Trairy, 2019, p. 171-192.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf Acesso em: 26 nov. 2021.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFERN, 2010.

MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

MORAIS, Helicarla N. B. A Partida... A primeira cena da Revolução de 30, no Rio Grande do Norte. In: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Os anos 1930 no Rio Grande do Norte**. Natal: Trairy, 2019, p. 81-111.

OLIVEIRA, Renno Allesy V. S.. José Augusto Bezerra de Medeiros e as eleições presidenciais de 1930. In: ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Os anos 1930 no Rio Grande do Norte**. Natal: Trairy, 2019, p. 61-80.



Atividade:



Abaixo, é apresentada uma outra versão dos acontecimentos de 1930. Dessa vez, quem lembra é o sapateiro José Praxedes. Esse potiguar foi um dos fundadores de uma seção do Partido Comunista aqui no estado e era um aliado de Café Filho no final da década de 1920, com o qual se desentendeu posteriormente. Em 1935, foi um dos líderes do levante comunista que tomou a cidade do Natal. Debelado o movimento, trocou de nome e viveu na clandestinidade por quase 50 anos. O relato a seguir foi dado por ele ao jornalista Moacyr de Oliveira Filho em 1984, em sua casa na região metropolitana de Salvador. Assim ele narra os acontecimentos de 1930:

“Quando a tropa entra em Natal, aparece o João Café. Ele sabia a noite em que o movimento ia arrebentar e ficou na fronteira da Paraíba com Rio Grande do Norte esperando a hora de entrar junto com as tropas em Natal. Triunfante! Quando Café apareceu, o povo delirou, tudo dirigido pelos puxa-saco dele. ‘Viva Café Filho. João Café no governo’, gritava a massa.

Imediatamente foi todo mundo para o quartel procurar o capitão Guerreiro, que comandava as tropas, para tentar empossar formalmente João Café como governador do Estado. O diálogo entre os dois foi meio duro. O Café disse que o povo queria que ele assumisse o governo e o capitão Guerreiro respondeu secamente: ‘A ordem que eu tenho do general Juarez Távora é que o governador será escolhido pelo comando e enviado pra cá depois’. Ele disse isso na cara do João Café e na frente de todo povo que foi ao quartel. O povo protestou. E Café disse que ia até Recife falar com Juarez Távora.

Eu fiquei lá no meio do povo, tomando nota de tudo. Uma espécie de repórter. Na nossa análise, aquele movimento não iria adiantar nada. Apenas serviria para colocar no poder gente que também era inimiga do povo”

Com base nessas observações, os comunistas fizeram um manifesto, redigido pelo estudante Benildes, membro da Juventude do partido, atacando o movimento e particularmente a Café Filho. “O volante dizia que tinha acabado de se consumir mais um ato cujo objetivo era manter a situação de miséria dos trabalhadores. Mostramos que os trabalhadores não iam ser beneficiados com aquele movimento e desmascaramos João Café como um oportunista que só queria subir ao poder. No dia seguinte nós distribuímos o volante e surtiu um efeito danado. O João Café ficou queimado com a gente”.

Mesmo sem conseguir assumir o governo, Café Filho foi a Recife procurar Juarez Távora para reivindicar o cargo. “O discurso dele é um só. Ele se achava o único elemento verdadeiramente revolucionário de Natal e por isso reivindicava o governo. Na verdade, Café Filho era como o Maluf, um Maluf papa-jerimum. Louco pelo poder”. [texto adaptado] OLIVEIRA FILHO, Moacyr. Praxedes um operário no poder: a Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985. p. 35-36

Após a leitura, responda às perguntas:

- a- Quais são os pontos em comum e as discordâncias entre os relatos de João Café Filho e José Praxedes?
- b- Como Café Filho foi apresentado no relato de Praxedes?
- c- Os dois relatos, mesmo com discordâncias, podem ser utilizados para entendermos o movimento de 1930? Justifique sua resposta analisando o papel da memória na construção de narrativas.
- d- Como você interpretaria o movimento de 1930 à luz desses relatos?

Sequência Didática:

Tema: A eclosão do movimento de 1930 no Rio Grande do Norte nas memórias dos indivíduos

Objetivo da sequência: entender como foram construídas diferentes versões sobre o movimento de 1930 no Rio Grande do Norte.

Tempo de execução: 4 h/a

Materiais necessários: cópias da fonte e da atividade para distribuir entre os alunos.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais;

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: problematizar qual o papel dos indivíduos na história. Como os indivíduos participam dos acontecimentos históricos? Como estes se envolvem nos acontecimentos em momentos de crise? **Desenvolvimento:** discutir, a partir das respostas dos discentes, como seria a vida de uma pessoa no ano de 1930, um período marcado por crises políticas, econômicas e sociais. O professor deve trabalhar os fatores que levaram à derrubada da Primeira República. **Conclusão:** realizar leitura conjunta do trecho de memórias de Café Filho.

Segundo dia:

Introdução: propor a resolução da atividade. **Desenvolvimento:** realizar a discussão com os discentes sobre os pontos que despertaram interesse deles no relato e debate das questões.

Conclusão: refletir sobre o uso de memórias para entender como os sujeitos vêem sua participação, discutindo as diferentes visões de mundo dos sujeitos históricos e a memória como algo construído socialmente, a partir do lugar social que os sujeitos ocupam. Apresentar como o uso de memórias como fontes históricas contribuem para entender como os grupos e os indivíduos pensam sua sociedade e suas vidas.

do Norte: liberais, “cafeístas”, “decaídos” e comunistas em conflito pelo poder (1930-1937)

Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha

Para refletir:

No ano de 1935, uma revolta capitaneada por militares de baixa patente e trabalhadores tomaram a cidade de Natal. Por três dias a capital potiguar viveu sob o regime de um governo inspirado nos ideais comunistas. O que levou essas pessoas a se revoltarem?



Referência: Membros do Comitê Popular Revolucionário presos após o levante. Da esquerda para direita: Lauro Lago, João Galvão e José Macedo. (FONTE: OLIVEIRA FILHO, Moacyr. Praxedes um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.)

Entendendo a fonte:
a imprensa e os movimentos sociais

No dia 23 de novembro de 1935, o quartel do 21º Batalhão de Caçadores no centro de Natal, sob o comando de cabos e sargentos comunistas, rebelou-se. Apoiados por trabalhadores e grupos descontentes com o governo de Rafael Fernandes, estes militares tomaram a cidade. Recém-empossado, o governador foi o primeiro eleito (por voto indireto) após a administração de uma série de interventores escolhidos pelo governo federal. Não houve resistência, e as autoridades fugiram de seus postos. Os rebeldes tomaram os principais pontos da capital com facilidade. Apenas o quartel de polícia esboçou alguma luta.

No dia 24, os insurgentes instalaram um governo revolucionário, sob a administração do sargento Quintino, de Lauro Lago, de João Batista Galvão, de José Praxedes e de José Macedo. Estas novas autoridades decidiram estender a revolução para o interior do estado. Três colunas militares partiram da capital e conquistaram diversas cidades do interior. O avanço foi detido apenas na Serra do Doutor, hoje Campo Redondo, por jagunços do coronel Dinarte Mariz, liderança política da região do Seridó.

Não houve tempo de grandes realizações. O governo comunista tomou apenas algumas medidas com amplo apelo popular: distribuíram alimentos gratuitamente, baixaram o preço do bonde, decretaram a reforma agrária por meio da distribuição de terras improdutivas, o

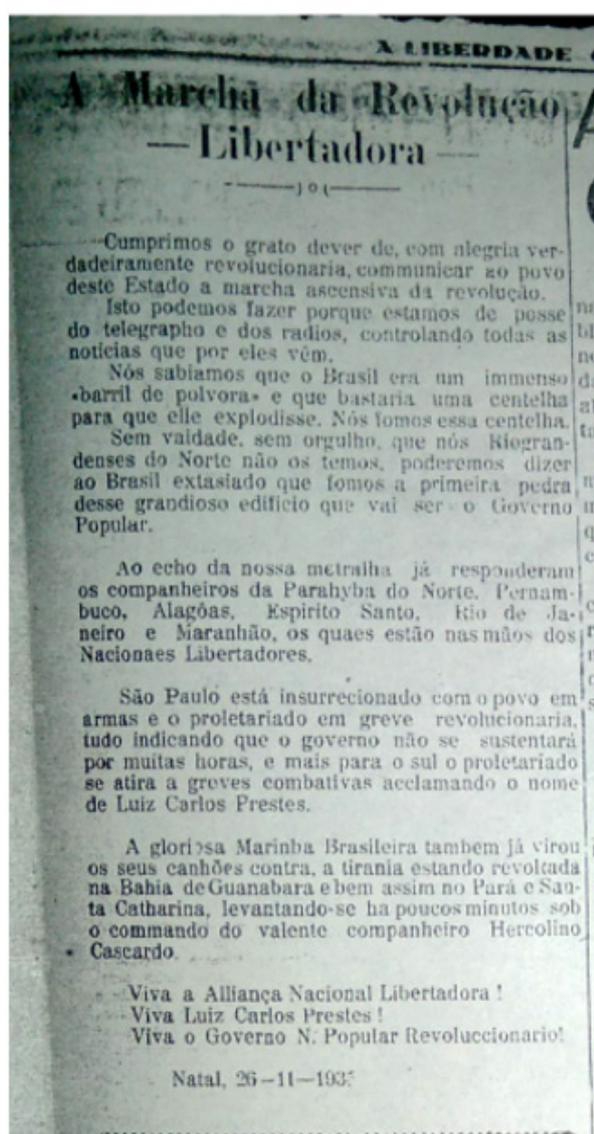
que ficou somente no papel.

O jornal A Liberdade seria o órgão oficial de imprensa do governo revolucionário instalado em Natal. Seu primeiro número sairia às ruas no dia 27 de novembro de 1935. No entanto, os dirigentes do movimento, ao receberem notícias do fracasso da sublevação em outras regiões do país, resolveram dissolver o governo e fugiram. O jornal não chegou a circular.

Os jornais se constituíam nos principais meios de comunicação dessa época. É uma importante forma de difundir ideais e propagar uma dada versão dos acontecimentos. Portanto, o que é veiculado nos periódicos está ligado aos interesses dos grupos que os mantêm.

Fonte Histórica:

Jornal A liberdade



Aos revolucionários em armas

O COMITÊ POPULAR REVOLUCIONARIO faz um appello a todos os camaradas em armas, e ao povo em geral, para que respeitem os adversarios, na sua pessoa e na propriedade, não cometendo excessos de qualquer natureza, guardando ás familias o máximo respeito, procurando garantir os commerciantes, em especial os pequenos.

Os responsáveis por depredações ou agressões responderão por elas perante o órgão competente do COMITÊ.

Qualquer facto que contrarie essa recomendação será interpretado como acto de rebeldia e desacato ao próprio COMITÊ, ao qual deverão ser trazidas quaesquer reclamações dos prejudicados, para as devidas providencias.

Nossa estrondosa victoria não justifica vinganças indignas na grandeza do ideal que a inspirou.

A Marcha da Revolução Libertadora

Cumprimos o grato dever de, com alegria verdadeiramente revolucionaria, communicar ao povo deste Estado a marcha ascensiva da revolução.

Isto podemos fazer porque estamos de posse do telegrapho e dos radios, controlando todas as noticias que por eles vêm.

Nós sabíamos que o Brasil era um immenso “barril de polvora” e que bastaria uma centelha para que elle explodisse. Nós fomos essa centelha.

Sem vaidade, sem orgulho, que nós Riograndenses do Norte não os temos, poderemos dizer ao Brasil extasiado que fomos a primeira pedra desse grandioso edificio que vai ser o Governo Popular.

Ao echo de nossa metralha já responderam aos companheiros da Parahyba do Norte, Pernambuco, Alagôas, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Maranhão, os quaes estão nas mãos dos Nacionaes Libertadores.

São Paulo está insurreccionado com o povo em armas e o proletariado em greve revolucionaria, tudo indicando que o governo não se sustentará por muitas horas, e mais para o sul o proletariado se atira a greve combativas acclamando o nome de Luiz Carlos Prestes.

A gloriosa Marinha Brasileira também já virou os seus canhões contra a tirania estando revoltada na Bahia de Guanabara bem assim no Pará e Santa Catharina, levantando-se há poucos minutos sob o commando do valente companheiro Herculino Cascardo.

Viva a Alliança Nacional Libertadora!

Viva Luiz Carlos Prestes!

Viva o Governo N. Popular Revoluccionario!

Natal, 26-11-1935

Referência: A LIBERDADE, Natal, 27 nov. 1935.

Contextualização:

Como foi visto no capítulo anterior, um quadro de instabilidade foi instaurado no Rio Grande do Norte após o movimento de 1930. Em um espaço de tempo de cerca de cinco anos, o estado foi governado por seis interventores diferentes. No geral, eram homens sem ligação política com o estado e, comumente, militares. Estes tiveram um desafio enorme, pois precisavam equilibrar os interesses das duas facções da Aliança Liberal no estado, e

concorriam com a articulação dos “decaídos” da situação passada, articulados em torno do ex-governador José Augusto, ainda com grande prestígio político

No estado do Rio Grande do Norte, a Aliança Liberal dividiu-se em dois grupos antagônicos com projetos políticos distintos. De um lado, encontrava-se o grupo de Café Filho, partidário da intensificação da “revolução” e próximo ao ideário tenentista. Do outro, sujeitos como o Coronel Dinarte Mariz, o advogado Bruno Pereira e Gentil Ferreira representavam os liberais, e queriam o retorno à constitucionalidade. Aos poucos, esses últimos aproximaram-se dos políticos “decaídos”. A fundação do Partido Popular (PP), em fevereiro de 1933, selou definitivamente essa aliança. Capitaneado por José Augusto, esse partido elegeu três candidatos para a Assembleia Nacional Constituinte nas eleições daquele ano. Já o Partido Social Nacionalista, organizado por Café Filho e pelo interventor Bertino Dutra, contou com apenas um deputado eleito.

Em face à evidente derrota, Dutra pediu demissão do cargo de interventor. O governo Vargas escolheu como sucessor Mário Câmara, com o objetivo de compor com o PP, prestigiado após as vitórias eleitorais. No entanto, essas negociações fracassaram. A partir de então, Câmara aproximou-se de Café Filho e utilizou-se de toda a máquina administrativa do estado para perseguir a oposição representada pelo PP.

Mesmo com toda perseguição, com a instituição do voto secreto e com a existência de uma justiça eleitoral autônoma, José Augusto e os políticos “tradicionais” possuíam uma sólida rede de apoio, garantindo-lhes a vitória nas eleições de 1935. Elegeram a maioria para compor a Assembleia Constituinte estadual, o que possibilitou a eleição indireta de Rafael Fernandes ao governo do estado, político ligado ao grupo dos “decaídos”. Paralelamente a isso, houve a intensificação das disputas pelo operariado entre Café Filho e os comunistas. Outrora aliados, no pós-1930, estes romperam definitivamente. O grupo ligado a Café Filho buscava a sindicalização nos moldes do Ministério do Trabalho e, quando estiveram no poder, perseguiram as entidades ligadas aos comunistas.

Nos anos 1920, foram articulados dois núcleos do Partido Comunista no Rio Grande do Norte. O primeiro formou-se em Natal, em torno da União de Sapateiros e tinha como um de seus líderes José Praxedes. O outro desenvolveu-se em Mossoró em torno da família Reginaldo. No pós-1930, apesar das leis trabalhistas, o patronato local resistia em acatá-las, causando decepção entre o operariado. No governo de Rafael Fernandes, essas contradições no meio operário intensificaram-se. Ele extinguiu a Guarda Civil, agrupamento criado por Café Filho, quando assumiu a chefatura de polícia durante a intervenção de Dutra, destituindo cerca de trezentos homens. Além disso, o comandante do 21º Batalhão de Caçadores, Otaviano Soares, abriu inquérito para apurar atos de indisciplina entre seus subordinados, gerando um clima de tensão, que desembocou no levante comunista no dia 23 de novembro. A própria direção do Partido Comunista foi avisada da iminência da revolta apenas poucas horas antes do acontecido, mas logo a célula militar comunista recém-instalada no 21º tomou as rédeas da situação. Assim, Natal precipitou-se ao levante maior articulado em nível nacional.

A repressão governamental não tardou e serviu para eliminar a oposição ao Partido Popular. Não houve distinção entre a perseguição a “cafeístas”, partidários de Mario Câmara e comunistas. Por fim, a conciliação de Rafael Fernandes com Vargas cimentou de vez o retorno dos “decaídos” à liderança política do estado.

Glossário:

Ascensiva: relativa à ascensão, qualidade ou estado do que está se elevando.

Material para consulta:

COSTA, Homero. **A Insurreição Comunista de 1935:** Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

FERREIRA, Brasília Carlos. **O sindicato do Garrancho.** Natal: EDUFRN, 1986.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. **Praxedes um operário no poder:** a insurreição de 1935 vista por dentro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (Org.). **Os anos 1930 no Rio Grande do Norte.** Natal: Trairy, 2019.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935.** Natal: EDUFRN, 2010.

VIANNA, Marly. **Revolucionários de 1935:** sonho e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



Atividade:

Coloque-se no lugar de alguém que viveu o período da Intentona Comunista e descreva as suas impressões do movimento que levou à constituição do Governo Popular Revolucionário com vista a produzir um texto com o seguinte tema: Minhas memórias do levante comunista.

Siga as seguintes instruções:

- Você se aproximou de qual grupo político (“cafeístas”, tenentistas, comunistas, liberais, oligarquias decaídas)? Por que escolheu essa opção?
- Qual a sua origem social?
- Você tem uma opinião favorável ou contrária ao levante?
- O que aconteceu com sua vida após a repressão ao movimento?

Sequência didática:

Tema: A Segunda República no Rio Grande do Norte: liberais, “caféistas”, “decaídos” e comunistas em conflito pelo poder

Objetivo da sequência: compreender como se organizaram politicamente os grupos em disputa pelo poder durante a segunda república no Rio Grande do Norte.

Tempo de execução: 4 h/a

Materiais necessários: cópias da fonte e da atividade para distribuir entre os alunos.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais;

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: iniciar a reflexão sobre os motivos que levam as pessoas à revolta. O que fazem elas escolherem este caminho? **Desenvolvimento:** discutir, a partir das respostas dos discentes, o quadro de instabilidade política e social vivido no estado do Rio Grande do Norte no pós-1930.

Conclusão: ler os trechos do jornal *A Liberdade* e a partir dele debater como se estruturou o levante. Solicitar como tarefa de casa fazer a proposta de atividade.

Segundo dia:

Introdução: retomar os pontos da aula passada. **Desenvolvimento:** realizar a leitura dos textos produzidos em casa pelos discentes, referentes à atividade. **Conclusão:** debater sobre a produção dos textos. Cada aluno poderá falar sobre o trabalho do outro e poderá fazer um relato sobre a sua experiência na produção da atividade.

21 Nordeste em guerra:

O papel da costa brasileira na Segunda Guerra Mundial

João Gilberto Neves Saraiva

Para refletir:

Quando pensamos em uma bela praia como Ponta Negra, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte, geralmente não imaginamos que, para além do fator turístico, o litoral brasileiro tem uma importância estratégica tamanha que foi decisivo para os rumos da Segunda Guerra Mundial.



Referência: Base de Parnamirim Field durante a Segunda Guerra

Entendendo a fonte: a imprensa internacional

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mobilizou milhões de pessoas e teve um saldo devastador de mortes que incluiu o uso da primeira bomba atômica e o extermínio sistemático de pessoas: o Holocausto. Este conflito global é um dos eventos da História com grande representação em livros, filmes, peças, séries, games, etc. Apesar disso, muitos desconhecem a participação brasileira e a importância que o litoral nordestino teve naquele momento. Diferentemente de hoje, a maior parte das pessoas daquela época valia-se dos jornais impressos e do rádio para se informar do que estava acontecendo. As páginas impressas e as ondas radiofônicas eram as principais fontes de informação dos anos 1930 e 1940. Os jornalistas tinham um papel central, e cabia a eles produzir, selecionar e publicar as informações consideradas mais relevantes.

No início dos anos 1940, o mundo estava dividido entre dois blocos. De um lado, os Aliados, sob a liderança da Inglaterra, União Soviética e Estados Unidos. Estes países enfrentavam as forças do Eixo, do outro lado, lideradas pela Alemanha, Itália e Japão. Em 1941, o conflito estava equilibrado com batalhas espalhadas pela Europa e Ásia, e um avanço sistemático em direção à África e à América. O Brasil estava então oficialmente neutro, mas era cortejado tanto pelas forças dos Aliados como pelas do Eixo. Os motivos para isso eram variados: o tamanho da população, incluindo descendentes de alemães, italianos e japoneses; a produção de minerais e extração da borracha; o papel de liderança na América do Sul;

e a posição geoestratégica do seu litoral. O Nordeste do país possui diversos portos que permitem conexão direta com a África, a Europa e outras partes da América. Uma distância curta o suficiente para possibilitar voos com destino aos campos de batalha europeus e o controle do que estava acontecendo no Atlântico.

Os jornais estrangeiros, notadamente dos Estados Unidos, cobriam com atenção as conversas entre diplomatas e militares estadunidenses e brasileiros. Havia correspondentes instalados na capital, Rio de Janeiro, e outras cidades para noticiar diariamente os avanços e retrocessos a cada rodada de negociações. Comentaristas políticos, especialistas em questões navais e aéreas e repórteres investigativos do maior jornal dos EUA à época, o *The New York Times*, estavam empenhados em coletar, analisar e divulgar informações sobre o Nordeste brasileiro. Para além de simplesmente informar os leitores, os jornais estavam engajados no esforço de guerra ao dar visibilidade internacional a assuntos considerados estratégicos para as forças aliadas.

Depois de muitas negociações e ataques mortais de submarinos alemães, o Brasil juntou-se aos Aliados. Diversos espaços do Nordeste serviram de apoio para as forças armadas. Novas bases militares e tropas brasileiras foram transferidas para a região objetivando inicialmente ações de defesa. Além disso, tropas, aeronaves e navios de guerra dos EUA passaram a atuar em diversos estados, especialmente no Rio Grande do Norte. A população vivenciou o pânico, os blackouts, a euforia e privações da Segunda Guerra. Diversos soldados de ambos países serviram na região Nordeste ou partiram desta área para lutar em campos de batalha do outro lado do Atlântico. Essa participação foi decisiva para a vitória dos Aliados em 1945.

Fonte histórica:

Artigos do *The New York Times*

“Um dos pontos estratégicos mais importantes neste hemisfério é o “ombro” do Brasil, a uma distância de voo (para aviões de longo alcance) de Dakar e outros pontos da África - 3100 a partir de Gibraltar, 3.600 milhas de Nova York. [...] Uma base neste ponto propriamente assistida e equipada iria salvaguardar toda a América do Sul, a partir do sul dela, de um ataque do outro lado do Atlântico. (NYT, 21 out. 1940, p. 4)

“Lembra Dakar? Os militares nunca se esquecem dela. O relativamente curto pulo desse porto francês para o porto brasileiro de Natal tem os preocupado desde a queda da França. [...] Isso funciona nos dois sentidos. Costumava ser Dakar perigosamente perto de Natal. Agora é Natal que é perigosamente perto de Dakar. Muitos estrategistas há muito defendiam uma invasão da Europa por meio da África Ocidental, mas os seus pontos de vista nunca poderia prevalecer a menos que o Brasil fosse um parceiro de luta na guerra ocidental. É certo que as defesas do ombro brasileiro vão agora ser reforçadas. Sem dúvida, bases ofensivas também serão desenvolvidas lá”. (NYT, 24 ago. 1942, p. 14)

Flying Fortresses e Liberators esmagando o Eixo na Europa passam pelo corredor da vitória”. Disse o embaixador estadunidense Caffery. Esse corredor está em Natal, corcunda nordeste do Brasil, o lugar de um dos principais campos de aviação do mundo que serve como um trampolim para aviões americanos em seu caminho para a África. (NYT, 23 ago. 1943, p. 05)

Trechos traduzidos de matérias do The New York Times, jornal estadunidense que cobriu a guerra no Brasil a partir de uma rede de correspondentes brasileiros e estrangeiros. **FONTE:** Acervo digital do The New York Times (NYT). Disponível em: <https://archive.nytimes.com/>

Contextualização:

Os dois primeiros anos da Segunda Guerra Mundial foram marcados por forte avanço do Eixo sobre posições estratégicas. Já em 1939, as tropas da Alemanha nazista haviam triunfado em mais de seis países europeus, incluindo a França e suas possessões coloniais. No front asiático, o exército imperial japonês expandia-se sobre o território continental e diversas ilhas. O início do contra-ataque da União Soviética em direção à Europa, e a entrada oficial dos Estados Unidos no conflito depois do ataque a Pearl Harbor (1941) marcaram um novo momento de equilíbrio de forças. Os anos finais da guerra foram de avanço dos Aliados sobre as tropas do Eixo. Até esse momento de equiparação entre exércitos do Eixo e dos Aliados, o Brasil manteve-se oficialmente neutro, o que não significou que o chefe do Estado Novo, Getúlio Vargas, se abstinhasse de negociar com representantes de ambos os lados.



Referência: (NYT, 10 jun. 1941, p. 3)

início do contra-ataque da União Soviética em direção à Europa, e a entrada oficial dos Estados Unidos no conflito depois do ataque a Pearl Harbor (1941) marcaram um novo momento de equilíbrio de forças. Os anos finais da guerra foram de avanço dos Aliados sobre as tropas do Eixo. Até esse momento de equiparação entre exércitos do Eixo e dos Aliados, o Brasil manteve-se oficialmente neutro, o que não significou que o chefe do Estado Novo, Getúlio Vargas, se abstinhasse de negociar com representantes de ambos os lados.

A pressão dos Estados Unidos pelo apoio brasileiro antecedeu a entrada estadunidense na guerra em dezembro de 1941. Isso ocorreu por diversos motivos: importância política do Brasil para a América do Sul, enorme população – incluindo expressivo número de descendentes dos países que formavam o Eixo –, acesso à borracha (um produto escasso e essencial durante o conflito) e a minérios variados. Além disso, a posição estratégica do litoral brasileiro era considerada de suma importância para a garantia da defesa do continente, controle do Oceano Atlântico, e um posterior avanço sobre a África e a Europa. O governo brasileiro era consciente desses aspectos e barganhava concessões dos estadunidenses, incluindo a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Com a entrada dos EUA no conflito, uma aproximação aos Aliados era cada vez mais inevitável, e a intensificação dos ataques de submarinos alemães em águas brasileiras contribuíram para mobilizar a opinião pública contra o Eixo. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou guerra às potências do Eixo, entrando oficialmente no conflito.

Já vinculado aos Aliados, o governo brasileiro começou a transferir tropas para pontos estratégicos como Recife, Natal e Fernando de Noronha. Também investiu em criar e ampliar bases navais e aéreas no Nordeste. Uma vez autorizado oficialmente pelo Brasil, os Estados Unidos enviaram técnicos e militares para a região, junto com alimentação e apoio para a construção de estradas, passando por pilotos e controladores de voo. Ademais, todo um maquinário bélico e de construção para edificar bases americanas em solo brasileiro foi trazido. A base mais importante delas foi Parnamirim Field, vizinha a Natal.

É certo afirmar que os estadunidenses trouxeram muitas estruturas, ideias e costumes para o solo brasileiro. No entanto, o Nordeste não era um território vazio ou estanque no tempo. A cidade do Natal, por exemplo, possuía uma população considerável – cerca de 55 mil habitantes – eletricidade e bondes. Já era um ponto de parada de aviões e embarcações vindos de outras partes do Brasil, além da América do Norte e da Europa. Fontes históricas da época evidenciam que, nos anos 1940, a cidade possuía um círculo de intelectuais integrados a seus pares em outras partes do Brasil, e diversos veículos de imprensa funcionando. Variados produtos estrangeiros faziam parte do cotidiano daqueles mais abastados.

Há uma percepção equivocada de que a guerra no Brasil foi uma grande festa. Filmes como os de Walt Disney com Zé Carioca divertindo-se com o Pato Donald – o famoso “Olá Amigos” de 1942 –, e textos laudatórios da presença estadunidense durante a Segunda Guerra não evidenciam diversos aspectos importantes. Estudos recentes, e relatos de época, sublinham questões como o medo de ataques e problemas advindos dos blackouts para evitar um possível bombardeamento noturno a Natal. A chegada de um amplo contingente à cidade acentuou problemas como o aumento repentino do valor dos aluguéis e da alimentação, e mesmo a escassez de certos produtos. A ditadura do Estado Novo censurava o que era dito na imprensa nacional e estrangeira sobre a região, tanto para evitar o vazamento de informações estratégicas do esforço de guerra, quanto para o controle político do que estava sendo publicado. Isso contribuiu para uma visão pouco acurada dos atritos e dos problemas advindos da presença estadunidense na região.

As bases militares do Nordeste efetivamente contribuíram para a defesa do continente americano e para o controle do Oceano Atlântico pelos Aliados. Posteriormente, ocorreu o avanço sobre posições do Eixo na África e na Europa que pavimentaram a vitória dos Aliados no front ocidental. No entanto, a visão de uma parceria fraterna entre Brasil e Estados Unidos, em que os militares estadunidenses trouxeram a modernidade para o Nordeste brasileiro, é exagerada.

Glossário:

Blackout: apagão noturno proposital utilizado durante guerras para evitar o bombardeamento de cidades.

Flying Fortresses e Liberators: dois modelos de aviões militares amplamente utilizados pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Em tradução livre: “fortalezas voadoras” e “liberadores”.

Front: linha de frente de um combate ou guerra.

Materiais para consulta

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil:** dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.** IHGRN, 1999.

CPDOC. **O Brasil na guerra,** 2021. Website especial com diversos textos curtos sobre aspectos variados da participação brasileira na Segunda Guerra. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PEDREIRA, Flávia de Sá. Natal era só festa? confronto de identidades durante a Segunda Guerra Mundial. In: BUENO; Almir de C. (org.). **Revisitando a história do Rio Grande do Norte.** Natal, EDUFRN, 2009.

PEDREIRA, Flávia de Sá (org.). **Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial.** João Pessoa: Ideia, 2021.

SMITH JUNIOR, Clyde. **Trampolim para a vitória.** Natal: EDUFRN, 1993.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor:** a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



Atividade:



1 Com base nas fontes históricas, no que foi trabalhado no material didático e na aula, responda:

- a- Ao observar as linhas pontilhadas do mapa e ler as matérias do jornal, é possível afirmar que a cidade do Natal fazia conexão direta e indiretamente com quais continentes? Por quê?
- b- O que se pode inferir a partir da afirmação do jornalista de que Dakar era perigosamente perto de Natal e depois a situação se inverteu?
- c- Explique: qual a importância estratégica do litoral do Nordeste brasileiro para os Aliados na Segunda Guerra Mundial?



Faça uma pesquisa sobre Parnamirim Field, a principal base estadunidense em território brasileiro durante a Segunda Guerra, e elabore um pequeno texto sobre o cotidiano daquela época – os contatos entre culturas, conflitos, etc. – e as atividades militares no chamado “Trampolim da Vitória”. Sugestão: você pode consultar sites, mas também há livros e pessoas ao seu redor que podem te ajudar.

- Observação: caso haja possibilidade de aula de campo, o/a docente pode organizar uma visita ao Centro Cultural Trampolim da Vitória

Sequência didática:

Tema: A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Objetivo: Compreender a importância do Nordeste na conjuntura histórica da Segunda Guerra, e examinar o esforço de guerra na região a partir das fontes históricas.

Tempo de execução: 2 a 4 h/a

Materiais necessários: Guia, lousa, data-show, mapa mundi ou globo terrestre, acesso à Internet e à biblioteca da escola (opcional)

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: inquirir o conhecimento dos alunos sobre a Segunda Guerra e a participação brasileira a partir do que já estudaram e viram em filmes, livros, games, etc. **Desenvolvimento:** utilizar o texto inicial e imagens do Nordeste brasileiro durante o conflito e um mapa-múndi/globo terrestre para contextualização histórica e geográfica. **Conclusão:** solicitar a realização de uma pesquisa sobre Parnamirim Field e o cotidiano da guerra que subsidiará a resposta



da questão 2 na atividade.

Segundo dia:

Introdução: discutir sobre a entrada do Brasil na guerra no contexto político e social dos anos 1940. **Desenvolvimento:** realizar individualmente ou em grupo a atividade escrita, utilizando as pesquisas já produzidas pelos alunos. **Conclusão:** debater as respostas dos alunos, especialmente o pequeno texto resultado da pesquisa sobre Parnamirim Field e a vida em tempos de guerra.

22 Ditadura e anticomunismo: espionagem

e repressão ao movimento estudantil

Diego Knack

Para refletir:

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), houve repetidos abusos e arbitrariedades promovidos sob o pretexto de combater o comunismo e a corrupção. O que podemos fazer para assegurar o respeito aos direitos humanos no Brasil de hoje? Em uma democracia, qual deve ser o papel do Estado?



Referência: Edifício que sediou a Casa do Estudante do Natal, onde morou e atuou Emmanuel Bezerra dos Santos. (Retirada de: <https://twitter.com/governodorn/status/1112393804517134337>)

Entendendo a fonte:

ficha de registro no Serviço Nacional de Informações (SNI).

Os espões da ditadura estavam por toda parte: clubes, igrejas, associações, cinemas, mercados, seja na capital ou em cidades maiores do interior. Discretos, misturavam-se aos presentes em eventos públicos, com olhos e ouvidos bastante atentos. A missão era vigiar de perto os opositores do regime e elaborar informes detalhados para as autoridades. Não apenas os políticos eram monitorados, mas também todos aqueles que propagavam ideias consideradas comunistas. Isto de acordo com o juízo do comandante da Infantaria Divisionária da 7ª Região Militar do Exército, sediada em Natal, ou do secretário estadual do interior, que geria as polícias potiguares.

O movimento estudantil era particularmente visado. Alunos de escolas como o Instituto Padre Miguelinho e o Atheneu Norte Rio-Grandense, além da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), sofreram perseguições. Em serviço, os agentes tomavam nota de tudo: desde trechos de conversas, ideias manifestadas, histórico de acontecimentos, até vestimentas, trejeitos de fala e orientação sexual. Quando não satisfeitos, sentiam-se livres para chegarem eles mesmos às suas conclusões, anexadas ao informe como se fossem provas de um processo investigativo. As informações eram, depois, organizadas

pela agência central do Serviço Nacional de Informações, o SNI, maior órgão de espionagem da ditadura. Nessa etapa, eram formados dossiês e fichas de registro contra indivíduos e grupos para servirem de base a acusações nos tribunais militares ou a violentas operações que terminavam, muitas vezes, em assassinatos, torturas e abusos psicológicos.

Os “arapongas”, como ficaram conhecidos os espiões, tornaram-se um triste símbolo do período autoritário. Representou um tempo em que parte significativa da estrutura do governo federal e dos estados foi desviada de suas finalidades principais – como combater a violência, oferecer melhor saúde ou educação – para atender aos anseios autoritários dos comandantes do país e de seus apoiadores.

Fonte histórica:

Extrato da ficha de registro de Emmanuel Bezerra dos Santos

Em 1968 – Abril – Tomou parte, como um dos líderes e principais oradores, nos movimentos estudantis eclodidos nos primeiros dias do mês. O movimento em questão se caracterizou por realização de comícios, greves, passeata, esta última com apedrejamento parcial das vidraças da Galeria de Arte do Município de Natal.

– Agosto: tomou parte, no dia 10.8.68, numa reunião de líderes estudantis, diretor e alunos do Ginásio Padre Miguelinho, na qual estava presente também o Secretário de Educação e Cultura do Estado, a quem vociferou ataques diretos contra a administração daquele secretário, acusando-o de responsável pelos acontecimentos da manhã do dia 9.8.1968, no Atheneu, por ter nomeado um diretor incompetente, inoperante e com qualidades de ditador.

– Dezembro: No inquérito mandado instaurar pelo Secretário do Interior e Segurança do Rio Grande do Norte em que foi encarregado o Major da PM Edmilson Holanda, para apurar os responsáveis pela fabricação e possível emprego de material terrorista em Natal (bomba Molotov e outros), apreendido no Restaurante Universitário, foi o estudante Emmanuel Bezerra dos Santos indiciado e enquadrado na Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei nº 314, de 13 de março de 1967)

– Em 1969 – Janeiro: Por ordem do Comandante da ID/7 e Guarnição de Natal, e baseado em instruções para aplicação do AI-5 foi detido na manhã do dia 9 jan 69, para averiguações, o estudante de Sociologia e Política, Emmanuel Bezerra dos Santos, presidente da Casa do Estudante Secundarista, como um dos responsáveis nas agitações estudantis verificadas no ano de 1968.”

Referência: ARQUIVO NACIONAL. Banco de Dados Memórias Reveladas. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Série: Processos. Subsérie: Cassações. Dossiê de Emmanuel Bezerra dos Santos, página 17.

Contextualização:

Para melhor compreender os desdobramentos da ditadura militar no Rio Grande do Norte, é indispensável relacioná-los ao contexto político nacional, que refletia aspectos da bipolarização característica da Guerra Fria. Ou se estava ao lado dos Estados Unidos e dos

países capitalistas, ou da União Soviética, junto aos comunistas. Foi nesse cenário que, em agosto de 1961, a inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros provocou frustração e receio entre os conservadores. Quem deveria assumir a Presidência era o vice, João Goulart, que tinha um conhecido histórico de apoio aos direitos dos trabalhadores.

Primeiro, os comandantes das Forças Armadas tentaram evitar a posse. Não obtendo sucesso, empreenderam uma intensa e bem articulada campanha para desestabilizar o governo. Depois, conspiraram ativamente para seu fim. O motivo alegado: Goulart estaria planejando uma guinada para o comunismo. A acusação, que não se sustenta diante das evidências históricas disponíveis sobre o período, foi suficiente para que setores expressivos de latifundiários, empresários, classes médias e grande imprensa se juntassem a militares para derrubar o presidente. Seus interesses estavam em jogo. Contaram, ainda, com o apoio decisivo do Departamento de Estado dos EUA, que enviou uma força-tarefa naval para águas brasileiras, para a hipótese de os golpistas necessitarem de algum suporte.

O movimento de deposição de João Goulart, iniciado em 31 de março de 1964, deixou tenso o clima político na cidade do Natal. Pelas ruas, desfilavam veículos blindados, enquanto setores do empresariado e das classes médias, satisfeitos, saudavam o golpe. Pelas emissoras de rádio, as notícias eram contraditórias. Sem saberem qual seria o desfecho da trama, os políticos posicionavam-se. O prefeito Djalma Maranhão fez da prefeitura um quartel-general de resistência, enquanto o governador Aluizio Alves e o senador Dinarte Mariz apoiaram os golpistas.

O movimento estudantil logo se tornou alvo. Em 01º de abril, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRN foi ocupado por tropas do Exército enquanto ocorria, no local, uma assembleia de estudantes que discutiam a situação política brasileira. Vieram, então, as prisões sob acusação de “subversão comunista”. Meses depois, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi extinta. O cerco fechava-se. Havia pelo menos dois motivos para o enalço dos estudantes do estado. O primeiro é o fato de que o movimento estudantil potiguar era coeso e atuante, com organizações secundaristas – como a Associação Potiguar dos Estudantes (APE) e o Centro Estudantil Potiguar (CEP) – e universitárias, como a União Estadual dos Estudantes (UEE), ligada à UNE. Outro era o sucesso das experiências libertadoras de educação ocorridas nas 40 horas de Angicos, em 1963, realizadas pelo educador Paulo Freire e na campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, liderada por Djalma Maranhão. Ambas eram entendidas como comunistas pelos quartéis.

Em 1968, novos episódios de violência. Agnelo Alves, então prefeito de Natal, baixou uma lei que retirava das organizações estudantis o direito de emitir carteiras de estudante. Era uma forma de atingir as agremiações. Como reação, o DCE da UFRN boicotou as novas carteirinhas e instalou barracas e faixas em vias públicas para divulgar a causa, sendo, contudo, duramente reprimido. Em abril, ocorreu, no Rio de Janeiro, o assassinato do estudante Edson Luís pela polícia, que teve como consequência a maior demonstração pública de condenação da ditadura ocorrida até então: a Passeata dos Cem Mil. Na cidade do Natal, foi realizada uma missa em memória de Edson Luís. A homenagem, porém, terminou em um

cercos policiais à praça André de Albuquerque. Os choques foram inevitáveis e o Palácio Felipe Camarão foi apedrejado. Os enfrentamentos ocorreram também no restaurante universitário da UFRN, onde havia uma ocupação de estudantes contrários à ordem do reitor de proibir discussões políticas no local. Enfim, em 13 de dezembro, foi imposto o Ato Institucional nº 5 (AI-5) que, entre outras medidas repressivas, suspendia garantias como o habeas corpus para os casos de crimes políticos.

As informações das ações de espionagem obtidas naquele ano foram utilizadas para embasar novos processos e detenções. Foi o caso de Emmanuel Bezerra dos Santos. Nascido em São Bento do Norte, em 1947, ele foi para a capital concluir os estudos. Emmanuel foi aluno do Atheneu Norte Rio-Grandense e se destacou no movimento estudantil, tornando-se presidente da Casa do Estudante, onde morava. Chegou, depois, a integrar os quadros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quando passou a ser vigiado pelos espiões da ditadura. Esteve nos protestos após a missa em homenagem ao estudante Edson Luís e entre os que resistiram às ações contra o restaurante universitário. Por conta dessa atuação, foi réu em um inquérito policial-militar (IPM). Terminou preso em 1969 e foi libertado somente um ano mais tarde. No auge dos “anos de chumbo”, Emmanuel decidiu participar de uma das organizações da luta armada contra o regime, o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Em 1973, foi novamente detido em São Paulo. Desta vez, brutalmente torturado, veio a óbito. A versão divulgada na época, falsa, sustentava que a morte teria sido resultado de um confronto armado com policiais.

A exemplo do que ocorreu no restante do país, o anticomunismo virou palavra de ordem no Rio Grande do Norte durante os governos militares. O “perigo vermelho” serviu para legitimar o discurso da repressão desmedida, que produziu milhares de vítimas, diretas e indiretas. Hoje, há militares que sustentam que, naquele tempo, cometeram “excessos”, mas que também existia truculência nas ações de oposição ao regime. Esse argumento, porém, oculta algo fundamental. No enfrentamento político, de um lado estavam militantes de pequenas organizações, com dezenas de integrantes. De outro, o Estado, representado pelas Forças Armadas e pelos governos e polícias estaduais, muito mais bem treinados e equipados. E cuja missão prioritária deveria ser o zelo pela segurança e pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros, mesmo naquelas circunstâncias.

Refletir criticamente sobre o passado da ditadura é, a um só tempo, preservar a memória daqueles que lutaram por um país diferente e contribuir para a construção de uma cultura democrática em nosso tempo.

Glossário:

AI-5: Ato Institucional nº 5, imposto em 13 de dezembro de 1968, que suspendeu importantes garantias legais dos cidadãos.

Bomba Molotov (ou coquetel Molotov): arma química incendiária de fabricação caseira,

utilizada em protestos.

Material terrorista: termo utilizado pelos agentes da repressão para designar objetos utilizados na oposição à ditadura militar.

Materiais para consulta:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias Estudantis:** da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2007. Disponível em: <<<https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf>>>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório. Brasília: CNV, 2014. Disponível em<<http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf>>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

BRASIL. **Comissão da Verdade da UFRN:** relatório final. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: EdUFRN, 2015. Disponível em: << <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19504>>> Acesso em 28 de novembro de 2021.

CAPISTRANO, Luciano Fábio Dantas. **O golpe militar no Rio Grande do Norte e os norte-rio-grandenses mortos e desaparecidos.** Natal: Sebo Vermelho, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam:** os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964:** aconteceu em abril. Natal: Edições Clima, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política:** estudo de um movimento (RN 1960-1969). São Paulo: Cortez, 1989.



Atividade:

Com base em seus conhecimentos, no material disponibilizado e na fonte histórica acima destacada, responda:



Qual era o principal argumento utilizado pelos agentes do Estado brasileiro durante a ditadura militar para justificar práticas como a espionagem interna e a perseguição a estudantes?





Na sua opinião, práticas como as mencionadas na primeira questão são aceitáveis em uma democracia? Argumente.



Relacione o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar brasileira ao contexto mundial da Guerra Fria.



É possível tomar as informações apresentadas sobre o estudante Emmanuel Bezerra dos Santos na fonte histórica como verdades inquestionáveis? Por quê?



Você conhece alguma outra pessoa que tenha resistido à ditadura no Rio Grande do Norte? Faça uma breve pesquisa.

Sequência didática:

Tema: Trajetórias de vida: quem lutou contra a ditadura militar no Rio Grande do Norte?

Objetivo da sequência: reconhecer indivíduos e organizações sociais que se posicionaram de maneira contrária à ditadura militar no Rio Grande do Norte.

Tempo de execução: 3 a 6 h/a

Materiais necessários: Guia Didático, lousa, piloto, apagador e material de pesquisa.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: iniciar a discussão do tema “ditadura militar brasileira” e seu contexto.

Desenvolvimento: realizar uma aula expositiva sobre o contexto histórico do golpe militar de 1964 e da ditadura. **Conclusão:** elaboração de um mapa mental sobre o conteúdo trabalhado.

Segundo dia:

Introdução: apresentar a trajetória de vida de Emmanuel Bezerra dos Santos e leitura do documento “Ficha de Registro”. **Desenvolvimento:** realizar as atividades propostas no Guia Didático, com avaliação do professor. **Conclusão:** solicitar aos estudantes uma pesquisa sobre a trajetória de uma pessoa que lutou contra a ditadura no Rio Grande do Norte

Terceiro dia:

Introdução: revisar os conteúdos trabalhados nas últimas aulas. **Desenvolvimento:** solicitar aos estudantes que apresentem os resultados das pesquisas sobre trajetórias de indivíduos que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Norte. **Conclusão:** promover um debate sobre os resultados das pesquisas.

a Constituição “Cidadã” em tempos difíceis

Arthur Luis de Oliveira Torquato

Para refletir:

Depois de mais de 20 anos de ditadura civil-militar, era necessário elaborar uma constituição democrática. Como garantir os direitos fundamentais depois de anos de repressão?

Entendendo a fonte:

Discurso político e o papel de uma Assembleia Constituinte

Em 1985, ocorreu no Brasil eleição indireta para presidente da República. Eleito pelo Congresso, o mineiro Tancredo Neves não chegou a assumir o cargo, pois faleceu pouco antes da posse. Em seu lugar assumiu José Sarney, também eleito de forma indireta, como vice na chapa de Tancredo. No ano seguinte, foram convocadas eleições para Deputados Federais e Senadores, os quais seriam responsáveis pela elaboração de uma nova constituição, visando adaptar o Brasil à sua nova condição de país democrático, depois de mais de 20 anos de uma ditadura civil-militar que dominou de forma autoritária o país entre 1964 e 1985.

Os 559 eleitos em 1985 formaram uma Assembleia Constituinte, responsável por elaborar uma constituição que garantisse o acesso a direitos básicos, como à saúde, à educação e à segurança a toda população brasileira. Nesse sentido, entre os anos de 1987 e 1988, deputados e senadores trabalharam incessantemente, durante mais de um ano e meio na elaboração de um documento base, capaz de captar a pluralidade e as mais expressivas diferenças regionais, culturais e sociais do Brasil.



Referência: Ulysses Guimarães segura a Constituição de 1988. MARIZ, Moreira. O Senhor Constituinte. 1988. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias>. Acesso em: 01 fev. 2022.

Você já deve imaginar como foram complexas as discussões, não é verdade? E claro que foram. Estavam reunidos em torno da elaboração deste documento congressistas conservadores, liberais, socialistas, enfim, as mais diversas designações políticas que, naquele momento, após a abertura política, passaram a compor novos partidos, com ideologias e matrizes de pensamentos das mais variadas. Apesar dessa diversidade, a conjuntura permitiu que houvesse, como consequência, a elaboração daquilo que se consagrou como a “Constituição Cidadã”, por ter conseguido ser bastante inclusiva em seu texto.

Uma das características mais marcantes da Constituição de 1988, foi sua preocupação com a garantia da vida; do direito de ir e vir; das liberdades individuais e coletivas; de reorganização e reuniões de sindicatos, de partidos políticos e de movimentos sociais. Portanto, mesmo com visões diferentes em torno da elaboração da Constituinte, podemos afirmar que sim! A nossa atual Constituição é de longe a mais democrática da história do Brasil desde 1824 (ano da nossa primeira Constituição). Mas, como pensavam, à época, os responsáveis por sua elaboração?

Fonte histórica:

Fonte 01: Trecho do discurso do Presidente do Congresso Nacional Ulysses Guimarães

[...] Num país de 30 milhões, 401 mil analfabetos, afrontosos 25 por cento da população, cabe advertir a cidadania começa com o alfabeto. [...] A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito. Rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério. Quando após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem da Liberdade e da Democracia bradamos por imposição de sua honra. Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania aonde quer que ela desgrace homens e nações. Principalmente na América Latina. Foi a audácia inovadora, a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojeto forâneo ou de elaboração interna. O enorme esforço admissionado pelas 61 mil e 20 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de 1 milhão de assinaturas, que foram apresentadas, publicadas, distribuídas, relatadas e votadas no longo caminho das subcomissões até a redação final. A participação foi também pela presença, pois diariamente cerca de 10 mil postulantes franquearam livremente as 11 entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento à procura dos gabinetes, comissões, galerias e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. [...] Soma-se a nossa atividade ordinária bastante dilatada, a edição de 56 leis complementares e 314 leis ordinárias. [...] O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o super legislador habilitado a rejeitar pelo referendo os projetos aprovados pelo Parlamento. A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. [...] Não é a Constituição perfeita. Se fosse perfeita seria irreformável. Ela própria com humildade e realismo admite ser emendada dentro de cinco anos. Não é a Constituição perfeita, mas será útil, pioneira, desbravadora, será luz ainda que de lamparina na noite dos desgraçados. É caminhando que se abrem os caminhos. Ela vai caminhar e abri-los. Será redentor o caminho que penetrar nos bolsões sujos, escuros e ignorados da miséria. A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou o antagonismo do Estado.

Referência: GUIMARÃES, Ulysses. Discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte. 1988. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>. Acesso em: 18 nov. 2021 (adaptado).

Fonte 02: Trecho do discurso da deputada Wilma Maia, representante do Rio Grande do Norte na Assembleia Nacional Constituinte

Entendo que os avanços sociais consagrados pela Comissão da Ordem Social merecem destaque e comentários no plenário desta Constituinte. Num País como o nosso, a ordem social é concebida com base no primado do trabalho e da Justiça Social. Não se pode abordar esse tema, sem enfatizar-se a conquista dos direitos dos trabalhadores que, há muito tempo, vêm lutando pelo reconhecimento das suas justas reivindicações, muitas delas oriundas do sacrifício próprio e da família. [...] Muitas vozes desautorizadas reclamaram contra a aprovação da estabilidade do trabalhador, como se isto enfraquecesse a empresa privada. A garantia do emprego fortalece a organização econômica, além de propiciar, ao trabalhador e à trabalhadora a segurança necessária a uma melhor produção e, conseqüentemente, uma maior produtividade. Outro ponto a destacar é o salário mínimo para atendimento das necessidades vitais. Com efeito, até agora, o salário mínimo tem sido um instrumento de exploração da massa trabalhadora. Instituído como preceito constitucional, este salário representa a mais indigna forma de escravidão branca, submetendo grande parte do contingente economicamente ativo a pressões salariais que só empobrecem os trabalhadores. A estrutura socioeconômica brasileira é uma camisa-de-força para o trabalhador. Um reduzido número de privilegiados está no cimo da pirâmide, explorando e sanificando a expressiva maioria que continua a sofrer o arrocho salarial. [...] Defendemos a greve por ser ela um instrumento legítimo através do qual os trabalhadores conquistam seus benefícios-sociais. Na nova estrutura da greve, caberá aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão, por meio dela defender, bem como sobre as providências e garantias asseguradas da continuidade dos serviços essenciais à comunidade. A greve passa a ser entendida como um fenômeno social e não como uma imposição legal, como acontece nos dias de hoje. [...] O que desejamos, neste País, acima de tudo, é que haja justiça social. Lutamos por um País onde haja menos problemas, onde haja menos diferenças sociais. Nós lutamos para que haja melhor distribuição de renda. Por isso, vamos lutar para que a Ordem Social consiga concretizar, neste plenário os seus avanços e para que a Ordem Econômica, inclusive negociando com a Ordem Social, possa concretizar os anseios da população, através da justiça social, através do anseio da população, para que se acabem, de uma vez por todas, com as absurdas diferenças sociais. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Referência: MAIA, Vilma. Discurso proferido em 18 de junho de 1987 – Subcomissão dos direitos dos trabalhadores e Comissão da Ordem Social. In: Assembleia Nacional Constituinte. Ano I. N. 80. Brasil. 1987. p. 2801-2082.

Contextualização:

O processo de elaboração da Constituição “cidadã” foi um dos mais simbólicos atos de sepultamento dos tempos da ditadura militar brasileira. Simbólico por ser resultado de dezenove meses de discussões da Assembleia Constituinte, que trabalhou entre os anos de 1987 e 1988, de forma a fazer nascer a mais democrática de todas as constituições brasileiras.

Essa compreensão é necessária para perceber a complexidade, a pluralidade de pensamentos dentre aqueles que formaram a Constituinte brasileira. É importante frisar o conceito de democracia existente naquele período no Brasil, visto que o momento histórico apontava para um futuro animador, mas a sombra do autoritarismo ainda rondava sem uma constituição legítima e democrática. É, portanto, significativo ver a defesa enfática da democracia no discurso de Ulysses Guimarães, então Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembleia Constituinte. De forma semelhante, é imprescindível chamar atenção, no referido discurso, para a participação popular e de instituições representativas na formulação do texto constitucional. Foram esses aspectos que garantiram ao texto a alcunha de Constituição Cidadã.

É importante apontar as dificuldades e os desafios enfrentados no Brasil; que mesmo com o fim da ditadura, os direitos civis e políticos foram restabelecidos apenas por meio de uma Constituição ampla, construída com apoio das ruas e forte mobilização popular desde pelo menos as Diretas Já!. Concentrado durante o ano de 1984, o movimento das Diretas Já! se caracterizou como um marco em prol da “Emenda Dante de Oliveira”, a qual alteraria a Constituição de 1967, possibilitando eleições diretas para Presidente da República no ano de 1985. Apoiada por artistas, religiosos, jogadores de futebol, políticos e membros da sociedade civil, o movimento das Diretas Já! ocorreu por meio de comícios em várias cidades do Brasil, atraindo grande apelo popular e midiático. Entretanto, o anseio das ruas não foi ouvido. Em 1985, o mineiro Tancredo Neves foi eleito o novo presidente civil do Brasil, mas de forma indireta, frustrando as vozes das ruas e o apelo popular pela escolha direta do presidente da República.

Um fator a ser considerado nas discussões entre a “Nova República” e a elaboração da Constituição de 1988, refere-se à forte participação de movimentos sociais e setores da sociedade civil na elaboração do texto. A concepção da ideia de cidadania e da ampla participação popular podem ser consideradas duas características marcantes da nova Constituição. Planejamento participativo nas políticas públicas municipais, gestão democrática do ensino escolar e proteção às crianças e adolescentes são algumas das características que garantem a participação direta da sociedade civil em vários campos da administração pública e foram aspectos essenciais para a formulação desta Constituição.

Por fim, faz-se necessário reforçar a necessidade de questionarmos: o que é o exercício da democracia? O que é ser cidadão no Brasil? O que mudou e o que continuou nesses mais de 30 anos de promulgação da nossa Constituição “cidadã”? Esses questionamentos são necessários para pensar a experiência democrática no Brasil, com base nas continuidades e rupturas, buscando no diálogo com os alunos estimulá-los a pensamentos, ideias que continuam presentes e outras que não existem ou foram resignificadas no Brasil, de fins da década de 1980 até os dias atuais.

Glossário:

Constituição: é a lei máxima de um país. Seus pressupostos garantem o funcionamento dos poderes, o ordenamento do Estado e as formas de governo a serem exercidas.

Ditadura: governo autoritário, caracterizado por restringir direitos individuais e coletivos; geralmente com a centralização do poder nas mãos do poder executivo.

Leis Ordinárias: são as leis típicas, ou as mais comuns, aprovadas pela maioria dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal presentes durante a votação.

Material para consulta:

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (org.). **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: história, imagem e testemunho.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. 48 p. Disponível em: https://cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Ditadura-Militar-e-Democracia-no-Brasil_-Hist%C3%B3ria-Imagem-e-Testemunho.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

BARROSO, Luís Roberto. **Constituição de 1988.** In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (Brasil) (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2010. p. 99-100. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1988>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. **Câmara dos Deputados Federais.** Parlamento Jovem Brasileiro. Modelo de projeto de lei/projeto de lei complementar. 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/sou-estudante/material-de-apoio-para-estudantes/modelo-de-projeto-de-lei>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 nov. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 30, n. 30, p. 233-252, nov. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/tGrmf8JCPmgMVPsvmRYdTNIJ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.



Atividade:



Consulte em um dicionário o significado da palavra democracia e, em seguida, responda às questões abaixo:

- a- Você acha que o significado de democracia encontrado no dicionário é o mesmo que aparece no discurso de Ulysses Guimarães?
- b- Em quais atividades do seu cotidiano você exerce a democracia?

-  **O Artigo 5º da Constituição brasileira afirma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Identifique trechos do discurso de Ulysses Guimarães nos quais podemos encontrar as garantias previstas no Artigo 5º da Constituição do Brasil, e, em seguida, escreva um pequeno texto dissertativo sobre o que você entende por democracia.**
-  **De que maneira o trecho do discurso da Deputada Constituinte Wilma de Faria, reforça a defesa dos direitos sociais presentes na Carta de 1988?**
-  **Faça uma pesquisa com parentes, amigos ou conhecidos, que viveram no período da ditadura, no Rio Grande do Norte, e pergunte como foi viver no período autoritário brasileiro e se eles possuem memória sobre a Assembleia Constituinte de 1987-1988.**
-  **Com base em artigos da Constituição de 1988, o aluno deve escrever uma proposta de projeto de lei, conforme o modelo nas referências, na qual priorize um problema vivenciado na sua região.**

Sequência didática:

Tema: Democracia e cidadania a partir da Constituição de 1988

Objetivo da sequência: Enfatizar a participação popular na elaboração da Constituição de 1988 bem como reforçar a importância do aluno como ator político tanto do Rio Grande do Norte como do Brasil.

Tempo de Execução: 2 a 6h/a.

Materiais necessários: cópias do Guia didático, lousa, piloto, apagador e uma cópia da Constituição de 1988.

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

EM13CHS102: Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.

EM13CHS103: Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a

processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática e lançar perguntas como: o que é o exercício da democracia? O que é ser cidadão no Brasil? O que mudou e o que continuou nesses mais de 30 anos de promulgação da nossa constituição “cidadã”? **Desenvolvimento:** ler junto com os alunos o discurso de Ulysses Guimarães na ocasião da promulgação da Constituição de 1988. Enfatizar os momentos nos quais o autor refere-se ao passado recente da ditadura no Brasil, bem como a Constituição de 1988 era vista como o momento que recolocou o Brasil na condição de nação democrática. **Conclusão:** pedir aos alunos que entrevistem parentes, amigos ou conhecidos, que viveram no período da ditadura, no Rio Grande do Norte, e perguntem como foi viver no período autoritário brasileiro e se eles possuem memória sobre a Assembleia Constituinte de 1987-1988.

Segundo dia:

Introdução: ler com os alunos os depoimentos que conseguiram trazer para escola. Em seguida, procurar elementos das entrevistas que remetem a conceitos como democracia, cidadania, política e República. **Desenvolvimento:** analisar o resultado das entrevistas e sugerir aos alunos escolher trechos da Constituição de 1988 e procurar relacionar como esses trechos são percebidos em nosso cotidiano; da escola, da casa, da Igreja, do mercado, da rua, do bairro, enfim, dos aspectos do seu dia a dia. **Conclusão:** promover o debate acerca dos problemas enfrentados diariamente e, mesmo previstos na Constituição, que ainda não lhes foram garantidos. É importante pedir que eles foquem em problemas relacionados ao transporte, segurança pública, saúde, acesso à educação e aparelhos culturais e desportivos no estado do Rio Grande do Norte.

Terceiro dia:

Introdução: apresentar os problemas trazidos pelos alunos e como eles os questionaram e os relacionaram com os conceitos de cidadania e democracia. Em seguida, pedir que pensem soluções democráticas para a resolução destes. **Desenvolvimento:** ler as fontes e perceber as temáticas contidas no texto constitucional e nos discursos, e cada aluno deverá elaborar

um discurso próprio no qual dialogue com os constituintes de 1988, apresentando aspectos que acharam importante, como foram colocados na constituição e como estão sendo pensados politicamente hoje em dia. **Conclusão:** promover a apresentação dos discursos dos alunos, como atividade avaliativa, uma proposta de projeto de lei (modelo nas referências), a ser entregue na Câmara de Vereadores do Município, a fim de solucionar um problema que afeta o exercício da cidadania e da democracia no bairro em que estudam.

24 Populações Indígenas

no Rio Grande do Norte: questões para história do tempo presente

Andreza de Oliveira Andrade

Para refletir:

Existem populações indígenas no Rio Grande do Norte na atualidade? Quem são e onde vivem os povos indígenas do Rio Grande do Norte? Precisamos trazer a temática indígena a nossa realidade, enfatizando a presença dos povos originários no conjunto da população norte rio-grandense, pois por muito tempo, foi apregoada a ideia de que no Rio Grande do Norte não havia povos indígenas.



Referência: Festa da castanha, 2017. Comunidade dos Mendonça do Amarelão. Foto da autora.

Entendendo a fonte:

Entrevistas e o uso da História oral

No sentido de romper com os silenciamentos históricos e sociais, enfatizamos o potencial da História oral como instrumento didático e na produção de conhecimento histórico, pois através do exercício de fala e de escuta, é possível registrar as histórias narradas a partir da mediação da memória do passado do indivíduo que se articula com as vivências e práticas culturais do presente.

Há inúmeros aspectos que podem ser explorados e trabalhados em nossas salas de aula como instrumentos de construção de conhecimento histórico, de modo coletivo, visto que o acesso às narrativas tomadas como fonte e/ou como processo de construção de saberes, possibilita interações pedagógicas interdisciplinares, que podem fornecer aos e às estudantes e aos e às docentes possibilidades de aprender conjuntamente com a experiência de outrem. Nesse sentido, a conexão entre memória e história do tempo presente parece ser potencialmente profícua no processo de construção de consciência histórica no e por meio do ensino de histórias plurais e inclusivas.

Por isso, a temática indígena é um desafio que a sociedade como todo precisa encarar, visto que ainda há muitos estereótipos e desinformação quando o assunto diz respeito aos povos originários, dado que a oposição a eles é um projeto de manutenção da colonialidade e está associado a interesses de agentes políticos e econômicos poderosos. E isso passa inevitavelmente pela forma como as identidades dos povos originários são apropriadas pela sociedade não-indígena, a começar pelo uso de termos como “índio” e “indígena” em detrimento de suas identidades particularizadas. O termo índio é uma invenção dos colonizadores. A criação desse termo foi o primeiro passo para homogeneizar e desagregar as comunidades originárias. Posteriormente, o termo “indígena” passou a ser usado pelos primeiros povos, porque entenderam que o termo ajudava na construção de uma unidade de luta, em um contexto em que estas populações, por todo o país, precisavam mobilizar-se para garantir que seus direitos estivessem previstos na Constituição de 1988.

Dessa forma, ainda que esses povos não tenham aberto mão de suas particularidades quanto às formas de socialização e práticas culturais, estes fazem uso político do termo indígena como forma de aproximação e inteligibilidade com relação ao Estado e às sociedades não-indígenas.

Essas pessoas não se reconhecem como índios nem se tratam assim. Elas tratam-se por “parentes” para designar uma unidade em sentido de família estendida, sem abrir mão da diversidade que engloba o conjunto dos povos originários no Rio Grande do Norte e no Brasil de modo geral. É nessa perspectiva, de pensar a importância da oralidade para entender a contemporaneidade do debate sobre as histórias dos povos originários, narradas a partir de suas próprias falas, que a História oral é utilizada como forma de abrir o debate sobre o contexto socio-histórico dos povos originários, a exemplo do Rio Grande do Norte. Apresenta-se, em seguida, uma entrevista com Tayse Campos Potiguara, mulher que é destacada liderança, não apenas na comunidade dos Mendonça do Amarelão, mas também é uma importante figura para o Movimento Indígena do Rio Grande do Norte.

Ouvir a voz de uma liderança feminina que se evidencia não apenas localmente, mas que se projeta em nível de articulação dos povos indígenas no Nordeste, possibilita vislumbrar muitos elementos que tocam as peculiaridades do modo de vida da comunidade, que apesar de estar, em dada medida, integrada com a sociedade do seu entorno, não deixa de resguardar as especificidades que marcam sua dinâmica interna, nem ter que lidar com preconceitos e estereótipos em relação à condição de “índio”.

Fonte histórica:

Entrevista com Tayse Campos Potiguara

Sobre a identidade e diversidade dos povos originários no Brasil:

“Agora, esse termo indígena no Brasil, eu acho que é só uma apropriação política. Nunca existiu índio no Brasil e vai continuar não existindo índio no Brasil. Ele foi trazido pelo colonizador, pelos portugueses que passaram a chamar todo mundo aqui de índio. Essas pessoas até hoje não se auto afirmam indígenas, a não ser usam a categoria que foi criada pelo colonizador. E que foi usada por esses povos para garantir direitos. Então nós somos índios, temos direitos, vamos garantir os nossos direitos a partir dessa categoria. Mas continua no Brasil existindo os Mendonças do Amarelão, os Potiguara do Catu, os Potiguara do Sagi, os Potiguara da Baía da Traição, os Fulniô de Pernambuco, os Pankararu de Pernambuco, os Xavante, os Tuxá da Bahia, os Caiapó lá na região Norte, os Guarani-Kaiowá que perderam suas terras e estão espalhados em vários Estados. Esses povos continuaram preservando sua etnia, seu povo. Porque todos nós éramos povos de etnias diferentes, de culturas diferentes. A grande maioria não se conhecia, porque pra (sic) nós, a gente não conhecia quem morava no Norte, lá em 1500, a gente não tinha esse contato. Mas tinha um processo migratório da região Nordeste, nas fronteiras de uma região para outra, que virou fronteira também depois da demarcação política dos Estados. Agora a gente passou a ser chamado de índio, mas mesmo assim não abrimos mão de nossas etnias. Então não é pelo fato de eu ser índio que eu deixo de ser Mendonça, eu sou Mendonça. E eu sou diferente do Potiguara do Catu. Eu sou diferente do Potiguara da Baía da tração, eu sou diferente dos Cariri, dos Cariris-xocós do Alagoas, enfim... Continua tendo as etnias. Agora, eu acho que esse termo indígena, fortaleceu muito a partir da década de 70, a partir de toda aquela mobilização indígena que houve contra a ditadura militar e a favor da constituição federal de 88, de militância, de luta, pra (sic) garantir, assegurar os direitos dentro constituição federal. Então, a partir dali eu vejo... a partir do que eu aprendi não só lendo, mas principalmente na minha participação no Movimento Indígena Nacional, eu tenho a percepção de que é a partir dessa mobilização política dos povos indígenas na década de 70, que se fortaleceu muito o uso desse termo “indígena” aqui no Brasil”.

Sobre o processo histórico de auto reconhecimento da comunidade e o enfrentamento ao preconceito escolar:

“Cara, eu acho que é menos sofrido do que era pra (sic) outras gerações. Hoje os adolescentes já têm consciência de que o ser Mendonça é uma identidade indígena... eles já estudam na escola esse processo violento de colonização no Brasil e de aculturação. Alguns adolescentes participam dos grupos de Toré da comunidade, alguns adolescentes como um dos meus filhos que já participa da assembleia... o Isaque é da organização local, é da associação, e do departamento de gênero e geração. Os outros não querem nem saber. Mas ele sempre se envolveu, então... Hoje já temos adolescentes que dizem assim “não, eu sou Mendonça do Amarelão! E daí?”. Mas na minha época, até a minha época de adolescente, a maioria, eu dizia que era Mendonça porque tinha essa criação em casa, mas tinha muito adolescente da minha idade que chegava na escola na cidade e dizia que era de outra comunidade pra (sic) não dizer que era do Amarelão. Pra (sic) não sofrer preconceito. Minha irmã, Liziane, ela estudou na cidade também o fundamental 2 e ela presenciou situações do tipo, professor, diretor dizendo “ô, o aluno chutando a cadeira, parece Mendonça”, “ô, os alunos estavam brigando, parece que são Mendonça”. Então isso era dentro da escola, era presente dentro da escola, ensinava esse preconceito contra Mendonça. Os meninos era (sic) lá da cidade, tava (sic) brigando “menino! para com isso, tá (sic) se comportando que nem um Mendonça, brigando...”, “ah, Mendonça não fala direito”. Minha irmã, ela com treze anos, ela foi impedida de participar de uma feira de ciências na escola e a diretora falou pra (sic) ela “você são Mendonça, vocês não entendem de feira de ciências”. Isso feriu tanto ela, que ela comprou uma briga com a escola! Porque ela era uma pessoa que era minimamente politizada, ela tinha

essa politização em casa. Ela tinha esse aprendizado em casa. Mas quantos companheiros meus, quantos parentes meus desistiram da escola por causa do preconceito?”

Sobre a importância da educação promovida na escola da comunidade e o ingresso das pessoas nos espaços acadêmicos e institucionais:

“Porque essas crianças estão sendo formadas hoje dentro das comunidades indígenas, elas estão sendo formadas sobre a história do seu povo, sobre os massacres que seu povo sofreu e que sofre até hoje, sobre a violência do Estado sobre os povos indígenas, e sobre a formação política e a atuação do Movimento Indígena. Então, a possibilidade da gente (sic) formar lideranças jovens é muito maior a partir da escola. No Amarelão, a gente tem 349 alunos do ensino infantil ao nono ano. Se desses 349 sair 20 lideranças, a gente já tá no lucro. Essas lideranças já saem capacitadas da escola, elas já saem sabendo... Hoje você pega uma coletânea de atividades da escola do Amarelão do sexto ano do fundamental, em História tá (sic) trazendo um documento de demanda da assembleia indígena do Rio Grande do Norte. Aí tá (sic) pedindo pro jovem perceber, compreender dentro daquele texto o que que as lideranças tá (sic) cobrando. Dentro daquele texto tá (sic) citando o nome das liderança, o jovem tá identificando que aquela liderança que tá na assembleia é da aldeia dele. Ele está percebendo que aquela liderança da aldeia dele participou de um evento a nível de Estado, a nível Nacional, que tá (sic) cobrando água pra comunidade dele. Quando ele enquanto criança, enquanto adolescente, vê a necessidade de água dentro da comunidade dele... Então, aqui no território, a maioria das formações acadêmicas das lideranças que são mulheres, é voltado pra (sic) Educação porque elas também estão inseridas na escola. Mas a nível nacional, nós temos mulheres que são lideranças indígenas formadas, principalmente em Direito. No curso de Direito, aí é onde está o foco de compreender o Estado, a legislação do Estado, as burocracias do Estado, e como reivindicar com essa qualidade, com essa capacidade de compreensão da linguagem do Estado”.

Referência: CAMPOS. Tayse. Entrevista concedida para pesquisa de doutoramento (setembro de 2021). Entrevistadora: Andreza de Oliveira Andrade. Comunidade do Amarelão, João Câmara – RN, 2021. Entrevista realizada em 21/09/2022 às 14hs.

Contextualização:

O lugar que os povos originários ocuparam tradicionalmente na historiografia brasileira é o do silenciamento, do ocultamento e da desinformação, que contribuiu para que seja roubado dessas pessoas o direito à dignidade humana, que nos é inerente. Isto ocorre de muitas maneiras, seja pela ausência das histórias das comunidades indígenas nos materiais didáticos, especialmente sob sua própria ótica, seja pela ausência de pesquisas que possam ajudar a (re)conhecer a importância das populações indígenas na formação da sociedade, seja pela pouca divulgação ou alcance das pesquisas já existentes. Por isso, precisamos avançar do protocolar reconhecimento de sua influência sobre a língua que falamos, da forma como nos alimentamos ou de outros costumes herdados, para enfatizar, na educação, que o projeto da colonialidade que tornou possível existirmos como sociedade, foi baseado no sofrimento dessas pessoas, no derramamento de seu sangue, na usurpação das terras em que viviam e no apagamento de sua história e presença entre nós.

Não é preciso ir muito longe para entender como o projeto de Estado-nação brasileiro foi estabelecido. Desde os primeiros momentos da colonização, e posteriormente no Brasil Império, a partir da eliminação da diversidade e da diferença, marcas fundantes das populações indígenas do território que veio a ser chamado de Brasil e que ainda resistem aos seculares ataques contra suas vidas e suas terras.

As histórias dos povos originários da terra são marcadas por mais de quinhentos anos de lutas, e em nome dessa resistência é que no Rio Grande do Norte, há poucas décadas, resultado do movimento indígena organizado, a exemplo do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), voltou-se a ouvir acerca das populações indígenas no estado. Esse debate reforça o enfrentamento de uma importante tradição historiográfica, a qual se associa intelectuais importantes, como Luís da Câmara Cascudo. Isto se deve a um projeto claro de colonialidade e branqueamento da população potiguar, ao qual ele próprio se associava, e que buscou anular a memória e a influência das populações indígenas sobre o povo norte-rio-grandense por meio do apagamento de suas histórias, negando sua influência étnica e classificando-a como meramente folclórica.

A propagação da ideia de que não haveria mais indígenas no Rio Grande do Norte é parte do projeto de branqueamento e de promoção de uma pureza racial, que não contava com a resistência dos povos originários desse estado. Apesar do silenciamento dos registros escritos para o estudo de períodos específicos, as pesquisas sobre populações indígenas no Rio Grande do Norte podem contar com a possibilidade do uso da oralidade como fonte histórica, pelo simples fato de que há entre nós uma significativa população de povos originários, composta por onze comunidades, que estão integrados no movimento indígena potiguar. São eles: Amarelão, Serrote de São Bento, Santa Terezinha, Marajó, Açuncena e Cachoeiras, as quais fazem parte do povo que se denomina Mendonças Potiguaras do Amarelão, cujo território fica no município de João Câmara. Seguindo para o litoral encontramos a comunidade Sagi-Trabanda, povo que se auto declara Potiguar e vive em Baía Formosa; a comunidade do Catu que vive nos municípios de Canguaretama e Goaninha e se identifica como povo Potiguaras Eleotérios; Caboclos do Açú, que se reconhecem como índios Caboclos e estão localizados no território do município de Assu. Na região metropolitana de Natal, nos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante vive a comunidade Tapuia da Lagoa do Tapará, também conhecidos como Tapuias Trarariús. Em Apodi, há os Tapuias da Lagoa do Apodi, que se reconhecem como Paiacús.

Neste sentido, afirmar que deixaram de existir é um modo eficaz de não ter que lidar com o direito que essas populações tinham e têm ao território em que historicamente estão ligados. De modo amplo, podemos dizer que não há demanda de terra e de política pública para quem é invisível, quem não existe não demanda o Estado nem a sociedade, daí porque a invisibilidade dos povos originários ter sido um projeto tão bem arquitetado pelas classes políticas e econômicas do Estado, com qual a historiografia tradicional colaborou sobremaneira. Novos pesquisadores e agentes da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) ou por esta selecionados, e que possuem o papel de ratificar ou não a demanda

colocada pela comunidade quanto ao seu reconhecimento como indígena, colaboram para o acesso a políticas públicas voltadas para as populações indígenas e, sobretudo, ao direito constitucional de demarcação de terras. Esta situação aciona disputas com os agentes econômicos e políticos que historicamente estão envolvidos no processo de usurpação das terras que eram originalmente ocupadas pelos povos originários.

Glossário:

Povos originários: termo usado para fazer referência aos povos que viviam na terra antes das invasões promovidas pela colonização portuguesa e espanhola em Abya Ayala, como é chamado o território que os colonizadores denominaram de América.

Colonialidade: estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado em nossa sociedade, mesmo após o fim das relações coloniais.

Material para consulta:

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GUERRA, Jussara Gualharde Aguirres. Quem são e onde estão os índios do Rio Grande do Norte. In: **Mendonça do Amarelão**: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

LEONARDI, Vítor Paes de Barros. **Entre árvores e esquecimentos**: a modernidade e os povos indígenas no Brasil. História Social dos Sertões. Brasília: Ed. UnB. 2ed. 2016.

MACEDO, Helder. A. M. de. Reflexões sobre a questão indígena no Seridó. **Revista Espacialidades**, v. 7, n. 01, p. 217-238, 20 dez. 2014.

MACHIORO, Marcio. **Questão Indígena no Brasil**: uma perspectiva histórica. Curitiba: InterSaberes, 2018.

SANTIAGO, Ricardo. **História oral em sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SILVA, Giovani José da. **Histórias e culturas indígenas na educação Básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

WITTMANN, Luisa Tombini. (org.). **Ensino (d)e História Indígena**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.



Atividade:



Com base na fonte trabalhada, discuta o papel que a educação escolar tem no processo de (re)afirmação da identidade “indígena” dos povos originários a partir do exemplo trazido da comunidade dos Mendonça do Amarelão.





Pesquise sobre o Movimento Indígena do Rio Grande do Norte e aponte, quanto à localização geográfica das comunidades, qual delas fica mais próxima da cidade onde você mora.



“Não existe índio no Brasil”. Considerando a fonte trabalhada, o que significa afirmar isto? Elabore um texto argumentativo a respeito do tema.



Qual a importância de reconhecermos a resistência dos povos originários do Rio Grande do Norte?



Pesquise na sua comunidade (no seu bairro, na sua rua, entre seus amigos e amigas, entre seus familiares) utilizando a técnica de entrevista de História oral, sobre o conhecimento que essas pessoas têm acerca dos povos originários, a partir do breve roteiro que segue abaixo. Fale com pelo menos 2 pessoas sobre o tema. A entrevista pode ser escrita ou gravada (solicite uma autorização escrita ao entrevistado).

Roteiro:

- a- Como você acha que vivem os povos indígenas na atualidade?
- b- No Rio Grande do Norte existem povos indígenas?
- c- Você conhece alguém que é indígena ou já teve a oportunidade de conhecer alguma comunidade indígena? Se sim, poderia citar onde é a comunidade? Disserte como foi a experiência.

Sequência didática:

Tema: Contemporaneidade dos povos originários do Rio Grande do Norte

Objetivo da sequência: Problematizar a importância da existência e da resistência dos povos originários do Rio Grande do Norte

Tempo de execução: 2 a 6 h/a

Materiais necessários: Lousa, piloto, apagador, computador com acesso à internet e cópia do Guia Didático

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas)

no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar o tema da sequência didática, problematizando a utilização dos termos “índio” e “indígena”, enfatizando a historicidade do modo de vida dessas pessoas.

Desenvolvimento: historicizar a resistência dos povos originários do Rio Grande do Norte e suas lutas por direitos sociais. Posteriormente, apresentar as comunidades e sua distribuição geográfica a partir dos dados e do mapa disponível em: <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/mapa.html>. **Conclusão:** encaminhar a leitura do texto “entendendo a fonte”.

Segundo dia:

Introdução: retomar os principais pontos da aula anterior e discutir as temáticas presentes na fonte. **Desenvolvimento:** realizar a leitura coletiva da fonte, debatendo os pontos que estão presentes em relação à discriminação, escolarização e formação da juventude no tocante à continuidade da luta da comunidade por direitos sociais. **Conclusão:** Dialogar sobre a atividade proposta, enfatizando a importância do exercício de História oral do item 5.

Terceiro dia:

Introdução: começar a aula falando sobre o exercício de História oral, incentivando a expressividade do grupo quanto à experiência. **Desenvolvimento:** debater as questões da atividade proposta. **Conclusão:** finalizar o debate, retomando os principais pontos trabalhados na sequência didática.

25 Territórios quilombolas de resistência:

as comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Norte

Carmen Alveal

Elizabeth Lima da Silva

Lívia Barbosa

Para refletir:

A constituição de 1988 garantiu o direito à terra ocupada por comunidades remanescentes dos quilombos que existiram no período da escravização no Brasil. Foi um reconhecimento da importância da preservação e valorização de grupos étnico raciais, com trajetória histórica, relações territoriais específicas, ancestralidade negra e cultura própria. Será que, depois de mais de 40 anos, as comunidades quilombolas no território potiguar conseguiram assegurar seus direitos?



Referência: Comunidade Quilombola do Pêga mantém tradição da dança de São Gonçalo, 2020. Foto disponível em: <https://www.portalegre.rn.gov.br/informa.php?id=675>

Entendendo a fonte:

Relatório antropológico

O direito das comunidades quilombolas às terras onde estão assentadas foi garantido pela Constituição Federal de 1988, conforme Artigo 68, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Para que esse reconhecimento desses territórios ocorra, é necessário que os grupos passem por um criterioso processo de análise com vistas à titulação das terras. No nível federal, o órgão responsável pela realização desse título é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para iniciar a abertura de um processo, em primeiro lugar a comunidade se auto declara remanescente de quilombo, após amplo processo de articulação, debate, sensibilização, mobilização e conhecimento da legislação sobre titulação de terras quilombolas. Na sequência, encaminha solicitação à Fundação Cultural Palmares com a finalidade de obter a certidão de registro no Cadastro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos.

De acordo com a legislação específica existente, aberto o processo, o Incra realiza um estudo do território para elaboração do Relatório Técnico e Delimitação (RTID), formado pelo relatório antropológico, pelo levantamento fundiário, pela elaboração de mapa territorial e pelo cadastramento das famílias. E, como parte do processo, o RTID passa por uma etapa em que são analisadas e julgadas contestações que podem aparecer. Este documento também é encaminhado para diferentes órgãos – Fundação Cultural Palmares, IPHAN, SPU, FUNAI, Conselho de Defesa Nacional, Serviço Florestal Brasileiro, IBAMA, Instituto Chico Mendes e os órgãos ambientais estaduais – para avaliação e confrontação dos dados levantados. Após aprovação final, o presidente do Incra emite uma portaria no Diário Oficial da União e do estado, encerrando o processo com a titulação do território quilombola.

O relatório antropológico é elaborado por antropólogos (às vezes, com o auxílio de historiadores) que se debruçam em documentos históricos e na historiografia com a finalidade de indicar o processo histórico de ocupação das terras pelos quilombolas e a organização social dos moradores da área, além dos usos produtivos e culturais que fazem dela. Portanto, é a produção de uma fonte histórica importante para o entendimento dessas comunidades quilombolas, o processo de conquista e legitimação de seus territórios. Como exemplo, desse percurso temos no Rio Grande do Norte, uma única comunidade titulada – Comunidade Quilombola de Jatobá, localizada no Município de Patu, cujo processo nº 0120.0018/2006-93, tramitou cerca de 10 anos para que a comunidade recebesse o título definitivo de suas terras, ou seja, de seu território quilombola. Entretanto, várias outras iniciaram o processo e se encontram paradas por falta de andamento dos órgãos federais ou foram arquivadas momentaneamente. É o caso de Sibaúma, emblemático e singular, cujo relatório antropológico foi feito, porém o processo foi arquivado, mas uma nova gestão da associação solicitou o desarquivamento do processo para prosseguir com os passos para titulação.

Fonte histórica:

Trechos do Relatório antropológico de Sibaúma

[...] A versão de Seu Modesto permite fazer a ligação entre as diferentes narrativas contadas, exemplificando o papel fundamental do marinheiro- estrangeiro na distribuição das terras e na legalização destas, através da entrega de documentos. Apesar das divergências entre as versões e do fato de ser a narrativa de Antônia Camila mais completa, podemos perceber que se trata da mesma história, simplificada e transformada ao longo dos anos. Ainda que pareçam ser fantasiosas, as narrativas trazem à tona nomes como Cosme de Sousa, Manoel de Negreiros, Leandro Barbosa, Mãe Moça ou mesmo representantes do poder político local, como Oswaldo Moura. A reiteração dos nomes tem como objetivo principal retratar a genealogia e mostrar a antiguidade da presença dos Leandro em Sibaúma. As referências a esses personagens históricos têm como função a atualização das narrativas, tornando-as mais reais. Criam um elo entre as diferentes temporalidades e dão consistência ao relato num

tempo indefinido, no qual cruzam-se personagens históricos externos ao grupo e ancestrais conhecidos pelos mais velhos. Aqui, vemos reforçada a idéia da origem comum das famílias- tronco numa versão narrativa fixada que apresenta as três famílias fundadoras.

Segundo Antônia Camila, um dos primeiros habitantes do lugar foi o Cosme de Souza, escravo fugido do Engenho Tacima de Cima. Ele teria fugido com quatro filhas (Francelina, Helena, Belarmina e Maria) e sua esposa - que veio a falecer no meio do caminho -, tendo se estabelecido naquele lugar. Posteriormente, o soldado Manoel Vidal de Negreiros chega ao local e se casa com Belarmina, uma das filhas de Cosme de Souza. As outras filhas também contraíram matrimônio: Francelina casa-se com um homem chamado Leandro, oriundo de Sibaúma, também escravo fugido⁸³, em Goianinha; Maria teria se casado com Caetano, mas não temos informações sobre o casamento da outra filha, por nome Helena.

Segundo essas versões, Cosme de Sousa teria sido um negro fugido do “batalhão de Arcoverde”, remetendo-o diretamente à história local e apresentando o último dono do engenho feudal do Cunhaú como um ser cruel e sanguinário, “Dendê Arcoverde”. Nesse caso, “batalhão” seria o termo local que designa o trabalho coletivo; o que remete diretamente à escravidão (Galvão 1959).⁸⁴ A recorrência narrativa de um detalhe que, pouco a pouco, perdeu sua força imagética e significação para o grupo detentor dessa memória, denota um importante trabalho realizado em nível inconsciente: o ‘batalhão’ é evocado como sendo sinônimo de exército ou de escravidão; a fuga apresentando-se como única opção para escapar da servidão. Também podemos pensar que se trata da tropa que defendia o engenho Cunhaú, composta por escravos fiéis, encarregados, entre outras tarefas, de capturar os escravos fugidos (Koster 1978: 170).

Outra versão indica ainda que, em vez de ser escravo, Cosme de Souza era um soldado, não especificando se branco ou negro: o soldado desertor que teria lutado ao lado de André de Albuquerque Maranhão no episódio de 1817 e que, após a prisão do dono do engenho Cunhaú, passou a se estabelecer em Sibaúma de Cima, junto a Manoel Vidal de Negreiros, soldado e feitor que “tomava conta das terras”. Nesse engenho, local onde existia escravos, suas filhas casaram com os Leandro e os Caetano. [...]

Referência: LINS, Cyro Holando de Almeida; MAUX, Augusto; CAVIGNAC, J. A.; CAMPOS, S. Uma Sibaúma só! Relatório antropológico da comunidade quilombola de Sibaúma. 2006. p. 119-121.

[...] Assim, os autores ressaltam, quase sempre, a origem africana da dança, ou, melhor, associam-na diretamente com o trabalho escravo do cultivo da cana de açúcar. De fato, o côco de zambê é presente na região dos engenhos, no litoral e em outras comunidades afro-descendentes do Rio Grande do Norte, como Capoeira dos Negros, no município de Macaíba. Destaca-se das outras danças de roda por ser estritamente masculina, mesclando movimentos de luta com passos de dança e uma improvisação poética com um refrão que é cantado por todos: os participantes batem palma enquanto um ou dois dançarinos apresentam-se no centro da roda, ensaiando passos que lembram uma luta.

Referência: LINS, Cyro Holando de Almeida; MAUX, Augusto; CAVIGNAC, J. A.; CAMPOS, S. Uma Sibaúma só! Relatório antropológico da comunidade quilombola de Sibaúma. 2006. p. 163.

Contextualização:

São consideradas comunidades quilombolas aquelas remanescentes e descendentes diretas dos negros escravizados no Brasil, ou também libertos. As áreas ocupadas por estas comunidades tem como origem a luta do povo negro contra a escravidão, uma vez que foram espaços que serviam de abrigo e refúgio após sua fuga. A palavra Quilombo acabou por tornar-se sinônimo de resistência. Além disso, as comunidades quilombolas de hoje têm origem em territórios ocupados por essas populações, regiões de deslocamentos e processos diaspóricos mesmo após aquele período, entre o Império e a República, no contexto pós-escravidão. Somente com a Constituição de 1988, um século após o fim da escravidão no Brasil, é que foi promulgado o direito à terra ocupada pelas comunidades quilombolas. Devido à força do movimento negro, os debates giraram em torno de um primeiro reconhecimento do Estado à importância da preservação e valorização da cultura negra.

Este reconhecimento de uma comunidade como quilombola ocorre por meio do processo de autodeclaração, critério baseado na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre povos indígenas e tribais. O artigo 1º estabelece que “A autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.”

A titulação de terras quilombolas tem esbarrado na excessiva burocracia do processo da documentação, bem como nos conflitos fundiários ocasionados por pessoas que contestam a ocupação das comunidades tradicionais, mesmo sendo um direito constitucional. Há muitos interesses em acessar áreas cujas riquezas naturais que possibilitam as condições de vida dessas comunidades, sejam utilizadas para outros fins. Ademais, na virada da década de 2020, o Incra sofreu drástica redução orçamentária devido à falta de interesse governamental em promover os direitos das comunidades quilombolas. O processo de reconhecimento das terras das comunidades quilombolas, além do direito básico de assegurar o acesso à terra que ocupam, possibilita a manutenção de sua memória e identidades.

No Rio Grande do Norte, temos mapeadas mais de 60 comunidades remanescentes de quilombos e 33 certificadas pela Fundação Cultural Palmares, localizadas em municípios de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Norte, conforme tabela abaixo:

MUNICÍPIOS	COMUNIDADES	Nº DO PROCESSO FCP	ETAPA ATUAL	Nº DA PORTARIA	DATA DA POTARIA NO DOU
PARELHAS	BOA VISTA DOS NEGROS	01420.000004/2002-80	Certificada	19/2004	04/06/2004
POÇO BRANCO	ACAUÃ	01420.000603/2004-65	Certificada	35/2004	10/12/2004
TIBAU DO SUL	SIBAÚMA	01420.000658/2004-75	Certificada	26/2005	08/06/2005

BODÓ / LAGOA NOVA / SANTANA DO MATOS	MACAMBIRA	01420.001321/2005-66	Certificada	32/2005	19/08/2005
PARNAMIRIM	SÍTIO MOITA VERDE	01420.000752/2006-96	Certificada	08/2006	12/05/2006
CURRAIS NOVOS	NEGROS DO RIACHO	01420.000838/2006-19	Certificada	11/2006	07/06/2006
PEDRO AVELINO	AROEIRA	01420.001965/2006-35	Certificada	29/2006	13/12/2006
PATU	JATOBÁ	01420.001844/2006-93	Certificada	29/2006	13/12/2006
BOM JESUS	SÍTIO GROSSOS	01420.002314/2006-62	Certificada	29/2006	13/12/2006
BOM JESUS	SÍTIO PAVILHÃO	01420.002315/2006-15	Certificada	29/2006	13/12/2006
PORTALEGRE	SÍTIO PEGA	01420.001107/2006-91	Certificada	8/2007	07/02/2007
PORTALEGRE	SÍTIO LAJES	01420.003228/2006-77	Certificada	8/2007	07/02/2007
PORTALEGRE	SÍTIO ARROJADO/	01420.003230/2006-46	Certificada	8/2007	07/02/2007
PORTALEGRE	SÍTIO SOBRADO	01420.003231/2006-91	Certificada	8/2007	07/02/2007
MACAÍBA	CAPOEIRAS	01420.002137/2006-14	Certificada	25/2007	13/03/2007
SÃO TOMÉ	GAMELEIRA DE BAIXO	01420.000300/2009-57	Certificada	43/2009	05/05/2009
IELMO MARINHO	NOVA DESCOBERTA	01420.003430/2008-61	Certificada	185/2009	19/11/2009
IPANGUAÇU	PICADAS	01420.003645/2010-04	Certificada	135/2010	04/11/2010
TOUROS	BAIXA DO QUINQUIM	01420.001720/2010-94	Certificada	135/2010	04/11/2010
TOUROS	GERAL	01420.001719/2010-60	Certificada	135/2010	04/11/2010
AÇU	BELA VISTA PIATÓ	01420.003864/2011-66	Certificada	65/2011	11/05/2011
SANTO ANTÔNIO	CAJAZEIRAS	01420.002881/2013-48	Certificada	176/2013	25/10/2013
CEARÁ-MIRIM	COQUEIROS	01420.000800/2016-18	Certificada	91/2017	14/02/2017
AFONSO BEZERRA	CABEÇO DOS MENDES	01420.001962/2017-54	Certificada	280/2017	25/10/2017
AFONSO BEZERRA	CURRALINHO	01420.100359/2017-54	Certificada	15/2018	01/03/2018
LUÍS GOMES	LAGOA DO MATO E COATI	01420.100614/2018-40	Certificada	120/2018	26/04/2018
ANGICOS	LIVRAMENTO	01420.102289/2018-50	Certificada	250/2018	26/10/2018
CORONEL JOÃO PESSOA	COMUM	01420.103460/2018-48	Certificada	366/2018	19/12/2018
ACARI	SÍTIO SACO DO PEREIRA	01420.101061/2019-23	Certificada	136/2019	02/08/2019
JUNDIA	ARISCO DOS PIRES	01420.101391/2019-19	Certificada	228/19	31/12/2019
JUNDIA	REGO DE PEDRA	01420.101392/2019-63	Certificada	230/19	31/12/2019
JUNDIA	FAMÍLIA MASCENAS	01420.101393/2019-16	Certificada	238/19	31/12/2019
JUNDIA	FAMÍLIA QUITÉRIA	01420.101394/2019-52	Certificada	229/19	31/12/2019

Fonte: Comunidades certificadas pela Fundação Palmares, 2019.

Embora haja processos abertos no INCRA/RN, praticamente encontram-se tramitando de forma muito lenta, entre outros motivos, por falta de recursos orçamentários e financeiros

para as providências cabíveis. O caso da Comunidade Quilombola de Sibaúma/Timbau do Sul, é emblemático, cujo relatório apresentado revela a dificuldade de o Estado dar uma garantia fundiária aos membros da comunidade. Na região do Seridó, são conhecidas as comunidades de Boa Vista dos Negros, em Parelhas, Negros do Riacho (Currais Novos), Macambira (Lagoa Nova, Bodó e Santana do Matos). No Alto-oeste, no município de Porta Alegre, são conhecidas as comunidades do Pega, Laje, Arrojado e Sobrado.

É importante salientar que essas comunidades possuem heranças culturais de seus antepassados, como os saberes religiosos, culturais, de produção e de economia local, da medicina popular e a transmissão de sua memória entre as gerações. Contudo, não estão congeladas no tempo, nem representam um arquétipo modelo que se aplique a todas as comunidades quilombolas do Brasil. Pelo contrário, passaram por transformações, e intercâmbios com comunidades vizinhas. Suas lideranças e membros estão em constante luta, participando ativamente de suas representações como: Associações quilombolas; Sindicatos rurais; Coordenação Estadual de Quilombos/COEQ/RN; Coordenação Nacional de Quilombos/CONAC e, assim, buscam estratégias políticas para o reconhecimento e a garantia de seus direitos constitucionais.

Material para consulta:

APPIAH, Kwame A. **A casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

BATISTA, Alicia. Conheça o processo para a titulação de terras quilombolas no Brasil. **Politize**, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/automatico-titulacao-de-terras-quilombolas-no-brasil/#:~:text=0%20reconhecimento%20de%20uma%20comunidade,pessoas%20que%20pertencem%20%C3%A0%20aquele%20grupo.&text=De%20acordo%20com%20a%20Fundação%20A7%C3%A3o,delas%20certificadas%20por%20esta%20entidade>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CAVIGNAC, J. A.; Macedo, Muirakytan. **Guia Cultural do Seridó Negro**. 000. ed. Natal: Flor do sal, 2020.

CAVIGNAC, Julie A.. As voltas da história: terra, memória e educação patrimonial na Boa vista dos Negros. **Vivencia (UFRN)**, v. 42, p. 112-126, 2013.

GOMES, Flávio dos. S. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

LIMA, Daniel Luiz Sousa de. **O negro na história do Rio Grande do Norte: Educação das relações étnico-raciais através da história local**. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: ANPUH :2017

LINS, Cyro Holando de Almeida; MAUX, Augusto; CAVIGNAC, J. A.; CAMPOS, S.. **Uma Sibaúma só! Relatório antropológico da comunidade quilombola de Sibaúma**. 2006.

MACEDO, Muirakytan (Org.) ; CAVIGNAC, Julie A. (Org.) . **Tronco, Ramos e Raízes**. 2. ed. Natal: ABA, EDUFRRN, Flor de sal, 2016.

SILVA, Elizabeth Lima. **Políticas Públicas e diversidade étnica cultural: um estudo da comunidade negra rural de Capoeiras - Macaíba/RN**. In: VIII Seminário de Pesquisa do CCSA, 2002, Natal. Universidade, Ética e Responsabilidade Social, 2002.



Atividade:

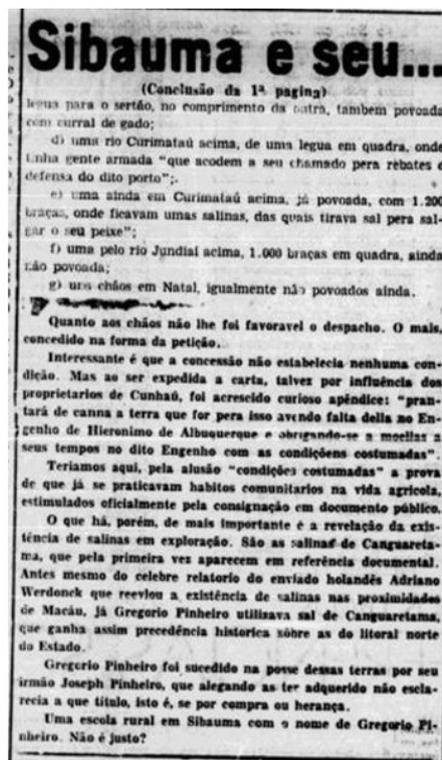


A partir dos debates feitos em sala de aula, retorne ao Relatório antropológico e analise os trechos apresentados. Em seguida, responda o que se pede:

- Quais são os argumentos apresentados pelo relatório para justificar o reconhecimento da comunidade quilombola?
- Desses argumentos, quais se encaixam como justificativa relacionadas à memória e à história da comunidade? Cite exemplos e justifique.



Leia e analise os recortes de jornal abaixo, escritos pelo historiador Hélio Galvão:



Referência: Diário de Natal, 7 de maio de 1950; Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=32524

Transcrição: Sibaúma e seu sesmeiro

Hélio Galvão

(Especial para o DIÁRIO DE NATAL)

Na embocadura do rio Catu está Sibauma, antigo porto dos franceses. Hoje é um museu, oferecendo ao estudioso material etnográfico e sociológico de primeira qualidade. A organização clânica de sua população constituída pelos Leandros, uma família só, em curioso regimen edon-gâmico, de muito me vem tentando para pesquisas locais naqueles rumos. Falta de tempo, aliada à dificuldade de acesso, vai adiando a desejada excursão. Um dia, pode ser. Adauto da Câmara em suas Evocações, contou recentemente um pouco de história de Sibauma. Por enquanto é outra. A Sobaama dos primeiros dias. Recordo seu primitivo sesmeiro, o desbravador da selva, primitiva, fincando as primeiras casas, abrindo os primeiros caminhos.

Neste ponto estamos em débito para com os desbravadores. Seus nomes ninguém os lembra, esquecidos nas placa das ruas ou nos frontões dos edifícios públicos, por muito chefete político de emergência, nomes inexpressivos de terceira e quarta classe.

João Lustaú Navarro, Francisco Lopes, o Vilão das Botas, os padres Filipe Bourel e Leonardo Tavares, que os recorda?

Em 1614 Gregório Pinheiro pediu lhe fossem concedidas as terras que estava ocupando. Nesse ano se encontravam no Rio Grande, em missão de Sua Magestade e do governador geral Gaspar de Sousa, o ouvidor geral do Estado do Brasil, des. Manoel Pinto da Rocha, e o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moure, missão que tinha como principal objetivo verificar certas irregularidades na concessão de sesmarias e proceder com mais equidade à repartição das terras. Os dois emissários, em despacho conjunto, deferiram a petição de Gregório Pinheiro para que lhe fossem concedidas as terras que pedia e confrontava. Interessante a data: “derradeiro de fevereiro de 1614”, 28 ou 29? Fácil verificar que 1614 não foi ano bissexto. Logo, 28.

“In forma consuetas” Gregório Pinheiro faz um pouco de autobiografia. Morava no Rio Grande de quinze para dezesseis anos, vivendo a maior parte desse tempo na fortaleza, “servindo como soldado e ajudado a fazer a campanha dos capitaens passados”. Assegura ter sido dos primeiros povoadores da Capitania que a ela trouzaram gado. Destaca sua benemerência, fornecendo gratuitamente aos soldados do Forte, em tempo de fome, “mantimento e legume”, produto do seu trabalho na agricultura que mandava de sua casa, doze léguas ao sul.

Esta casa era Sobauma. Revela também que os franceses tinham ali um porto, bastante frequentado, tratando abertamente com o gentio, e que ele requerente estava “defendendo a entrada”.

Em resumo, pedia:

- a) Uma data em Subauma, 200 braças para cada lado do rio e 1000 para o sertão, terras que ele já povoara, com rede de pescar.
- b) Uma em Carurú, com duas léguas mais ou menos, e outras duas para o sertão, já povoadas “com vacas, éguas e outras criações miúdas”.
- c) Uma ainda em Cururu, na testada da anterior, com uma légua para o sertão, no comprimento da outra, também povoada com curral de gado;

d) Uma no Curimataú acima, de um alegua em quadra, onde tinha gente armada “que acodem o seu chamado para rebates e defesa do dito porto”.

e) Uma ainda em Curimataú acima, já povoada, com 1200 braças, onde ficavam umas salinas, das quais tirava sal pera salgar o seu peixe”;

f) Uma pelo rio Jundiáí acima 1000 braças em quadra, ainda não povoada;

g) Uns chãos em Natal, igualmente não povoadas ainda.

Quanto aos chãos não lhe foi favorável o despacho. O mais, concedido na forma da petição.

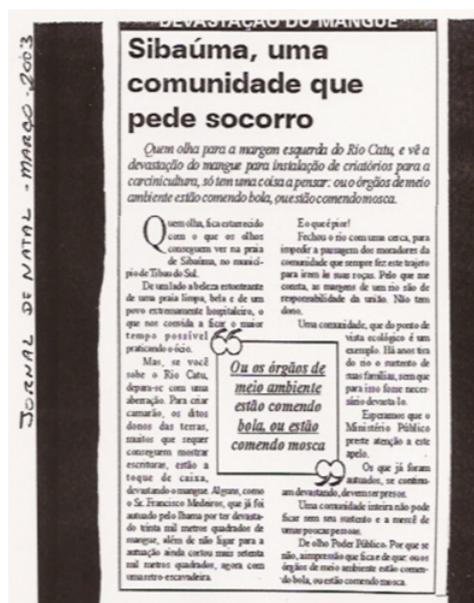
Interessante é que a concessão não estabelecia nenhuma condição. Mas ao ser expedida a carta. Talvez, por influencia dos proprietários de Cunhaú, foi acrescido curioso apêndice: “prantaré de canna a terra que for pera isso avendo falta dela no Engenho de Hieronimo de Albuquerque e obrigando-se a moellas a seus tempos no dito Engenho com as condições costumadas”.

Teríamos aqui, pela alusão “condições costumadas” a prova de que já se praticavam hábitos comunitário da vida agrícola, estimulados oficialmente pela consignação em documento público.

O que há, porém de mais importante é a revelação da existência de salinas em exploração. São as salinas em Canguaretama, que pela primeira vez aparecem em referência documental. Antes mesmo do celebre relatório do enviado holandês Andriano Werdonck que reevlou (sic) a existência de salinas nas proximidades de Macáu. Já Gregório Pinheiro utilizava sal de Canguaretama, que ganha assim precedência histórica sobre as do litoral norte do Estado.

Gregorio Pinheiro foi sucedido na posse das terras por seu irmão Joseph Pinheiro, que alegando as ter adquirido não esclarecia a que titulo, isto é, se por compra ou herança.

Uma escola rural em Sibauma com o nome de Gregorio Pinheiro. Não é Justo?



Transcrição: Sibaúma, uma comunidade que pede socorro

Quem olha para a margem esquerda do Rio Catu, e vê a devastação do mangue para instalação de criatórios para a carcinicultura, só tem coisa a pensar: ou o (sic) órgãos de meio ambiente estão comendo boa, questão comendo mosca.

Quem olha, fica estarelecido com o que os olhos conseguem ver na praia de Sibaúma, no município de Tibau do Sul. De um lado a beleza estonteante de uma pra limpa, bela, e de um povo extremamente hospitaleiro, o que nos convida a ficar o maior tempo possível praticando o ócio.

Mas, se você sobe o rio Catu, depara-se com uma aberração. Para criar camarão, os ditos donos de terras, muitos sequer conseguem mostrar escrituras, estão a toque de caixa, devastando o mangue. Alguns, como o Sr. Francisco Medeiros, que já foi autuado pelo Ibama por ter devastado trinta mil metros quadrados de mangue, além de não ligar para a autuação ainda cortou mais setenta mil metros quadrados, agora com uma retro-escavadeira.

E o que é pior!

Fechou o rio com uma cerca para impedir a passagem dos moradores da comunidade que sempre fez este trajeto para ir às suas roças. Pelo que me consta, as margens de um rio são de responsabilidade da união. Não tem dono.

Uma comunidade, que do ponto de vista ecológico é um exemplo. Há anos tira do rio o sustento de suas famílias, sem que para isso fosse necessário devastá-lo.

Esperamos que o Ministério Público preste atenção a este apelo.

Os que já foram autuados, se continuam devastando, devem ser presos.

Uma comunidade inteira não pode ficar sem seu sustento a mercê de umas poucas pessoas.

De olho Poder Público. Por que se não, a impressão (sic) que fica é de que: ou os órgãos de meio ambiente estão comendo bola, ou estão comendo mosca.

- a- **No artigo de 1950, “Sibaúma e seus sesmeiros”, como o autor resgata elementos históricos para justificar a ligação da região com os conquistadores do período colonial? Como ele relaciona o uso da terra contemporâneo ao seu tempo com o passado colonial no período das sesmarias? Quais personagens são exaltadas em sua narrativa?**
- b- **Quais são os argumentos apresentados por Hélio Galvão, em 1950, sobre o direito às terras da região de Sibaúma?**
- c- **Logo no começo de seu artigo, Hélio Galvão afirma: “Na embocadura do rio Catu está Sibauma, antigo porto dos franceses. Hoje é um museu, oferecendo ao estudioso material etnográfico e sociológico de primeira qualidade”. Com base nesse trecho e em outros do mesmo artigo, analise criticamente e responda: Existe em**

seu discurso uma valorização/hierarquização das populações que habitaram a região desde período colonial? Argumente criticamente sobre a dualidade conquistador x indígenas citadas pelo autor do artigo.



Compare o conteúdo do artigo do Diário de Natal, em 1960 “Sibaúma e seu sesmeiro”, e com o Jornal de Natal, em 2003 “Sibaúma, uma comunidade que pede socorro” e responda:

- a- Com o auxílio da internet pesquise dados demográficos, econômicos e ambientais a respeito da região onde se localiza Sibaúma. Quais informações socioeconômicas podem ser levantadas desta cidade?
- b- Comparando os dois momentos, década de 1950 e de 2000, e com base na discussão feita em sala, quais os interesses e argumentos que estão sendo colocados em jogo nos artigos do jornal? A quem eles representam respectivamente? Disserte em uma página sobre o assunto.
- c- Com base nos elementos apontados na reportagem, na leitura do Relatório e na pesquisa realizada, que tipos de conflitos e interesses podem envolver um processo de reconhecimento de comunidade quilombola? Argumente com exemplos apresentados nas aulas, no material da comunidade de Sibaúma e em outras de seu conhecimento.

Sequência didática:

Tema: Memória, história e territórios em disputa nas comunidades quilombolas

Objetivo da sequência: Analisar como funciona um processo de reconhecimento de comunidades quilombolas, e as dinâmicas de memória, interesses e disputas envolvidos no processo.

Tempo de execução: 2 a 6 h/a

Materiais necessários: Lousa, piloto, apagador, computador com acesso à internet e cópia do Guia Didático

Habilidades da BNCC a serem desenvolvidas:

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

Aplicação da sequência didática:

Primeiro dia:

Introdução: apresentar aos alunos como funciona um processo de reconhecimento de comunidade quilombola no Brasil, a luz da constituição de 1988. Dividir a turma em grupos para que façam a leitura dos trechos do Relatório antropológico. **Desenvolvimento:** com o auxílio de um mapa projeto para a turma, mostrar as comunidades quilombolas existentes no próprio estado. **Conclusão:** questionar aos alunos se vivem e/ou conhecem alguma comunidade quilombola e ouvir seus relatos.

Segundo dia:

Introdução: apresentar à turma exemplos de conflitos ligados à demarcação de terras indígenas e reconhecimento de comunidades quilombolas em todo Brasil por meio de reportagens recentes. **Desenvolvimento:** Discutir com os alunos quais interesses políticos e econômicos estão em jogo nesses conflitos, estabelecendo uma relação com o direito à reparação histórica de populações que reivindicam suas terras, bem como o papel dessas comunidades na manutenção e preservação da memória e história no Brasil. **Conclusão** solicitar que os alunos respondam a questão 1 da atividade em casa.

Terceiro dia:

Introdução: discutir com os alunos as respostas da questão 1 e retomar os pontos das aulas anteriores. **Desenvolvimento:** dividir a turma em grupo para que respondam a questão 2 da atividade. Projetar os artigos dos jornais para a toda a turma e ler conjuntamente. Importante destacar no artigo de 1950, como hierarquiza a historicidade das populações mencionadas em seu texto, trabalhando com a dualidade: conquistador sujeito histórico x indígenas e populações quilombolas congeladas no tempo. Importante enfatizar as disputas de narrativa e historicidade inerentes ao discurso de Hélio Galvão **Conclusão:** debater as respostas dos alunos e suas críticas aos argumentos apresentados por Hélio Galvão no artigo de 1950. Encaminhar a resolução da questão 3 para casa.

Sobre os/as autores(as)

Aldinízia de Medeiros Souza - Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2000); mestra em História pela mesma instituição (2013). Publicou “Liberdades possíveis em espaços periféricos” pela Editora da UFRN. Atuou na rede de ensino pública do município de Natal (2004-2014) e na privada (2001-2011). É professora de História do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – campus de Nova Cruz desde 2014.

Aledson Manoel Silva Dantas – Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Mestrado em História pela mesma instituição (2017). Atua como professor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – campus Macau desde 2017.

Andreza de Oliveira Andrade – Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2005), mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (2008), e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, professora do departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte desde 2010.

Antonia Márcia Nogueira Pedroza – Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (2008). Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Doutora em História pela Universidade Federal do Ceará (2021). Atuou como professora de História da rede básica de ensino do Estado do Rio Grande do Norte (2019-2021). Atualmente é professora do departamento de História do Instituto Federal da Paraíba – campus de Princesa Isabel.

Arthur Luís de Oliveira Torquato – Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2008). Mestre em História pela mesma instituição (2011). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (2017). Foi professor substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2011-2012) e da Universidade Potiguar – UnP (2012-2014). Atualmente é professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – campus Macau desde 2014.

Avohanne Isabelle Costa de Araújo – Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Mestra em História pela mesma instituição (2015). Doutoranda em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz (RJ). Atuou como professora substituta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, campus Assu (2016).

Bruno Balbino Aires da Costa – Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2009). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2017). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Canguaretama

Carmen Margarida Oliveira Alveal - Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF (1997). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2002). Doutora em História pela Johns Hopkins University (2007), EUA. Foi professora da rede estadual do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II (1998-2003). Atualmente é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde 2009.

Danielle Bruna Alves Neves - Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). Mestra em História pela mesma instituição (2020). Atualmente é professora da rede estadual do Rio Grande do Norte e da rede municipal de Vera Cruz.

Diego Knack - Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ (2012). Mestre (2014) e doutor (2019) pela mesma universidade. É autor de "Ditadura e corrupção", publicado em 2018 pelo Arquivo Nacional, como resultado da edição 2014 do Prêmio Memórias Reveladas. Foi professor da rede municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente é professor de História no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Caicó.

Elenize Trindade Pereira - Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Mestra em História pela mesma instituição (2018). Atualmente é doutoranda na Universidad de Salamanca na área de História da América. Atuou como professora substituta do curso de licenciatura em Ciências Humanas na Universidade Federal do Pampa, campus São Borja - RS (2019-2020).

Elizabeth Lima da Silva - Possui graduação e mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (1983 e 2003). É assistente Social aposentada/INSS. Foi gerente de projetos da SEPIR/PR (2004 A 2007). Primeira Coordenadora de Política de Promoção da Igualdade Racial do RN (2007 a 2010). Integrante do movimento negro e de mulheres negras. Atualmente cursa o programa de Doutorado em Antropologia na UFRN.

Gabriel Barreto da Silveira Oliveira - Possui Licenciatura (2018) e Mestrado (2021) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desde 2016 participa do Grupo de Pesquisa Espaços na Modernidade. Atua na rede básica de ensino do município de São Gonçalo do Amarante (RN).

João Fernando Barreto de Brito - Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2013). Mestre em História pela mesma instituição (2015). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (2020). Lecionou na rede privada do município de Natal, bem como no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e no sistema cooperativista (Educandário Oswaldo Cruz, Escola Freinet). Atualmente é professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

João Gilberto Neves Saraiva - Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2012). Mestre pela mesma instituição (2015). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2019). É professor de História da rede municipal de Parnamirim/RN e atualmente é professor no Instituto Federal do Rio Grande do Norte - campus Santa Cruz.

Júlio César Vieira de Alencar – Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009); mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma instituição (2017). É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - campus São Paulo do Potengi desde 2014.

Kleyson Bruno Chaves Barbosa - Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Mestre pela mesma universidade (2017). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. É professor da rede municipal de ensino da cidade de Sapé, Paraíba.

Lívia Brenda da Silva Barbosa - Graduada em História Licenciatura (2015) e em História Bacharelado (2016) pela UFRN. Mestre pela mesma instituição (2017). Doutoranda em História pela UFF. Atuou como Técnica Especializada em História na UERN- campus central e foi professora do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - campus Pau dos Ferros. Atualmente é professora do Departamento de História da UERN- campus Assú.

Maiara Juliana Gonçalves da Silva - Possui graduação nos cursos de bacharelado e de licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). É mestra pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da mesma instituição (2014). Atualmente é aluna do doutorado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É professora de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, campus Escola Agrícola de Jundiá

Marcilio Lima Falcão – Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2000), mestre pela Universidade Federal do Ceará (2011) e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2018). É coordenador do PIBID/História /UERN e professor do PROFHISTORIA (mestrado profissional).

Paulo Rikardo Pereira Fonsêca da Cunha – Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009) e mestre em História pela mesma Instituição (2015). Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Grupo de Pesquisas Espaços da Modernidade. Foi professor da rede municipal de Parnamirim (2011-2012) e da rede estadual do Rio Grande do Norte (2012-2014). Atualmente é professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – campus Santa Cruz, desde 2014.

Patrícia de Oliveira Dias - Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2011). Mestre pela mesma instituição (2015). Doutora em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Lecionou História no Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN e, atualmente, faz parte do corpo docente do ISO Colégio e Cursos, em João Pessoa, Paraíba.

Renato Marinho Brandão Santos – Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2010). Mestre em História pela mesma instituição (2012). Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (Portugal) – UMinho (2018). É professor de História do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) desde 2012, onde atua em turmas do ensino médio integrado, e credenciado ao

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) da mesma instituição.

Rosenilson da Silva Santos - Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2009). Mestre em História pela mesma instituição (2011). Doutor em História pela Universidade de Brasília - UNB (2020). É professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN na área de Ensino de História, Coordenador Geral de Estágio Supervisionado do Campus Avançado de Assú - CAA e Coordenador de Estágio Supervisionado na área de História, assim, atuando como supervisor nas escolas do Vale do Açu, área da 11ª DIREC.

Sarah Karolina Sucar Ferreira - Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020). Mestranda em História pela mesma universidade, bolsista Capes.

Thiago Alves Dias - Graduado em História (2008) e mestre em História (2011) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História Econômica (2017) pela Universidade de São Paulo. Atuou na rede básica de ensino fundamental no município de Portalegre-RN. É professor na Universidade de Pernambuco (UPE) desde 2020 e do Programa de Pós-graduação em História da UFRN.

**GUIA DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE:
FONTES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA EM SALA DE AULA**